



REVOLUÇÃO AFRICANA

UMA ANTOLOGIA DO
PENSAMENTO MARXISTA

ORG. JONES MANOEL
E GABRIEL LANDI

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe X Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE X LIVROS:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [X Livros](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais

lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade poderá
enfim evoluir a um novo nível."

Sumário

Apresentação da coleção "Quebrando as Correntes"

A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana

FRANTZ FANON

Racismo e Cultura

Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução
Argelina

A morte de Lumumba: podíamos ter agido de outro modo?

KWAME NKRUMAH

Eu falo de liberdade

O Socialismo Africano revisitado

AMÍLCAR CABRAL

A arma da teoria

Saudação no Seminário de Quadros

"Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa".

EDUARDO MONDLANE

A estrutura social: mitos e fatos

SAMORA MACHEL

Os fundamentos da alienação da mulher

SAMORA MACHEL

Estabelecer o Poder Popular para servir as massas

A luta continua

AGOSTINHO NETO

Discurso na proclamação da independência de Angola

Angola tem uma característica cultural própria, resultante da sua
história

THOMAS SANKARA

O Discurso de Orientação Política (DOP)

Os Tribunais Populares da Revolução

Sobre livros e leituras

A escola revolucionária burkinabé

A libertação das mulheres: uma exigência para o futuro

Podemos contar com Cuba

O rascunho do discurso final sufocado

SAMIR AMIN

Uma revolução inacabada

Posfácio

**REVOLUÇÃO AFRICANA
UMA ANTOLOGIA
DO PENSAMENTO MARXISTA**

JONES MANOEL E GABRIEL LANDI (ORG.)

**© Autonomia Literária, 2020,
Coordenação editorial
Cauê Seignemartin Ameni, Hugo Albuquerque
& Manuela Beloni
Coordenação da coleção “Quebrando as
Correntes”
Ana Luiza Carmo da Trindade Marciano,
Douglas Rodrigues Barros, Gabriel Landi
Fazzio, Jones Manoel da Silva, Klaus
Scarmeloto, Maria Carolina de Oliveira dos
Santos, Willians Menezes da Silva.
Assistência editorial
André Takahashi
Tradução
Gabriel Landi Fazzio
Revisão
André Takahashi, Gabriel Landi Fazzio e
Gabriel Varandas Lazzari
Capa
Rodrigo Guilherme de Melo Corrêa**

Apresentação da coleção “Quebrando as Correntes”

Por Maria Carolina de Oliveira dos Santos

A coleção “*Quebrando as Correntes*” nasce do desejo de apresentar as expressivas contribuições do marxismo para a luta antirracista: desde o combate ao colonialismo e suas heranças até o enfrentamento cotidiano ao mito da democracia racial no Brasil, resgatando figuras de grande destaque para desmistificar a relação entre os fundamentos da tradição marxista e a luta pela emancipação do povo negro que, segundo algumas tendências liberais, seriam antagônicas.

Apesar de polêmicas sobre ter sido ou não uma criação do sistema capitalista, é inegável que o racismo é um mecanismo de dominação da burguesia sobre os trabalhadores, utilizado ferozmente para dividir as classes populares e intensificar a exploração de negras e negros. O marxismo oferece um entendimento científico da questão racial, através da conexão da questão histórica com o cenário político, a subjetividade e as variadas formas de exploração e opressão. Ora, ao compreender o marxismo enquanto método de análise da realidade concreta, capaz de identificar que uma das características do sistema capitalista é a apropriação de diversas formas de opressão para potencializar sua capacidade de exploração, não se pode tratar da dimensão racial sem levá-lo em consideração.

O modo de produção capitalista foi exportado da Europa para o conjunto da humanidade desde os seus primórdios, ainda no período da acumulação primitiva, e agora no seu estágio contemporâneo imperialista impôs aos povos, sobretudo os da África, Ásia e América, um conjunto de práticas que se expressaram através de genocídio, da escravização, da aculturação e da exploração. De um lado, captamos conexões existentes entre os discursos e práticas racistas e de outro observamos os propósitos de reprodução e ampliação do capital a luta contra o racismo não será vitoriosa se não estiver alinhada à luta pelo fim da dominação capitalista. Assim

como o racismo se apresenta enquanto um elemento indispensável para o sistema da divisão da sociedade em classes, somente uma luta abstratamente anticapitalista não nos proporcionará os desfechos almejados. Para tanto, é necessário que a luta contra o racismo seja parte da luta contra o capitalismo!

De maneira oposta ao que determinadas leituras ainda hoje transmitem, muitas vezes de caráter liberal e anticomunista, a questão racial foi, e continua sendo, uma das preocupações do marxismo. Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lenin, e tantas outras figuras já indicavam em seus escritos a correlação entre racismo, colonialismo e capitalismo. Conceitos centrais do pensamento marxista, como a acumulação primitiva e a superexploração, se tornaram fundamentais para compreender a formação social nos países capitalistas, sobretudo no continente africano.

A União Soviética e seus países aliados, através da Internacional Comunista (também conhecida como III Internacional), assumiram um importante compromisso no combate ao colonialismo e ao imperialismo, sobretudo nas nações do continente africano. Durante o século XX, o movimento comunista se tornou um grande aliado dos movimentos de libertação e descolonização na África, cooperando assiduamente com assistência militar, econômica e abertura de plataformas educacionais. Lembre-se que não foram União Soviética, Cuba, Coreia do Norte, China ou Vietnã os responsáveis pela colonização e exploração da África, mas sim, e ainda hoje o são, as grandes potências imperialistas.

Aqui destacam-se importantes revolucionários, lideranças dos movimentos de libertação nacional, como Amílcar Cabral, Thomas Sankara, Agostinho Neto, Kwame Nkrumah e Samora Machel. Estes foram capazes de compreender que a urgência de sua luta ia além da conquista da independência político-jurídica em seus territórios: era preciso avançar na construção de um novo modelo de sociedade. Para eles, torna-se evidente o alinhamento entre pan-africanismo e socialismo, sendo apresentados como processos de uma luta comum, indissociável. Naquele momento só havia duas opções: submeter-se ao neocolonialismo ou cerrar fileiras e somar esforços na construção do socialismo. Os Movimentos Africanos escolheram

cerrar fileiras e somar esforços na construção do socialismo. Este objetivo só poderia ser alcançado caminhando para além de uma mera transposição da teoria: fez-se necessário utilizar a arma teórica do marxismo-leninismo de maneira criadora, de acordo com as condições concretas das realidades específicas vividas. Isso não significa dizer, é evidente, que a leitura destes autores dispense a análise e o estudo aprofundado – não só porque mesmo ao longo dessa belíssima história das revoluções socialistas ocorreram equívocos e desvios, mas também porque os próprios acertos não devem jamais ser encarados como resultado de fórmulas milagrosas de transformação da realidade, aplicáveis a qualquer lugar e época.

O materialismo histórico-dialético não só aponta para um entendimento abrangente da opressão racial, mas também se coloca como um importante instrumento no seu enfrentamento. Resgatando os entendimentos de Lenin, bastante fundamentais ainda na contemporaneidade, entende-se que os verdadeiros ideais da democracia não podem se apresentar de forma distanciada daqueles historicamente excluídos. As lutas pan-africanistas, assim como as revoluções socialistas, foram fontes de inspiração para milhares de negras e negros ao redor do globo, atravessando diferentes gerações. Apontaram um importante caminho de luta contra a exploração e dominação imperialista pela soberania dos povos, devolvendo com determinação o fôlego daqueles que anseiam a construção de uma nova realidade.

Por fim, lembrando o que disse Thomas Sankara, nossa geração é herdeira de todas as revoluções do mundo, das lutas de libertação dos povos oprimidos e daqueles que nunca calaram seus gritos de liberdade. Que os textos presentes ao longo dessa coleção sirvam de fonte de conhecimento e enriquecimento intelectual, mas também sejam uma verdadeira fonte de inspiração para aquelas e aqueles que acreditam ser possível construir um novo mundo, livre da exploração do homem pelo homem e de qualquer forma de opressão.

Maria Carolina de Oliveira dos Santos é graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e militante da

União da Juventude Comunista.

A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana

Por Jones Manoel

Nos dias atuais é difícil conseguir captar o clima político de décadas atrás. Imagine, por exemplo, que estamos em 1968. Aquela geração colocou o capitalismo nas cordas. Já tínhamos a Revolução Russa de 1917, a derrota sobre o nazifascismo, a criação das Repúblicas Populares no Leste Europeu, a Revolução Chinesa, a Revolução Coreana, a Revolução Argelina, a Revolução Cubana, a libertação nacional de Gana e mais uma série de lutas de resistência nacionais anti-imperialistas e socialistas pelos quatro cantos do mundo. Do Chile ao Vietnã, passando pela África do Sul e Indonésia, era uma época em que vivemos, concretamente, a possibilidade da Revolução e da derrubada do imperialismo.

O cheiro da Revolução era forte no mar de sangue e lágrimas do capitalismo inclusive no coração do sistema, na maior superpotência do mundo, onde ardia o Movimento pelos Direitos Civis dos negros e o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for Self-Defense*, ou BPP, na sigla em inglês) questionava de frente os mitos do *american way of life*, denunciando o capitalismo racista e colonialista. “Todo poder ao povo” – gritavam os negros e negras empunhando armas de fogo e livros de Lenin e Mao Tse-Tung. Exigir o impossível era algo muito realista. Nesse contexto histórico de esperanças e coragem, a África se levantava da longa noite de massacres coloniais para não só afirmar que tinha uma História, como também para reconstruí-la. Os processos de descolonização, controlados pelas antigas potências, ou com resistência ativa dos *condenados da terra*¹, aconteciam em todo continente.

Mesmo quando os movimentos de libertação sofriam um duro revés, a pulsão de resistência se mantinha firme. Era o tempo de Aimé Césaire, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Samora Machel, Kwame Nkrumah, Frantz Fanon, Thomas Sankara, Patrice Lumumba, Steve Biko e tantos outros. A maioria desses nomes, hoje, não diz nada. Quanta diferença.

George Orwell, em *1984* (1949), trata de um lugar distópico onde a história, a memória e a verdade eram decididos pelo poder central. O passado mudava de acordo com a necessidade do poder de controlar o presente. Uma ilustração bem adequada para pensar a situação de hoje. Nas últimas décadas, depois da derrota do movimento comunista, do campo socialista e do movimento terceiro-mundista, os vencedores da mal chamada Guerra Fria, como espólio de guerra, roubaram a história². Apagaram a fusão entre marxismo e lutas de libertação nacional na periferia do sistema capitalista e os belos capítulos de resistência dos condenados da terra.

Esse processo de apagamento histórico, expressando uma aparência de “direita” ou de “esquerda”, procura afirmar, dentre outras coisas, que o marxismo nunca deu atenção às “pautas raciais” e que, portanto, agora, pela primeira vez na história, a nova esquerda, os novos movimentos sociais, os novos sujeitos, a nova novidade... vão começar a tratar do tema. É evidente, porém, que o racismo e a luta anticolonial vão ser abordados numa versão de corte idealista, esterilizada de radicalidade, uma espécie de contra narrativa que não faz o caminho do céu à terra – paira eternamente nas nuvens³. Ah, e não podemos esquecer que esse movimento negro sem as armas da crítica e sem a crítica das armas⁴ é fartamente financiado por fundações como a Ford Foundation e a Rockefeller e pautado pelos aparelhos ideológicos da classe dominante dos países centrais, charmosamente chamadas de “melhores universidades do mundo”⁵.

Nesse cenário, encontramos como hegemônico no movimento negro brasileiro a fundamentação filosófica identitária. Esse identitarismo⁶ aparentado do liberalismo, pós-modernismo e anticomunismo, apresenta uma falsa radicalidade. Prende-se a noções naturalistas e essencialistas da identidade negra, radicalizando-a a ponto de falar de uma hipercentralidade epistemológica, ontológica e política do negro, chegando ao limite da proposta de um idealizado Estado negro em África para todos os negros da diáspora. Exemplo perfeito dessa tendência é o pensador Carlos Moore: um “crítico” do racismo com fortes tendências essencialistas, naturalistas e identitárias, que flerta com o liberalismo

sem dizer seu nome, odeia o marxismo e combate Marx como o maior racista de todos os tempos, mas é encantado por Barack Obama⁷.

Quando não acontece o apagamento da história de luta de marxistas africanos ou negros de outras partes do mundo, há um grotesco falseamento histórico com características de transformar a memória em uma mercadoria vendável no processo de valorização do valor. A maior vítima desse revisionismo histórico é, sem dúvida, o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa. Esta organização radical, revolucionária, profundamente conectada ao campo socialista no âmbito da solidariedade internacional e com diversas ligações com o marxismo, foi transformada em uma expressão do empoderamento, representatividade liberal e em uma marca estética⁸.

A função da *Coleção Quebrando as Correntes* e especificamente desse primeiro lançamento, *A Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista* é combater esse espírito do tempo. É necessário lembrar, como bem disse Malcolm X, que “não há capitalismo sem racismo” e que a libertação do povo negro só é possível com a Revolução Socialista⁹. Só o encontro entre a história e tradição ancestral de luta dos povos africanos com o materialismo histórico-dialético pode possibilitar que o negativo total do capitalismo mundial, o preto periférico explorado, consiga quebrar suas correntes.

Contudo, dadas essas grossas camadas ideológicas de apagamento e revisionismo histórico, pedimos ao leitor que, antes de mergulhar nos textos selecionados neste volume, acompanhe as próximas linhas dessa apresentação.

O nosso objetivo é oferecer um fio histórico para compreensão do processo de encontro entre as lutas de emancipação em África e o marxismo, contextualizadas as dimensões teóricas, filosóficas, históricas e políticas desse encontro. Para tanto, seguiremos o seguinte “roteiro”: Primeiro vamos mostrar a íntima relação entre modernidade, colonialismo e racismo; depois abordar o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels no contexto da modernidade burguesa e a crítica dos dois fundadores do materialismo histórico

ao colonialismo e a negação do determinismo racial – buscando demonstrar que em germe, já no pensamento *marxiano* antes de qualquer “adaptação nacional”, estavam postas as armas da crítica para luta anticolonial e antirracista; em seguida um breve apontamento sobre a luta antirracista e anticolonial na história das Internacionais dos Trabalhadores (I, II e III) e para concluir, o cenário de início da Revolução Anticolonial pós-Segunda Guerra Mundial e o papel do marxismo como guia teórico-prático das lutas de libertação e uma breve incursão sobre os desafios atuais da Revolução Africana.

Modernidade, colonialismo e racismo

A partir do final dos anos 70, tornou-se moda o debate sobre modernidade e pós-modernidade. Esse debate, difundido a partir do mundo acadêmico europeu e estadunidense, reproduz uma tendência de longa duração histórica na formulação teórica do pensamento ocidental dominante: considerar o nascimento da modernidade como um processo idílico de vitória da razão, autonomia do indivíduo, livre mercado, democracia e surgimento do sujeito. A história da modernidade é contada como um acontecimento essencialmente intereuropeu: um capítulo que começa com o Renascimento (ou com a Antiguidade Clássica greco-romana), passando pela Reforma Protestante, Iluminismo, Liberalismo, Revolução Inglesa, Francesa, parlamentarismo, etc.

Dentro dessa abordagem, elementos incômodos, como a escravidão, são tratados quase que como uma reminiscência de um tempo passado que sobreviveu paralelamente fora do reino da modernidade e da razão até que um dia, finalmente, a História se adaptou à Ideia e a escravidão foi superada. É a partir de visões como essa que, contrafactualmente, se considera que o liberalismo é antagônico à escravidão e defensor por essência dos direitos individuais¹⁰. Esta comédia de erros chega a tal ponto que intelectuais “críticos” – aqueles com intenção de combater o liberalismo – falam de “ideias fora do lugar” ou que no Brasil o liberalismo seria incompleto e contraditório dada a sua compatibilidade com a escravidão e, posteriormente, com a

dominação oligárquica das primeiras décadas da república brasileira¹¹.

Se o liberalismo é tratado como um mito, configurando uma verdadeira hagiografia, outros aspectos fundamentais da modernidade, como o vínculo indissociável entre modernidade burguesa, capitalismo e formas de trabalho não livres (livres no sentido burguês) ou a questão colonial, são apagadas. Aqui, mais uma vez, o processo de ocultamento acontece em vários quadrantes: na esquerda e na direita. Um exemplo bastante ilustrativo é o debate entre os intelectuais Norberto Bobbio e Palmiro Togliatti.

Bobbio, em 1954, afirmou que os “Estados socialistas”, tinham realizado uma nova fase de “progresso civil em países politicamente atrasados, introduzindo institutos tradicionalmente democráticos [...] e a coletivização dos instrumentos de produção”, mas faltava a esses Estados, “uma gota de óleo liberal nas máquinas da revolução já realizadas”. O raciocínio de Bobbio é nítido: liberalismo significa por essência limitação do poder central, Estado de direito e direitos individuais – supostamente, o grande ausente nas experiências socialistas. Togliatti, grande dirigente do Partido Comunista Italiano, respondeu assim à crítica de Bobbio:

Mas quando, e em que medida, foram aplicadas aos povos coloniais os princípios liberais nos quais se disse fundado o Estado inglês do século XIX, modelo, creio, de regime liberal perfeito para aqueles que pensam como Bobbio? A verdade é que a doutrina liberal [...] fundamenta-se numa bárbara discriminação entre as criaturas humanas. Além das colônias, tal discriminação se alastra também na própria metrópole capitalista, como demonstra o caso dos negros estadunidenses, em grande parte desprovidos de direitos elementares, discriminados e perseguidos.¹²

Aliados a isso, é evidente, os questionamentos prático-políticos dessa visão idealizada do surgimento da modernidade são combatidos ou confinados à estratégia do esquecimento. O filósofo italiano Domenico Losurdo mostra como a Revolução Francesa foi banida do panteão das glórias liberais-modernas a partir de um revisionismo histórico que exalta a Revolução Inglesa e Americana e repudia os ventos da Marselhesa¹³. Um exemplo característico desse

revisão histórico é o livro *Sobre a revolução* (ARENDR, [1965] 2011, p. 92-158) da filósofa Hannah Arendt, que considera que a Revolução Americana, ao contrário da Francesa, garantiu a liberdade e a libertação sendo um processo político essencialmente pacífico, uma vez que não tinha a questão social no centro de sua agenda revolucionária – caminho irremediável ao totalitarismo, segundo ela. O caráter plebeu da Revolução Francesa e seu conteúdo igualitário, assim como a apropriação feita do jacobinismo pelo movimento operário socialista, não explicam por si só este expurgo. Existe outra razão, talvez até mais forte que as anteriores.

A Revolução Francesa foi a única revolução burguesa que pôs em questão a escravidão¹⁴. A libertação nacional das Províncias Unidas (Holanda), a Revolução Inglesa e a Americana deram um impulso gigantesco à escravidão, ao extermínio dos povos originários (chamados genericamente de “índios”) e ao colonialismo. Já os jacobinos ousaram estender os direitos naturais do homem e do cidadão para além do pequeno ciclo de homens, proprietários, brancos e europeus – que barbárie!

Mas esse não foi o único pecado de Robespierre e seu grupo. Eles influenciaram os negros e negras do outro lado do Atlântico a achar que podiam ser incluídos nos direitos universais do homem (os jacobinos negros, evidentemente, foram bem mais longe na crítica prática à escravidão que os jacobinos brancos). Numa das colônias francesas mais lucrativas do mundo, São Domingos, os ex-escravos se rebelaram, combateram a metrópole e a elite nativa, tomaram o poder, aboliram a escravidão e ousaram ser donos do seu destino.

Mas, enquanto isso, e os escravos? Eles ouviram falar da Revolução [Francesa] e conceberam-na à sua própria imagem: os escravos brancos da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Antes do final do ano de 1789, houve levantes em Guadalupe e na Martinica. Já em outubro, em Forte Dauphin, um dos futuros centros da insurreição de São Domingos, os escravos estavam se agitando e realizando reuniões de massas nas florestas durante a noite. Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação [...] Nenhum dos homens que deveriam liderar seus irmãos para a liberdade estava em atividade

nesse momento, até onde sabemos. Dessalines, já com quarenta anos, servia como escravo para seu senhor negro. Christophe ouvia as conversas no hotel onde trabalhava mas não tinha ideias construtivas. Toussaint lia sozinho seu Raynal: "Um chefe corajoso é tudo o que é preciso". Ele diria mais tarde que, desde a época em que os problemas surgiram, sentia-se destinado às grandes coisas. (JAMES, 2016, p. 87-88)

Naturalmente, os jacobinos negros, como os haitianos Toussaint L'Ouverture e Jacques Dessaline, têm que ser excluídos da história. E, como derrotados – mais uma vez insistimos neste ponto –, banidos para sempre da memória. A partir desse processo de exclusão dos aspectos incômodos da modernidade burguesa, fica difícil lembrar que raça e hierarquização dos povos (bárbaros *versus* civilizados) não é uma criação eterna, imutável, mas nasce justamente quando surge pela primeira vez uma história universal, o sistema-mundo. Até o século XVI não era possível falar de uma história do mundo. Com a estabelecimento do comércio tricontinental centrado na Europa, possibilitado pela invasão colonial na região posteriormente nomeada América (um dos maiores genocídios de todos os tempos), surge uma nova construção social, histórica e ideológica que fundamenta o sistema de exploração colonial e o tráfico de seres humanos escravizados: a raça¹⁵.

Antes do início da modernidade, ao contrário do pensamento de teóricos identitaristas e naturalistas do movimento negro, a raça tal como conhecemos hoje não existia. As diferenças de cor de pele e traços fenotípicos não conformaram um sistema de significados sociais com derivações práticas estruturantes nas formas de sociabilidade. Se é possível achar desde o começo da história humana comentários referentes a um processo de estranhamento do *Outro* a partir de traços fenotípicos diferenciados, só com a modernidade esses traços ganham contornos estruturais de marcadores sociais.

Se durante muito tempo essa metafísica da raça teve uma forma de explicação teológica, com a laicização do pensamento ocidental, no bojo do Iluminismo e da Revolução Burguesa, a ciência entrou em cena para legitimar a metafísica racial a partir da biologia, antropologia criminal, sociologia e afins¹⁶. É curioso como existe um

sistemático ocultamento da racialização na produção teórica burguesa moderna. No livro didático que trabalho em sala de aula, por exemplo, ao apresentar o Liberalismo e o Iluminismo, buscando sumarizar as principais ideias de alguns dos pensadores mais destacados desses movimentos, como John Locke, Adam Smith, Barão de Montesquieu, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill entre outros, nenhuma palavra é dita sobre o apoio desses homens à escravidão e/ou ao colonialismo¹⁷.

A raça como chave de estruturas sociais e significante simbólico é um componente central em todas as correntes teórico-filosóficas e está em quase todos os autores do pensamento ocidental. Mas existe uma tradição teórica e política que tenta escapar a essa tendência histórica de longa duração: o marxismo.

O lugar de Karl Marx e Friedrich Engels na modernidade burguesa

O filósofo Domenico Losurdo afirma, corretamente, que existe na modernidade burguesa uma filosofia da história constituída por um universalismo agressivo e colonizador que tende a ver o Ocidente como o máximo da civilização, em uma missão eterna e inescapável de extirpação da barbárie e do atraso nos quatro cantos do mundo. O “fardo civilizatório” do homem branco é apenas um dos episódios mais caricatos dessa história, mas de forma alguma o único (LOSURDO, 2006, p. 6-65). Nos dias atuais, essa filosofia da história se expressa nas diversas formas de agressão que os Estados Unidos e sua máquina de guerra, seguidas de perto pelos seus sócios menores como União Europeia, impõe à Venezuela, Cuba, Coreia Popular, Irã, China, Vietnã e outros países “incivilizados”.

Losurdo, em um balanço crítico da obra dos fundadores do materialismo-histórico, mostra como os dois fundadores do materialismo-histórico em alguns momentos acabaram deslizando nesta ideologia burguesa. É conhecida, por exemplo, a exaltação chauvinista do roubo da Califórnia dos mexicanos feita por Engels; ou algumas análises de Marx feitas sobre os Estados Unidos que pareciam desconsiderar a escravidão e a sorte dos povos originários (“peles vermelhas”) ao afirmar que no país a “emancipação política

já foi realizada”¹⁸. Uma análise sistemática e da totalidade do pensamento de ambos, porém, mostrará que esses dois pensadores, no decorrer da sua evolução, conseguiram recusar completamente, considerando seu lugar histórico, essa filosofia da história burguesa¹⁹.

Demostremos isso a partir de quatro questões. Primeiro, Marx e Engels, ao contrário de toda tradição dominante de sua época, recusaram qualquer paradigma naturalista e racialista na construção de sua crítica da economia política e teoria social centrada no conflito de classes. A análise marxiana é radicalmente histórica. Quando Marx diz, em *Trabalho Assalariado e Capital* (1849), por exemplo, que um negro é apenas um negro e que ele só se torna escravo em condições históricas determinadas, a afirmação é não uma coisificação do negro, mas uma negação radical de qualquer metafísica da raça, chamando atenção para as condições histórico-concretas do desenvolvimento do tráfico de seres humanos escravizados na lógica mercantil²⁰ – os criadores do socialismo científico também combateram as explicações psicopatológicas dos processos sociais, tendência em voga nos pensadores do século XIX para “explicar” os processos revolucionários²¹.

Hoje foi quase banido da história um dado básico da cultura ocidental hegemônica até a primeira metade do século XX. A leitura racial da sociedade não era um privilégio da Alemanha Nazista. Era um consenso dominante no Ocidente, servindo de espelho para as classes dominantes locais de toda periferia, existindo regimes de supremacia racial ou estados com políticas eugenistas nos quatro cantos do mundo. A própria palavra “racismo” não tinha uma conotação negativa: significava a justa e necessária separação entre as raças para evitar a degradação da “raça branca”, “ariana” ou “nórdico-germânica”. Quando a União Soviética (URSS), em 1936, criminalizou o racismo e reforçou ainda mais a política cultural, educacional e científica de igualdade racial, ela estava isolada²². Nadava contra a corrente.

O termo racismo só passou a ter uma conotação universalmente negativa (isto é, visto como algo ruim a ser combatido) e as teorias sociais de chave racialistas explícitas abandonadas ao final da

Segunda Guerra Mundial, depois da vitória da União Soviética sobre o nazismo e o início da revolução anticolonial no mundo. O materialismo histórico, à época de Marx e Engels, não combatia apenas o idealismo e outras formas filosóficas burguesas. Batia de frente com as teorias racialistas. Esse trecho clássico de Marx, se bem lido no seu contexto histórico, revela uma revolução teórico-política:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008 [1859], p. 47)²³

O segundo aspecto é que os autores da Ideologia Alemã são críticos do colonialismo. Essa crítica ao colonialismo opera em duas dimensões. Os dois pensadores foram ardentes defensores da emancipação nacional da Irlanda e Polônia, os dois principais símbolos europeus da política colonial. Essa defesa da Polônia e da Irlanda, inclusive, é feita contra membros da Internacional dos Trabalhadores que consideravam, assim como alguns “marxistas” posteriores, que essas lutas nacionais eram desvios da luta de classes. Os autores mostraram com precisão que, nesses países, a questão social assume uma dimensão nacional e, em vários momentos de suas obras e atuação política, instigavam o proletariado inglês a combater o colonialismo de “sua” burguesia²⁴.

Marx e Engels foram ainda mais fundo. Adiantando a indispensável formulação de Vladimir Lenin sobre a aristocracia operária e a questão colonial, os autores do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) perceberam a dialética entre questão colonial e amoldamento à ordem do proletariado inglês, mostrando que os superlucros da burguesia inglesa auferidos com a colonização da Irlanda serviam

como contraponto às vitórias da economia política do trabalho sobre o capital. Não poucas vezes, Marx e Engels ligaram diretamente o persistente reformismo dos trabalhadores ingleses ao martírio dos irlandeses, constatando que a revolução socialista na Inglaterra e a libertação nacional irlandesa eram duas faces da mesma moeda – ainda é útil pontuar que análise parecida foi desenvolvida em relação ao Sul escravagista dos Estados Unidos e o movimento operário do norte, onde o trabalhador de pele clara comportava-se como um “senhor” frente ao trabalhador de pele negra.

O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportavam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder.

E linhas depois, conclui Marx:

Finalmente, o que a Roma Antiga demonstrou numa escala gigantesca pode ser observado na Inglaterra de hoje. Um povo que subjuga outro povo forja suas próprias cadeias. (MARX, [1864], 2014, p. 276)²⁵

Fora da Europa, a crítica ao colonialismo também foi mordaz. Se no *Manifesto do Partido Comunista* e na *Miséria da Filosofia* (1847), o colonialismo não aparece às vezes com ares de condenação explícita e, em alguns trechos, Marx e Engels tratam do tema com certo lirismo, na evolução posterior dos dois pensadores, especialmente a partir da década de 1860, a crítica ao colonialismo é devastadora. É bastante conhecido o capítulo d’*O Capital* (1867) sobre “a assim chamada acumulação primitiva”, no qual Marx refuta o mito liberal do surgimento do capitalismo a partir de um processo idílico e pacífico de uma “elite” laboriosa e disciplinada que soube poupar e acumular riquezas. Marx liga de maneira indissociável, a partir de um genial mapeamento histórico, o surgimento do modo de produção capitalista às barbáries do colonialismo. Diz Marx n’*O Capital*:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras que caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. [...] na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. (MARX, 2013, p. 820)

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública europeia perdeu o que ainda lhe restava de pudor e consciência. As nações se jactavam cinicamente de toda a infâmia que constituísse um meio para a acumulação de capital. (*Idem*, p. 824)

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo. (*Idem*, p.829)

Outro aspecto da crítica marxiana-engelsiana, que por muito tempo passou despercebida por alguns marxistas, é que eles desenvolvem uma reflexão (nunca aprofundada devidamente, é verdade), na qual afirma que as formas de dominação burguesas apresentam sutilezas na metrópole, mas desfilam nuas com toda sua crueldade nas colônias. Ou seja, Marx discorre sobre como a realidade colonial é o capitalismo em seu estado de máxima barbárie, uma espécie de verdade do capital; essa reflexão, posteriormente, também foi desenvolvida e aprofundada por Vladimir Lenin:²⁶

A profunda hipocrisia, a intrínseca barbárie da civilização burguesa se apresentam diante de nós sem disfarces, assim que das grandes metrópoles, onde elas assume formas respeitáveis, voltamos os olhos para as colônias, onde passeiam desnudas.²⁷

E, por último, ao analisar a comuna rural russa (*mir*), Marx e Engels, ainda que por caminhos um pouco diferentes, consideraram que ela poderia ser a base da construção do socialismo russo, negando uma universalidade agressiva e colonizadora a partir das formas sociais

européias. Ao fazê-lo, os fundadores do materialismo histórico colocam uma questão central para os movimentos revolucionários da periferia do capitalismo: mesmo com toda destruição causada pelo colonialismo imperialista, sobrevivem formas sociais e práticas culturais pré-colonização que carregam tradições comunitárias e igualitárias que podem ser a base da construção do socialismo com características nacionais e próprias de cada povo²⁸. Anos depois, José Carlos Mariátegui e Amílcar Cabral, por exemplo, adensaram essa reflexão a partir de sua realidade nacional.

Por esses quatro aspectos afirmamos que o marxismo, antes de qualquer “adaptação nacional” nos países dependentes, coloniais e semicoloniais de África, Ásia ou América Latina e Caribe, já estava pronto para transformar-se numa indispensável arma na luta antirracista e anticolonial. Considerar a obra marxiana-engelsiana como essencialmente eurocêntrica é um erro que percorre dois caminhos. Primeiro, apegar-se a algum trecho ou texto de Marx e Engels – e como falamos acima, alguns deles, realmente, são terríveis, como os comentários de Engels sobre o México ou o pequeno panfleto de Marx sobre Simon Bolívar –, mas ignorando o conjunto de sua obra, uma análise da globalidade de sua produção teórica; ou tomar como premissa da crítica uma análise idealizada das formas sociais pré-colonização numa tentativa infantilizada de retornos a sociedades já destruídas (como o misticismo em torno de uma África pré-colonização, algo de muito sucesso no movimento negro brasileiro).

A partir dessa perspectiva de retorno idealizado, caricata o suficiente ao ponto de idolatrar monarquias de bases socioeconômicas feudais, Marx e Engels seriam por essência eurocêntricos dado que partem da realidade europeia: seu objeto de análise, dado ser nesse continente que o modo de produção capitalista apresentava maior desenvolvimento. Ora, é evidente que os autores do Manifesto Comunista são europeus e, mesmo produzindo a contrapelo das tendências ideológicas dominantes de sua época, não escapam às determinações histórico-culturais e subjetivas de seu tempo.

A grande questão, porém, é que a obra marxiana-engelsiana é acima de tudo uma crítica da economia política; uma análise do modo de produção capitalista em suas formas mais elementares com vistas à superação revolucionária dessa sociedade. Nesse sentido, usando uma linguagem hegeliana, podemos dizer que o capitalismo é um sistema universal que se realiza na particularidade de cada país/região. Ou seja, enquanto existir capitalismo, a crítica da economia política de Marx e Engels, e portanto o materialismo histórico, serão a filosofia insuperável do nosso tempo – mas isso não significa que essa crítica seja um universal-abstrato coagulado de determinações mais concretas; o universal se realiza no particular. A grande tarefa do marxista na periferia do capitalismo é analisar essa totalidade desde o ponto de vista da sua realidade nacional.

O que não implica dizer, contudo, que não tenha existido e haja até hoje marxistas eurocêntricos. Na próxima seção dessa apresentação, trataremos do marxismo da Segunda Internacional e seu eurocentrismo colonialista. Mas também existe marxismo estruturalista, analítico, pós-moderno, neopositivista, existencialista, etc. Nenhuma dessas leituras são derivados necessários da obra marxiana-engelsiana, mas apropriações parciais de aspectos tópicos do materialismo histórico. Nesse sentido, o fato de haver marxistas eurocêntricos e uma larga tradição de eurocentrismo no marxismo não autorizada ninguém com dois dedos de honestidade intelectual a descartar o marxismo como algo que só tem validade para Europa.

Questão colonial e racial na Primeira, Segunda e Terceira Internacional

A Primeira Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), no geral, manteve uma posição crítica ao colonialismo e de maneira mais indireta ao racismo. Durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, a Internacional tomou uma firme posição em defesa da União e contra o escravagismo do Sul. Essa posição hoje pode parecer evidente para alguns, mas, na época, vários ciclos de ideólogos liberais e da classe dominante da Europa cerraram fileiras com o Sul

escravagista²⁹. Aliás, Domenico Losurdo localiza na Guerra de Secessão o marco histórico de virada do liberalismo, quando a escravidão passou a ser progressivamente repudiada na cultura hegemônica liberal³⁰, transição completa apenas com a vitória de Stalingrado.

Mesmo com essa tomada de posição contra a escravidão e com as diversas críticas ao colonialismo produzidas pela Internacional dos Trabalhadores, não é possível afirmar que houve um movimento de combate prático ao colonialismo de África e Ásia e quaisquer ligações orgânicas com as resistências locais nesses continentes. A Primeira Internacional era uma organização essencialmente europeia que depois passou a ter importante atuação nos Estados Unidos. Compreendia a si mesma como o Partido Internacional, a nível europeu, da revolução socialista, mas deixava as lutas de libertação nas colônias mais a cargo dos condenados da terra.

Karl Marx morreu em 1883 e Friedrich Engels em 1895. A partir mais ou menos da década de 70 do século XIX, o capitalismo passa por um longo processo de transformação nas suas bases fundamentais. Essa transição para uma nova fase do capitalismo, Marx e Engels não puderam acompanhar com a devida atenção. Lenin, dentre todos os marxistas, foi o que melhor sintetizou o sentido dessas mudanças.

Lenin demonstrou no seu clássico *Imperialismo: Etapa superior do capitalismo* (1917), que, entre o final do século XIX e o início do século XX, a economia capitalista passou por um profundo processo de transformações. O processo de acumulação de capital dos países centrais rumou a uma centralização e concentração cada vez maior do capital e a fusão entre o capital bancário e o capital industrial – o nascimento do capital financeiro –, criando grandes trustes e monopólios de proporções gigantescas.

O capitalismo monopolista proporcionava uma capacidade/necessidade de investimentos e domínio de territórios além dos marcos nacionais, que impulsionou um novo ciclo colonialista em direção à África e Ásia. Não se tratava mais de conquistar territórios para criar monopólios comerciais ou um mercado produtor de especiarias; a questão era obter zonas de

controle e influência que garantissem nichos de investimentos rentáveis para os grandes monopólios, fornecimento de matérias primas para a indústria e mercado consumidor. Esse condicionamento das economias da África e Ásia às necessidades do capitalismo imperialista vinha acompanhado de um violento processo de subjugação política dado pela capacidade militar maior dos Estados capitalistas europeus.

A dominação imperial de África e Ásia significou o extermínio de milhões de pessoas e a criação das técnicas mais bárbaras e avançadas de dominação. O filósofo alemão Theodor W. Adorno perguntou se era possível escrever poesia depois de Auschwitz; mas, na realidade, para grande parte da população mundial, foi impossível escrever poesia durante toda modernidade!

A Primeira Guerra Mundial foi a explosão dessas contradições interimperialistas pelo domínio global. O fim da Primeira Guerra não só não resolveu essas contradições como possibilitou sua elevação em nível superior. O projeto nazista alemão expressa uma radicalização da tradição colonial-imperialista, que viu seu "espaço vital" dentro da própria Europa, isto é, no Leste Europeu, e pretendeu transformar o povo eslavo em seus escravos coloniais (o Japão voltou-se para a China, Indochina e Coreia e a Itália para o Norte da África).

O imperialismo não significou apenas uma mudança nas relações de produção capitalistas e nas estruturas de poder do Estado burguês. Também possibilitou uma mudança na relação entre o movimento operário e a burguesia de cada país imperialista. Surgiram novas táticas de combate aos trabalhadores organizados. A dialética entre questão colonial e reformismo já percebida por Marx e Engels no caso dos Estados Unidos e na colonização inglesa sobre a Irlanda, chegou a outro patamar.

Evidentemente, esse processo não foi teleológico e totalmente compreendido pelas classes dominantes, seus intelectuais e dirigentes políticos na época. Muitos representantes da burguesia viam as concessões ao movimento operário e sua entrada no parlamento como o canto dos cisnes do capitalismo; outros, porém, buscaram articular estratégias para transformar os movimentos de

contestação dos trabalhadores em apêndices da ordem, costurando pactos de conciliação de classe. Nesse enfrentamento, a questão colonial tinha papel destacado.

Os representantes mais lúcidos da burguesia, como o colonizador inglês Cecil Rhodes, ciente da relação orgânica entre expansão colonial e controle da questão social nos países centrais do capitalismo, colocava assim a questão:

Ontem estive no East End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali os discursos exaltados cuja nota dominante era pão!, pão!, e ao refletir, no caminho da volta para casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo (...). A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes no Rio Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos nos apossar de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente da população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, como sempre digo, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas. (LENIN, 2012, p. 112)

Muito já foi escrito sobre as disputas no seio da Segunda Internacional (criada em 1889 e morta na prática em 1914, mas formalmente só em 1916) entre as tendências direitistas, centristas e revolucionárias (ou de esquerda). Via de regra, esse debate é centrado na questão “reforma ou revolução”, como colocada brilhantemente pela jornalista e teórica marxista Rosa Luxemburgo ([1899], 2011). A questão, porém, tem outra dimensão intimamente ligada à querela “reforma ou revolução” e que muitas vezes é esquecida. Não é coincidência que as tendências direitistas e centristas da Segunda Internacional transitassem entre uma posição passiva ou de apoio explícito ao colonialismo de “sua” burguesia. E as tendências revolucionárias, mantivessem uma firme posição anticolonial – ainda que muitas vezes com base em posições teóricas equivocadas, como é o caso de Rosa Luxemburgo e Nicolai Bukharin.

Um belo exemplo disso são as posições do intelectual Karl Kautsky durante o famoso debate com Eduard Bernstein. Quando Bernstein lançou suas teses revisionistas, a posição de Karl Kautsky, herdeiro testamentário de Engels e o principal teórico da Segunda Internacional, foi combatê-lo reafirmando a ortodoxia consolidada no

movimento operário social-democrata (uma leitura do marxismo com fortíssimos traços positivistas, evolucionistas e eurocêntricos). No decorrer do começo do século XX, Kautsky vai assumindo cada vez mais uma posição centrista e torna-se muito difícil achar escritos seus de combate ao expansionismo colonial alemão. Quando começa a Primeira Guerra Mundial, ele apoia a “sua” burguesia e tenta pintar a disputa interimperialista como um confronto “democracia *versus* autoritarismo” (a Alemanha democrática contra o czarismo russo). Um olhar mais atento vai perceber que a tomada de posição de Kautsky e da maioria da social-democracia alemã não foi um raio em céu azul, mas a consequência lógica de uma política de longo prazo. Se a social-democracia com as mais variadas desculpas apoiava “sua” burguesia na política colonial, por qual motivo ela não apoiaria em um confronto direto entre as potências europeias pelas... colônias?³¹ Para não deixar dúvidas, eis a posição de Eduard Bernstein sobre a política colonial do império alemão:

Se, antes do tempo, os socialistas propusessem ajudar os selvagens e os bárbaros na sua luta contra a premente civilização capitalista, isto seria um refluxo ao romantismo [...] A civilização superior tem sempre, em relação às inferiores, o maior direito pelo seu lado, e em certos casos até o direito histórico, ou melhor, o dever de submetê-las. (BERNSTEIN *apud* LOSURDO, 2006, p. 29)

Vladimir Lenin foi o líder operário que melhor apreendeu o sentido, no calor da história em processo, econômico, social e político desse amoldamento à ordem da social-democracia. Para o autor de *O Estado e a Revolução* (1917), o capitalismo monopolista criou uma espécie de aristocracia operária inteiramente pequeno-burguesa pelo seu modo de vida, altos salários (tomando como referência o salário médio dos trabalhadores europeus e de outros países) e concepção de mundo, constituindo o principal apoio da Segunda Internacional e o auxílio social da burguesia, demonstrando o vínculo entre “reformismo e chauvinismo” (LENIN, 2012, p. 34). A ruptura no movimento operário com a criação dos partidos comunistas, portanto, não pode ser compreendida sem dimensionar esse debate fundamental.

Nesse sentido, o movimento operário da Segunda Internacional, ao menos nos seus setores hegemônicos, retrocedeu em relação à política dirigida por Marx e Engels na questão racial e colonial. Esta ficou presa à tradicional posição da Primeira Internacional, isto é, a condenação do colonialismo na Europa, prestando solidariedade à Irlanda, à Polônia e a outros países; mas, no momento em que África e Ásia eram devoradas, os maiores nomes e partidos dessa segunda experiência internacionalista dos trabalhadores, poucas palavras anticoloniais tinham a dizer. O balanço de Josef Stalin sobre a Segunda Internacional e a questão colonial é bastante preciso:

Dezenas e centenas de milhões de homens dos povos asiáticos e africanos, que sofreram a opressão nacional de forma mais brutal e cruel, ficavam geralmente fora do seu horizonte visual [da Segunda Internacional]. Não se decidiam a colocar num mesmo plano os povos "cultos" e "incultos", os brancos e os negros. De duas ou três resoluções vazias e melífluas, nas quais se escamoteava cuidadosamente a questão da libertação das colônias, era de tudo isso que podiam vangloriar-se as personagens da Segunda Internacional. O leninismo colocou a descoberto esta incongruência escandalosa, rompeu a muralha entre os negros e os brancos "cultos" e "incultos" do imperialismo e vinculou assim o problema nacional ao problema das colônias. (STALIN, 1980, p.76-77)

Depois da falência da Segunda Internacional, uma parcela da vanguarda dos trabalhadores lutou para reconstruir o partido mundial da revolução socialista. Nascia, em março de 1919, a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (do alemão, *Kommunistische Internationale* ou *Komintern*; IC em português). A IC já surge com uma diferença significativa em relação às experiências anteriores. Em 1917 aconteceu a grande Revolução de Outubro na Rússia. A Revolução Russa não foi só a tomada do poder político pelos trabalhadores e o início da primeira transição duradoura ao socialismo – o que não é pouco –, como foi, também, o maior abalo no sistema colonial desde a Revolução Haitiana.

Os bolcheviques não só chamaram os proletários do mundo para unir-se, como também os povos das colônias e semicoloniais a quebrar suas correntes. Lenin, em especial, deu grande importância a criar seções da IC nos países coloniais. Pela primeira vez na história do movimento operário, buscava-se uma ligação orgânica

entre a luta socialista na metrópole e a luta anticolonial na periferia do sistema. A IC também expressou a primeira onda de mundialização do marxismo. Durante o período da Primeira e Segunda Internacional, o movimento operário de orientação marxista estava concentrado na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, ampliando-se, ao final do século XIX, para a periferia da Europa: Polônia, Hungria, Irlanda, Rússia, etc. Só com a IC é que o marxismo tornou-se realmente global, com a criação de várias organizações comunistas na América, África e Ásia³².

No segundo congresso da IC, em 1920, Lenin aborda o problema dos judeus, irlandeses, dos povos coloniais e dos negros dos EUA. É a partir desse congresso (com o maior peso de partidos comunistas não-europeus) que a questão nacional e colonial passa ao centro da agenda política do movimento comunista. Lenin, sobre a questão nacional e colonial, diz o seguinte:

Das teses fundamentais acima expostas decorre que na base de toda a política da Internacional Comunista na questão nacional e colonial deve ser colocada a aproximação dos proletários e das massas trabalhadoras de todas as nações e países para a luta revolucionária comum pela derrubada dos latifundiários e da burguesia. Pois só tal aproximação garante a vitória sobre o capitalismo, sem a qual é impossível suprimir a opressão e a desigualdade nacional. (LENIN, 2017, p. 435)³³

Domenico Losurdo afirma, corretamente, que Lenin, ao contrário de Marx e Engels, nunca deixou-se seduzir por nenhum aspecto da filosofia burguesa da história, baseando-se na constatação de seu universalismo agressivo. Diz o filósofo italiano:

Em relação a este mundo, Lenin representa uma ruptura não só no plano político, mas também epistemológico: a democracia não pode ser definida independentemente dos excluídos, "o despotismo" exercido sobre "bárbaros" obrigados à "obediência absoluta" própria dos escravos e as infâmias da expansão e do domínio colonial lança uma luz inquietante sobre os Estados Liberais, e não só no que respeita à sua política interna. (LOSURDO, 2006, p. 18)

Com isso, no entanto, não estamos dizendo que o movimento comunista dirigido pela IC e centrado na União Soviética conseguiu superar totalmente o eurocentrismo e nunca vacilou na luta

anticolonial e antirracista. Não é essa a questão. Houve vários erros e deslizes dos partidos comunistas³⁴. A questão é que com o leninismo, pela primeira vez, o marxismo colocava-se explicitamente como uma arma de libertação dos povos colonizados. O que em Marx e Engels eram potencialidades intrínsecas ao materialismo histórico e às posições concretas nas diversas conjunturas, como na já citada Guerra de Secessão dos EUA, tornou-se com a União Soviética e o leninismo uma formulação direta e clara e um exemplo prático³⁵. E falamos exemplos práticos em três sentidos objetivos.

Primeiro, a própria Rússia czarista funcionava como um império colonial sobre as nacionalidades menores. A política soviética foi a primeira grande expressão de ações afirmativas descolonizadoras para as nacionalidades oprimidas; segundo, a URSS tornou-se um centro mundial de apoio aos povos colonizados e população negra (inclusive da metrópole capitalista estadunidense); em terceiro lugar, na prática política e teórica, a IC e a URSS forneciam grandes pontos de apoio para luta antirracista e anticolonial.

Para demonstrar esses três pontos elencados acima, vamos recorrer a algumas citações longas.

A União Soviética foi o primeiro império mundial fundado sobre a *affirmative action*. O novo governo revolucionário da Rússia foi o primeiro entre os velhos Estados europeus multiétnicos a enfrentar a onda crescente do nacionalismo a responder promovendo sistematicamente a consciência nacional das minorias étnicas e estabelecendo para elas muitas das formas institucionais características do Estado-nação. A estratégia bolchevique foi assumir a liderança daquele processo de descolonização que se apresentava como inevitável e levá-lo a cabo de modo tal que preservasse a integridade territorial do velho império russo. Para tal fim o Estado soviético criou não só uma dúzia de repúblicas de amplas dimensões, mas também dezenas de milhares de territórios nacionais espalhados por toda a extensão da União Soviética. Novas elites nacionais eram educadas e promovidas à posição de lideranças no governo, nas escolas, nas empresas industriais desses territórios recém-formados. Em muitos casos isso tornou necessária a criação de uma língua escrita lá onde antes não existia. O Estado soviético financiava a produção em massa nas línguas não russas de livros, jornais, diários, filmes, óperas, museus, orquestras de música popular e outros produtos culturais. Nada comparável existiria antes. (MARTIN *apud* LOSURDO, 2008, p. 171)

Sobre o segundo aspecto,

A União Soviética e os partidos aliados a ela desempenharam um papel crucial na formação política e ideológica dos quadros do movimento [de libertação africana], tendo sido crucial em Moscou no ano de 1930, a escola de Stalin, intuindo preparar quadros marxistas. As repercussões da crise econômica que sacudiam o mundo possuíam uma natureza favorável à tarefa do movimento anticolonial [...] Após ter traçado os mecanismos e as vias para colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio do marxismo-leninismo, segundo o qual, o mundo socialista deveria ajudar àqueles que aspirassem à descolonização [...] A URSS assinou acordos com cerca de quarenta países africanos. Um das mais interessantes dimensões desta cooperação dizia respeito ao ensino e à pesquisa: formação de quadros africanos na URSS, envio de professores e pesquisadores soviéticos às universidades e centros de pesquisa africanos. Aproximadamente 30.000 africanos formaram-se no sistema soviético de ensino superior. (THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010, p. 968-970)

E por fim,

Difundiam-se, com certa regularidade, notícias da penetração da propaganda bolchevista nas colônias portuguesas, a exemplo da "mensagem aos trabalhadores brancos e negros" assinada por Lenin e G. Thitcherine e cuja cópia foi encontrada pelo chefe da circunscrição da Mossurize (então território da Manica e Sofala), em 1919, entre as mãos de um indígena de Johannesburgo. Circulam igualmente informações da passagem, em outubro de 1927, por Lourenço Marques, de um suspeito comunista, "o cidadão da Livônia russa de Bakin" e no mesmo mês foi repercutido um telegrama confidencial do Ministério português da Colônias comunicando a intenção de dois "comunistas" Dmitri Rodaien (ou Rodaiev?) e Senes Chapiro, acompanhados do português José Almendra, se dirigiam à Guiné, Angola e eventualmente a Moçambique "em reunião de propaganda comunista, especialmente encarregados de ativar com elementos locais o desenvolvimento de incidentes graves intervencionais entre as nossas colônias e as colônias inglesas. (ANDRADE, 1990, p. 179)

Depois de novembro de 1917, esta nova doutrina [a política leninista], com ênfase especial nos negros, começou a ser transmitida ao movimento comunista norte-americano com a autoridade da Revolução Russa. Os russos, na [Comintern](#) [Internacional Comunista], começaram a enfrentar os comunistas norte-americanos com a exigência brusca e insistente de que abandonassem seus próprios preconceitos não declarados, que dessem atenção aos problemas e queixas especiais dos negros norte-americanos, que trabalhassem entre eles e que se convertessem em campeões de sua causa dentro da população branca³⁶

Correndo o risco de entediar o leitor, vale a pena insistir um pouco mais nesse ponto antes de passar à próxima seção dessa apresentação. O grande líder da luta anticolonial do Vietnã, o eterno Ho Chi Minh, escreveu em 1960 um texto explicando seu caminho ao leninismo. Ho Chi Minh detalha como começou a frequentar os ciclos do movimento socialista na França e tinha dificuldades de compreender bem os debates e rachas entre as internacionais. Sua maior preocupação, segundo relata, era saber qual internacional estava ao lado dos povos das colônias. Alguém lhe responde que é a Terceira Internacional e oferece para ele ler, *Tese sobre as questões nacionais e coloniais* de Lenin, publicadas pelo periódico comunista francês *L'Humanité*.

Ho Chi Minh fala das dificuldades de ler o documento da IC, mas depois de compreendê-lo, afirma que se “regozijou em lágrimas”. Qual o motivo das lágrimas? Aqui, as palavras do revolucionário asiático, belas e cheias de vida:

A partir dali, tive plena confiança em Lenin e na Terceira Internacional. Formalmente, durante os encontros no comitê do Partido, eu apenas escutava a discussão; tinha uma crença vaga de que tudo era lógico, e não conseguia diferenciar quem estava certo de quem estava errado. Mas a partir daquele momento, passei a me envolver nos debates e a discutir com fervor. Ainda que me faltassem palavras em francês para expressar todas as minhas ideias, eu rebatia energicamente os ataques feitos a Lenin e a Terceira Internacional. Meu único argumento era: “Se vocês não condenam o colonialismo, se vocês não estão alinhados com a população das colônias, que tipo de revolução vocês estão buscando”? Eu não apenas participava dos encontros do meu comitê do Partido, mas também ia às reuniões dos outros comitês para reafirmar “minha posição”. Devo dizer que mais uma vez meus camaradas Marcel Cachin, Vaillant-Couturier, Monmousseau e muitos outros me ajudaram a expandir meu conhecimento. Por fim, no Congresso de Tours, eu votei junto com eles por nossa adesão à Terceira Internacional. Em primeiro lugar, foi o patriotismo, e não o comunismo, que me levaram a acreditar em Lenin e na Terceira Internacional. Aos poucos, durante a luta e enquanto estudava o marxismo-leninismo paralelamente às minhas participações nas atividades práticas, eu me dei conta de forma gradativa de que somente o socialismo e o comunismo poderiam libertar as nações oprimidas e o povo trabalhador ao redor do mundo da escravidão³⁷.

A ligação orgânica entre a luta anticolonial e o movimento comunista sofreu momentos de abalo. Quando a Alemanha nazista invade a União Soviética com objetivo de erguer seu império colonial no Leste e criar uma reserva infinita de escravos, a URSS forma a aliança com a Inglaterra, França e Estados Unidos, direcionando a propaganda comunista inclusivamente contra o nazifascismo no âmbito da “frente democrática”. Muitas organizações de luta pela emancipação nacional da África não aceitaram isso – afinal, não era a Alemanha Nazista que oprimia seus povos há décadas, mas sim as democráticas Inglaterra e França³⁸. A despeito desses momentos de atrito, a União Soviética e o movimento comunista conseguiram consolidar-se como amigos ou aliados estratégicos das lutas anticoloniais e antirracistas.

O resultado da Segunda Guerra Mundial, quando os comunistas derrotaram o nazismo, abre um novo capítulo na história. Começa com o que Domenico Losurdo chama de a revolução anticolonial mundial. A despeito dos resultados hoje pouco vistosos, dado que a maioria dos países de África e Ásia passaram de uma condição colonial para uma neocolonial, uma coisa é certa: o antigo sistema colonial e as formas de supremacia racial abertas, como o apartheid na África do Sul e no Sul dos EUA, morreram. Agora podemos entrar diretamente na questão das lutas revolucionárias em África.

A Revolução Africana: uma história que ainda não acabou

O processo de emancipação nacional de África aconteceu em ondas históricas. A primeira onda de revoluções nacionais ocorreu nos anos 50 e 60 e teve impacto continental com a emancipação política do Egito, Argélia, Senegal, Líbia, Gana, etc. Nesse primeiro momento histórico, a força maior foi do terceiro-mundismo e do programa da negritude. De maneira geral, esse programa político difuso tinha como principal tarefa a construção da independência política; de uma economia voltada às necessidades da nação, a partir de um processo de modernização com vistas à superação da condição primário-exportadora; de uma ideologia unificadora do povo, com a valorização e “recuperação” da identidade nacional e popular; e de

uma política externa independente da polarização da Guerra Fria – uma África para os africanos³⁹.

Esse terceiro-mundismo, como tipicamente encarnado pelo Egito de Gamal Abdel Nasser, ou a ideologia da negritude, como bem representada pelo líder do Senegal, Léopold Sédar Senghor, não tinha objetivos socialistas, revolucionários. Paulo Visentini (2012; 2016) classifica os processos revolucionários na história moderna como de quatro tipos: a) revoluções burguesas; b) revoluções democrático-burguesas; c) revoluções socialistas; d) revoluções democrático-populares.

O primeiro tipo é uma revolução burguesa clássica sem protagonismo plebeu, como a Revolução Inglesa ou a independência das Províncias Unidas (Holanda). O segundo diz respeito a uma revolução burguesa, mas com protagonismo popular intenso, como no caso da Revolução Francesa, especialmente no seu período Jacobino. O terceiro trata das revoluções socialistas, como a Russa, Chinesa, Cubana, etc.; e o quarto, de revoluções anticoloniais sem uma meta socialista clara, mas apoiadas nas massas populares, sem a hegemonia da burguesia colonial, cumprindo tarefas políticas anti-imperialistas, “antifeudais” e descolonizadoras (VISENTINI, 2016, p. 115).

Nessa primeira fase da libertação africana, a maioria dos processos de descolonização oscilou entre o padrão democrático-burguês e democrático-popular. Certos líderes, como Nasser, embora tivessem parcerias com a União Soviética e contassem com a solidariedade do movimento comunista, não eram marxistas⁴⁰. Já outros processos, como a independência de Gana, transitaram entre um padrão democrático-popular e socialista. Kwane Nkrumah, autor presente nesta coletânea, foi líder da independência de Gana e era um marxista revolucionário. Frantz Fanon, embora não seja africano, foi um dos principais líderes teóricos da Revolução Argelina e passou paulatinamente a aproximar-se do marxismo ao se dar conta dos limites da libertação nacional sem romper completamente com as relações capitalistas.

A grande expressão mundial desse momento é o movimento terceiro-mundista e dos países não-alinhados. Como já citamos na

nota de rodapé número quatro deste escrito, embora sem um programa revolucionário, o terceiro-mundismo tinha potenciais revolucionários muito nítidos e uma proximidade bem maior com o campo socialista do que com o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Hoje tornou-se moda afirmar que essa proximidade com o campo socialista, e com a URSS em particular, era apenas um cálculo estratégico das novas elites para conseguir ajuda econômica de todo tipo. Na realidade, afirmar isso é um erro histórico. E isso por dois motivos. Primeiro, todos os países em transição socialista no século XX eram oriundos da periferia do sistema capitalista. A exceção pode ser localizada na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental, ou RDA), mas a RDA não surgiu de uma revolução, mas sim do desfecho da Segunda Guerra Mundial. Cuba, Coreia Popular, Vietnã, China, etc., eram países periféricos e/ou coloniais.

Esses países exerceram uma forte influência no movimento terceiro-mundista. Líderes como Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Mao Tse-tung, Kim Il Sung, Marechal Tito e outros eram, ao mesmo tempo, líderes socialistas e terceiro-mundistas. Além dessa influência política e ideológica, esses países socialistas, no geral um pouco mais estruturados que os países africanos recém-libertos, contribuíam, ainda que não com o mesmo peso da União Soviética ou Alemanha Oriental, com ajuda econômica, técnicos, máquinas e equipamentos, médicos e remédios, armas e combatentes, etc. Até hoje, desde a África do Sul passando por Angola, Moçambique até Guiné-Bissau, Fidel Castro, por exemplo, é lembrado como um grande líder amigo da libertação africana.

O segundo motivo, hoje também apagado pelo revisionismo histórico, é que, na história do capitalismo, praticamente todos os países que integram esse modo de produção e na entrada do século XX estavam numa condição dependente e subdesenvolvida, até hoje continuam na mesma posição. A mobilidade social na divisão internacional do trabalho entre países é baixíssima. E os poucos países que conseguiram superar essa condição, como a Coreia do Sul, o fizeram em condições muito particulares, nunca possibilitadas, por exemplo, para América Latina e Caribe. A Rússia, embora

mantivesse uma política imperial, era um país semiperiférico. A estratégia de desenvolvimento socialista, centrada na planificação econômica, na propriedade pública dos meios de produção, com foco na indústria de base, com a nacionalização do comércio exterior e com o comando da economia pelo Estado possibilitou um desenvolvimento relativamente autônomo à União Soviética. O país semifeudal do arado, carro de boi e do analfabetismo em massa em poucas décadas era uma das maiores potências industriais do mundo.

Visentini resume melhor do que ninguém a questão:

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais – que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar –, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao status quo vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças. Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma doutrina de desenvolvimento. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização. Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a construção da nação, fosse ela unitária ou multiétnica, e a construção do Estado. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário organizar um aparato capaz de dar conta da

gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma ideologia de controle estatal. Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como fonte de apoio internacional em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. (VISENTINI, 2016, p. 125-126)

A maioria desses países da primeira fase da emancipação nacional, embora tenham conseguido conquistas importantes, que não podem ser desprezadas, – como o fim do colonialismo clássico, a construção de certo nível de infraestrutura e direitos sociais e econômicos aos trabalhadores, políticas de distribuição de terras (em sua maioria, tímidas), nacionalizações limitadas, etc. – acabaram vendo-se presos na armadilha do neocolonialismo. Conseguiram sim a independência formal, mas continuaram a ocupar o mesmo papel na divisão social do trabalho e ser um vetor de exportação de riquezas para suas antigas metrópoles ou até para novas, como os Estados Unidos.

A combinação entre revolução democrático-burguesa e democrático-popular tinha limites evidentes. Até mesmo para algumas camadas de futuros tecnocratas, militares e filhos da elite colonial com alguma preocupação nacionalista, ficava mais ou menos nítido que era necessário maior radicalização para romper de verdade com as amarras coloniais-imperialistas.

Aqui temos o segundo momento da Revolução Africana. Esse segundo momento é composto de dois processos interligados: a luta de independência das antigas colônias portuguesas, luta que passou por uma cruenta guerrilha de anos de resistência e os processos de golpes de estado ou levantes militares onde os novos dirigentes do Estado proclamaram o objetivo socialista, assumindo uma forma de modernização socialista pelo alto. Mais uma vez, recorreremos a Visentini para sintetizar o processo:

Dentre os golpes que produziram regimes esquerdistas e anti-imperialistas merecem referência: em 1969, o de Siad Barre na Somália, de Marien N’Gouabi no Congo; em 1972, de Mathieu Kérékou no Daomé/Benin, o dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975); em 1974, dos militares na

Etiópia; e, em 1977, em Seychelles, Albert René e suas milícias esquerdistas tomaram o poder sem derramamento de sangue, proclamando uma república socialista, sendo que todos estes viriam a se definir como marxistas-leninistas (exceto Seychelles). (VISENTINI, 2012, p. 38)

E sobre o processo de independência dos países colonizados por Portugal, também realizado nesse momento da história:

O longo e imobilista regime salazarista se negava a conceder independência ou, mesmo, autonomia aos povos coloniais africanos, inclusive reprimindo com brutalidade as manifestações políticas. Nesse contexto, na década de 1960 o PAIGC, liderado pelo cabo-verdiano Amílcar Cabral (ideólogo e estrategista da luta armada de influência marxista nas colônias portuguesas) lançou a guerrilha na Guiné-Bissau (com apoio de voluntários cubanos); enquanto isso, nas colônias portuguesas insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe face às dificuldades geográficas, a luta independentista era apenas política. Cabral foi assassinado por agentes portugueses em 1973 quando se encontrava na Guiné (Conacri), que dava refúgio ao movimento. Em Moçambique, os diversos movimentos fundiram-se na Frelimo, que iniciou suas ações armadas no norte, em 1964, com a retaguarda apoiada pela Tanzânia. No sul, praticamente não havia organização entre os trabalhadores das minas; foi apenas quando os assimilados de Lourenço Marques (a capital, depois da independência foi rebatizada Maputo) e elementos da diáspora que se encontravam na Europa se somaram ao movimento, que ele adquiriu contornos mais definidos e passaram a receber treinamento militar na China. A Frelimo era liderada pelo moderado Eduardo Mondlane (graduado nos Estados Unidos) e, após seu assassinato em 1969, foi sucedido pelo mais "radical" Samora Machel. Em setembro de 1974, com a Revolução dos Cravos, Kaunda, presidente da Zâmbia, estimulou a assinatura do Acordo de Lusaka, que estabeleceu um Governo Transitório; como a Frelimo ainda não estava implantada no sul, surgiram em Maputo movimentos integrados por portugueses e pela elite africana, com a finalidade de conquistar o poder, pois o exército português estava desmobilizado e os guerrilheiros ainda não haviam chegado. Seguiu-se uma onda de violência espontânea, com massacre de brancos, que levou à eliminação desses grupos, e a Frelimo ficou sem concorrentes. Em Angola, o processo foi muito mais complexo. Com o massacre de milhares de africanos pelos portugueses (na esteira das primeiras ações de protesto em 1961), várias organizações também desencadearam a guerra contra os portugueses. Esses grupos aglutinaram-se progressivamente em três movimentos: a FNLA, o MPLA e, mais tarde, a Unita. A FNLA e a Unita eram correntes moderadas e pró-Ocidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente; o MPLA era de tendência marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. A primeira era apoiada

pelo Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), Estados Unidos e China; a segunda pela África do Sul, China e, discretamente, durante certo período, pela própria polícia política portuguesa, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte cubano e soviético. Em 1973 o PAIGC proclamou a independência da Guiné-Bissau nos territórios libertados, e os portugueses reconheceram-na em setembro de 1974. Em julho de 1975, São Tomé e Príncipe (sob a direção do marxista – MLSTP – e Cabo Verde – também sob a direção do PAIGC – tornaram-se independentes, todos os três com regimes socializantes de partido único). Um dado curioso foi que dois países – Guiné-Bissau e Cabo Verde – eram governados pelo mesmo partido e trabalharam pela unificação, mas ela foi abandonada em 1980, havendo também a divisão do partido. Com a Revolução dos Cravos em Portugal em abril de 1974, a situação em Angola e Moçambique tornou-se complicada. Foram meses tensos, mas em junho de 1975 Moçambique tornou-se uma República Popular, o que foi mais problemático em Angola, que mergulhou numa guerra civil entre os três movimentos de libertação, com apoio externo a cada um deles. (VISENTINI, 2012, p. 39-41)

Agostinho Neto, Samora Machel, Almícar Cabral e Eduardo Mondlane são nomes desse momento histórico, líderes da luta anticolonial e marxistas (com alguma ressalva para Mondlane, considerado um “moderado”). Compreenderam que a estratégia democrático-nacional não era suficiente para concretizar a Revolução Africana. África. Angola, Moçambique e Guiné-Bissau nunca conseguiram planificar sua economia e tentar uma estratégia de desenvolvimento socialista. Depois da independência, seguiram-se anos de “guerra civil” fomentada pelo imperialismo estadunidense e enfrentamentos ao subimperialismo da África do Sul. Quando, finalmente, essas guerras “civis” acabaram ou tiveram uma trégua, o campo socialista e o movimento terceiro mundista já estavam mortos ou em crise, a correlação de forças a nível internacional estava mais que desfavorável às lutas anti-imperialistas, a contrarrevolução liberal triunfava e os grandes líderes todos já mortos (Samora Marchel foi o último a morrer, em 1986) e seus partidos, antes operadores políticos revolucionários e anticoloniais, tornaram-se gestores do subdesenvolvimento e da dependência.

Thomas Sankara, nascido em 1949 e assassinado em 1987, foi o último grande líder revolucionário da Revolução Africana no século XX. Foi um popular capitão e Primeiro-Ministro quando o país ainda se chamava República do Alto Volta. Marxista-leninista, afirmava

conduzir uma “revolução democrática e popular” com as tarefas de erradicar a corrupção, lutar contra a degradação ambiental, estimular a libertação das mulheres (foi proibida a mutilação genital feminina, casamentos forçados e poligamia) e aumentar o acesso à educação e cuidados de saúde, promovendo campanha de alfabetização e vacinação em massa de crianças e o acesso à água potável e ao saneamento básico. Foi chamado de o “Che” Guevara da África. No primeiro aniversário da revolução que o havia levado ao poder, aprovou a alteração da bandeira, do hino e do nome da República do Alto Volta para Burkina Faso – que significa, aproximadamente, “terra de pessoas honestas (ou íntegras)”.

Na virada dos anos 90 do século passado, era bem evidente: a Revolução Africana fora derrotada. O pan-arabismo, o pan-africanismo, o terceiro-mundismo e as experiências do socialismo africano estavam todas no chão. As que sobreviveram eram, no geral, uma caricatura de si mesmas – como a Líbia de Kaddafi, depois destruída pela máquina de guerra do imperialismo dirigida pelo charmoso Barack Obama, em 2011. Partidos e líderes com longo histórico de luta, como o Congresso Nacional Africano e Nelson Mandela, tornaram-se conciliadores, políticos e partidos da ordem que, adaptados à nova miséria dos novos tempos da “globalização”, repudiaram seu radicalismo do passado.

Frantz Fanon foi transformado em pensador pós-moderno ou pós-estruturalista; os demais nomes presentes nesta coletânea foram apagados. Nos seus países de origem, tornaram-se símbolo de legitimação da constituição da nacionalidade, espécies de heróis nacionais do povo – de todo povo, mas principalmente da “nova” burguesia dependente e associada, composta não pouco por negros, satisfazendo os desejos dos ativistas do movimento negro que querem representatividade em todos os espaços: magnífico, os exploradores negros estão aí, já temos vários “Bill Gates negros”.

Não é possível no âmbito dessa apresentação debater com algum grau de profundidade os motivos da derrota da Revolução Africana. Essa temática será abordada em lançamentos futuros da *Coleção Quebrando as Correntes*. Três coisas, porém, devem ser indicadas à guisa de conclusão. Primeiro que, nos textos presentes nesta

coletânea, os/as leitores/as poderão verificar os dramas, angústias, desafios e soluções propostas para o triunfo da Revolução Africana na perspectiva dos marxistas revolucionários. Como o livro está organizado por ordem cronológica, será perceptível como, por exemplo, Thomas Sankara aprendeu muito com a experiência de Kwame Nkrumah.

Em segundo lugar, que a derrota da Revolução Africana está intimamente ligada à derrota do movimento comunista, como já indicado no decorrer dessa apresentação. Chamar atenção para isso é fundamental, dada a necessidade histórica e política de reconstruir um movimento mundial dos explorados e oprimidos. Não está aqui em questão tentar repetir experiências como a da Internacional Comunista – mas, sem um Partido Mundial da Revolução, as possibilidades de emancipação ficam restritas, enfraquecidas, fragilizadas. Atualizando Marx, podemos dizer urgentemente: “explorados e oprimidos de todo o mundo, uni-vos” – e isso não será feito com a busca de uma mítica África pré-colonial ou idolatrando monarquistas semifeudais devido à sua representatividade negra.

Terceiro, e mais importante: África ainda está sob a dominação colonial-imperialista. O subdesenvolvimento e a dependência, assim como na América Latina, formam o vale de lágrimas e sangue que propicia o gozo e o riso de poucos, bem poucos. Não só todos os problemas ainda permanecem como, a partir dos anos 1990, a África como um todo passou por um processo de regressão neocolonial. Conquistas importantes do período da luta anticolonial foram destruídas. Todas as razões para o ressurgir da Revolução Africana continuam existindo, com cada vez mais contradições. Dos dois lados do Atlântico, depois de décadas de liberalismo de esquerda e de direita, os explorados e oprimidos, os condenados da terra, estão ainda mais condenados.

Fica cada vez mais evidente que nada temos a perder, a não ser os nossos grilhões. E eles serão quebrados. Essa coleção fornece as armas da crítica para que, em breve, muito antes do que os dominadores imaginam, partamos para a crítica das armas.

Jones Manoel é professor de história, mestre em serviço social, historiador, educador popular, youtuber e militante do

Bibliografia

Terceira Internacional Comunista. As 21 condições de admissão na IC. 2º Congresso da Internacional Comunista, [1920] 2014. Disponível em: <http://www.fishuk.cc/2014/08/condicoes.html>.

Acessado em: 30/05/2019

ANDRADE, Mário Pinto. *As origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não-ocidentais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BARROS, Douglas Rodrigues. *Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial*. São Paulo: Hedra, 2019.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Sobre as artimanhas da razão imperialista*. Estud. afro-asiáticos. vol.24 no.1 Rio de Janeiro, 2002.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. *Os precursores da interpretação marxista do problema racial*. Crítica Marxista, n. 24, p. 73-110. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Minas Gerais: Editora UFJF, 2005.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros – Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. *A revolução russa e o movimento negro norte-americano*. São Paulo: Revista Movimento, [1959] 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/a-revolucao-russa-e-o-movimento-negro-norte-americano-cannon/>. Acessado em: 30/05/2019.

LANDER, Edgardo. *Marxismo, eurocentrismo e colonialismo* in A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Org. BORON, A. Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, V. I. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Lenin e a revolução de Outubro. Textos no calor da hora* (1917-1923). NETTO, José Paulo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. *A Rebelião Irlandesa de 1916*. São Paulo: Nova Cultura, 2018. Disponível em: <https://www.novacultura.info/single-post/2018/04/22/Lenin-A-Rebeliao-Irlandesa-de-1916>. Acessado em: 30/05/2019.

LOSURDO, Domenico. *Guerra e revolução – o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. *Liberalismo. Entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____. *Luta de classes – uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu e como pode renascer*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

_____. *Stalin: uma história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

LUXEMBURGO, Roa. *Textos escolhidos. Volume I* (1899-1914). LOUREIRO, Isabel (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *O capital – crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. *Trabalho Assalariado e Capital*. Lisboa: Editora "Avante!", 1982.

_____. *Carta de 9 de abril de 1870 a Meyer e Vogt*. Londres: Progress Publisher, 1975, p. 220-224. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_09.htm. Acessado em: 30/05/2019.

_____. *Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia*. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm>. Acessado em: 30/05/2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MINH, Ho Chi. *O caminho que me levou ao leninismo*. In: Selected Works of Ho Chi Minh, Vol. 4. Foreign Languages Publishing House, [1960] 2007. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1960/04/leninismo.o.htm. Acessado em: 30/05/2019.

MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010

MORAES, João Quartim de. *Contra a canonização da democracia*. Crítica Marxista, n. 12, p. 9-40. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos – antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo Editorial, Fundação Perseu Abramo, 2014.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SHAWKI, Ahmed. *O legado de Malcolm X*. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-legado-de-malcom-x/>. Acessado em: 30/05/2019

STALIN, Josef. *Os fundamentos do leninismo*. São Paulo: Global Editora, 1980.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James; WONDJI, Christophe. *A África e os países socialistas* In MAZRUI, Ali A (editor). e WONDJI, Christophe (editor assistente). História geral da África – VIII: África desde 1935. Brasília: Editora Unesco, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. *Revoluções e relações internacionais: o caso africano*. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v.1, n.1, Jan./Jun. 2016 | p. 111-129.

¹ O termo “condenados da terra” faz referência ao livro do revolucionário Franz Fanon ([1961], 2005), autor incluído nesta antologia.

² “No plano das relações internacionais, não há dúvidas sobre o significado

reacionário da virada que ocorreu entre 1989 e 1991. E, exatamente em 1991, ano do colapso da URSS e da primeira Guerra do Golfo, uma prestigiosa revista inglesa (Internacional Affairs) publica no número de julho um artigo de Barry G. Buzan que se concluía anunciando com entusiasmo a boa nova: 'O Ocidente triunfou tanto no comunismo como no terceiro-mundismo'. A segunda vitória não era menos importante que a primeira: 'hoje o centro tem uma posição mais dominante e a periferia uma posição mais subordinada desde o início da descolonização'; podia-se considerar felizmente arquivado o capítulo da história das revoluções anticoloniais" (LOSURDO, 2015, p. 280).

³ Referência ao clássico de Marx "*Crítica da filosofia do direito de Hegel*", em cuja introdução, ao criticar os filósofos que contentam-se com a crítica da religião, diz Marx "A crítica do céu [religião, formas de representação ideológicas no geral] transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política" (MARX, 2013, p. 152).

⁴ "A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz" (MARX, 2013, p. 157).

⁵ "Poder-se-ia ainda invocar, evidentemente, o papel motor que desempenham as grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas. Assim, a Fundação Rockefeller financia um programa sobre "Raça e Etnicidade" na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Candido Mendes, de maneira a favorecer o intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeam aos critérios de *affirmative action* à maneira americana, o que levanta problemas espinhosos já que, como se viu, a dicotomia branco/negro é de aplicação, no mínimo, arriscada na sociedade brasileira" (BOURDIEU et WACQUANT, 2002).

⁶ Dado o uso indiscriminado e sem rigor científico do termo identitarismo, deixamos evidente desde já o que compreendemos por essa palavra: "A exaltação da identidade como algo fixo, absoluto, algo dado, preexistente, e não relativo, é a pura expressão da forma de valorização do capital como fim em si mesmo, que precisa assegurar para alguns indivíduos uma colônia ainda viável de exploração. É esse fenômeno que busca uma identidade estanque, ideal e não relativa, um Eu=Eu, como forma inconsciente da realização de valorização do capital, que chamo de identitarismo" (BARROS, 2019, p. 156).

⁷ Recomendamos com veemência o escrito, "*O marxismo e a questão racial: reflexões anticapitalistas sobre a obra de Carlos Moore*" de Rosenverck Estrela Santos. Para conferir um dos panfletos reacionários e anticomunistas de Carlos

Moore, ler seu livro (MOORE, 2010).

⁸ Esse revisionismo histórico com os Panteras Negras representa um fenômeno de longa duração histórica muito bem descrito por Lenin a partir do exemplo de Karl Marx: “Dá-se com a doutrina de [Marx](#), neste momento, aquilo que, muitas vezes, através da História, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. *Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para ‘consolo’ das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o*” (LENIN, 2007, p. 23 – grifos nossos).

⁹ “Estamos vivendo em uma época de revolução, e a revolta do negro americano é parte da rebelião contra a opressão e o colonialismo que tem caracterizado esta época [...] É incorreto classificar a revolta do negro como simplesmente um conflito racial do negro contra o branco, ou como puramente um problema americano. Em vez disso, estamos hoje vendo uma rebelião mundial do oprimido contra o opressor, os explorados contra os exploradores” (MALCOM X *apud* SHAWKI, 2016).

¹⁰ “A escravidão não é algo que permaneça não obstante o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso: “o total da população escrava nas Américas somava aproximadamente 330.000 no ano de 1700, chegou a quase três milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de mais de 6 milhões nos anos 50 do séc. XIX”. O que contribui de forma decisiva para o crescimento desse instituto sinônimo do poder absoluto do homem sobre o homem é o mundo liberal. Na metade do séc. XVIII a Grã Bretanha é a que possui o maior número de escravos (878.000)” (LOSURDO, 2006, p. 47).

¹¹ Será que o liberalismo também seria uma “ideia fora do lugar” nos Estados Unidos, a primeira república liberal das Américas? “Em trinta e dois anos dos primeiros trinta e seis de vida dos Estados Unidos, quem ocupa o cargo de Presidente são os proprietários de escravos provenientes da Virgínia. É essa colônia ou esse Estado, fundado sobre a escravidão, que fornece ao país os seus estadistas mais ilustres; só para lembrar: George Washington (grande protagonista militar e político da revolta anti-ingleses), James Madison e Thomas Jefferson (autores respectivamente da Declaração de independência e da Constituição Federal de 1787), os três proprietários de escravos (LOSURDO, 2006, p. 24).

¹² LOSURDO, 2008, p. 72.

¹³ “E, no entanto, foi esse tipo de estudo comparativo que triunfou hoje e permitiu à crônica política revisionista ou neoliberal contrapor a Revolução Francesa às demais, desacreditando-a como abstrata e produtora do Terror e do “genocídio”

na Vendaia” (LOSURDO, 2017, p. 51).

¹⁴ “A insistência dos críticos liberais da Revolução Francesa em atribuir à “revolução americana” a iniciativa histórica da Declaração dos Direitos do Homem confirma a que ponto o liberalismo de hoje rebaixou-se a uma vulgar apologia do Império estadunidense. Afetam esquecer uma não pequena diferença entre a concepção de direitos humanos dos chamados “Pais Fundadores” dos Estados Unidos e a dos revolucionários jacobinos: aqueles mantiveram os negros na escravidão; estes aboliram-na imediatamente. Ela foi entretanto restabelecida nas colônias francesas após a queda de Robespierre...” (MORAES, 2001, p. 13).

¹⁵ “A posterior constituição da Europa como uma nova identidade depois da América e expansão do colonialismo europeu sobre o resto do mundo, levou à elaboração da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes [...] desse modo, raça se converteu no primeiro critério fundamental para distribuição da população mundial nas classes, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outros termos, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO *apud* LANDER, 2006, p. 207).

¹⁶ Tomamos emprestado de Douglas Rodrigues Barros (BARROS, 2019), a noção de “metafísica racial”.

¹⁷ Para um pequeno exemplo do “lado escondido” desses grandes nomes do pensamento burguês: “além de acionista da Royal African Company, a sociedade que gerenciava o tráfico de escravos negros, como observou um ilustre historiador da instituição da escravidão (D. B. Davis), Locke foi “o último grande filósofo que tentou justificar a escravidão absoluta e perpétua”. No que se refere a Montesquieu, ele convidou a reconhecer a “inutilidade da escravidão entre nós”, “nos nossos climas” e, portanto, a pensar em limitar a escravidão natural (*servitude naturelle*) a certos países em particular” (LOSURDO, 2018, p. 73).

¹⁸ Domenico Losurdo, na crítica à filosofia burguesa da história presente em Marx e Engels, foca nos escritos desses pensadores até os anos 50 do século XIX (LOSURDO, 2006, p. 6-45). Em outra obra (LOSURDO, 2015), ele aprofunda a análise buscando compreender a obra marxiana-engelsiana em sua globalidade.

¹⁹ Nesse ponto, existe uma polêmica interessante. Domenico Losurdo (2015) e Kevin Anderson (2019) discordam quanto a Engels. Para o primeiro, Engels, assim como Marx, conseguiu superar totalmente o eurocentrismo. Para o segundo, Engels não conseguiu acompanhar totalmente a evolução de Marx. A despeito dessa polêmica, os dois autores concordam em um ponto: os comentários pouco críticos sobre o colonialismo dos anos 1848-1852, foram, paulatinamente, abandonados pelos dois autores.

²⁰ “O capital consiste de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de

subsistência de toda a espécie que são empregues para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. Todas estas suas partes constitutivas são criações do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. Trabalho acumulado que serve de meio para nova produção é capital. É o que dizem os economistas. Que é um escravo negro? Um homem da raça negra. Uma explicação vale tanto como a outra. Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna capital". (MARX, 1982)

²¹ Em 1883, o mesmo ano da morte de Marx, vê a luz na Áustria um livro de Ludwig Gumplowicz que, já pelo título (*Der Rassenkampf*, "A luta de raças"), se contrapõe à tese da luta de classes como chave de leitura da história. Três décadas antes de Gumplowicz, na França, Arthur Gobineau publicou seu Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, uma obra cujo título também fala por si só. E, nesse mesmo período, na Inglaterra, Benjamin Disraeli argumenta de modo análogo, enunciando a tese de que a raça é "a chave da história" e que "tudo é raça e não há outra verdade", e "é somente uma coisa, o sangue" que define e constitui uma raça. O ciclo histórico inteiro, que vai desde a conquista da América até as guerras do ópio e a ascensão e o triunfo do Império Britânico" (LOSURDO, 2015, p. 45).

²² "Artigo 123 – Direitos iguais para todos os cidadãos da URSS, independentemente de sua nacionalidade ou raça, em todas as esferas do Estado, seja economicamente, na vida cultural, social ou política, constituem lei irrevogável. Qualquer limitação direta ou indireta desses direitos ou inversamente, qualquer estabelecimento de privilégios, direta ou indiretamente por causa de sua raça ou nacionalidade, assim como qualquer propaganda de exclusividade nacional ou racial, de ódio ou desprezo serão punidos pela lei". Constituição Soviético de 1936.

²³ Nada de determinismo racial, geográfico ou psicopatológico.

²⁴ Na resolução do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, diz Marx "Portanto, a atitude da Associação Internacional dos Trabalhadores em relação à questão irlandesa é absolutamente clara. Sua primeira necessidade é impulsionar a realização da revolução social na Inglaterra, e, para esse objetivo, o grande golpe deve ser dado na Irlanda. As resoluções do Conselho Geral sobre a anistia irlandesa buscam apenas conduzir as outras resoluções, nas quais se declara que, independentemente das demandas por justiça internacional, uma precondição essencial para emancipação da classe trabalhadora inglesa é transformar a atual união forçada (em outras palavras, a escravização da Irlanda) numa confederação livre e igual, se possível, e efetuar uma separação total, se necessário [...]". Esse escrito de Marx é de 1864. Engels, por sua vez, em 1872, diz o seguinte (escrito que serviu de base para reunião do Conselho Geral da Internacional): "Os irlandeses, assim como outras nacionalidades oprimidas, só

podem entrar na Associação como iguais aos membros da nação conquistadora, e sob protesto contra a conquista. As seções irlandesas, portanto, não apenas estão justificadas, mas podem inclusive adotar como preâmbulo de seus estatutos a regra de que seu primeiro e mais urgente dever, como irlandeses, é estabelecer sua própria independência nacional. O antagonismo entre trabalhadores irlandeses e ingleses foi sempre um dos mais poderosos meios pelas quais a dominação de classe foi exercida na Inglaterra". Textos presentes na antologia da Primeira Internacional organizada por Marcelo Musto (MUSTO, 2014, p. 276-278).

²⁵ Reforçando: "Ele [o trabalhador inglês] aprecia os preconceitos sociais, religiosos e nacionais contra os trabalhadores irlandeses. A sua atitude é muito parecida a dos 'brancos pobres' em relação aos negros nos antigos estados escravistas dos EUA. Este antagonismo é mantido vivo artificialmente, e é intensificado pela imprensa, o púlpito, os jornais cômicos, em resumo por todos os meios à disposição das classes dominantes. Este é o segredo da impotência da classe trabalhadora [...]. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder. E essa classe é plenamente consciente disso". Carta de 9 de abril de 1870 a Meyer e Vogt, escrita por Marx (MARX, 1975).

²⁶ "Os povos modernos não souberam senão mascarar a escravidão em seu próprio país e impuseram-na sem máscara ao Novo Mundo" (MARX, ENGELS, [1848], 2007, p. 298).

²⁷ Trecho disponível no escrito "Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia", de 1853 (MARX, 2003).

²⁸ Os escritos com essas reflexões de Marx e Engels foram publicados no Brasil pela Boitempo com o título *A luta de classes na Rússia* (MARX, ENGELS, 2013). A organização e apresentação do volume é de Michael Löwy. O autor dessa apresentação, contudo, recomenda pular a apresentação do Löwy. Gera mais confusão que ajuda a entender os escritos.

²⁹ Trecho da carta de Marx ao presidente Abraham Lincoln: "Enquanto os operários, as verdadeiras forças [powers] políticas do Norte, permitiram que a escravatura corrompesse a sua própria república, enquanto perante o Negro – dominado e vendido sem o seu consentimento – se gabaram da elevada prerrogativa do trabalhador de pele branca de se vender a si próprio e de escolher o seu próprio amo, foram incapazes de atingir a verdadeira liberdade do trabalho ou de apoiar os seus irmãos europeus na sua luta pela emancipação; mas esta barreira ao progresso foi varrida pelo mar vermelho da guerra civil.

Os operários da Europa sentem-se seguros de que, assim como a Guerra da Independência Americana iniciou uma nova era de ascendência para a classe média, também a Guerra Americana Contra a Escravatura o fará para as classes operárias. Consideram uma garantia da época que está para vir que tenha caído em sorte a Abraham Lincoln, filho honesto da classe operária, guiar o seu país na luta incomparável pela salvação de uma raça agrilhoada e pela reconstrução de um mundo social" (MARX, [1864], 2014, p. 282).

³⁰ “Após o fim da guerra de Secessão e da abolição da escravidão, o Estado racial continua amplamente a subsistir. E novamente põe-se a pergunta: os Estados Unidos, onde enfurecem a discriminação e a opressão contra os negros e as práticas de genocídio contra os índios, são um país liberal? O princípio da igualdade racial torna-se um elemento constitutivo da identidade liberal só a partir da metade do século XX. O Estado racial continua a subsistir ainda por algumas décadas na África do Sul; mas este, embora historicamente tenha se inspirado na Inglaterra, no tocante ao autogoverno e aos organismos representativos (e ao Sul dos Estados Unidos), no que diz respeito às relações entre as raças, é já considerado alheio ao mundo liberal” (LOSURDO, 2015, 337).

³¹ Para uma análise do caminho da social-democracia da Segunda Internacional ao seu fim na infâmia da guerra, ler o histórico escrito de Rosa Luxemburgo, o clássico *A crise da social-democracia* (LUXEMBURGO, [1916], 2011, p. 15-145).

³² Não custa lembrar que, quando criada, a IC adotou as famosas 21 condições – uma série de regras para se tornar membro do partido mundial da revolução. Nas 21 condições, é possível ler na condição 8 sobre a questão colonial: “Na questão colonial e das nações oprimidas, é indispensável que tenham uma linha particularmente clara e precisa, os Partidos dos países cuja burguesia possui colônias e oprime outros povos. Os Partidos que desejam filiar-se à Terceira Internacional devem denunciar implacavelmente as artimanhas de ‘seus’ imperialistas nas colônias; apoiar os movimentos de libertação nas colônias não somente em palavras, mas também em atos; exigir a expulsão de seus compatriotas imperialistas das colônias; cultivar nos corações dos operários de seus países um sentimento fraternal sincero para com a população trabalhadora das colônias e das nações oprimidas; e realizar entre as tropas da metrópole uma agitação sistemática contra todo tipo de opressão dos povos coloniais”. (Terceira Internacional Comunista, 2014)

³³ “A guerra provou que estamos em uma época de crise para as nações da Europa Ocidental, e para o Imperialismo como um todo. Toda crise joga no lixo as convencionalidades, descarta a base de sustentação, descarta o obsoleto e revela as forças e ações ocultas. E o que revelou do ponto de vista do movimento das nações oprimidas! Nas colônias houve uma gama de tentativas de rebelião, das quais as nações opressoras, naturalmente fizeram tudo que podiam para encobrir mediante uma censura militar. No entanto, é bem conhecido que em Cingapura, a brutalidade britânica reprimiu um motim entre as tropas indianas; que houveram tentativas de revolta no Annam Francês (ver Nashe Slovo) e no Camarões alemão (ver o panfleto de Junius); que na Europa, por sua vez, houve uma rebelião na Irlanda, que os ingleses ‘amantes da liberdade’, que não ousaram estender o recrutamento para a Irlanda, reprimidos sendo executados, e do outro lado, o Governo Austríaco sentenciou à morte os deputados da Assembleia Tcheca por ‘traição’, e fuzilou todo o regimento tcheco pelo mesmo ‘crime’”. (LENIN, [1916] 2018)

³⁴ “Apesar dos esforços de Lenin, Gramsci, Mariátegui, entre outros, em formular e aplicar o quadro teórico marxista para a questão étnica, nacional e colonial, uma série de conflitos e resistências internas no movimento comunista de diversos países em adotar uma posição progressista devem ser aqui lembrados. Esta resistência em aplicar as determinações teóricas e políticas de Moscou gerou, de um lado, uma crise que terminaria com a expulsão de diversos líderes dos partidos comunistas dos países em questão; de outro lado, provocou um atraso na avaliação teórica e na atuação política sobre a questão racial nesses países. O problema se manifestava especialmente naquelas regiões em que o domínio colonial já se havia consolidado desde algum tempo. Estes eram os casos da Indonésia, definitivamente subordinada ao império colonial holandês em 1830; da Argélia, colônia francesa a partir de 1833; da Índia, possessão britânica desde 1849; e dos territórios portugueses na África. De uma forma geral, a posição oficial dos PC’s nestes países era, no mínimo, contraditória. Contraditória com preceitos teóricos do marxismo, mas, sobretudo, com os princípios de integração à Terceira Internacional Comunista. Evitava-se, nestes partidos, atacar o colonialismo, chegando mesmo a justificá-lo com o argumento de “missão civilizatória”, incluindo nesta missão o socialismo – ou seja, a independência das colônias só poderia vingar desde que liderada pelo comunismo das metrópoles” (CHADAREVIAN, 2007, p. 17-18).

³⁵ “A URSS de Stalin influencia poderosamente a luta dos afro-americanos (e dos povos coloniais) contra o despotismo racial. No Sul dos EUA se assiste a um fenômeno novo e preocupante do ponto de vista da casta dominante: é a crescente ‘imprudência’ dos jovens negros. Estes, graças aos comunistas, começam, de fato, a receber o que o poder teimosamente lhes negava, a saber, uma cultura que vai muito além da instrução elementar tradicionalmente transmitida aos que estão destinados a fornecer trabalho semiescravo a serviço da raça dos senhores. Agora, porém, nas escolas organizadas pelo partido comunista no norte dos Estados Unidos ou nas escolas de Moscou, na URSS de Stalin, os negros se empenham em estudar economia, política, história mundial; interrogam essas disciplinas para compreender também as razões da dura sorte reservada a eles num país que se comporta como campeão da liberdade. Aqueles que frequentam tais escolas passam por uma mudança profunda: a “imprudência” censurada a eles pelo regime de *white supremacy* é na realidade a autoestima deles, até aquele momento impedida e espezinhada” (LOSURDO, 2010, p. 280-281).

³⁶ JAMES, [1959] 2017.

³⁷ MINH, [1960] 2007.

³⁸ “Em agosto de 1939, firmava-se o pacto de não agressão entre União Soviética e Alemanha. Este não suscitou particulares inquietações entre os povos coloniais ou de origem colonial. Veremos Du Bois, o grande historiador e militante afro-americano que já se aproximava do movimento comunista, continuar comparando

o Terceiro Reich aos Estados Unidos, visto que ambos se empenhavam em reiterar a supremacia branca no plano interno e internacional. Também uma personalidade bastante distante do movimento comunista, Gandhi, numa entrevista dada enquanto ainda vigorava o pacto teuto-soviético, comparava a Grã-Bretanha à Alemanha: tratava-se de duas grandes potências empenhadas em defender ou em construir um império colonial” (LOSURDO, 2018, p. 65).

³⁹ “Ao lado do nacionalismo árabe, tanto em sua versão nasserista como argelina, o Pan-africanismo e a negritude serviram de catalisadores às vanguardas e elites africanas na luta pela independência. Contudo, na África negra a mobilização popular era embrionária e esbarrava em problemas sérios. A luta dos poucos sindicatos e partidos ressentia-se de certa debilidade, e as revoltas chefiadas por associações secretas de tipo tradicional e/ou religioso – como a revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952-54) – redundaram em fracasso. Mas o carisma e o prestígio de líderes africanos como Nkrumah, Sekou Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita e mesmo de um moderado como Léopold Senghor, preocupavam as metrópoles” (VISENTINI, 2012, p. 32).

⁴⁰ “Em 1960 – o ‘ano africano’ – a maioria dos países do continente tornou-se independente da França e da Grã-Bretanha, dentro da linha ‘pacífica’, gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo). Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto. Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana e neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia e classe média negra” (VISENTINI, 2012, p. 32).

FRANTZ FANON

Racismo e Cultura

Intervenção no I.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956. Publicado no número especial de "Présence Africaine", de junho-novembro de 1956. Reunido na coletânea "Em Defesa da Revolução Africana".

O valor normativo de certas culturas, decretado unilateralmente, merece nossa atenção cuidadosa. Um dos paradoxos que imediatamente encontramos é o efeito de ricochete de definições egocentristas, sociocentristas.

Em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura; depois, a existência de culturas hierarquizadas; por fim, a noção de relatividade cultural.

Temos aqui toda uma amplitude que parte da negação global para o reconhecimento singular e específico. É precisamente esta história esquartejada e sangrenta que nos falta esboçar ao nível da antropologia cultural.

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, estabelecidas por homens particulares, no quadro de áreas geográficas precisas, que num dado momento sofreram o assalto direto e brutal de padrões culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social surge como tal autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização econômica e mesmo biológica.

A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável.

A moderna teoria da ausência de integração cortical dos povos coloniais é a contraparte anátomo-fisiológica desta doutrina. O surgimento do racismo não é fundamentalmente determinante. O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais

quotidiano, para falar diretamente, o elemento mais grosseiro de uma estrutura dada.

Estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais oriundos do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é, com efeito, um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo.

Contudo, este preciso elemento cultural não se encistou. O racismo não logrou endurecer. Ele teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava.

O racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar na biologia – uma vez que as Escrituras se provaram insuficientes – a base material da doutrina. Seria tedioso relembrar os esforços então empreendidos: a forma comparativa do crânio, a quantidade e a configuração dos sulcos do cérebro, as características das camadas celulares do córtex, as dimensões das vértebras, os aspectos microscópicos da epiderme, etc.

O primitivismo intelectual e emocional aparecia como uma consequência banal, um reconhecimento de existência.

Tais afirmações, cruas e maciças, dão lugar a uma argumentação mais fina. Contudo, aqui e ali, lapsos ocasionais são perceptíveis. É assim que a “instabilidade emocional do negro”, “a integração subcrítica do árabe”, “a culpabilidade quase genérica do judeu”, são dados que se encontram em alguns escritores contemporâneos. Por exemplo, a monografia de J. Carothers, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde, exhibe, a partir de “argumentos científicos”, uma lobotomia fisiológica do negro africano.

Estas posições antiquadas tendem, em todo caso, a desaparecer. Este racismo que se pretende ser determinado de modo racional, individual, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é o homem individual, mas uma certa forma de existir. No extremo, termos tais quais “mensagem” e “estilo cultural” são restaurados. Os “valores ocidentais” misturam-se

peculiarmente ao já célebre apelo à luta da “cruz contra o crescente”.

Sem dúvida, a equação morfológica não desapareceu completamente, mas os acontecimentos dos últimos trinta anos abalaram as convicções ancoradas mais firmes, subverteram o tabuleiro de xadrez, reestruturaram um grande número de relações.

A lembrança do nazismo, a desgraça comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais inteiros, o surgimento de “colônias europeias”, em outras palavras, a instituição de um regime colonial em pleno coração Europa, a crescente consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isto alterou profundamente o problema e as maneiras de abordá-lo.

Temos de procurar, no plano da cultura, as consequências deste racismo.

O racismo, como vimos, não é mais do que um elemento de um todo mais vasto: a opressão sistematizada de um povo. Como se comporta um povo que oprime? Aqui, descobrimos algumas constantes.

Testemunhamos a destruição dos valores culturais, de modos de vida. A linguagem, o vestuário, as técnicas são desvalorizadas. Como compreender esta constante? Os psicólogos, que têm a tendência a tudo explicar através de movimentos da psique, pretendem encontrar este comportamento no plano dos contatos entre indivíduos: a crítica de um chapéu original, de uma maneira de falar, de andar...

Semelhantes tentativas ignoram deliberadamente o caráter especial da situação colonial. Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas.

A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone.

Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, a espoliação, a razia, o assassinato objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos padrões culturais ou, pelo menos,

condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado; os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados.

Desmoronadas, as linhas de força já não orientam. Frente a elas, um novo sistema de valores é imposto, não proposto mas afirmado, pelo peso de canhões e de sabres.

No entanto, a implantação do regime colonial não traz consigo a morte da cultura autóctone. Pelo contrário, a observação histórica nos revela que o objetivo perseguido é mais uma agonia continuada do que um desaparecimento total da cultura preexistente. Esta cultura, outrora viva e aberta ao futuro, fecha-se, aprisionada na condição colonial, estrangulada pelo jugo da opressão. Simultaneamente presente e mumificada, depõe contra os seus membros. Com efeito, define-os sem apelo. A mumificação cultural leva a uma mumificação do pensamento individual. A apatia tão universalmente perceptível dos povos coloniais não é mais do que a consequência lógica desta operação. A acusação de inércia que constantemente se faz ao "indígena" é o cúmulo da desonestidade. Como se fosse possível que um homem evoluísse de modo diferente que não no quadro de uma cultura que o reconhece e que ele decide assumir.

É assim que testemunhamos implantação de instituições arcaicas, inertes, que funcionam sob a vigilância do opressor e são moldadas como caricaturas das instituições outrora fecundas...

Estes organismos parecem traduzir o respeito pela tradição, pelas especificidades culturais, pela personalidade do povo subjugado. Este pseudo-respeito identifica-se, com efeito, com o desprezo mais completo, com o sadismo mais elaborado. A característica de uma cultura é ser aberta, percorrida por linhas de força espontâneas, generosas, fecundas. A instituição de "homens de confiança", encarregados de executar certos gestos, é uma mistificação que não engana ninguém. É por isso que as *djemaa*s cabilas nomeadas pelas autoridades francesas não são reconhecidas pelos autóctones. São dobradas por uma outra *djemaa* eleita democraticamente. E, naturalmente, a segunda dita à primeira, na maior parte das vezes, com deve ser a sua conduta.

A preocupação constantemente afirmada de “respeitar a cultura das populações autóctones” não significa, portanto, que se considerem os valores veiculados pela cultura, encarnados pelos homens. Ao contrário, esse comportamento trai uma determinação em objetivar, confinar, aprisionar, enquistar. Frases como: “eu os conheço”, “é assim que eles são”, traduzem esta objetivação levada ao máximo. Assim, posso pensar em gestos e pensamentos que definem estes homens.

O exotismo é uma das formas desta simplificação. Partindo daí, nenhuma confrontação cultural pode existir. Por um lado, há uma cultura à qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura.

Assim, numa primeira fase, o ocupante estabelece a sua dominação, afirma maciçamente a sua superioridade. O grupo social, subjogado militar e economicamente, é desumanizado segundo um método polidimensional.

Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações coletivas e opressão racional revezam-se em planos diferentes de modo a fazer, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante.

Este homem objeto, sem meios de existir, sem *razão de ser*, é quebrantado no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático. É neste estágio que aparece o famoso complexo de culpabilidade. Wrigth dedica-lhe, nos seus primeiros romances, uma descrição muito pormenorizada.

Contudo, progressivamente, a evolução das técnicas de produção, a industrialização, embora limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores, impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo as ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de

produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem e, por conseguinte, das formas do racismo.

Não é, portanto, como um resultado de uma evolução dos espíritos que o racismo perde a sua virulência. Nenhuma revolução interior explica esta necessidade do racismo de encontrar formas mais sutis, de evoluir. Por toda a parte há homens que se libertam, abalando a letargia a que a opressão e o racismo os tinham condenado.

Em pleno coração das "nações civilizadoras", os trabalhadores descobrem finalmente que a exploração do homem, na raiz de um sistema, toma diversos rostos. Neste estágio, o racismo já não ousa mostrar-se sem disfarces. Está incerto de si. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racista esconde-se. Aquele que alegava "senti-los", "deduzi-los", descobre-se visado, observado, julgado. O projeto do racista é então um projeto perseguido pela má consciência. A salvação só pode vir-lhe de um empenhamento passional, tal como se encontra em certas psicoses. E não é um dos menores méritos do professor Baruk o de ter precisado a semiologia desses delírios passionais.

O racismo nunca é um elemento acrescentado, descoberto ao sabor de uma investigação no seio dos dados culturais de um grupo. A constelação social, o conjunto cultural, são profundamente remodelados pela existência do racismo.

Diz-se correntemente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade. A importância do problema racista na literatura americana contemporânea é significativa. O negro no cinema, o negro e o folclore, o judeu e as histórias para crianças, o judeu no café, são temas inesgotáveis.

Para voltar à América, o racismo obceca e vicia a cultura americana. E esta gangrena dialética é exacerbada pela tomada de consciência e pela vontade de luta de milhões de negros e de judeus vitimados por esse racismo.

Esta fase passional, irracional, sem justificação, quando a examinamos, apresenta um aspecto aterrador. A circulação dos grupos, a libertação, em certas partes do mundo, de homens

anteriormente inferiorizados, tornam este equilíbrio cada vez mais precário. Bastante inesperadamente, o grupo racista denuncia o aparecimento de um racismo entre os oprimidos. O "primitivismo intelectual" do período de exploração dá lugar ao "fanatismo medieval, ou mesmo pré-histórico", do período de libertação.

Por um momento, parecia possível acreditar no desaparecimento do racismo. Esta impressão euforizante, à margem do real, era simplesmente a consequência da evolução das formas de exploração. Os psicólogos falam então de um preconceito tornado inconsciente. A verdade é que o rigor do sistema torna supérflua a afirmação quotidiana de uma superioridade. A necessidade de apelar em graus diferentes à adesão, à colaboração do autóctone, modifica as relações num sentido menos brutal, mais sutil, mais "cultivado". Aliás, não é raro ver surgir neste estágio uma ideologia "democrática e humana". O empreendimento comercial da escravização, da destruição cultural, cede progressivamente o passo a uma mistificação verbal.

O interesse desta evolução está em que o racismo é tomado como tópico de meditação, algumas vezes até como técnica publicitária.

É assim que o *blues*, "lamento dos escravos negros", é apresentado à admiração dos opressores. É um pouco de opressão estilizada, que agrada ao explorador e ao racista. Sem opressão e sem racismo não haveria o *blues*. O fim do racismo seria o toque de finados da grande música negra...

Como diria o demasiadamente célebre Toynbee, o *blues* é uma resposta do escravo ao desafio da opressão.

Ainda atualmente, para muitos homens, mesmo os "de cor", a música de Armstrong só tem verdadeiro sentido nesta perspectiva.

O racismo incha e desfigura o rosto da cultura que o pratica. A literatura, as artes plásticas, as canções para costureirinhas, os provérbios, os hábitos, os padrões, quer se proponham a atacá-lo ou a banalizá-lo, restituem o racismo. Isto significa que um grupo social, um país, uma civilização, não podem ser racistas inconscientemente.

Dizemos mais uma vez que o racismo não é uma descoberta acidental. Não é um elemento escondido, dissimulado. Não se

exigem esforços sobre-humanos para o pôr em evidência.

O racismo nos encara de frente precisamente porque se insere num conjunto característico: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por outro que chegou a um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que, na maioria das vezes, a opressão militar e econômica precede, possibilita e legitima o racismo.

O hábito de considerar o racismo como uma disposição do espírito, como uma falha psicológica, deve ser abandonado.

Mas como se comporta o homem que é presa desse racismo, o grupo social escravizado, explorado, dessubstancializado? Quais são os seus mecanismos de defesa?

Que atitudes descobrimos aqui?

Vimos numa primeira fase o ocupante legitimar a sua dominação com argumentos científicos, vimos a "raça inferior" sendo negada sobre esta base racial. Porque nenhuma outra solução lhe é permitida, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e, com isso, desracializar-se. A "raça inferior" nega-se como raça diferente. Partilha com a "raça superior" as convicções, as doutrinas, e todas as outras relativas que lhe digam respeito.

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus padrões culturais, já não lhe resta senão reconhecer com o ocupante que "Deus não está ao seu lado". O opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir.

Este evento, comumente designado por alienação, é naturalmente muito importante. Encontramo-lo nos textos oficiais sob o nome de assimilação

Ora, esta alienação nunca é totalmente obtida. Talvez porque o opressor limite quantitativa e qualitativamente a evolução, surgem fenômenos imprevistos, dispatados.

O grupo inferiorizado tinha admitido, com uma força de raciocínio implacável, que a sua infelicidade provinha diretamente das suas características raciais e culturais.

Culpabilidade e inferioridade são as consequências habituais desta dialética. O oprimido tenta então escapar-lhes, por um lado, proclamando a sua adesão total e incondicional aos novos modelos culturais e, por outro lado, proferindo uma condenação irreversível do seu estilo cultural próprio.⁴¹

Contudo, a necessidade que o opressor tem, num dado momento, de dissimular as formas de exploração, não provoca o desaparecimento desta última. As relações econômicas mais elaboradas, menos grosseiras, exigem um revestimento quotidiano, mas, neste plano, a alienação continua a ser terrível.

Tendo julgado, condenado, abandonado as suas formas culturais, a sua linguagem, a sua alimentação, os seus comportamentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se; o oprimido, com a energia e o desespero do náufrago, *arremessa-se* sobre a cultura imposta.

Desenvolvendo os seus conhecimentos técnicos no contato com máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, entrando no circuito dinâmico da produção industrial, encontrando homens de regiões afastadas no quadro da concentração dos capitais, isto é, nos locais de trabalho, descobrindo a linha de montagem, a equipe, o “tempo” de produção, ou seja, o rendimento por hora; o oprimido verifica como um escândalo a manutenção do racismo e do desprezo a si.

É neste nível que o racismo é tratado como uma questão pessoal. “Existem alguns racistas incorrigíveis, mas confessem que, no conjunto, a população gosta de...”

Com o tempo tudo isto desaparecerá.

Este país é o menos racista...

Existe na ONU uma comissão encarregada de lutar contra o racismo.

Filmes sobre o racismo, poemas sobre o racismo, mensagens sobre o racismo...

Condenações espetaculares e fúteis do racismo. A realidade é que um país colonial é um país racista. Se na Inglaterra, na Bélgica ou na França, apesar dos princípios democráticos, afirmados respectivamente por estas nações, ainda há racistas, são esses racistas que, contra o conjunto do país, têm razão.

Não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar por completo. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização.

Numa cultura racista, o racismo é, portanto, normal. A harmonia entre as relações econômicas e ideológicas encontra nela a perfeição. Certamente que a ideia que fazemos do homem nunca está totalmente dependente das relações econômicas; isto é, não esqueçamos das relações que existem histórica e geograficamente entre os homens e os grupos. Um número crescente de membros que pertencem a sociedades racistas tomam posição. Põem a sua vida a serviço de um mundo em que o racismo seria impossível. Mas este recuo, esta abstração, este compromisso solene, não estão ao alcance de todos. Não se pode exigir impunemente que um homem seja contra os "preconceitos do seu grupo".

Ora, é preciso voltar a dizê-lo, todo o grupo colonialista é racista.

Simultaneamente "aculturado" e desculturado, o oprimido continua a esbarrar no racismo. Acha que esta sequela é ilógica; que o que ele superou é inexplicável, sem motivo, incorreto. Os seus conhecimentos, a apropriação de técnicas precisas e complicadas, por vezes a sua superioridade intelectual quanto a um grande número de racistas, levam-no a qualificar o mundo racista de passional. Apercebe-se de que a atmosfera racista impregna todos os elementos da vida social. O sentimento de uma injustiça tremenda torna-se, então, muito vivo. Esquecendo o racismo-consequência, atira-se com fúria sobre o racismo-causa. Empreendem-se campanhas de desintoxicação. Faz-se apelo ao sentido do humano, ao amor, ao respeito aos valores supremos...

De fato, o racismo obedece a uma lógica infalível. Um país que vive, que tira a sua substância, da exploração de povos diferentes, inferioriza estes povos. O racismo aplicado a estes povos é normal.

O racismo não é, pois, uma constante do espírito humano.

É, como vimos, uma disposição inscrita num sistema determinado. E o racismo judeu não é diferente do racismo negro. Uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há nele linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais,

existe como horizonte. Estas virtualidades, estas latências, circulam dinâmicas, inseridas na vida das relações psico-afetivas, econômicas...

Descobrimo a futilidade da sua alienação, a profundidade do seu despojamento, o inferiorizado, depois desta fase de desculturação, de estranhamento, volta a encontrar as suas posições originais.

O inferiorizado retoma apaixonadamente essa cultura abandonada, rejeitada, desprezada. Há nitidamente uma sobrevalorização que se assemelha psicologicamente ao desejo de se fazer perdoar.

Mas, por detrás desta análise simplificadora, há bem a intuição, por parte do inferiorizado, de uma verdade espontânea que irrompe. Esta história psicológica deságua na História e na Verdade.

Porque o inferiorizado reencontra um estilo outrora desvalorizado, o que ele faz, de fator, é cultivar a cultura. Semelhante caricatura da existência cultural significaria, se fosse necessário mostrá-lo, que a cultura se vive, mas não se fragmenta. Não pode ser tomada aos bocados.

Contudo, o oprimido extasia-se a cada redescoberta. O encantamento é permanente. Outrora emigrado da sua cultura, o autóctone explora-a hoje com arrebatamento. Trata-se, então, de uma contínua lua-de-mel. O antigo inferiorizado está agora em estado de graça.

Ora, não se sofre impunemente uma dominação. A cultura do povo subjogado está esclerosada, agonizante. Não circula nela qualquer vida. Mais precisamente, a única vida nela existente está nela dissimulada. A população que normalmente assume aqui e ali alguns fragmentos de vida, que mantém significações dinâmicas para as instituições, é uma população anônima. Em um sistema colonial, estes são os tradicionalistas.

Pela ambiguidade súbita do seu comportamento, o antigo emigrado causa consternação. Ao anonimato do tradicionalista, opõe um exibicionismo veemente e agressivo.

Estado de graça e agressividade são duas constantes deste estágio, sendo a agressividade o mecanismo passional que permite escapar às garras do paradoxo.

Porque o antigo emigrado possui técnicas precisas, porque o seu nível de ação se situa no quadro de relações já complexas, estas redescobertas revestem-se de um aspecto irracional. Existe um hiato, uma discrepância entre o desenvolvimento intelectual, a apropriação técnica, as modalidades de pensamento e de lógica altamente diferenciadas, por um lado; uma base emocional “simples, pura”, por outro.

Redescobrimo a tradição, vivendo-a como mecanismo de defesa, como símbolo de pureza, como salvação, o desculturado dá a impressão de que a mediação se vinga substancializando-se. Este refluxo para posições arcaicas, sem relação com o desenvolvimento técnico, é paradoxal. As instituições assim valorizadas deixam de corresponder aos métodos elaborados de ação já adquiridos.

A cultura capsulada, posta em estado vegetativo pela dominação estrangeira, é revalorizada. Não é repensada, retomada, dinamizada por dentro. É clamada. E esta revalorização súbita, não estruturada, verbal, recobre atitudes paradoxais.

É neste momento que se faz menção ao caráter irrecuperável dos inferiorizados. Os médicos árabes dormem no chão, cospem em qualquer lugar, etc.

Os intelectuais negros consultam o bruxo antes de tomar uma decisão, etc.

Os intelectuais “colaboradores” procuram justificar a sua nova atitude. Os costumes, tradições, crenças, outrora negados e silenciados, são violentamente valorizados e afirmados.

A tradição já não é ironizada pelo grupo. O grupo já não foge a si mesmo. Reencontra-se o sentido do passado, o culto dos antepassados...

O passado, tornando-se, por conseguinte, uma constelação de valores, passa ser identificado com a Verdade.

Esta redescoberta, esta valorização absoluta de modalidade quase irreal, objetivamente indefensável, assume uma importância subjetiva e incomparável. Ao emergir deste noivado apaixonado, o autóctone terá decidido, com “conhecimento de causa”, lutar contra todas as formas de exploração e de alienação do homem. Em

contrapartida, o ocupante multiplica nesta altura os apelos à assimilação, depois à integração, à comunidade.

A luta corpo a corpo do nativo com a sua cultura é uma operação demasiadamente solene, demasiadamente abrupta, para tolerar o menor deslize. Nenhum neologismo pode mascarar a nova certeza: o mergulho no abismo do passado é condição e a fonte de liberdade.

O fim lógico desta vontade de lutar é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, todas as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante.

A luta é subitamente total, absoluta. Mas então já não se vê aparecer o racismo.

No momento de impor a sua dominação, para justificar a escravidão, o opressor invocara argumentações científicas. Aqui, nada de semelhante acontece.

Um povo que empreende uma luta de libertação raramente legitima o racismo. Mesmo no decurso de períodos agudos de luta armada insurrecional, nunca se assiste a uma tomada maciça de justificações biológicas.

A luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano. As perspectivas são radicalmente novas. Trata-se da doravante clássica oposição entre as lutas de conquista e as de libertação.

No decurso da luta, a nação dominadora tenta reeditar argumentos racistas, mas a elaboração do racismo revela-se cada vez mais ineficaz. Fala-se de fanatismo, de atitudes primitivas perante a morte, mas, uma vez mais, o mecanismo agora vacilante já não responde. Os imóveis de antes, os covardes constitucionais, os medrosos, os inferiorizados de sempre, crispam-se e emergem eriçados.

O ocupante já não compreende.

O fim do racismo começa com uma súbita incompreensão.

A cultura espasmada e rígida do ocupante, liberta, oferece-se finalmente à cultura do povo tornado realmente irmão. As duas culturas podem defrontar-se, enriquecer-se.

Em conclusão, a universalidade reside nesta decisão de reconhecer e aceitar o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluída irreversivelmente a condição colonial.

⁴¹ N.A.: Por vezes, aparece neste estágio um fenómeno pouco estudado. Intelectuais, estudantes, pertencendo ao grupo dominante, estudam "cientificamente" a sociedade dominada, a sua estética, o seu universo ético. Os raros intelectuais colonizados vêm, nas Universidades, o seu sistema cultural ser-lhes revelado. Acontece até que os sábios dos países colonizadores se entusiasmam por este ou aquele traço específico. Surgem os conceitos de pureza, ingenuidade, inocência. A vigilância do intelectual nativo tem de redobrar sua atenção.

Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina

Esta série de três artigos foi publicada em El Moudjahid, de 1, 15 e 30 de dezembro de 1957. Reunidos na coletânea "Em Defesa da Revolução Africana".

I

Um dos primeiros deveres dos intelectuais, reunidos sob a designação de *intelligentsia*, e dos elementos democráticos dos países colonialistas é apoiar sem reservas a reivindicação nacional dos povos colonizados. Esta conduta fundamenta-se em dados teóricos muito importantes: defesa de uma ideia de homem, contestada no Ocidente, recusa de participar institucionalmente na degradação e na negação de certos valores, comunidade de interesses entre as classes trabalhadoras do país conquistador e o conjunto da população do país conquistado e dominado e, finalmente, preocupação de impor ao respectivo governo o respeito pelo direito dos povos a disporem de si próprios.

Este apoio e esta solidariedade resumem-se, antes do período da luta armada, à realização de alguns encontros anuais e à votação de moções. Algumas vezes, na sequência de uma repressão subitamente muito feroz, sinal precursor de uma repressão mais sistematizada, mais global (no caso da Argélia, as eleições de Naegelen e a conspiração de 1950-1951), aparecem campanhas de imprensa, declarações, avisos e apelos.

É preciso assinalar que nenhuma tentativa de explicação é dada ao nível do conjunto da população do país colonialista. Porque não tem influência sobre o povo, sobre o país, a esquerda democrática, fechada em si mesma, convence-se, ao longo de artigos ou estudos, de que [a Conferência de] Bandung enterrou o colonialismo. Ora é o povo real, os camponeses e os operários, que é preciso informar. Incapaz de explicar, de comentar, à escala de milhões de operários e de camponeses do povo colonialista, as realidades do drama que

começa, a esquerda encontra-se reduzida ao papel de Cassandra. Anuncia os cataclismos, mas a falta de preparação da opinião pública faz com que essas profecias, inexplicáveis no período pré-insurrecional, sejam assimiladas à cumplicidade no momento da explosão.

Uma ineficácia dolorosa

Assim, no caso particular da Argélia, depois da fase aguda pré-insurrecional (1952-1953), quando começa o período (sabotagens, atentados) da fase armada, vamos encontrar-nos perante uma esquerda desamparada e paradoxalmente apanhada desprevenida.

Os elementos democráticos e os intelectuais franceses conhecem os dados do problema. Por tê-los visto de muito perto e tê-los estudado durante muito tempo, conhecem a sua complexidade, profundidade e tensão. Mas todo o saber se revela vão, porque incomensurável relativamente às ideias simples que correm entre o povo.

Atulhada por este saber inutilizável, a esquerda beneficia-se de um *status* de adivinho. Durante muito tempo repetirá aos governantes: "estavam cientes, tudo isto acontece por vossa culpa".

Nessa fase efervescente de alinhamento de forças e de organização da luta armada do povo colonizado, assiste-se a uma quase comunicação entre o povo revoltado e os elementos democráticos. É que, muitas vezes, os intelectuais e os democratas conheceram pessoalmente os atuais chefes da luta armada. Instalou-se, pois, entre eles uma espécie de cumplicidade aparente. Mas muito rapidamente essa pseudo-solidariedade ativa será varrida pelos acontecimentos. Com efeito, no decurso do segundo período, caracterizado por escaramuças, emboscadas e atentados, a culpabilidade tão generosamente lançada sobre os responsáveis oficiais tende a deslocar-se. A repressão aprofunda-se, organiza-se, torna-se mais sutil. As câmaras de tortura aparecem. Em todo o território nacional argelino são assassinados dezenas e centenas de patriotas.

O povo concreto, os homens e as mulheres, as crianças e os velhos do país colonizado apercebem-se facilmente de que existir no

sentido biológico da palavra e existir enquanto povo soberano coincidem. A única saída possível, a única via de salvação para este povo, é responder tão energicamente quanto possível à empresa de genocídio conduzida contra ele.

A resposta torna-se cada vez mais absoluta.

O nacionalismo e a "barbárie"

É aqui que se situa um duplo fenômeno. Em primeiro lugar, uma propaganda ultrachauvinista, nacionalista, patriótica, que mobiliza os elementos racistas implícitos da consciência coletiva do povo colonialista, traz um novo elemento. A partir de então torna-se evidente que já não é possível apoiar o colonizado sem do mesmo modo se opor à via nacional. A luta contra o colonialismo torna-se luta contra a nação. A guerra de reconquista é assumida pelo conjunto do país colonialista, e os argumentos anticolonialistas perdem a sua eficácia, tornam-se teorias abstratas e chegam mesmo a desaparecer da literatura democrática.

No caso da Argélia, foi a partir de março de 1956, com a chamada do contingente, que a nação francesa tomou nas suas mãos a guerra de reconquista colonial. As manifestações de incorporados foram nessa altura os últimos sintomas de uma guerra considerada impopular a nível doutrinal.

A partir de 1956, a guerra da Argélia é aceita pela nação. A França quer a guerra, dirão explicitamente Guy Mollet e Bourgès-Maunoury; e o povo parisiense, a 14 de julho de 1957, expressará aos paraquedistas torcionários de Massu o grande reconhecimento da pátria. Os liberais abandonam a luta nesta fase. A acusação de traição que ameaça os adversários da guerra da Argélia torna-se uma arma poderosa nas mãos do governo francês. Assim pudemos ver no princípio do ano de 1957 um grande número de democratas calar-se ou ser ceifado pela vaga "vingadora" e elaborar um patriotismo elementar mal estruturado, dominado pelo racismo, violento, totalitário, em suma, fascista.

O governo francês encontrará o seu segundo argumento naquilo a que se chama terrorismo. As bombas em Argel serão exploradas pelo serviço de propaganda. Crianças feridas, inocentes, que não se

chamam Bourgeaud ou que não correspondem à clássica definição do "feroz colonialista", põem aos democratas franceses problemas inesperados. A esquerda está abalada: Sakamody reforçará este recuo. Dez civis franceses são mortos numa emboscada e toda a esquerda francesa, num sobressalto unânime, brada: já não continuaremos convosco. A propaganda orquestra-se, insinua-se nos espíritos e desmantela as convicções já largamente abaladas. O conceito de barbárie aparece e fica assente que a França combate a barbárie na Argélia.

Uma grande parte dos intelectuais, a quase totalidade dessa esquerda democrática, desaba e impõe ao povo argelino as suas condições: condenem Sakamody e as bombas e nós mantemos o nosso apoio amigo.

Na madrugada do quarto ano da guerra de libertação nacional, face à nação francesa e face às bombas da Rue Michelet, a esquerda francesa torna-se cada vez mais ausente.

Alguns refugiaram-se no silêncio, outros escolheram certos temas que, episodicamente, reaparecem. A guerra da Argélia deve cessar porque fica cara (a guerra da Argélia torna-se de novo impopular porque custa, simplesmente, 1.200 bilhões de francos), isola a França, ou permite a sua substituição pelos anglo-saxões, ou pelos russos, ou por Nasser, etc.

Na França, sabe-se cada vez menos por que é que a guerra da Argélia deve acabar. Esquece-se cada vez mais que a França, na Argélia, espezinha a soberania popular, injuria o direito dos povos de dispor de si próprios, assassina milhares de homens e mulheres.

A guerra da Argélia tende a tornar-se, na França, no seio da esquerda, uma doença do sistema francês como a instabilidade ministerial; as guerras coloniais: um tique da França, uma parte do panorama nacional, um pormenor habitual.

II

Desde 1956, os intelectuais e os democratas franceses dirigem-se periodicamente a FLN. A maior parte das vezes, trata-se quer de conselhos políticos, quer de críticas a respeito de certa fisionomia da guerra de libertação. Esta atitude da *intelligentsia* francesa não deve

ser interpretada como a consequência de uma solidariedade interna com o povo argelino. Esses conselhos e essas críticas explicam-se pelo desejo dificilmente reprimido de guiar, de orientar até o movimento de Libertação do oprimido.

Assim se compreende a oscilação constante dos democratas franceses entre uma hostilidade manifesta ou latente e a aspiração totalmente irreal de militar "ativamente até ao fim". Semelhante confusão indica a falta de preparação para os problemas concretos e a não inserção dos democratas franceses no plano da vida política interna francesa.

Ao longo desta linha de oscilação, os democratas franceses, à margem da luta ou manifestando a vontade de a observar do interior, e mesmo de participar nela na qualidade de censores, de conselheiros, incapazes ou recusando-se a escolher um terreno preciso ou a lutar no interior do dispositivo francês, ameaçam e praticam a chantagem.

A pseudo-justificação desta atitude é que, para ter uma influência sobre a opinião francesa, é preciso condenar certos fatos, rejeitar as excrecências inesperadas, manter a distância perante os "excessos". Nesses momentos de crise, de confrontação, pede-se à FLN que oriente a violência e que a torne seletiva.

O mito da Argélia Francesa

A este nível, a reflexão permite-nos descobrir uma particularidade importante do fato colonial argelino. No interior de uma nação é clássico e banal identificar duas forças antagônicas: a classe operária e o capitalismo burguês. No país colonial esta distinção revela-se totalmente inadequada. O que define a situação colonial é bem mais o caráter indiferenciado que a dominação estrangeira apresenta. A situação colonial é em primeiro lugar uma conquista militar continuada e reforçada por uma administração civil e policial. Na Argélia, como em qualquer colônia, o opressor estrangeiro opõe-se ao autóctone como limite da sua dignidade, e define-se como contestação irreduzível da existência nacional.

A condição do estrangeiro, do conquistador, do francês na Argélia, é uma condição de opressor. O Francês na Argélia não pode ser

neutro ou inocente. Qualquer francês na Argélia oprime, despreza, domina. A esquerda francesa, que não pode ficar indiferente e impermeável aos seus próprios fantasmas, adota na Argélia, no período que antecede a guerra de libertação, posições paradoxais.

Que é o colonialismo?

Os democratas franceses, ao decidirem chamar colonialismo àquilo que nunca deixou de ser conquista e ocupação militar, simplificaram deliberadamente os fatos. O termo "colonialismo", criado pelo opressor, é demasiado afetivo, demasiado emocional. É situar um problema nacional num plano psicológico. Por isso, no espírito destes democratas, o contrário de colonialismo não é de modo nenhum o reconhecimento do direito dos povos de dispor de si próprios, mas a necessidade à escala individual de comportamentos menos racistas, mais abertos, mais liberais.

O colonialismo não é um tipo de relação individual, mas a conquista de um território nacional e a opressão de um povo; é tudo. Não é um certo comportamento humano ou uma modalidade de relações entre indivíduos. Atualmente, todo o francês na Argélia é um soldado inimigo. Enquanto a Argélia não for independente, é preciso aceitar esta consequência lógica. Lacoste o compreendeu ao "trazer à tona" os franceses e francesas que vivem na Argélia.

No termo desta análise, apercebemo-nos de que, em vez de acusar a Frente de Libertação Nacional por algumas das suas ações urbanas, se deveria, pelo contrário, apreciar os esforços que ela impõe ao povo.

Foi por não terem entendido que o colonialismo é apenas uma dominação militar que os democratas franceses se encontram hoje no limite do paradoxo.

Vítimas do mito da Argélia Francesa, os partidos de esquerda criam no território argelino seções argelinas dos partidos políticos franceses. As palavras de ordem, os programas, os modos de luta, são idênticos aos da "metrópole". Uma posição doutrinal, até há pouco incontestada, justificou esta atitude. Dizia-se que num país colonial há entre o povo colonizado e a classe operária do país colonialista uma comunidade de interesses. A história das guerras de

libertação levadas a cabo por povos colonizados é a história da não verificação desta tese.

O colonialismo não é Borgeaud

O povo argelino mostra-se refratário à imagística simplista que quer que o colonialista seja um tipo particular de homem facilmente reconhecível. Foi assim que se adiantou que nem todos os franceses na Argélia são colonialistas, ou que se estabeleceram graus no colonialismo. Ora, nem Borgeaud nem De Sérigny caracterizam totalmente o colonialismo francês na Argélia. O colonialismo francês, a opressão francesa na Argélia, formam um conjunto coerente que não requer forçosamente a existência de Borgeaud. A dominação francesa é a totalidade das forças que se opõem à existência da nação argelina, e para o argelino, concretamente, Blachette não é mais "colonialista" do que um agente da polícia, um guarda-florestal ou um professor primário.

O argelino sente globalmente o colonialismo francês, não por simplismo ou xenofobia, mas porque, realmente, todo o francês na Argélia mantém com o argelino relações baseadas na força. Evocar casos particulares de franceses anormalmente gentis para com argelinos não modifica a natureza das relações entre um grupo estrangeiro que açambarcou os atributos da soberania nacional e o povo que se encontra privado do exercício do Poder. Nenhuma relação pessoal pode contradizer este dado fundamental: a nação francesa, por intermédio dos seus representantes, opõe-se à existência da nação argelina.

Nas colônias de enquadramento, o povo colonialista é representado por soldados, policiais e técnicos. O povo colonialista pode, nestas condições, refugiar-se na ignorância dos fatos e declarar-se inocente quanto à colonização. Nas colônias de povoamento esta fuga de si próprio torna-se impossível. Porque, segundo a célebre fórmula de um chefe de Estado francês, "não existe um só francês que não tenha um primo na Argélia", toda a nação francesa está comprometida no crime contra um povo e é hoje cúmplice dos assassinatos e das torturas que caracterizam a guerra da Argélia.

O autêntico democrata francês não deve estar contra Borgeaud ou contra Blachette, deve, sim, evitar escolher arbitrariamente alguns bodes expiatórios que não podem exprimir os cento e trinta anos de opressão colonialista. O democrata francês deve julgar e condenar o conjunto da colonização reconduzida à sua categoria de opressão militar e policial. É preciso que se convença de que todo o francês na Argélia reage como Borgeaud. Não existem, na Argélia, franceses cuja própria existência não seja justificada por essa dominação.

Porque não pode adotar esta atitude por falta de coragem ou erro de análise, o democrata francês refere-se constantemente à abstrações – o colonialismo em geral está a morrer, o colonialismo é desumano, a França deve manter-se fiel à sua história, esquecendo assim singularmente que o colonialismo constitui uma parte importante da história francesa.

O colonialismo é a organização da dominação de uma nação após a conquista militar. A guerra de libertação não é um pedido de reformas, mas o esforço grandioso de um povo, a quem mumificaram, para reencontrar o seu gênio, para retomar em suas próprias mãos a sua história e instalar-se como soberano.

Alguns franceses, no âmbito da OTAN, recusam-se a servir sob as ordens do general alemão Speidel, mas aceitam bater-se contra o povo argelino. Ora, em todo o rigor, a fidelidade ao espírito de resistência francesa exigiria que todo o francês a quem repugna servir às ordens de Speidel, coerente consigo mesmo, recusasse combater às ordens de Massu ou Salan.

III

Evidentemente, os governantes franceses têm razão quando pretendem que o problema argelino abala as próprias bases da República. Desde há alguns anos, o mito da Argélia Francesa foi submetido a uma rude prova, e na consciência francesa instalou-se uma dose de incerteza quanto à verdade desta tese.

Puderam registrar-se à escala internacional repercussões desta natureza. Todavia tais progressos não resolveram totalmente o problema da mistificação gerada por dezenas de anos de ensino mentiroso e de falsificação histórica sistematizada.

O preço da mistificação

Quando se analisam de perto as relações colonialistas que existiram entre a Argélia e a França, apercebemo-nos de que o território argelino, pelas próprias características da sua conquista, representou sempre para a França um prolongamento mais ou menos real. Em momento algum a França expressou nos mesmos termos o seu direito de propriedade sobre a África Negra ou sobre qualquer outra parcela do "Império Francês". Foi possível decretar que a África Negra era terra francesa, mas nunca foi decidido que a África Negra fosse a França.

O direito da França na África referia-se sobretudo a um direito de propriedade, enquanto na Argélia desde o princípio que se afirmavam relações de identidade. Vimos que os democratas franceses, salvo raras exceções, adaptaram a sua atitude a esta óptica. Os partidos políticos franceses não esconderam a necessidade em que se encontravam de obedecer a esta mistificação. Laurent Casanova, num discurso aos estudantes comunistas proferido a 17 de março de 1957 em Paris, respondendo às críticas que lhe eram dirigidas pela juventude comunista acerca da atitude do Partido Comunista Francês perante o problema argelino, justificava-se pedindo-lhes que tivessem em conta "a atitude espontânea das massas populares francesas face à questão".

Porque durante cento e trinta anos a consciência nacional francesa se elaborou a partir de um princípio básico simples: "a Argélia é a França"; choca-se, hoje, no momento em que uma grande parte do povo francês se dá racionalmente conta de que o seu interesse vai no sentido do fim da guerra e do reconhecimento de um Estado argelino independente, com reações instintivas, passionais, anti-históricas.

Nunca o princípio segundo o qual ninguém escraviza impunemente foi tão totalmente verdadeiro. Depois de ter domesticado o povo argelino durante mais de um século, a França encontra-se prisioneira da sua conquista e incapaz de se separar dela, de definir novas relações, de tomar novas orientações.

Um regateio odioso

Aliás, o grande erro seria considerar o problema resolvido com estas considerações psicológicas. Os confrontos com os representantes da esquerda francesa trazem à tona preocupações muito mais complexas. Assim, do ponto de vista preciso do futuro da Argélia independente, encontramos-nos perante duas exigências contraditórias, que, aliás, correspondem, numa escala mais elevada, à concepção maniqueísta do bem e do mal que há já alguns anos divide o mundo.

A esquerda não comunista assegura-nos o seu apoio, promete-nos as suas intervenções, mas exige-nos a garantia de que a Argélia jamais se afundará no bloco comunista ou no bloco dito neutralista. O anticolonialismo destes democratas não é, pois, incondicional e sem reservas, mas supõe uma opção política precisa. Certamente que não lhes faltam argumentos. Trocar o colonialismo francês pelo "colonialismo" vermelho ou nasseriano parece-lhes uma operação negativa, porque, afirmam, na hora atual dos grandes conjuntos, é obrigatório um alinhamento, e os seus conselhos são bem nítidos: é preciso escolher o bloco ocidental.

Esta esquerda não comunista é geralmente reticente quando lhe explicamos que, de momento, o povo argelino pretende libertar-se do jugo colonialista francês. Recusando manter-se estritamente no plano da descolonização e da libertação nacional, a esquerda francesa não comunista exige-nos que conjuguemos os dois esforços: recusa do colonialismo francês e do comunismo soviético-neutralista.

Põe-se o mesmo problema, segundo um dinamismo inverso, com a esquerda francesa comunista. O Partido Comunista Francês, diz, não pode apoiar senão certos movimentos de libertação nacional, pois, que interesse teria para nós, comunistas franceses, a irrupção do imperialismo americano na Argélia? Também aqui nos pedem garantias, querem arrancar-nos promessas. Exigem condições.

Compreende-se que tais dificuldades incomodem a ação anticolonialista da esquerda francesa. É que a Argélia ainda não independente é já objeto de lutas de influência à escala internacional. Para quem é que a Argélia se vai então libertar? O povo argelino, desde há três anos, não deixa de repetir que se

propõe libertar-se por sua própria conta, que o que é importante para ele é em primeiro lugar reconquistar a sua soberania, assegurar a sua autoridade, realizar a sua humanização, a sua liberdade econômica e política; mas estas evidências não parecem ser aceitas.

O povo argelino sofre terrivelmente com o seu nascimento para a independência e já lhe regateiam, com uma agressividade invulgar, a mais pequena parcela de apoio. É assim que não é raro ouvirmos certos franceses democratas dizerem-nos: ajudem-nos a ajudar-vos. O que significa claramente: digam-nos um pouco para onde pensam dirigir-se depois.

Esta intimação, que se situa sempre à escala individual entre franceses e argelinos, representa certamente um dos aspectos mais dolorosos da luta pela independência. Alguns democratas franceses chocam-se por vezes com a sinceridade do combatente argelino. É que o caráter total da guerra que conduzimos repercute-se na maneira não menos radical de vivermos as relações individuais. E temos de confessar que não suportamos ver certos franceses, que tínhamos considerado amigos, comportarem-se conosco como negociantes e fazerem esta espécie de chantagem odiosa que é solidariedade associada a restrições fundamentais dos nossos objetivos.

Um desacordo fundamental

Se compararmos a atitude da esquerda francesa relativamente aos objetivos da nossa luta, vemos que nenhuma fração admite a eventualidade de uma libertação nacional real.

A esquerda não comunista concede que a condição colonial tem de desaparecer. Mas entre a liquidação do regime colonial, compreendido como a existência de um regime preferencial, com luta de castas no interior de um conjunto – e o reconhecimento de uma nação argelina, independente da França, essa esquerda interpôs uma multidão de etapas, de subetapas, de soluções originais, de compromissos.

É evidente que para esta parte da esquerda o fim da guerra da Argélia deve implicar uma espécie de federalismo interno e de União Francesa renovada. O nosso desacordo com essa opinião francesa

não é, pois, nem de ordem psicológica, nem de ordem tática, como alguns pretendem. Os radicais de esquerda, os socialistas minoritários e os MRP de esquerda não aceitaram a ideia de uma independência argelina. Assim as posições do gênero: estamos de acordo quanto ao fundo, mas não quanto aos métodos, são radicalmente falsas.

A esquerda comunista, por sua vez, ao mesmo tempo que proclama a necessária evolução dos países coloniais para a independência, exige a manutenção de laços particulares com a França. Estas posições manifestam claramente que mesmo os partidos ditos extremistas consideram que a França tem direitos na Argélia e que o levantar da dominação não deve obrigatoriamente ser acompanhado do desaparecimento de todos os laços. Esta disposição de espírito é apresentada sob as formas de um paternalismo tecnocrático, de uma chantagem com a regressão.

Sem laços com a França, auguram-nos, o que farão? Precisam de técnicos, de divisas, de máquinas... Até o quadro catastrófico de uma Argélia comida pelo deserto, infestada de pântanos e devastada pelas doenças é mobilizado para nos fazer refletir.

Os colonialistas, na sua propaganda, dizem ao povo francês: a França não pode viver sem a Argélia.

Os anticolonialistas franceses dizem aos argelinos: a Argélia não pode viver sem a França.

Os democratas franceses nem sempre se apercebem do caráter colonialista, ou, para empregar um conceito novo, neocolonialista, da sua atitude.

A exigência de laços particulares com a França corresponde ao desejo de manter intactas estruturas coloniais. Trata-se aqui de uma espécie de terrorismo necessário a partir do qual se decide que nada de válido na Argélia poderia ser concebido ou realizado à margem da França. Com efeito, a reclamação de laços particulares com a França reconduz-se à vontade de manter eternamente a Argélia num estágio de Estado menor e protegido. Mas é também garantir certas formas de exploração do povo argelino. É incontestavelmente dar provas de uma grave incompreensão das perspectivas revolucionárias da luta nacional.

Será demasiado tarde?

É preciso que os democratas franceses superem as contradições que esterilizam as suas posições, se quiserem efetuar uma autêntica democratização com os colonialistas. Será na medida em que a opinião democrática francesa não puser reticências que a sua ação poderá ser eficaz e decisiva.

Porque a esquerda obedece inconscientemente ao mito da Argélia Francesa, a sua ação contenta-se com visar uma Argélia onde reinasse mais justiça e liberdade, ou, na melhor das hipóteses, uma Argélia governada menos diretamente pela França. O chauvinismo passional da opinião francesa sobre a questão argelina pressiona esta esquerda, inspira-lhe uma prudência excessiva, abala os seus princípios e coloca-a numa situação paradoxal e rapidamente estéril.

O povo argelino pensa que a esquerda francesa não fez tudo o que devia no âmbito da guerra da Argélia. Para nós, não se trata de acusar os democratas franceses, mas de chamar a sua atenção para certas atitudes que nos parecem opostas aos princípios do anticolonialismo.

Talvez não seja inútil lembrar a atitude da Internacional Socialista perante esta questão. Ninguém ignora que, em 1956, a delegação francesa conduzida por Pineau foi condenada e que Bevan, em 1957, quando do Congresso Socialista de Toulouse, exprimiu publicamente a sua decepção e a sua cólera perante o racismo e o colonialismo da SFIO [Seção Francesa da Internacional Operária].

Desde 1954, o povo argelino luta pela independência nacional. Trata-se de um território conquistado há mais de um século que exprime a sua vontade de se constituir em nação soberana. A esquerda francesa deve apoiar sem reserva este esforço. Nem a presença de uma minoria europeia, nem Sakamody podem ou devem enfraquecer a determinação de uma esquerda autêntica. Vimos que a propaganda de Lacoste não cessa de afirmar que a França, na Argélia, combate a barbárie. A esquerda deve mostrar-se impermeável a esta campanha e exigir o fim da guerra e o reconhecimento da independência da Argélia.

Vimos, porém, que alguns democratas utilizam o raciocínio seguinte: se querem que a nossa ajuda continue, condenem estes ou aqueles atos. Assim, a luta de um povo pela sua independência deve ser diáfana se quiser beneficiar-se do apoio dos democratas.

Paradoxalmente, reencontra-se aqui a atitude de Guy Mollet, que, para continuar a sua guerra, designa uma comissão de salvaguarda com a missão de apontar "excessos", isolando espetacularmente os maus soldados do bom, justo e fecundo exército francês.

As tarefas da esquerda francesa

A FLN dirige-se a toda a esquerda francesa e pede-lhe neste quarto ano de guerra que se comprometa concretamente no combate pela paz na Argélia.

Em momento algum pode estar em questão para os democratas franceses juntarem-se às nossas fileiras ou traírem o seu país. Sem renegar a sua nação, a esquerda francesa deve lutar para que o governo do seu país respeite os valores que se chamam: direito dos povos de dispor de si próprios, reconhecimento da vontade nacional, liquidação do colonialismo, relações recíprocas e enriquecedoras entre povos livres.

A FLN dirige-se à esquerda francesa, aos democratas franceses, e pede-lhes que encorajem qualquer greve levada a cabo pelo povo francês contra a subida do custo de vida, os novos impostos, a restrição das liberdades democráticas na França, consequências diretas da guerra da Argélia.

A FLN pede à esquerda francesa que reforce a sua ação de informação e continue a explicar às massas francesas as características da luta do povo argelino, os princípios que a animam, os objetivos da Revolução.

A FLN saúda os franceses que tiveram a coragem de se recusar a pegar em armas contra o povo argelino e que estão atualmente na prisão.

Estes exemplos devem multiplicar-se, a fim de que seja e para toda a gente, e em primeiro lugar para o governo francês, que o povo francês recusa esta guerra que é feita em seu nome contra o direito

dos povos, pela continuação da opressão, contra o primado da liberdade.

A morte de Lumumba: podíamos ter agido de outro modo?

Afrique Action, n.º 19, de 20 de fevereiro de 1961.

Reunido na coletânea "Em Defesa da Revolução Africana".

Os observadores que se encontravam nas capitais africanas em junho de 1960 podiam dar-se conta de um certo número de fatos. Com efeito, aí convergiam estranhas personagens, cada vez mais numerosas, vindas de um Congo aparecido recentemente na cena internacional. Que diziam estes congolezes? Diziam não importa o quê. Que Lumumba estava vendido aos ganeses. Que Gizenga fora comprado pelos guineenses, Kashamura pelos iugoslavos. Que os civilizadores belgas partiam cedo demais, etc.

Mas se nos lembrássemos de levar para um canto um desses congolezes, de interrogá-lo, então aperceber-nos-íamos de que algo muito grave se tramava contra a independência do Congo e contra a África.

Havia senadores e deputados congolezes que, logo depois das festas da independência, desapareciam do Congo e iam... para os Estados Unidos. Outros instalavam-se durante várias semanas em Brazzaville. Convidavam-se sindicalistas a ir a New York. Ainda aqui, se tomássemos de parte um desses deputados ou senadores e o interrogássemos, tornava-se evidente que todo um processo muito preciso se desenrolaria.

Já antes de 1 de julho de 1960 estava lançada a operação Katanga. O seu fim? Certamente, salvaguardar a União Mineira. Mas, para além dessa operação, era uma concepção belga que era defendida. Um Congo unificado, com um governo central, ia contra os interesses belgas. Apoiar as reivindicações descentralizadoras das diversas províncias, provocar essas reivindicações, alimentá-las, tal era a política belga antes da independência.

Na sua tarefa, os belgas eram ajudados pelas autoridades da Federação Rodésias-Niassalândia. Sabemos hoje, e Hammarskjöld melhor do que ninguém, que antes de 30 de junho de 1960 uma

ponte aérea Salisbúria-Elisabethville fornecia armas ao Katanga. Lumumba proclamara certo dia que a libertação do Congo seria a primeira fase da independência completa da África Central e Meridional e definira muito precisamente os seus objetivos próximos: apoio aos movimentos nacionalistas da Rodésia, de Angola, da África do Sul.

Um Congo unificado com um anticolonialista militante à sua cabeça constituía um perigo real para essa África sulista, muito propriamente sulista, diante da qual o resto do mundo tapa a cara. Queremos dizer, diante da qual o resto do mundo se contenta com chorar, como em Sharpville, ou com fazer exercícios de estilo por ocasião das jornadas anticolonialistas. Lumumba, porque era o chefe do primeiro país desta região a obter a independência, porque sabia concretamente o peso do colonialismo, tinha-se comprometido em nome do seu povo a contribuir fisicamente para a morte dessa África. Que as autoridades do Katanga e de Portugal tenham feito de tudo para sabotar a independência do Congo não nos espanta. Que tenham reforçado a ação dos belgas e aumentado o ímpeto das forças centrífugas no Congo, é um fato. Mas este fato não explica a deterioração que progressivamente se instalou no Congo, este fato não explica o assassinato, friamente decidido, friamente dirigido, de Lumumba, essa colaboração colonialista no Congo é insuficiente para explicar por que é que em fevereiro de 1961 a África vai conhecer, em torno do Congo, a sua primeira grande crise. A sua primeira grande crise, porque terá de demonstrar se avança ou se recua. Terá de compreender que já lhe não é possível avançar por regiões, que, como um grande corpo que recusa qualquer mutilação, terá de avançar na totalidade, que não haverá uma África que luta contra o colonialismo e outra que tenta arranjar-se com o colonialismo. A África, isto é, os africanos, terão de compreender que nunca há grandeza a adiar e que nunca é desonra dizer o que se é e o que se quer e que, na realidade, a habilidade do colonizado só pode ser, em última instância, a sua coragem, a concepção lúcida dos seus objetivos e das suas alianças, a tenacidade que confere à sua libertação.

Lumumba acreditava na sua missão. Tinha uma confiança exagerada no povo. Esse povo, para ele, não só não se podia enganar, mas também não podia ser enganado. E, com efeito, tudo parecia dar-lhe razão. Por exemplo, cada vez que numa região os inimigos do Congo conseguiam levantar a opinião contra ele, bastava-lhe aparecer, explicar, denunciar, para que a situação voltasse à normalidade. Singularmente, esquecia que não podia estar em todo o lado ao mesmo tempo e que o milagre da explicação era menos a verdade daquilo que expunha do que a verdade da sua pessoa.

Lumumba tinha perdido a batalha pela presidência da República. Mas, porque encarnava antes do mais a confiança que o povo congolês depositava nele, porque confusamente os novos africanos tinham compreendido que só ele se preocupava com a dignidade do seu país, Lumumba não deixou de exprimir o patriotismo congolês e o nacionalismo africano no que têm de mais rigoroso e de mais nobre.

Então, outros países muito mais importantes do que a Bélgica ou Portugal decidiram interessar-se diretamente pela questão. Lumumba foi contactado, interrogado. Depois do seu périplo pelos Estados Unidos, a decisão estava tomada: Lumumba devia desaparecer.

Porquê? Porque os inimigos da África não se enganavam. Tinham compreendido perfeitamente que Lumumba estava vendido, vendido à África, entenda-se. Quer dizer que já não era possível comprá-lo.

Os inimigos da África deram-se conta, com um certo terror, de que se Lumumba triunfasse, em pleno coração do dispositivo colonialista, com uma África francesa a transformar-se em comunidade renovada, uma Angola "província portuguesa" e finalmente a África Oriental, acabava-se a África "deles", acerca da qual tinham planos muito precisos.

O grande sucesso dos inimigos da África foi terem comprometido os próprios africanos. É certo que esses africanos estavam diretamente interessados no homicídio de Lumumba. Chefes de governos fantoches, no seio de uma independência fantoche, confrontados dia a dia com uma oposição massiva dos seus povos,

não levaram muito tempo a convencer-se de que a independência real do Congo os poria pessoalmente em perigo.

E houve outros africanos, um pouco menos fantoches, mas que se aterravam quando a questão era desligar a África do Ocidente. Dir-se-ia que estes Chefes de Estado africanos receiam sempre encontrar-se diante da África. Também estes, menos ativamente, mas conscientemente, contribuíram para a deterioração da situação no Congo. Pouco a pouco, o Ocidente punha-se de acordo sobre a necessidade de intervir no Congo, concordava que não se podia deixar as coisas evoluir a semelhante ritmo.

Pouco a pouco, ganhava corpo a ideia de uma intervenção da ONU. Então, podemos dizê-lo hoje, dois erros simultâneos foram cometidos pelos Africanos.

Em primeiro lugar por Lumumba, quando solicitou a intervenção da ONU. Não se devia recorrer à ONU. A ONU nunca foi capaz de resolver validamente um único dos problemas postos à consciência do homem pelo colonialismo, e sempre que interveio foi para ir concretamente em socorro da dominação colonialista do país opressor.

Veja-se Camarões. De que paz gozam os súditos de Ahidjo, mantidos em respeito por um corpo expedicionário francês que, na sua maioria, iniciou a sua carreira de armas na Argélia? A ONU, todavia, tem controlado a autodeterminação de Camarões e o governo francês instalou aí um "executivo provisório".

Veja-se o Vietnã.

Veja-se o Laos.

Não é verdade dizer que a ONU falha porque as causas são difíceis.

Na realidade, a ONU é a carta jurídica que os interesses imperialistas utilizam quando a carta da força bruta não deu resultado.

As divisões, as comissões mistas controladas, as colocações sob tutela, são meios legais internacionais de torturar, quebrar a vontade de independência dos povos, de cultivar a anarquia, o banditismo e a miséria.

Porque, enfim, antes da chegada da ONU não havia massacres no Congo. Após os boatos alucinantes propagados de propósito por

ocasião da partida dos belgas, só se contava uma dezena de mortos. Mas desde a chegada da ONU habituamo-nos todas as manhãs a saber que os congolese se massacravam uns aos outros às centenas.

Dizem-nos hoje que provocações repetidas foram montadas por belgas disfarçados de soldados da organização das Nações Unidas. Revelam-nos hoje que funcionários civis da ONU tinham, com efeito, montado um novo governo no terceiro dia da investidura de Lumumba. Então compreendemos muito melhor aquilo a que chamaram a violência, a rigidez, a suscetibilidade de Lumumba.

Na verdade, tudo demonstra que Lumumba foi anormalmente calmo.

Os chefes da missão da ONU contactavam com os inimigos de Lumumba e com eles firmavam decisões que comprometiam o Estado do Congo. Como deve reagir um Chefe de Estado num caso destes? O fim procurado e atingido é o seguinte: manifestar a ausência de autoridade, provar a carência do Estado.

Portanto, motivar o sequestro do Congo.

O erro de Lumumba foi, então, num primeiro tempo, acreditar na imparcialidade amistosa da ONU. Esquecia singularmente que a ONU, no estado atual, não passa de uma assembleia de reserva, posta de pé pelos Grandes, para continuar entre dois conflitos armados a "luta pacífica" pela partilha do mundo. Se Iléo, em agosto de 1960, afirmava a quem o queria ouvir que era preciso enforcar Lumumba, se os membros do gabinete de Lumumba não sabiam o que fazer dos dólares que, a partir dessa altura, invadiram Leopoldville, enfim, se Mobutu se dirigia todas as noites a Brazzaville para aí fazer e ouvir o que adivinhamos melhor agora, então porque virar-se com tal sinceridade, tal ausência de reserva para a ONU?

Os Africanos deverão recordar esta lição. Se necessitarmos de uma ajuda externa, chamemos os nossos amigos. Só eles podem realmente e totalmente ajudar-nos a realizar os nossos objetivos, porque, precisamente, a amizade que nos liga a eles é uma amizade de combate.

Mas, por sua vez, os países africanos cometeram um erro ao terem aceitado enviar as suas tropas a coberto da ONU. De fato, admitiam

ser neutralizados e, sem se darem conta, permitiam que os outros manobrassem.

Com certeza que era preciso enviar tropas a Lumumba, mas não no quadro da ONU. Diretamente. De país amigo para país amigo. As tropas africanas no Congo experimentaram uma derrota moral histórica. Com as armas pousadas, assistiram sem reagir (porque tropas da ONU) à desagregação de um Estado e de uma nação que, no entanto, a África inteira tinha saudado e cantado. Uma vergonha.

O nosso erro, Africanos, foi ter esquecido que o inimigo nunca recua sinceramente. Nunca compreende. Capitula, mas não se converte.

O nosso erro foi ter acreditado que o inimigo tinha perdido combatividade e nocividade. Se Lumumba incomoda, Lumumba desaparece. A hesitação no assassinato nunca caracterizou o imperialismo.

Vejam Ben M'Hidi, vejam Moumié, vejam Lumumba. O nosso erro foi termos sido um pouco confusos nos nossos passos. É um fato existirem traidores, hoje, na África. Era necessário denunciá-los e combatê-los. Que isto seja duro depois do sonho magnífico de uma África debruçada sobre si própria e submetida às mesmas exigências de verdadeira independência, nada muda à realidade.

Houve africanos que caucionaram a política colonialista no Congo, serviram de intermediários, caucionaram as atividades e os singulares silêncios da ONU no Congo.

Hoje têm medo. Rivalizam em hipocrisia à volta de Lumumba abatido. Não nos enganemos, exprimem o medo dos seus mandantes. Também os imperialistas têm medo. E têm razão, porque muitos africanos, muitos afro-asiáticos, compreenderam. Os imperialistas vão marcar um tempo de espera. Vão esperar que "a emoção legítima" se acalme. Devemos aproveitar este curto espaço para abandonar as nossas diligências e decidir salvar o Congo e a África.

Os imperialistas decidiram abater Lumumba. Fizeram-no. Decidiram constituir legiões de voluntários. Já estão a postos.

A aviação catanguesa sob as ordens dos pilotos sul-africanos e belgas começou há alguns dias a metralhar o terreno.

De Brazzaville, aviões estrangeiros, cheios de voluntários e de oficiais paraquedistas, dirigem-se em socorro a um certo Congo.

Se decidimos apoiar Gizenga, devemos fazê-lo resolutamente.

Porque ninguém conhece o nome do próximo Lumumba. Há na África uma certa tendência representada por certos homens. É esta tendência perigosa para o imperialismo que está em causa. Cuidemos em nunca o esquecer: é a sorte de todos nós que se joga no Congo.

KWAME NKRUMAH

Eu falo de liberdade

Excerto do texto "Eu falo da liberdade: uma declaração de ideologia africana", publicado em 1961.

Durante séculos, os europeus dominaram o continente africano. O homem branco se arrogou o direito de governar e ser obedecido pelos não-brancos; sua missão, dizia ele, era "civilizar" a África. Sob esse manto, os europeus roubaram o continente de vastas riquezas e infligiram sofrimentos inimagináveis ao povo africano.

Tudo isso forma uma história triste, mas agora devemos estar preparados para enterrar o passado com suas memórias desagradáveis e olhar para o futuro. Tudo o que pedimos às antigas potências coloniais é sua boa vontade e cooperação para remediar os erros e injustiças do passado e conceder independência às colônias na África?

É evidente que devemos encontrar uma solução africana para os nossos problemas e que isso só pode ser encontrado na unidade africana. Divididos somos fracos; unidos, a África poderia se tornar uma das maiores forças pelo bem no mundo.

Embora a maioria dos africanos seja pobre, nosso continente é potencialmente extremamente rico. Nossos recursos minerais, que estão sendo explorados com capital estrangeiro apenas para enriquecer investidores estrangeiros, vão desde ouro e diamantes até urânio e petróleo. Nossas florestas contêm algumas das melhores madeiras para serem cultivadas em qualquer lugar. Nossas culturas comerciais incluem cacau, café, borracha, tabaco e algodão. Quanto à energia, que é um fator importante em qualquer desenvolvimento econômico, a África contém mais de 40% da potência hídrica potencial do mundo, em comparação com cerca de 10% na Europa e 13% na América do Norte. No entanto, até agora, menos de 1% foi desenvolvido. Esta é uma das razões pelas quais temos na África o paradoxo da pobreza em meio à abundância e da escassez em meio à fartura.

Nunca antes um povo teve ao seu alcance uma oportunidade tão grande de desenvolver um continente dotado de tanta riqueza. Individualmente, os estados independentes da África, alguns deles potencialmente ricos, outros pobres, pouco podem fazer pelos seus povos. Juntos, por ajuda mútua, eles podem conseguir muito. Mas o desenvolvimento econômico do continente deve ser planejado e perseguido como um todo. Uma confederação frouxa, projetada apenas para a cooperação econômica, não forneceria a necessária unidade de propósito. Somente uma forte união política pode trazer o desenvolvimento pleno e efetivo de nossos recursos naturais para o benefício de nosso povo.

A situação política na África hoje é animadora e ao mesmo tempo perturbadora. É animador ver tantas bandeiras novas içadas no lugar das velhas; é perturbador ver tantos países de tamanhos variados e em diferentes níveis de desenvolvimento, fracos e, em alguns casos, quase indefesos. Se esse terrível estado de fragmentação continuar, pode ser desastroso para todos nós.

Existem atualmente 28 estados na África, excluindo a União da África do Sul, e aqueles países que ainda não são livres. Nada menos que nove desses estados têm uma população de menos de três milhões. Podemos acreditar seriamente que as potências coloniais fizeram com que esses países fossem estados independentes e viáveis? O exemplo da América do Sul, que tem tanta riqueza, se não mais que a América do Norte, e ainda permanece fraca e dependente de interesses externos, é algo que todo africano faria bem em estudar.

Críticos da unidade africana referem-se frequentemente às grandes diferenças de cultura, língua e ideias em várias partes da África. Isso é verdade, mas o fato essencial é que somos todos africanos e temos um interesse comum na independência da África. As dificuldades apresentadas por questões de linguagem, cultura e diferentes sistemas políticos não são insuperáveis. Se todos nós concordamos na necessidade de união política, então a vontade de criá-la nasce; e onde há vontade há um caminho.

Os atuais líderes da África já demonstraram uma notável disposição em consultar e buscar conselhos entre si. Os africanos, de fato,

começaram a pensar no continente. Eles percebem que eles têm muito em comum, seja em sua história passada, em seus problemas atuais ou em suas esperanças futuras. Sugerir que o momento ainda não está maduro para considerar uma união política da África é fugir dos fatos e ignorar realidades na África de hoje.

A maior contribuição que a África pode dar à paz do mundo é evitar todos os perigos inerentes à desunião, criando uma união política que, também por seu sucesso, sirva de exemplo para um mundo dividido. Uma união de estados africanos projetará mais efetivamente a personalidade africana. Ela comandará o respeito de um mundo que tenha em conta apenas o tamanho e a influência. A escassa atenção dada à oposição africana aos testes atômicos franceses no Saara, e o ignominioso espetáculo da ONU no Congo, discutindo sobre as sutilezas constitucionais enquanto a República estava cambaleando para a anarquia, são evidência do insensível descaso da Independência Africana pelos Grandes Poderes.

Temos que provar que a grandeza não deve ser medida em estoques de bombas atômicas. Acredito forte e sinceramente que com a sabedoria e dignidade enraizadas, o respeito inato pelas vidas humanas, a humanidade intensa que é nossa herança, a raça africana, unida sob um governo federal, emergirá não apenas como outro bloco mundial a ostentar sua riqueza e força, mas como uma grande potência cuja grandeza é indestrutível porque não é construída sobre o medo, inveja e desconfiança, nem conquistada às custas dos outros, mas fundada na esperança, confiança, amizade e dirigida ao bem de toda a humanidade.

O surgimento de uma força estabilizadora tão poderosa neste mundo desgastado deve ser considerado não como o sonho obscuro de um visionário, mas como uma proposição prática, que os povos da África podem, e devem, traduzir em realidade. Há uma época na vida de todos os povos em que o momento clama pela ação política. Esse foi o momento na história dos Estados Unidos da América quando os Pais Fundadores viram além das disputas mesquinhas dos estados separados e criaram uma União. Essa é a nossa chance. Nós devemos agir agora. Amanhã pode ser tarde demais e a

oportunidade terá passado, e com ela a esperança de sobrevivência livre da África.

O Socialismo Africano revisitado

Publicado em 1967 com base no artigo lido no Seminário Africano, em Cairo, a convite dos órgãos "At-Talia" e "Problemas da Paz e do Socialismo".

O termo "socialismo" tornou-se uma necessidade nos discursos de palanque e escritos políticos de líderes africanos. É um termo que nos une no reconhecimento de que a restauração dos princípios sociais humanistas e igualitários da África demandam o socialismo. Todos nós, portanto, embora seguindo políticas bastante contrastantes na tarefa de reconstruir nossos vários Estados-nações, ainda usamos o "socialismo" para descrever nossos respectivos esforços. "A questão deve, portanto, ser enfrentada: que significado real o termo retêm no contexto da política africana contemporânea?" Eu alertei sobre isso em meu livro "*Consciencismo*" (Londres e Nova York, 1964, p.105).

E, no entanto, o socialismo na África de hoje tende a perder seu conteúdo objetivo em favor de uma terminologia diversionista e em favor de uma confusão geral. A discussão centra-se mais sobre os vários tipos possíveis de socialismo do que sobre a necessidade de desenvolvimento socialista.

Alguns líderes políticos africanos e pensadores certamente usam o termo "socialismo" como deveria, em minha opinião, ser utilizado: para descrever um conjunto de propósitos sociais e as políticas econômicas, padrões de organização, estruturas estatais e ideologias que podem levar à concretização desses propósitos. Para tais líderes, o objetivo é remodelar a sociedade africana na direção do socialismo; repensar a sociedade africana de tal maneira que o humanismo da vida tradicional africana reafirme a si próprio em uma comunidade tecnicamente moderna.

Consequentemente, o socialismo na África introduz uma nova síntese social em que a tecnologia moderna é reconciliada com os valores humanos, na qual a sociedade tecnicamente avançada é realizada sem os espantosos malefícios sociais e profundas cisões da sociedade capitalista industrial. Isso porque um verdadeiro

desenvolvimento econômico e social não pode ser promovido sem a socialização real dos processos produtivos e distributivos. Os líderes africanos que acreditam nestes princípios são os socialistas na África.

Há, no entanto, outros líderes políticos africanos e os pensadores que usam o termo "socialismo" porque acreditam que o socialismo, nas palavras de Chandler Morse, iria "suavizar o caminho para o desenvolvimento econômico". Torna-se necessário para eles empregar o termo em um "esforço carismático para conseguir apoio" para políticas que não promovem realmente o desenvolvimento econômico e social. Os líderes africanos que acreditam nestes princípios, são, supostamente, os "Socialistas Africanos".

É interessante lembrar que antes da cisão na Segunda Internacional, o marxismo era quase indistinguível da social-democracia. Na verdade, o Partido Social-Democrata alemão era mais ou menos o guardião da doutrina do marxismo, e tanto Marx quanto Engels apoiaram esse partido. Lenin, também, tornou-se membro do Partido Social-Democrata. Após a ruptura da Segunda Internacional, no entanto, o significado do termo "social-democracia" foi alterado e tornou-se possível traçar uma distinção real entre socialismo e social-democracia. Uma situação semelhante ocorre na África. Alguns anos atrás, os líderes políticos africanos e escritores usaram o termo "Socialismo Africano" a fim de rotular as formas concretas que o socialismo poderia assumir na África. Mas a realidade das diferentes e inconciliáveis propostas políticas, sociais e econômicas sendo almejadas pelos estados africanos fizeram do termo "Socialismo Africano", hoje, algo sem sentido e irrelevante. Parece ser muito mais intimamente associado com a antropologia do que com a economia política. "Socialismo Africano" já chegou a adquirir alguns dos seus maiores divulgadores na Europa e América do Norte precisamente por causa de seu charme predominantemente antropológico. Seus publicistas estrangeiros incluem não só os social-democratas remanescentes da Europa e da América do Norte, mas outros intelectuais e liberais que se encontram mergulhados eles próprios na ideologia da social-democracia.

Não foi por acaso, deixe-me acrescentar, que o Colóquio de Dakar, em 1962, valorizou tanto o "Socialismo Africano", mas as incertezas quanto ao significado e políticas específicas do "Socialismo Africano" levaram alguns de nós a abandonar o termo, porque ele falha em expressar o seu significado original e porque tende a obscurecer o nosso compromisso socialista fundamental.

Hoje, a expressão "Socialismo Africano" parece se alinhar à visão de que a sociedade tradicional africana era uma sociedade sem classes, imbuída do espírito de humanismo, e expressa uma nostalgia por esse espírito. Tal concepção do socialismo produz uma imagem fetichista da sociedade comunal africana. Mas essa idílica sociedade africana sem classes (em que não havia ricos nem pobres) que desfrutaria de uma anestesiada serenidade, é certamente uma simplificação fácil; não há nenhuma evidência histórica ou mesmo antropológica da existência de tal sociedade. Temo que a realidade das sociedades africanas fosse um pouco mais sórdida.

Todas as evidências disponíveis da história da África até a véspera da colonização europeia mostram que a sociedade africana não era nem "sem classes" nem desprovida de uma hierarquia social. O feudalismo existia em algumas partes da África antes da colonização; e o feudalismo envolve uma estratificação social profunda e exploradora, fundada sobre a propriedade da terra. Também deve-se notar que a escravidão existiu na África antes da colonização europeia, embora o contato anterior com os europeus tenha dado à escravidão na África algumas de suas características mais cruéis. A verdade permanece, no entanto, que antes da colonização, que se tornou difundida na África apenas no século XIX, os africanos estavam dispostos a vender, muitas vezes por não mais de trinta moedas de prata, companheiros de tribo e até mesmo membros da mesma "família alargada" e clã. O colonialismo merece ser responsabilizado por muitos dos males da África, mas certamente não foi precedido por uma Idade de Ouro africana ou de um paraíso. Um retorno às sociedades africanas pré-coloniais não é, evidentemente, algo digno da criatividade e dos esforços de nosso povo.

Não obstante, ainda se poderia argumentar que a organização básica de muitas sociedades africanas em diferentes períodos da história manifesta um certo comunalismo e que a filosofia e os propósitos humanistas por trás dessa organização são dignos de serem retomados. A comunidade em que cada um via o seu bem-estar no bem-estar do grupo certamente foi louvável, mesmo que a maneira pela qual o bem-estar do grupo fosse perseguido não contribuía para os nossos propósitos. Assim, o que o pensamento socialista na África deve retomar não é a estrutura da “sociedade tradicional africana”, mas o seu espírito, porque o espírito do comunitarismo está cristalizado em seu humanismo e em sua reconciliação do progresso individual com o bem-estar do grupo. Mesmo se houver escassas evidências antropológicas para reconstituir a “sociedade tradicional africana” com precisão, ainda podemos recuperar os ricos valores humanos desta sociedade. Em suma, uma abordagem antropológica da “sociedade tradicional africana” carece demais de comprovação; mas uma abordagem filosófica está em um terreno muito mais firme, e torna viável a generalização.

Um dos apuros da abordagem antropológica é que há alguma disparidade de pontos de vista sobre as manifestações da “ausência de classes” na “sociedade tradicional africana”. Enquanto alguns afirmam que a sociedade era baseada na igualdade dos seus membros, outros sustentam que ela continha uma hierarquia e divisão de trabalho na qual a hierarquia – e, portanto, o poder – estava fundado em valores espirituais e democráticos... Evidentemente, nenhuma sociedade pode basear-se na igualdade de seus membros, embora as sociedades possam ser fundadas sobre o igualitarismo, o que é algo bem diferente. Da mesma forma, uma sociedade sem classes que, ao mesmo tempo, se regozija em uma hierarquia de poder (como distinta da autoridade) deve ser contabilizada como uma maravilha de requinte sociopolítico.

Sabemos que a “sociedade tradicional africana” se fundava em princípios de igualitarismo. Em seu funcionamento real, no entanto, tinha várias deficiências. Seu impulso humanista, ainda assim, é algo que continua a exortar-nos para a nossa reconstrução socialista de

toda a África. Postulamos que cada homem é um fim em si mesmo, não apenas um meio; e aceitamos a necessidade de garantir a cada um a igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento. As implicações disso para a prática sociopolítica têm que ser trabalhadas cientificamente, e as políticas sociais e econômicas necessárias perseguidas com resolução. Qualquer humanismo significativo deve começar a partir de igualitarismo e deve levar a políticas escolhidas objetivamente para salvaguardar e manter igualitarismo. Por isso o socialismo. Por isso, também, o socialismo científico.

Uma dificuldade adicional que surge da abordagem antropológica para o socialismo, ou "Socialismo Africano", é a divisão gritante entre as sociedades africanas existentes e a sociedade comunalística que existiu. Eu avisei no meu livro *Consciencismo* que "a nossa sociedade não é a velha sociedade, mas uma nova sociedade alargada por influências islâmicas e euro-cristãs". Este é um fato que qualquer política socioeconômica deve reconhecer e ter em conta. No entanto, a literatura do "Socialismo Africano" chega perto de sugerir que as sociedades africanas de hoje são comunalística. As duas sociedades não são coincidentes; e tal equação não pode ser sustentada ante qualquer observação atenta. É verdade que essa disparidade é reconhecida em parte da literatura do "Socialismo Africano"; assim, meu amigo e colega Julius Nyerere, ao reconhecer o desequilíbrio entre o que foi e o que é em termos de sociedades africanas, atribui as diferenças às importações de colonialismo europeu.

Sabemos, é evidente, que a derrota do colonialismo e até mesmo do neocolonialismo não resultará no desaparecimento automático dos padrões importados de pensamento e de organização social. Isso porque esses padrões criaram raízes e são, em diferentes graus, características sociológicas de nossa sociedade contemporânea. Nem um simples retorno à sociedade comunalística da África antiga pode oferecer uma solução. Porque defender um retorno, por assim dizer, para a rocha da qual fomos talhados é um pensamento encantador, mas estamos diante de problemas contemporâneos, que surgiram a partir da subjugação política, da exploração econômica, do atraso

educacional e social, do aumento da população, do contato com os métodos e produtos industriais, das modernas técnicas agrícolas. Isso – bem como uma série de outras complexidades – não pode ser resolvido por qualquer mera sociedade comunalística, não importa o quão sofisticada, e quem assim defende deve se ver capturado em dilemas insolúveis do tipo mais excruciante. Todas as provas disponíveis da história sociopolítica revelam que tal retorno a um *status quo* anterior é algo sem qualquer precedente na evolução das sociedades. Não há, de fato, qualquer razão teórica ou histórica para indicar que isso é possível.

Quando uma sociedade se encontra com outra, a tendência histórica observada é que a aculturação resulte em um movimento de saldo progressivo, um movimento no qual cada sociedade assimila certos atributos úteis da outra. A evolução social é um processo dialético; ele tem altos e baixos, mas, no cômputo geral, ele sempre representa uma tendência ascendente.

Tanto a civilização islâmica quanto o colonialismo europeu são experiências históricas da sociedade tradicional africana, profundas experiências que mudaram permanentemente a tez da sociedade tradicional africana. Elas introduziram novos valores e uma organização social, cultural e econômica na vida africana. As sociedades africanas modernas não são as tradicionais, mesmo se forem retrógradas, e elas estão claramente em um estado de desequilíbrio socioeconômico. Elas estão neste estado porque não são ancoradas a uma ideologia estabilizadora.

A saída não é, certamente, regurgitar todas as influências islâmicas ou euro-coloniais em uma tentativa fútil de recriar um passado que não pode ser ressuscitado. A saída é só para a frente, para a frente para uma forma mais elevada e reconciliada de sociedade, na qual a quintessência dos propósitos humanos da sociedade tradicional africana reafirmem-se em um moderno contexto progressivo, em suma, rumo ao socialismo, por meio de políticas que sejam cientificamente concebidas e corretamente aplicadas. A inevitabilidade de buscarmos uma rota de saída é sentida por todos; assim, Leopold Sedor Senghor, apesar de favorecer algum tipo de retorno ao comunitarismo africano, insiste em que a sociedade

africana remodelada deve acomodar a “contribuição positiva” do domínio colonial, “como a infraestrutura econômica e técnica e o sistema educacional francês”. A infraestrutura econômica e técnica, mesmo a do colonialismo francês e do sistema educacional francês, deve ser apropriada, embora ela possa se apresentar imbuída de uma filosofia sociopolítica particular. Esta filosofia, como deve ser sabido, não é compatível com a filosofia subjacente ao comunalismo e o acomodamento desejado provaria ser apenas uma miragem sociopolítica.

Senghor tem, em verdade, dado um panorama da natureza do retorno à África. Sua posição é destacada por declarações, usando algumas de suas próprias palavras: de que o africano é “um campo de sensações puras”; que ele não mede ou observa, mas “vive” as situações; e que esta forma de aquisição de “conhecimento” por confrontação e intuição é “negro-africana”; e a aquisição de conhecimento pela razão, “helênica”. Em “*Socialismo Africano*” [Londres e Nova York, 1964, p. 72-3], ele propõe:

Que nós consideramos o negro-africano como ele se defronta com o Outro: Deus, homem, animal, árvore ou seixo, fenômeno natural ou social. Em contraste com o europeu clássico, o negro-africano não desenha uma linha entre ele e o objeto, ele não pretende pô-lo à distância, nem apenas olha para ele e o analisa. Depois de segurá-lo à distância, após examiná-lo sem analisá-lo, ele o toma vibrante em suas mãos, cuidando para não matá-lo ou corrigi-lo. Ele o toca, o sente, o cheira. O negro-africano é como um daqueles Vermes do Terceiro Dia, um campo de sensações puras... Assim, o negro-africano se solidariza, abandona a sua personalidade para se identificar com o Outro, morre para renascer no Outro. Ele não assimila; ele é assimilado. Ele vive uma vida comum com o outro; ele vive em uma simbiose.

É evidente que o socialismo não pode ser fundado sobre este tipo de metafísica do conhecimento. Para elucidar, existe uma ligação entre o comunitarismo e o socialismo. O socialismo está para comunitarismo como o capitalismo está para a escravidão. No socialismo, os princípios inerentes ao comunalismo são expressados em circunstâncias modernas. Assim, enquanto o comunalismo em uma sociedade não-técnica pode ser *laissez-faire*, deixado livremente a se fazer, em uma sociedade técnica onde sofisticados meios de produção estão à mão a situação é diferente; pois se os

princípios inerentes ao comunitarismo não recebem uma expressão correlacionada, clivagens de classe surgirão, que estão relacionadas com as disparidades econômicas e, assim, com as desigualdades políticas. O socialismo, por conseguinte, pode ser, e é, a defesa dos princípios do comunalismo em um ambiente moderno; é uma forma de organização social que, guiada pelos princípios inerentes ao comunalismo, adota procedimentos e medidas tornadas necessárias pela evolução demográfica e tecnológica. Somente no socialismo podem se desenvolver de forma confiável as forças produtivas tais quais precisamos para o nosso desenvolvimento e ao mesmo tempo garantir que os ganhos de tais investimentos sejam aplicados para o bem-estar geral.

O socialismo não é espontâneo. Ele não surge por si só. Ele tem princípios palpáveis segundo os quais os grandes meios de produção e distribuição devem ser socializados se queremos evitar a exploração de muitos por poucos; isto é, se o igualitarismo na economia deve ser preservado. Países socialistas na África podem diferir neste ou naquele detalhe das suas políticas, mas essas mesmas diferenças não devem ser arbitrárias ou sujeitas a caprichos de preferências. Elas devem ser explicadas cientificamente, como necessidades decorrentes das diferenças nas circunstâncias particulares dos próprios países.

Existe apenas uma forma de atingir o socialismo: pela elaboração de políticas voltadas para os objetivos socialistas gerais, cada uma das quais demandando uma forma particular nas circunstâncias específicas de um determinado estado em um período histórico definido. O socialismo depende do materialismo dialético e histórico, na visão de que há apenas uma natureza, sujeita em todas as suas manifestações às leis naturais e que a sociedade humana é, nesse sentido, parte da natureza e sujeita às suas próprias leis de desenvolvimento.

É a eliminação das fantasias de cada ação socialista que faz do socialismo científico. Supor que existem socialismos tribais, nacionais ou raciais é abandonar a objetividade em favor do chauvinismo.

AMÍLCAR CABRAL

A arma da teoria

Discurso para a Primeira Conferência Tricontinental dos Povos da Ásia, África e América Latina, de janeiro de 1966 em Havana, Cuba.

I. Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social

Os povos e as organizações nacionalistas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe mandaram as suas delegações a esta Conferência por duas razões principais: primeiro, porque queremos estar presentes e tomar parte ativa neste acontecimento transcendente da História da Humanidade; segundo, porque era nosso dever político e moral trazer ao povo cubano, neste momento duplamente histórico – 7º aniversário da revolução e primeira Conferência Tricontinental – uma prova concreta da nossa solidariedade fraternal e combativa.

Permitam-me, portanto, que, em nome dos nossos povos em luta e em nome dos militantes de cada uma das nossas organizações nacionais, enderece as mais calorosas felicitações e saudações fraternais ao povo desta ilha tropical pelo 7º aniversário do triunfo da sua revolução, pela realização desta Conferência na sua bela e hospitaleira capital e pelos sucessos que tem sabido alcançar no caminho da construção duma vida nova que tem como objetivo essencial a plena realização das aspirações à liberdade, à paz, ao progresso e à justiça social de todos os cubanos. Saúdo em particular o Comitê Central do Partido Comunista Cubano, o Governo Revolucionário e o seu líder exemplar – o comandante Fidel Castro – a quem exprimo os nossos votos de sucessos contínuos e de longa vida a serviço da Pátria Cubana, do progresso e da felicidade do seu povo, a serviço da Humanidade.

Se algum ou alguns de nós, ao chegar a Cuba, trazia no seu espírito alguma dúvida sobre o enraizamento, a força, o amadurecimento e a vitalidade da Revolução Cubana, essa dúvida foi destruída pelo que já tivemos ocasião de ver. Uma certeza

inabalável acalenta os nossos corações e encoraja-nos nesta luta difícil, mas gloriosa, contra o inimigo comum: nenhuma força do mundo será capaz de destruir a Revolução Cubana, que, nos campos e nas cidades, está criando não só uma vida nova, mas também – o que é mais importante – um Homem novo, plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais.

Em todos os campos da sua atividade, o povo cubano realizou progressos importantes nos últimos sete anos, em particular no ano findo – o Ano da Agricultura. Esses progressos estão patentes tanto na realidade material e quotidiana como no homem e na mulher cubanos, na confiança tranquila do seu olhar face a um mundo em efervescência, onde as contradições e as ameaças, mas também as esperanças e as certezas, atingiram um nível nunca antes igualado.

Do que já vimos e estamos a aprender em Cuba, queremos referir aqui uma lição singular na qual nos parece estar um dos segredos, se não o segredo, daquilo a que muitos não hesitariam em chamar “o milagre cubano”: a comunhão, a identificação, o sincronismo, a confiança recíproca e a fidelidade entre as massas populares e os seus dirigentes. Quem assistiu às grandiosas manifestações destes últimos dias e, em particular, ao discurso do comandante Fidel Castro no ato comemorativo do 7º aniversário, terá medido, como nós, em toda a sua grandeza, o caráter específico – talvez decisivo – deste fator primordial do sucesso da Revolução Cubana. Mobilizando, organizando e educando politicamente o povo, mantendo-o em permanente conhecimento dos problemas nacionais e internacionais que interessam a sua vida, e levando-o a participar na solução desses problemas, a vanguarda da Revolução Cubana, que cedo compreendeu o caráter indispensável da existência dinâmica dum Partido forte e unido, soube não só interpretar justamente as condições objetivas e as exigências específicas do meio, mas também forjar a mais poderosa das armas para a defesa, a segurança e a garantia da continuidade da Revolução: a consciência revolucionária das massas populares que, como se sabe, não é nem nunca foi espontânea em parte alguma do mundo. Cremos que esta é mais uma lição para todos, mas particularmente para os

movimentos de libertação nacional e, em especial, para aqueles que pretendem que a sua revolução nacional seja uma Revolução.

Alguns não deixarão de lembrar que, embora constituindo uma minoria insignificante, muitos cubanos não comungaram nas alegrias e esperanças das festas do sétimo aniversário, porque são contra a Revolução. Nós lembramos que é possível que vários outros não estejam presentes nas comemorações do próximo aniversário, mas queremos afirmar que interpretamos a política da porta aberta para a saída dos inimigos da Revolução como uma lição de coragem, de determinação, de humanismo e de confiança no povo, como mais uma vitória política e moral sobre o inimigo.

E garantimos àqueles que, dum ponto de vista amigo, se preocupam com os perigos que essa saída possa representar, que nós, os povos dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, estamos prontos para mandar para Cuba tantos homens e mulheres quantos sejam necessários para compensar a saída daqueles que, por razões de classe ou de inadaptação, têm interesses e atitudes incompatíveis com os interesses do povo cubano.

Repetindo o caminho outrora doloroso e trágico dos nossos antepassados (nomeadamente da Guiné e Angola) que foram transplantados para Cuba como escravos, viremos hoje como homens livres, como trabalhadores conscientes e como patriotas cubanos, para exercer uma atividade produtiva nesta sociedade nova, justa e multirracial; para ajudar a defender com o nosso sangue as conquistas do povo de Cuba. Mas viremos também para reforçar tanto os laços históricos, de sangue e de cultura que unem os nossos povos ao povo cubano, como essa desconcentração mágica, essa alegria visceral e esse ritmo contagioso que fazem da construção do socialismo em Cuba um fenómeno novo à face do mundo, um acontecimento único e, para muitos, insólito.

Não vamos utilizar esta tribuna para dizer mal do imperialismo. Diz um ditado africano muito corrente nas nossas terras – onde o fogo é ainda um instrumento importante e um amigo traiçoeiro – o que prova o estado de subdesenvolvimento em que nos vai deixar o colonialismo – diz esse ditado que “quando a tua palhota arde, de

nada serve tocar o tam-tam". À dimensão tricontinental, isso quer dizer que não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo. Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até a liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas.

Vimos aqui decididos a informar esta Conferência, o mais detalhadamente possível, sobre a situação concreta da luta de libertação nacional em cada um dos nossos países e, em particular, naqueles em que há luta armada. Fá-lo-emos perante a Comissão própria e também por meio de documentos, de filmes, de fotografias, de contatos bilaterais e dos órgãos de informação cubanos, no decurso da Conferência.

Pedimos permissão para utilizar esta oportunidade duma maneira que consideramos mais útil. Na verdade, viemos a esta Conferência convencidos de que ela é uma oportunidade rara para uma ampla troca de experiências entre os combatentes duma mesma causa, para o estudo e a resolução de problemas centrais da nossa luta comum, visando não só o reforço da nossa unidade e solidariedade, mas também a melhoria do pensamento e da ação de cada um e de todos, na prática quotidiana da luta. Por isso, se pretendemos evitar tudo quanto possa representar perda de tempo, estamos, no entanto, firmemente decididos a não permitir que quaisquer fatores estranhos, ou não diretamente ligados aos problemas que nos devem preocupar aqui, venham perturbar as possibilidades de êxito desta Conferência. Temos razões bastantes para afirmar que esta é igualmente a posição de todos os outros movimentos de libertação nacional presentes a esta Conferência.

A nossa Agenda de trabalhos inclui temas cuja importância e acuidade estão fora de discussão, e nos quais sobressai uma preocupação dominante: a luta. Observamos, contudo, que um tipo de luta, quanto a nós fundamental, não está mencionado expressamente nessa Agenda, embora tenhamos a certeza de que está presente no espírito dos que a elaboraram. Queremos nos referir à luta contra as nossas fraquezas. Admitimos que os outros

casos sejam diferentes do nosso, mas a nossa experiência nos ensina que no quadro geral da luta que travamos quotidianamente, sejam quais forem as dificuldades que nos cria o inimigo, essa é a luta mais difícil tanto no presente como para o futuro dos nossos povos. Ela é a expressão das contradições internas da realidade econômica, social e cultural (portanto, histórica) de cada um dos nossos países. Estamos convencidos de que qualquer revolução, nacional ou social, que não tenha como base fundamental o conhecimento adequado dessa realidade, corre fortes riscos de insucesso, se não estiver votada ao fracasso.

Ausência de Ideologia

Quando o povo africano afirma, na sua linguagem chã, que “por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o teu arroz”, enuncia, com chocante simplicidade, um princípio fundamental não só da física como o da ciência política. Sabemos, com efeito, que a orientação (o desenvolvimento) dum fenómeno em movimento, seja qual for o seu condicionamento exterior, depende principalmente das suas características internas. Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios. Vale a pena lembrar nesta ambiência tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que, por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local – nacional – mais ou menos influenciável pela ação dos fatores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de várias ordens que caracterizam essa realidade. O sucesso da revolução cubana, que se desenvolve apenas a 90 milhas da maior força imperialista e antissocialista de todos os tempos, parece-nos ser, no

seu conteúdo e na forma como tem evoluído, uma ilustração prática e convincente da validade do princípio acima referido.

Devemos, no entanto, reconhecer que nós próprios e os outros movimentos de libertação em geral (referimo-nos, sobretudo, à experiência africana) não temos sabido dar a devida atenção a este problema importante da nossa luta comum.

A deficiência ideológica, para não dizer a falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional – que tem a sua justificação de base na ignorância da realidade histórica que esses movimentos pretendem transformar – constituem uma das maiores, senão a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo. cremos, no entanto, que já foram acumuladas experiências bastantes e suficientemente variadas para permitir a definição duma linha geral de pensamento e de ação visando a eliminar essa deficiência. Por isso, um amplo debate sobre essa matéria poderia ser de utilidade e permitir a esta Conferência dar uma contribuição valiosa para a melhoria da ação presente e futura dos movimentos de libertação nacional. Seria uma forma concreta de ajudar esses movimentos e, em nossa opinião, não menos importante do que os apoios políticos e as ajudas em dinheiro, armas e outro material.

É na intenção de contribuir, embora modestamente, para esse debate, que apresentamos aqui a nossa opinião sobre os fundamentos e objetivos da libertação nacional, relacionados com a estrutura social. Essa opinião é ditada pela nossa própria experiência de luta e pela apreciação crítica das experiências alheias.

Aqueles que verão nela um caráter teórico, temos de lembrar que toda a prática fecunda uma teoria. E que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária.

A luta de classes

Aqueles que afirmam – e quanto a nós com razão – que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as

características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo). Com efeito, na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos nos agrupamentos humanos que a constituem, as classes não surgem nem como um fenômeno generalizado e simultâneo na totalidade desses agrupamentos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo. A definição das classes no seio dum agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos. Quer dizer: o fenômeno socioeconômico classe surge e desenvolve-se em função de, pelo menos, duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção. Esse desenvolvimento opera-se lenta, desigual e gradualmente, por acréscimos quantitativos, em geral, imperceptíveis, das variáveis essenciais, os quais conduzem, a partir de certo momento de acumulação, a transformações qualitativas que se traduzem no aparecimento da classe, das classes e do conflito entre classes.

Fatores exteriores a um dado conjunto socioeconômico em movimento podem influenciar mais ou menos significativamente o processo de desenvolvimento das classes, acelerando-o, atrasando-o ou até provocando nele regressões. Logo que cesse, por qualquer razão, a influência desses fatores, o processo retoma a sua independência, e o seu ritmo passa a ser determinado não só pelas características internas próprias do conjunto, mas também pelas resultantes do efeito sobre ele causado pela ação temporária dos fatores externos. No plano estritamente interno, pode variar o ritmo do processo, mas ele permanece contínuo e progressivo, sendo os avanços bruscos só possíveis em função de aumentos ou alterações bruscas – mutações – no nível das forças produtivas ou no regime da propriedade. A estas transformações bruscas operadas no interior do processo de desenvolvimento das classes como resultado de mutações no nível das forças produtivas ou no regime de propriedade, convencionou-se chamar, em linguagem econômica e política, revoluções.

Vê-se, por outro lado, que a possibilidade de esse processo ser influenciado significativamente por fatores externos, em particular pela interação de conjuntos humanos, foi grandemente aumentada pelo progresso dos meios de transporte e de comunicações que veio criar o mundo e a humanidade, eliminando o isolamento entre os agrupamentos humanos numa mesma região, entre regiões dum mesmo continente e entre os continentes. Progresso que caracteriza uma longa fase da história que começou com a invenção do primeiro meio de transporte, se evidenciou já nas viagens púnicas e na colonização grega e se acentuou com as descobertas marítimas, a invenção das máquinas a vapor e a descoberta da eletricidade. E que promete, nos nossos dias, com base na domesticação progressiva da energia atômica, se não semear o homem pelas estrelas, pelo menos humanizar o universo.

O que foi dito permite-nos pôr a seguinte pergunta: será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno classe e, conseqüentemente, a luta de classes? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também – o que nos recusamos a aceitar – considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Cuanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muitas ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história.

Esta recusa, aliás, baseada no conhecimento concreto da realidade socioeconômica dos nossos países e na análise do processo de desenvolvimento do fenômeno classe tal como foi feita acima, leva-nos a admitir que, se a luta de classes é a força motora da história, ela o é durante um certo período da história. Isto quer dizer que antes da luta de classes (e, necessariamente, depois da luta de

classes, porque neste mundo não há antes sem depois) algum fator (ou alguns fatores) foi e será o motor da história.

Não nos repugna admitir que esse fator da história de cada agrupamento humano é o modo de produção (o nível das forças produtivas e o regime de propriedade) que caracteriza esse agrupamento. Mas, como se viu, a definição da classe e a luta de classes são, elas mesmas, um efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Parece-nos, portanto, lícito concluir que o nível das forças produtivas, determinante essencial do conteúdo e da forma da luta de classes, é a verdadeira e a permanente força motora da história.

Se aceitarmos essa conclusão, então ficam eliminadas as dúvidas que perturbam o nosso espírito. Porque, se por um lado vemos garantida a existência da história antes da luta de classes e evitamos a alguns agrupamentos humanos dos nossos países (e quiçá dos nossos continentes) a triste condição de povos sem história, vemos assegurada, por outro lado, a continuidade da história mesmo depois do desaparecimento da luta de classes ou das classes. E como não fomos nós que postulamos, aliás, em bases científicas, o desaparecimento das classes como uma fatalidade da história, sentimo-nos bem nesta conclusão que, em certa medida, restabelece uma coerência e dá simultaneamente aos povos que, como o de Cuba, estão a construir o socialismo, a agradável certeza de que não ficarão sem história quando finalizarem o processo da liquidação do fenômeno classe e da luta de classes no seio do seu conjunto socioeconômico. A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.

Sobre o modo de produção

O que fica dito e a realidade atual do nosso tempo permite-nos admitir que a história dum agrupamento humano ou da humanidade se processa em, pelo menos, três fases: a primeira, em que, correspondendo a um baixo nível das forças produtivas – do domínio

do homem sobre a natureza – o modo de produção tem caráter elementar, não existe ainda a apropriação privada dos meios de produção, não há classes, nem, portanto, luta de classes; a segunda, em que a elevação do nível das forças produtivas conduz à apropriação privada dos meios de produção, complica progressivamente o modo de produção, provoca conflitos de interesses no seio do conjunto socioeconômico em movimento, possibilita a erupção do fenômeno classe e, portanto, a luta de classes, que é a expressão social da contradição, no domínio econômico, entre o modo de produção e a apropriação privada dos meios de produção; a terceira em que, a partir dum dado nível das forças produtivas, se torna possível e se realiza a liquidação da apropriação privada dos meios de produção, a eliminação do fenômeno classe e, portanto, da luta de classes, e se desencadeiam novas e ignoradas forças no processo histórico do conjunto socioeconômico.

A primeira fase corresponderia, em linguagem político-econômica, à sociedade agropecuária comunitária, em que a estrutura social é horizontal, sem Estado; a segunda, às sociedades agrárias (feudal ou assimilada e agroindustrial burguesa), em que a estrutura social se desenvolve na vertical, com Estado; a terceira, às sociedades socialistas e comunistas em que a economia é predominantemente, senão exclusivamente, industrial (porque a própria agricultura passa a ser uma indústria) em que o Estado tende progressivamente para o desaparecimento ou desaparece, e em que a estrutura social volta a desenvolver-se na horizontal, a um nível superior de forças produtivas, de relações sociais e de apreciação dos valores humanos.

Ao nível da humanidade ou de parcelas da humanidade (agrupamentos humanos numa mesma região ou de um ou mais continentes), essas três fases (ou duas delas) podem ser concomitantes, como o provam tanto a realidade atual como o passado. Isso resulta do desenvolvimento desigual das sociedades humanas, quer por razões internas quer pela influência aceleradora ou retardadora de algum ou alguns fatores externos sobre a sua evolução. Por outro lado, no processo histórico dum dado conjunto

socioeconômico, cada uma das fases referidas contém, a partir de um certo nível de transformação, os germens da fase seguinte.

Devemos notar também que, na fase atual da vida da humanidade e para um dado conjunto socioeconômico, não é indispensável a sucessão no tempo das três fases caracterizadas. Qualquer que seja o nível atual das suas forças produtivas e da estrutura social que a caracteriza, uma sociedade pode avançar rapidamente, através de etapas definidas e adequadas às realidades concretas locais (históricas e humanas), para uma fase superior de existência. Tal avanço depende das possibilidades concretas de desenvolver as suas forças produtivas e é condicionado principalmente pela natureza do poder político que dirige essa sociedade, quer dizer, pelo tipo de Estado ou, se quisermos, pela natureza da classe ou classes dominantes no seio dessa sociedade.

Uma análise mais pormenorizada mostrar-nos-ia que a possibilidade dum tal salto no processo histórico resulta fundamentalmente, no plano econômico, da força dos meios de que o homem pode dispor na atualidade para dominar a natureza e, no plano político, deste acontecimento novo que transformou radicalmente a face do mundo e a marcha da história – a criação dos Estados socialistas.

Vemos, portanto, que os nossos povos, sejam quais forem os seus estágios de desenvolvimento econômico, têm a sua própria história. Ao serem submetidos à dominação imperialista, o processo histórico de cada um dos nossos povos (ou o dos agrupamentos humanos que constituem cada um deles) foi sujeito à ação violenta dum fator exterior. Essa ação – o impacto do impedimento sobre as nossas sociedades – não podia deixar de influenciar o processo de desenvolvimento das forças produtivas dos nossos países e as estruturas sociais dos nossos povos, assim como o conteúdo e a forma das nossas lutas de libertação nacional.

Mas vemos também que, no contexto histórico em que se desenvolvem essas lutas, existe para os nossos povos a possibilidade concreta de passarem da situação de exploração e de subdesenvolvimento em que se encontram, para uma nova fase do

seu processo histórico, a qual pode conduzi-los a uma forma superior de existência econômica, social e cultural.

O imperialismo

O relatório político elaborado pelo Comitê Internacional Preparatório desta Conferência, ao qual reafirmamos o nosso inteiro apoio, situou, de maneira clara e numa análise sucinta, o imperialismo no seu contexto econômico e nas suas coordenadas históricas. Não vamos aqui repetir o que já foi dito perante esta Assembleia. Diremos apenas que o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o fato imperialista na trajetória geral da evolução deste fator transcendente que modificou a face do mundo – o capital e os processos da sua acumulação – poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos. Mas se formos capazes de analisar com serenidade o fenômeno imperialista, não escandalizaremos ninguém ao termos de reconhecer que o imperialismo – que tudo mostra ser na realidade a fase última da evolução do capitalismo – foi uma necessidade da história, uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo de produção, no âmbito geral da humanidade, considerada como um todo em movimento. Uma necessidade, como o são no presente a libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo.

O que importa aos nossos povos é saber se o imperialismo, na sua condição de capital em ação, cumpriu ou não nos nossos países a missão histórica reservada a este: aceleração do processo do desenvolvimento das forças produtivas e transformação, no sentido da complexidade, das características do modo de produção; aprofundamento da diferenciação das classes com o desenvolvimento da burguesia e intensificação da luta de classes;

aumento significativo do *standard* geral médio do nível de vida econômica, social e cultural das populações. Interessa, além disso, averiguar quais as influências ou efeitos da ação imperialista sobre as estruturas sociais e o processo histórico dos nossos povos.

Não vamos fazer aqui o balanço condenatório nem a elegia do imperialismo, mas diremos apenas que, quer no plano econômico, quer nos planos social e cultural, o capital imperialista ficou longe de cumprir nos nossos países a missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação. Isso implica que, se, por um lado, o capital imperialista teve na grande maioria dos países dominados a simples função de multiplicador de mais-valias, constata-se, por outro lado, que a capacidade histórica do capital (como acelerador indestrutível do processo de desenvolvimento das forças produtivas) está estritamente dependente da sua liberdade, quer dizer, do grau de independência com que é utilizado. Devemos, no entanto, reconhecer que em alguns casos o capital imperialista ou capitalismo moribundo teve interesse, força e tempo bastante para, além de edificar cidades, aumentar o nível das forças produtivas, permitir a uma minoria da população nativa um *standard* de vida melhor ou até privilegiado, contribuindo assim, em processo que alguns chamariam dialético, para o aprofundamento das contradições no seio das sociedades em causa. Em outros casos ainda, mais raros, houve a possibilidade de acumulação do capital, dando lugar ao desenvolvimento duma burguesia local.

No que se refere aos efeitos da dominação imperialista sobre a estrutura social e o processo histórico dos nossos povos, convém averiguar, em primeiro lugar, quais são as formas gerais de dominação, do imperialismo. Elas são pelo menos duas:

1º) Dominação direta – por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) – à qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.

2º) Dominação indireta – por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos – à qual se convencionou chamar neocolonialismo.

No primeiro caso, a estrutura social do povo dominado, seja qual for a etapa em que se encontra, pode sofrer os seguintes efeitos:

a) destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e conseqüente substituição desta por uma população exótica;

b) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;

c) conservação aparente, condicionada pela confinamento da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica.

Os dois últimos casos, que são os que interessa considerar no quadro da problemática da libertação nacional, estão bem representados na África. Pode-se afirmar que, em qualquer deles, o efeito principal provocado pelo impacto do imperialismo no processo histórico do povo dominado é a paralisia, a estagnação (mesmo, em alguns casos, a regressão) desse processo. Essa paralisia não é, no entanto, completa. Em um ou em outro setor do conjunto socioeconômico em causa podem operar-se transformações sensíveis, quer motivadas pela permanência da ação de alguns fatores internos (locais), quer resultantes da ação de novos fatores introduzidos pela dominação colonial, tais como o ciclo da moeda e o desenvolvimento das concentrações urbanas. Entre essas transformações, convém referir a perda progressiva, em certos casos, do prestígio das classes ou camadas dirigentes nativas, o êxodo, forçado ou voluntário, de uma parte da população camponesa para os centros urbanos, com conseqüente desenvolvimento de novas camadas sociais: trabalhadores assalariados, empregados do Estado, do comércio e profissões liberais, e uma camada instável dos sem trabalho. No campo, surge com intensidade muito variada e sempre ligada ao meio urbano, uma camada constituída por pequenos proprietários agrícolas. No caso do chamado neocolonialismo, quer a maioria da população colonizada seja autóctone, quer ela seja originariamente exótica, a ação imperialista orienta-se no sentido da criação de uma burguesia ou pseudo-burguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador.

As transformações na estrutura social não são tão profundas nas camadas inferiores, sobretudo no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial, mas a criação duma pseudo-burguesia nativa, que em geral se desenvolve a partir de uma pequena burguesia burocrática e dos intermediários do ciclo das mercadorias (compradores), acentua a diferenciação das camadas sociais, abre, pelo reforço da atividade econômica de elementos nativos, novas perspectivas à dinâmica social, nomeadamente com o desenvolvimento progressivo duma classe operária citadina e a instalação de propriedades agrícolas privadas, que dão lugar, a pouco e pouco, ao aparecimento dum proletariado agrícola. Essas transformações mais ou menos sensíveis da estrutura social, determinadas aliás por um aumento significativo do nível das forças produtivas, tem influência direta no processo histórico do conjunto socioeconômico em causa. Enquanto no colonialismo clássico esse processo é paralisado, a dominação neocolonialista, permitindo o despertar da dinâmica social – dos conflitos de interesse entre as camadas sociais nativas ou da luta de classes – cria a ilusão de que o processo histórico volta à sua evolução normal. Essa ilusão é reforçada pela existência dum poder político (Estado nacional), integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe “dirigente” nativa à classe dirigente do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Mas, nas condições concretas da economia mundial do nosso tempo, esse enfeudamento é uma fatalidade, e, portanto, a pseudo-burguesia nativa, seja qual for o seu grau de nacionalismo, não pode desempenhar efetivamente a função histórica que caberia a essa classe, não pode orientar livremente o desenvolvimento das forças produtivas, em suma, não pode ser uma burguesia nacional. Ora, como se viu, as forças produtivas são o motor da história, e a liberdade total do processo do seu desenvolvimento é a condição indispensável para o pleno funcionamento desse motor.

Vê-se, portanto, que tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista – a negação do processo histórico do povo dominado,

por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa constatação, que identifica, na sua essência, as duas formas aparentes da dominação imperialista, parece-nos ser de importância primordial para o pensamento e a ação dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência.

Com base no que fica dito, podemos afirmar que a libertação nacional é o fenômeno que consiste em um conjunto socioeconômico negar a negação do seu processo histórico. Em outros termos, a libertação nacional dum povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à história, pela destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito.

Ora, vimos que a característica principal e permanente da dominação imperialista, qualquer que seja a sua forma, é a usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto socioeconômico dominado. Vimos também que é essa liberdade e só ela que garante a normalização do processo histórico dum povo. Podemos, portanto, concluir que há libertação nacional quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira.

Costuma-se dizer que a libertação nacional se fundamenta no direito, comum a todos os povos, de dispor livremente do seu destino e que o objetivo dessa libertação é a obtenção da independência nacional. Embora estejamos de acordo com essa maneira vaga e subjetiva de exprimir uma realidade complexa, preferimos ser objetivos. Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adotadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Por isso, em nossa opinião, qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse

objetivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não estará seguramente lutando pela libertação nacional.

Isso implica que, tendo em conta as características essenciais da economia mundial do nosso tempo, assim como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o que se convencionou chamar neocolonialismo. Por outro lado, se considerarmos que a libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenômeno da libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução. O que importa é ter consciência das condições objetivas e subjetivas em que se opera essa revolução, e quais as formas ou a forma de luta mais adequada para a sua efetivação.

Não vamos repetir aqui que essas condições são francamente favoráveis na presente etapa da história da humanidade. Queremos apenas lembrar que existem também fatores desfavoráveis, tanto no plano internacional como no plano interno de cada nação em luta pela sua libertação.

No plano internacional, parece-nos que, pelo menos, os seguintes fatores são desfavoráveis ao movimento de libertação nacional: a situação neocolonial dum grande número de Estados que conquistaram a independência política, vindo a juntar-se a outros que já viviam nessa situação; os progressos realizados pelo neocolonialismo, nomeadamente na Europa, onde o imperialismo, com recurso a investimentos preferenciais, incentiva o desenvolvimento dum proletariado privilegiado com conseqüente abaixamento do nível revolucionário das classes trabalhadoras; a situação neocolonial, evidente ou encoberta, de alguns Estados europeus que, como Portugal, têm ainda colônias; a chamada política de "ajuda" aos países subdesenvolvidos praticada pelo imperialismo com o objetivo de criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas, necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução; a claustrofobia e a timidez revolucionária que levam alguns Estados recentemente independentes, dispendo de condições econômicas e políticas interiores favoráveis à revolução, a aceitarem compromissos com o

inimigo ou com os seus agentes; as contradições crescentes entre Estados anti-imperialistas e, finalmente, as ameaças, por parte do imperialismo, à paz mundial, face à perspectiva duma guerra atômica. Esses fatores concorrem para reforçar a ação do imperialismo contra o movimento de libertação nacional.

Se a intervenção repetida e a agressividade crescente do imperialismo contra os povos podem ser interpretadas como um sinal de desespero diante da amplidão do movimento de libertação nacional, justificam-se, em certa medida, pelas debilidades criadas por esses fatores desfavoráveis na frente geral da luta anti-imperialista.

No plano interno, parece-nos que a fraqueza ou os fatores desfavoráveis mais significativos residem na estrutura econômico-social e nas tendências da sua evolução sob a pressão imperialista, ou melhor, na pequena ou nula atenção dada às características dessa estrutura e tendências pelos movimentos de libertação nacional na elaboração das suas estratégias de luta.

Este ponto de vista não pretende diminuir a importância de outros fatores internos desfavoráveis à libertação nacional, tais como o subdesenvolvimento econômico, com conseqüente atraso social e cultural das massas populares, o tribalismo e outras contradições menores. Convém, no entanto, notar que a existência de tribos só se manifesta como uma contradição significativa em função de atitudes oportunistas (geralmente provenientes de indivíduos ou grupos destribalizados) no seio do movimento de libertação nacional. As contradições entre classes, mesmo quando estas são embrionárias, são bem mais importantes do que as contradições entre tribos.

Embora a situação colonial e a neocolonial sejam idênticas na sua essência, e o aspecto principal da luta contra o imperialismo seja o neocolonialista, parece-nos indispensável distinguir, na prática, essas duas situações. Com efeito, a estrutura horizontal, ainda que mais ou menos diferenciada, da sociedade nativa, e a ausência dum poder político integrado por elementos nacionais, possibilitam, na situação colonial, a criação duma ampla frente de unidade e de luta, aliás, indispensável para o sucesso do movimento de libertação nacional. Mas essa possibilidade não dispensa a análise rigorosa da

estrutura social indígena, das tendências da sua evolução e a adoção, na prática, de medidas adequadas para garantir uma verdadeira libertação nacional. Entre essas medidas, embora admitamos que cada um sabe melhor o que deve fazer em sua casa, parece-nos ser indispensável a criação duma vanguarda solidamente unida e consciente do verdadeiro significado e objetivo da luta de libertação nacional, que deve por ela ser dirigida. Esta necessidade tem tanto maior acuidade quanto é certo que, salvo umas raras exceções, a situação colonial não permite nem solicita a existência significativa de classes de vanguarda (da classe operária consciente de si ao proletariado rural) que poderiam garantir a vigilância das massas populares sobre a evolução do movimento de libertação. Contrariamente, o caráter geralmente embrionário das classes trabalhadoras e a situação econômica, social e cultural da força física maior da luta de libertação nacional – os camponeses – não permitem a estas duas forças principais dessa luta distinguir de per si a verdadeira independência nacional da fictícia independência política. Só uma vanguarda revolucionária, geralmente uma minoria ativa, pode conscientizar *ab initio* essa diferença e levá-la, através da luta, à consciência das massas populares. Isso explica o caráter fundamentalmente político da luta de libertação nacional e dá, em certa medida, a importância da forma de luta no desfecho final do fenômeno da libertação nacional.

Já na situação neocolonial, a estruturação, mais ou menos acentuada, da sociedade nativa na vertical, e a existência dum poder político integrado por elementos nativos – Estado nacional – agravam as contradições no seio dessa sociedade e tornam difícil, se não impossível, a criação duma frente unida tão ampla como no caso colonial. Por um lado, os efeitos materiais (principalmente a nacionalização dos quadros e o aumento da iniciativa econômica do nativo, em particular no plano comercial) e psíquicos (orgulho de se julgar dirigido pelos próprios compatriotas, exploração da solidariedade de ordem religiosa ou tribal entre alguns dirigentes e uma fração das massas populares) contribuem para desmoralizar uma parte considerável das forças nacionalistas. Mas, por outro lado, o caráter necessariamente repressivo do Estado neocolonial contra

as forças de libertação nacional, o agravamento das contradições de classe, a permanência objetiva de agentes e de sinais de dominação estrangeira (colonos que conservam os seus privilégios, forças armadas, discriminação racial), a crescente pauperização do campesinato e a influência mais ou menos notória de fatores exteriores, contribuem para manter acesa a chama do nacionalismo, conscientizar progressivamente largas camadas populacionais e reunir, precisamente com base na consciência da frustração neocolonialista, a maioria da população em torno do ideal da libertação nacional.

Além disso, enquanto a classe dirigente nativa se “emburguesa” cada vez mais, o desenvolvimento duma classe trabalhadora integrada por operários citadinos e por proletários agrícolas – todos explorados pela dominação indireta do imperialismo – abre perspectivas novas à evolução da libertação nacional. Essa classe trabalhadora, qualquer que seja o grau de desenvolvimento da sua consciência política (para além dum limite mínimo que é a consciência das suas necessidades), parece constituir a verdadeira vanguarda da luta de libertação nacional no caso neocolonial. Ela não poderá, no entanto, realizar completamente a sua missão no quadro dessa luta (que não acaba com a conquista da independência) se não se aliar solidamente com as outras camadas exploradas: os camponeses em geral (servos, rendeiros, parceiros, pequenos proprietários agrícolas) e a pequena burguesia nacionalista. A realização dessa aliança exige a mobilização e a organização das forças nacionalistas no quadro (ou pela ação) duma organização política forte e bem estruturada.

Outra distinção importante a fazer entre a situação colonial e a neocolonial reside nas perspectivas da luta. O caso colonial (em que a *nação classe* se bate contra as forças de repressão da burguesia do país colonizador) pode conduzir, pelo menos aparentemente, a uma solução nacionalista (revolução nacional): – a nação conquista a sua independência e adota, em hipótese, a estrutura econômica que bem lhe apetece. O caso neocolonial (em que as classes trabalhadoras e os seus aliados se batem simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente nativa) não é resolvido

através uma solução nacionalista; exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no solo nacional e postula, justamente, uma solução socialista.

Esta distinção resulta principalmente da diferença dos níveis das forças produtivas nos dois casos e do conseqüente aprofundamento da luta de classes.

Não seria difícil demonstrar que, no tempo, essa distinção é apenas aparente. Basta lembrar que, nas condições históricas atuais – liquidação do imperialismo que lança mão de todos os meios para perpetuar a sua dominação sobre os nossos povos, e consolidação do socialismo sobre uma parte considerável do globo – só duas vias são possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de Estado) ou adotar a via socialista. Esta opção, de que depende a compensação dos esforços e sacrifícios pelas massas populares no decurso da luta, é fortemente influenciada pela forma de luta e pelo grau de consciência revolucionária daqueles que a dirigem.

O papel da violência

Os fatos dispensam-nos de usar palavras para provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitarmos o princípio de que a luta de libertação nacional é uma revolução, e que ela não acaba no momento em que se içe a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há nem pode haver libertação nacional sem o uso da violência libertadora, por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, sejam quais forem as suas características locais, a dominação imperialista implica um estado de permanente violência contra as forças nacionalistas. Não há povo no mundo que, tendo sido submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neocolonialista) tenha conquistado a sua independência (nominal ou efetiva) sem vítimas, o que importa é determinar quais as formas de violência que vem a ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo, mas também para garantirem, através da

luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional.

As experiências, passadas e recentes, vividas por alguns povos; a situação atual da luta de libertação nacional no mundo (em especial nos casos do Vietnã, do Congo e do Zimbábue), assim como a própria situação de violência permanente ou, quando menos, de contradições e sobressaltos, em que se encontram alguns países que conquistaram a independência pela via chamada pacífica, mostram-nos que não só os compromissos com o imperialismo são contraproducentes, mas também que a via normal da libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada.

Creemos que não escandalizaremos esta Assembleia ao afirmarmos que a única via eficaz para a realização cabal e definitiva das aspirações dos povos à libertação nacional – é a luta armada. Esta é a grande lição que a história recente e atual de libertação ensina a todos aqueles que estão verdadeiramente empenhados na libertação nacional dos seus povos.

Sobre a pequena burguesia

Evidentemente, tanto a eficácia dessa via como a estabilidade da situação a que ela conduz, depois da libertação, dependem não só das características da organização da luta, mas também da consciência política e moral daqueles que, por razões históricas, estão em condições de ser os herdeiros imediatos do Estado colonial ou neocolonial. Ora, os fatos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de consciencializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena burguesia nativa. Se tivermos em conta as características aleatórias, a complexidade e as tendências naturais inerentes à situação econômica dessa camada social ou classe, vemos que esta fatalidade específica da nossa situação é mais uma das fraquezas do movimento de libertação nacional.

A situação colonial, que não consente o desenvolvimento duma pseudo-burguesia nativa e na qual as massas populares não

atingem, em geral, o necessário grau de consciência política antes do desencadeamento do fenômeno da libertação nacional, dá à pequena burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a dominação estrangeira, em virtude de ser, pela sua situação objetiva e subjetiva (nível de vida superior ao das massas, contatos mais frequentes com os agentes do colonialismo, portanto, maior frequência de humilhações, maior grau de instrução e de cultura política, etc.) a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira. Assume esta responsabilidade histórica o setor da pequena burguesia a que, no contexto colonial, se poderia chamar revolucionário, enquanto os outros setores permanecem na hesitação característica dessa classe ou se aliam ao colonialista para defender, embora ilusoriamente, a sua situação social.

A situação neocolonial, que postula a liquidação da pseudo-burguesia nativa para que se consuma a libertação nacional, também dá à pequena burguesia a oportunidade de desempenhar um papel de relevo – mesmo decisivo – na luta pela liquidação estrangeira. Mas, neste caso, em virtude dos progressos relativos realizados na estrutura social, a função de direção da luta é compartilhada em maior ou menor grau, com os setores mais esclarecidos das classes trabalhadoras e até com alguns elementos da pseudo-burguesia nacional, dominados pelo sentimento patriótico. O papel do setor da pequena burguesia que participa na direção da luta é tanto mais importante quanto é certo que, também na situação neocolonial, ela está mais apta a assumir essas funções, quer pelas limitações econômicas e culturais das massas trabalhadoras, quer pelos complexos e limitações de natureza ideológica que caracterizam o setor da pseudo-burguesia nacional que adere à luta. Neste caso ainda, importa salientar que a missão que lhe está confiada exige a esse setor da pequena burguesia uma maior consciência revolucionária, a capacidade de interpretar fielmente as aspirações das massas em cada fase da luta e de se identificar com elas cada vez mais.

Mas, por maior que seja o grau de consciência revolucionária do setor da pequena burguesia chamada a desempenhar essa função

histórica, ela não pode libertar-se desta realidade objetiva: a pequena burguesia, como classe de serviços, quer dizer, não diretamente incluída no processo da produção, não dispõe de bases econômicas que lhe garantam a tomada do poder. Com efeito, a história demonstra que, qualquer que seja o papel (muitas vezes de importância) desempenhado por indivíduos originários da pequena burguesia no processo de uma revolução, essa classe nunca esteve na posse do poder político. E não poderia estar, porque o poder político (o Estado) se alicerça na capacidade econômica da classe dirigente e, nas condições da sociedade colonial e neocolonial, essa capacidade está detida nas mãos de duas entidades: o capital imperialista e as classes trabalhadoras nativas.

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento de uma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objetivos da libertação nacional. Para não trair esses objetivos, a pequena burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.

Essa alternativa – trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional. A sua solução positiva, em favor da revolução, depende daquilo a que, ainda recentemente, Fidel Castro chamou, com propriedade, desenvolvimento da consciência revolucionária. Essa dependência atrai necessariamente a nossa atenção sobre a

capacidade do dirigente da luta de libertação nacional de se manter fiel aos princípios e à causa fundamental dessa luta. Isso revela, em certa medida, que se a libertação nacional é essencialmente um problema político, as condições do seu desenvolvimento imprimem-lhe algumas características que são do âmbito da moral.

Esta é a modesta contribuição que, em nome das organizações nacionalistas dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, entendemos dever trazer ao debate geral desta Assembleia. Solidamente unidos no seio da nossa organização multinacional – a CONCP – estamos determinados a manter-nos fiéis aos interesses e às justas aspirações dos nossos povos, quaisquer que sejam as nossas origens nas sociedades a que pertencemos. A vigilância em relação a essa fidelidade é, aliás, um dos objetivos principais da nossa organização, no interesse dos nossos povos, da África e da Humanidade em luta contra o imperialismo. Por isso nos batemos já, de armas nas mãos, contra as forças colonialistas portuguesas, em Angola, na Guiné e em Moçambique, e estamos a preparar-nos para fazer o mesmo em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Por isso dedicamos a maior atenção ao trabalho político no seio dos nossos povos, melhorando e reforçando cada dia as nossas organizações nacionais, na direção das quais se encontram representados todos os setores da nossa sociedade. Por isso nos mantemos vigilantes contra nós mesmos e procuramos, na base do conhecimento concreto das nossas forças e das nossas fraquezas, reforçar aquelas e transformar estas em forças, pelo desenvolvimento constante da nossa consciência revolucionária. Por isso estamos em Cuba, presentes a esta Conferência.

Não daremos vivas nem proclamaremos aqui a nossa solidariedade para com este ou aquele povo em luta. A nossa presença é um grito de condenação do imperialismo e uma prova de solidariedade para com todos os povos que querem varrer das suas pátrias o jugo imperialista, em particular com o heroico povo do Vietnã. Mas cremos firmemente que a melhor prova que poderemos dar de que somos contra o imperialismo e ativamente solidários para com os nossos companheiros, nesta luta comum, consiste em regressar aos

nossos países, desenvolver cada dia mais a luta e mantermo-nos fiéis aos princípios e objetivos da libertação nacional.

Fazemos votos para que cada movimento de libertação nacional aqui presente possa, com armas nas mãos, repetir no seu país, em uníssonos com o seu povo, o grito já legendário do povo de Cuba: *PÁTRIA O MUERTE, VENCEREMOS!* Morte para as forças imperialistas! Pátria livre, próspera e feliz para cada um dos nossos povos! VENCEREMOS!

II. Uma luz fecunda ilumina o caminho da luta: Lenin e a luta de libertação nacional

[Nota do autor à primeira publicação: Retomamos, nesta pequena brochura, editada pela Comissão de Informações do Partido, parte dos temas abordados no nosso discurso improvisado no Symposium d'Alma-Ata (República Socialista Soviética do Kazakstan), em Abril de 1970]

O valor e o caráter transcendente do pensamento e da obra humana, política, científica, cultural – histórica – de Vladimir Ilich Lenin são há muito já um fato universalmente reconhecido. Mesmo os mais ferozes adversários das suas ideias tiveram de reconhecer em Lenin um revolucionário consequente, que soube dedicar-se totalmente à causa da revolução e fazê-la, um filósofo e um sábio cuja grandeza só é comparável à dos maiores pensadores da humanidade. Atualmente, não é raro ouvir políticos – mesmo os mais antissocialistas – citar Lenin ou gabar-se de ter lido as suas obras. É evidente que não podemos acreditá-los à letra, mas isso dá bem a medida da importância (mesmo da necessidade) do pensamento de Lenin e da vastidão das consequências práticas da sua ação no contexto histórico atual.

Para os movimentos de libertação nacional, cuja tarefa é fazer a revolução, modificando radicalmente, pelas vias mais adequadas, a situação econômica, política, social e cultural dos seus povos, o pensamento e a ação de Lenin têm um interesse especial.

Mas Lenin não deixou apenas a sua obra. Foi e continua a ser um exemplo vivo de combatente pela causa da humanidade, pela libertação econômica, e, portanto, nacional, social e cultural do

homem. A sua vida e o seu comportamento como personalidade humana contém lições e exemplos úteis para todos os combatentes da libertação nacional.

Entre essas lições, as que nos parecem ser da maior acuidade para os movimentos de libertação referem-se ao comportamento moral, à ação política, à estratégia e à prática revolucionárias.

No âmbito geral do movimento de libertação nacional, especialmente em condições como as nossas, o comportamento moral do combatente, em particular dos dirigentes, é um fator primordial que pode influenciar significativamente o êxito ou o fracasso do movimento. É evidente que a luta é essencialmente política, mas as circunstâncias políticas, econômicas e sociais – históricas – em que se estrutura e desenvolve o movimento, conferem aos problemas de natureza moral uma particular importância, devido principalmente às fraquezas próprias do movimento nacional de libertação nas colônias, ao oportunismo ou às possibilidades de oportunismo que o caracterizam, às pressões e manhas utilizadas pelo inimigo imperialista, assim como à dificuldade, mesmo a impossibilidade de um controle do movimento e dos seus chefes pelas massas populares nacionalistas. No movimento de libertação, como em qualquer outro empreendimento humano – e sejam quais forem os fatores materiais e sociais que condicionem a sua evolução –, o homem (a sua mentalidade, o seu comportamento) é o elemento essencial e determinante.

Lenin foi um exemplo de coerência consigo mesmo e de coerência entre as palavras e os atos. Soube, através de toda a evolução característica da sua personalidade, permanecer igual a si mesmo na verticalidade das suas opções e dos seus atos. Estes sempre corresponderam às suas palavras, pois soube rejeitar o verbalismo fácil, a adulação e a demagogia. Lenin foi um exemplo de honestidade, de probidade, de sinceridade e de coragem. Sempre colocou acima de todas as suas conveniências a necessidade de observar rigorosamente os deveres da moral e da justiça, recusar a mentira e praticar a verdade, sejam quais forem as consequências ou os problemas que possa criar.

Como um ser humano integral, soube amar e odiar. Amar a causa da libertação do homem de qualquer espécie de opressão, a aventura maravilhosa que é a vida humana, tudo o que há de belo e construtivo no planeta. Odiar os inimigos do progresso e da felicidade do homem, o inimigo de classe, os oportunistas, a covardia, a mentira, todos os fatores de aviltamento da consciência social e moral do homem. Sempre considerou o homem como o valor supremo do Universo. A sua dedicação às crianças tornou-se lendária pois, para ele, esses seres delicados e tantas vezes incompreendidos, vítimas inocentes da exploração do homem pelo homem, são as flores da humanidade, a esperança e a certeza do triunfo de uma vida de justiça.

A luta de libertação nacional é, como já dissemos, uma luta política que pode revestir diversas formas, de acordo com as circunstâncias específicas em que se desenvolve. No nosso caso concreto, esgotamos todos os meios pacíficos ao nosso alcance para levar os colonialistas portugueses a uma modificação radical da sua política no sentido da libertação e do progresso do nosso povo. Só encontramos repressão e crimes. Decidimos então pegar em armas para nos batermos contra a tentativa de genocídio do nosso povo, decidido a ser livre e senhor do seu próprio destino.

O fato de travarmos uma luta armada de libertação em nada modifica o caráter essencialmente político do nosso combate. Pelo contrário, acentua-o. Ora, não há, não pode haver ação política, seja qual for a sua forma, sem princípios bem definidos, quer sejam bons ou maus.

No plano político, Lenin foi um exemplo de fidelidade aos princípios. Soube fazer concessões sobre a forma de reivindicações, de ações, mas nunca sobre os princípios, principalmente quando se tratava de defender os interesses da classe e da nação que representava, assim como na prática consequente de um internacionalismo desprovido de reservas, de timidez ou de condicionamentos.

É igualmente uma lição de realismo, de noção clara da possibilidade e da oportunidade política, que encontra a sua expressão máxima na decisão de desencadear a insurreição de

Outubro de 1917, apesar das enormes dificuldades para vencer as hesitações e as oposições mais ou menos fundamentadas. Uma lição de firmeza na via determinada para conduzir a ação política, ilustrada pelo combate sem tréguas que moveu a todos os desvios “de direita” ou de “esquerda” e que tantos inimigos lhe criou. Ultrapassando a concepção vulgar, segundo a qual a política é a arte do possível, Lenin demonstrou que é antes a arte de transformar o que é aparentemente impossível em possível (tornar possível o impossível), rejeitando categoricamente o oportunismo. Assim definida, a ação política implica uma criatividade permanente. Para ela, como para a arte, criar não é inventar.

A ação de Lenin é caracterizada por uma grande flexibilidade construtiva. Em cada problema, em cada fato da luta, mesmo no mais negativo, soube discernir o lado positivo para dele extrair todas as vantagens e fazer avançar a luta. Nesse âmbito, como em outros, demonstrou uma perseverança a toda a prova. Ele, que considerava que “os fatos são teimosos”, era teimoso como os fatos. Confiando na opinião dos outros, apesar disso, certo de que todo o combatente tem necessidade dos outros, sempre soube mudar de opinião quando a razão – a verdade científica – não estava do seu lado.

Crítico rigoroso, mesmo violento, tanto dos seus adversários como dos seus companheiros de luta caídos em erro, Lenin soube praticar exemplarmente a autocrítica. Sabia reconhecer os seus erros e elogiar o valor dos outros, mesmo dos seus mais ferozes adversários; mas soube usar de uma severidade sem limites para atacar os que considerava como inimigos de classe e da revolução.

Lenin sempre demonstrou uma confiança sem limites na capacidade das massas, mas soube, no entanto, demonstrar claramente que estas nunca deviam agir com anarquia, sem um plano bem concebido, correspondente às possibilidades concretas de ação. Para ele, as massas nunca devem ser acéfalas.

*

No âmbito geral do movimento de libertação nacional, tal como em qualquer confrontação, pacífica ou não, há a necessidade vital de descobrir as leis gerais da luta e agir com base num plano geral

concebido e elaborado a partir da realidade concreta do meio e dos fatores em presença. Isto quer dizer que qualquer movimento de libertação necessita de uma estratégia.

Na elaboração desta estratégia é preciso ser capaz de distinguir o essencial do secundário, o permanente do temporário. Sem nunca confundir estratégia e tática, a ação deve basear-se numa concepção científica da realidade, seja qual for a influência dos fatores subjetivos que é necessário enfrentar.

Também nesse plano Lenin deu uma lição muito útil aos movimentos de libertação, aos combatentes da liberdade. Tinha uma nítida consciência do valor da unidade como meio necessário para a luta, mas não como um fim em si. Para Lenin, não se trata de unir todos em torno da mesma causa, por mais justa que ela seja, de realizar a unidade absoluta, de unir-se não importa com quem. A unidade, como qualquer outra realidade, está sujeita às transformações quantitativas, positivas ou negativas. A questão é descobrir qual é o grau de unidade suficiente que pode permitir o desencadear e garantir o avanço vitorioso da luta. E, posteriormente, preservar essa unidade contra todos os fatores de dissolução ou divisão, tanto internos como externos.

Por outro lado, Lenin tinha uma consciência profunda da necessidade de conhecer o melhor possível, na luta, as forças e as fraquezas do inimigo, tal como as nossas próprias forças e fraquezas. A concepção leninista da estratégia implica que devemos agir no sentido de aumentar as fraquezas do inimigo e transformar as suas forças em fraquezas e, simultaneamente, preservar e reforçar as nossas forças e eliminar as nossas fraquezas ou transformá-las em forças.

Isto é possível pela aliança permanente e dinâmica entre a teoria e a prática. A vida de Lenin é a aplicação conseqüente desta máxima dialética de Paul Langevin: o pensamento deriva da ação e, no homem consciente, deve regressar à ação. Isso implica que, como Lenin demonstrou através de toda a sua vida, a ação deve basear-se na análise concreta de cada situação concreta.

De acordo com Lenin, tanto na luta como em qualquer outro fenômeno em movimento, as transformações qualitativas só se

operam a partir de determinado nível de modificações quantitativas, o que significa que o processo da luta evolui por etapas, por fases bem definidas. Nesta base e nesta perspectiva devem ser estabelecidas as táticas a seguir, que não são incompatíveis mesmo com os recuos que, em determinados momentos, podem ser o único meio de fazer progredir a luta.

Qualquer luta é experiência nova, seja qual for a soma de conhecimentos teóricos ou de experiências práticas que lhe dizem respeito. Qualquer luta implica, portanto, um determinado grau de empirismo, mas não é necessário inventar o que já o foi: é sim preciso criar nas condições concretas em que a luta se trava. Ainda neste ponto a lição de Lenin é pertinente: ele detestava tanto o empirismo cego como os dogmas. A assimilação crítica (dos conhecimentos ou das experiências dos outros) é tão válida para a vida como para a luta. O pensamento dos outros, filosófico ou científico – por mais lúcido que seja – é apenas uma base que permite pensar e agir, portanto, criar.

Para criar na luta é necessário conduzi-la, desenvolver todos os esforços e aceitar os sacrifícios necessários. A luta não é feita de palavras mas de ação quotidiana, organizada e disciplinada, de todos os elementos válidos. A atividade múltipla desenvolvida por Lenin no decurso de uma longa luta é um exemplo de continuidade e consequência, de esforços e sacrifícios, assim como da capacidade para mobilizar as forças necessárias no tempo e no espaço necessários.

Demonstrando que, numa luta, as dificuldades subjetivas são as mais difíceis de ultrapassar, Lenin tinha consciência desta realidade: a luta é feita de êxitos e fracassos, de vitórias e derrotas, mas avança sempre e as suas fases, mesmo as mais idênticas, nunca se repetem, pois a luta é um processo e não um acidente, uma corrida de fundo e não de velocidade: as derrotas eventuais não podem justificar nem a desmoralização nem a desistência, porque mesmo os insucessos podem ser uma base de partida para novos êxitos.

Essa ultrapassagem só é possível se extrairmos uma lição de cada erro, de cada experiência positiva ou negativa e partindo do princípio

de que, se é certo que a teoria sem prática é uma perda de tempo, não há prática consequente sem teoria.

Principal artífice da grande Revolução de Outubro, que modificou o destino não apenas do povo russo, mas da humanidade; criador do primeiro Estado socialista; dirigente supremo da Revolução nas antigas colônias czaristas; teórico e prático conhecedor na solução do delicado problema que representava a questão nacional no país dos soviéticos; militante catalisador do movimento operário internacional – Lenin marcou o século e o futuro do homem com a sua personalidade de revolucionário, legando às gerações que lhe sucederam uma obra tão singular como cheia de lições.

Para os movimentos de libertação, Lenin forneceu mais esta valiosa contribuição: demonstrou, definitivamente, que os povos oprimidos podem libertar-se e ultrapassar todos os obstáculos para a construção de uma vida de justiça, de dignidade e de progresso.

É desejável que, independentemente das suas tendências ou opções políticas, os autênticos movimentos de libertação possam beber nas lições e no exemplo de Lenin a inspiração necessária para o seu pensamento, para a sua ação e para o comportamento moral e intelectual dos seus dirigentes. No interesse geral da luta contra o imperialismo e se tivermos em consideração algumas contradições que caracterizam as atuais relações entre as outras forças anti-imperialistas e mesmo alguns aspectos da sua ação, não seria justo nem, talvez, objetivo, limitar esse desejo unicamente aos movimentos de libertação.

II.1

Acontece hoje com a doutrina de Lenin o que já se verificou mais de uma vez na história com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes de classes ou nações oprimidas em luta pela sua libertação. Durante a vida dos grandes revolucionários, as classes opressoras recompensam-nos com incessantes perseguições: acolhem as suas doutrinas com um furor selvagem, com um ódio tenaz, com as mais intensas campanhas de mentiras e calúnias. Depois da sua morte, tentam fazer deles ícones inofensivos, canonizam-nos, por assim dizer, rodeando o seu nome com uma

certa auréola a fim de “consolar” as classes ou as nações oprimidas e de as mistificar; fazendo-o, esvaziam a doutrina revolucionária do seu conteúdo, depreciam-na e destroem-lhe a força revolucionária, é nessa forma de “arranjar” o leninismo que hoje coincidem a burguesia e os oportunistas, tanto do movimento operário como do movimento de libertação nacional. Esquecem, amordaçam, alteram o lado revolucionário da doutrina, a sua alma revolucionária. Colocam em primeiro plano e exaltam o que é ou parece ser aceitável, mesmo conveniente, para a burguesia e para o imperialismo.

O leitor deve já ter notado que o que acaba de ler é a paráfrase de parte de uma lapidar afirmação de Lenin referente a Marx. Modificamos os nomes e adaptamos o discurso à realidade essencial da história dos nossos dias: a luta de vida ou de morte contra o imperialismo. Temos de admitir que o discurso se adapta perfeitamente ao próprio Lenin, em especial quando consideramos o que ele escreveu sobre o imperialismo e a luta contra o domínio imperialista.

Sem ter a pretensão ou a audácia de querer restabelecer a doutrina de Lenin acerca do movimento de libertação nacional, gostaríamos, no entanto, de evocar determinados aspectos que nos parecem importantes, principalmente para os que lutam pela libertação e o progresso dos seus povos.

Lenin demonstrou de forma muito clara que o movimento de libertação nacional, que adquiriu força desde o começo do século, não é um fato novo na história. Em todos os continentes, em épocas mais ou menos recuadas, houve, não apenas luta de libertação tribal ou étnica, mas também movimento de luta de libertação nacional. Os povos da antiga Indochina e de outras regiões da Ásia; do México, da Bolívia e de outros países do continente americano; da Grécia, dos Balcãs em geral, mesmo de Portugal, na Europa; do Egito, da África Oriental e da África Ocidental – para só citar estes – tiveram, no passado, a sua experiência de luta de libertação nacional.

Esses movimentos sofreram vitórias ou derrotas, mas existiram e deixaram vestígios indeléveis nos povos que afetaram, no âmbito das coordenadas históricas das sociedades em questão, numa

determinada etapa da evolução econômica e política da humanidade.

Não há, no entanto, lugar para confusões. Lenin demonstrou que o império romano, por exemplo, não é a mesma realidade histórica que o império britânico, embora ambos tenham em comum o que parece ser, até agora, uma necessidade ou uma constante nas relações entre as sociedades humanas: a tentativa ou o êxito do domínio político e da exploração econômica de certos povos ou nações por Estados estrangeiros ou, o que vem a dar no mesmo, por classes dirigentes estrangeiras.

É evidente que Carlos Magno não foi nem podia ser César ou Átila, mas é ainda mais evidente que qualquer chefe de Estado imperialista não é, nem pode ser, o Gana do império africano que tem o seu nome, nem um imperador da família dos Ming, nem um Cortez, conquistador das Américas, nem o czar das Rússias. Da mesma maneira e pelas mesmas razões, os bancos e os monopólios imperialistas não são as antigas associações dos comerciantes de Veneza ou a Liga Hanseática.

Lenin demonstrou que a luta de libertação contra o domínio de uma aristocracia militar (tribal ou étnica), contra o domínio feudal e mesmo contra o domínio capitalista estrangeiro do tempo do capitalismo de livre concorrência, não é a mesma realidade histórica que a luta de libertação nacional contra o imperialismo, contra o domínio econômico e político dos monopólios, do capitalismo financeiro, atuando sob a forma do colonialismo, do neocolonialismo. Tornou-se e deve ser evidente para todos hoje que o aparecimento do imperialismo operou uma transformação profunda e irreversível no movimento de libertação nacional, definindo-se este como a resistência natural e necessária ao domínio imperialista.

Definindo as características internas e externas do imperialismo – estado supremo do capitalismo, resultado da concentração do capital financeiro em algumas empresas de uma meia dúzia de países, domínio insaciável dos monopólios – Lenin caracterizou simultaneamente as transformações irreversíveis operadas no conteúdo e na forma do movimento de libertação nacional, do qual previu, cientificamente, a linha geral de evolução.

Cabe a Lenin o mérito de ter revelado, e mesmo previsto, as realidades essenciais da luta dos nossos dias, pois foi até ao fundo na análise do fato imperialista e da luta geral contra o imperialismo.

Na sua crítica geral, Lenin elucidou o caráter essencialmente econômico do imperialismo, estudou as suas características internas e externas e as suas implicações econômicas, políticas e sociais, tanto dentro como fora do mundo capitalista. Pôs em relevo as forças e as fraquezas dessa nova realidade que é o imperialismo (quase da sua idade), que abriu novas perspectivas à evolução da humanidade.

Situando geograficamente o fenômeno imperialista no interior duma parte bem definida do mundo; distinguindo o fator econômico das suas implicações políticas ou político-sociais, sem esquecer as relações de dependência dinâmica entre esses dois aspectos de um mesmo fenômeno; e caracterizando as relações do imperialismo com o resto do mundo, Lenin situou objetivamente tanto o imperialismo como a luta de libertação nacional nas suas verdadeiras coordenadas históricas. Estabeleceu, assim, de forma definitiva, a diferença e as ligações fundamentais entre o imperialismo e o domínio imperialista.

A análise de Lenin revela-se desta forma como um encorajamento realista e uma arma poderosa para o desenvolvimento ulterior e multilateral do movimento nacional libertador. É necessário, no entanto, notar que esta análise vai ainda mais longe na contribuição que fornece à evolução desse mesmo movimento.

Com efeito, se podemos dizer que Marx, principalmente na sua obra principal – *O Capital* –, procedeu à anatomia ou à anatomia patológica do capitalismo, a obra de Lenin referente ao imperialismo pode ser considerada como a pré-autópsia do capitalismo moribundo. Não é exagerado afirmar que, para ele, a partir do momento em que o domínio econômico e político do capital financeiro (dos monopólios) consolidou-se em alguns países e se concretizou no exterior desses países pelo movimento de partilha do mundo, especialmente na África, com o monopólio das colônias – o capitalismo, tal como se definira anteriormente, transformou-se num corpo em putrefação.

Um estudo, mesmo superficial, da história econômica contemporânea dos principais países capitalistas (talvez mesmo dos menos importantes), revela que a luta tenaz entre o capital financeiro (representado pelos monopólios e os bancos) e o capital de livre concorrência se salda geralmente pela vitória do primeiro, isto é, do imperialismo.

Temos pois de verificar que Lenin tinha razão: o capitalismo criou o imperialismo e criou simultaneamente os elementos propícios à sua destruição. O imperialismo matou e continua a matar o capitalismo. Com efeito, as transformações profundas realizadas nas relações de forças no âmbito da livre concorrência levaram aos monopólios, à acumulação gigantesca do capital financeiro privado no interior de certos países e, como consequência disso, ao domínio político destes pelos monopólios, o que os transformou em países imperialistas. Esta nova situação está na origem de uma confrontação permanente, aberta ou, não, "pacífica" ou não, entre os países imperialistas que procuram novos equilíbrios na relação de forças, em função do grau relativo de desenvolvimento das forças produtivas e da necessidade crescente tanto de obter matérias-primas como de conquistar mercados, isto é, da realização insaciável de mais-valia ou de rendimento para o capital financeiro.

Com base numa análise tão lúcida e realista, era normal que Lenin extraísse conclusões importantes para o desenvolvimento ulterior da luta contra o imperialismo. Entre essas conclusões, estas parecem-nos extremamente ricas em consequências:

- ▶ A acumulação desenfreada do capital financeiro e a vitória dos monopólios como fase última da apropriação privada dos meios de produção – com o agravamento da contradição entre essa apropriação e o caráter social do trabalho produtivo – criaram as condições propícias à revolução, que progressivamente acabará com o regime capitalista, atualmente representado pelo imperialismo.

- ▶ É possível, necessário e urgente fazer a revolução, se não em vários países, pelo menos num, principalmente no momento em que a agressividade característica do imperialismo se manifesta numa guerra entre os países capitalistas para uma nova partilha do mundo (Primeira Guerra Mundial).

▶ A criação de um Estado socialista desferirá um golpe decisivo no imperialismo e abrirá novas perspectivas ao desenvolvimento do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional.

▶ É possível uma nova confrontação armada entre os Estados imperialistas-capitalistas, pois a hipótese do ultra-imperialismo ou super-imperialismo, que resolveria as contradições entre os Estados imperialistas “é tão utópica como a da ultra-agricultura”. Essa confrontação enfraquecerá inevitavelmente o imperialismo (Segunda Guerra Mundial). Criar-se-ão assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento das forças cujo destino histórico é destruir o imperialismo: instalação do poder socialista em novos países, reforço do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional.

▶ Os povos oprimidos da África, da Ásia e da América Latina são necessariamente chamados a desempenhar um papel decisivo na luta pela liquidação do sistema imperialista mundial, de que são as principais vítimas.

Estas conclusões de Lenin, explícita ou implicitamente contidas na sua obra consagrada ao imperialismo e confirmadas pelos fatos da história contemporânea, são mais uma notável contribuição para o pensamento e para a ação do movimento de libertação.

Sendo marxista ou não, leninista ou não, é difícil a alguém não reconhecer a validade, mesmo o caráter genial da análise e das conclusões de Lenin, que se revelam de um alcance histórico imenso, iluminando com uma claridade fecunda o caminho quantas vezes espinhoso e mesmo sombrio dos povos que se batem pela sua libertação total do domínio imperialista.

Saudação no Seminário de Quadros

Trecho do "Seminário de Quadros", realizado em novembro de 1969, palestras proferidas em crioulo e transcritas para português. Durante dois dias, Amílcar Cabral abordou, sistematicamente, quatro tipos de resistência: 1. A resistência política; 2. A resistência econômica; 3. A resistência cultural; e 4. A resistência armada. Dada a extensão das transcrições optou-se por selecionar, apenas, um trecho desta última alocução. O texto foi retirado de Amílcar Cabral, Análise de alguns tipos de resistência, Lisboa, Seara Nova, 1974.

Camaradas, ontem tive ocasião de vos encontrar para uma reunião preparatória, para este seminário, e eu saudei-vos.

Hoje, estão aqui mais camaradas e, além disso, vocês, que foram chamados para este seminário, é com o maior prazer que volto a saudar-vos, juntamente com todos os outros camaradas que assistem a este seminário.

Saúdo-vos em nome da Direção do nosso Partido e em meu nome pessoal, dizendo aos camaradas que damos a maior importância à sua presença neste seminário, tanto para a nossa luta em geral, portanto para a vida e ação do nosso Partido, como para o presente e o futuro de cada um dos camaradas, como militantes ou combatentes do nosso Partido e como homens e mulheres que podem valer cada dia mais para a libertação e o progresso do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde.

Temos bastante alegria em encontrarmo-nos com os camaradas, na sua maioria jovens, na sua maioria responsáveis, já com responsabilidades que contam muito para o avanço da nossa luta, seja no plano político ou militar, seja em outros planos da nossa vida nas áreas libertadas da nossa terra. Tenho a esperança de que cada camarada que toma parte neste seminário será capaz de realizar na sua cabeça o valor deste nosso encontro e será capaz de tirar dele todas as lições, todo o rendimento, que é preciso tirar, embora não tenhamos tempo bastante para nos sentarmos aqui muitos dias com os camaradas. Temos, portanto, que fazer o nosso seminário – como vocês viram na ordem de trabalhos – em quatro dias no máximo.

É pena que outros dirigentes do nosso Partido, além dos que estão presentes, não possam assistir a este seminário. Não podíamos

parar a luta, nem dentro nem fora da nossa terra, e, portanto, enquanto eu e alguns dirigentes estamos neste seminário, é preciso que outros façam também o seu trabalho para a luta não parar. É pena, porque de fato podia ter grande interesse a presença de mais dirigentes. Mas alguns camaradas estão em missão no estrangeiro – missão que tinham que fazer precisamente nesta altura – outros camaradas estão fortemente pegados no trabalho da nossa luta, particularmente na luta armada, quer para dar maiores golpes ao inimigo, quer para avançar na frente de luta, para mais perto da retaguarda do inimigo, quer ainda para garantir o abastecimento permanente das nossas frentes de luta e responder também a todas as necessidades da nossa ação tanto no plano interior como no plano exterior.

Temos a certeza de que esses camaradas dirigentes lamentam, como nós, o fato de não poderem estar presentes, mas eu tenho a certeza de que, com os documentos que sairão daqui, com as lições que vão sair daqui e de que todos esses camaradas terão conhecimento, eles também irão tirar um grande proveito deste seminário.

É pena que, ou por falta de compreensão ou por atrasos derivados das dificuldades da nossa vida e da nossa luta, alguns camaradas que foram chamados para este seminário não vieram. Eu estou crente de que é por dificuldades próprias à nossa luta. Temos pena que esses camaradas que não puderam vir tenham perdido esta oportunidade de mais um contato direto com as ideias, princípios, problemas e resolução de problemas importantes da nossa luta, que poderão contribuir, desde já, para melhorar muito a sua capacidade de trabalho a serviço do nosso Partido. Temos esperança, todavia, que os documentos que temos de fazer, a partir dos trabalhos deste seminário, vão lhes servir também, e talvez não tarde muito, tenhamos tempo e oportunidade de fazer outro seminário em que esses camaradas, que faltam hoje, poderão estar presentes.

Outra coisa de que temos pena é de que a presença das nossas camaradas mulheres seja tão fraca neste seminário. Foi uma falta da nossa direção que convocou principalmente quadros formados em certos ramos ou trabalhando em certos ramos, ramos esses em que

as nossas raparigas ou as nossas mulheres em geral quase não estão presentes ou são muito poucas. Os nossos dirigentes, em algumas áreas, não se lembraram de tomar a iniciativa de incluir algumas camaradas mulheres no grupo de camaradas que vieram, dum lado ou doutro, para este seminário. Felizmente, o norte lembrou-se de mandar algumas, e incluímos algumas outras. Mas, de qualquer maneira, é bastante pouco para representar de algum modo aquele papel de tão grande importância que as mulheres da nossa terra, sobretudo aquelas mais novas, militantes do nosso Partido, quadros ou trabalhadoras do Partido, têm desempenhado e desempenharão, para o desenvolvimento da nossa luta e a vitória do nosso Partido.

Camaradas,

Com bastante prazer, saúdo particularmente alguns camaradas que chegaram de viagem e que não estavam, portanto, entre nós, e que voltaram para o nosso meio depois de terminarem os seus estudos. Vocês estão a vê-los, são os nossos camaradas Crua Pinto que completou os seus estudos na Alemanha Democrática, como diplomado ou doutor em Direito Internacional, e o nosso camarada Victor Vamaim que terminou os seus estudos na União Soviética, como engenheiro mecânico. Em nome de todos os camaradas o saudamos, desejando-lhes grande sucesso no seu trabalho como militantes do nosso Partido e como profissionais, filhos do nosso povo.

Nesta sala, há outros camaradas que estão no nosso meio já há algum tempo, que também fizeram os seus estudos – por exemplo, Silvano Rodrigues que é médico e o camarada Gil Fernandes que se formou em Sociologia. Queremos somente saudar os camaradas em nome de todos vocês e apresentar-lhes os nossos melhores votos.

Camaradas,

Nós estamos neste seminário para trabalhar, e neste mesmo momento, camaradas nossos, com vários tipos de armas na mão, atacam os colonialistas portugueses ou nos seus quartéis de “timba-corredores”, como diz a nossa Rádio, ou nas suas tentativas de fazer terrorismo contra o nosso povo com os seus helicópteros, com os seus barcos, com as suas manhas de colonialistas criminosos. Os

colonialistas têm medo da ação dos nossos combatentes e essa ação é fundamental, é decisiva para o avanço da nossa luta de libertação nacional. Mas os camaradas podem estar certos de que, se os colonialistas portugueses, alguns dos seus chefes, tivessem a oportunidade de chegar a esta sala a ver-nos sentados, a fazer um seminário com esta ordem de trabalhos que acabamos de aprovar, e com camaradas como vocês, sentados aqui, nós todos juntos aqui, eu digo-vos que eles ficariam ainda com mais medo do que o que têm das nossas bazucas, dos nossos canhões ou das nossas armas ligeiras, de que o medo que têm dos nossos combatentes.

Camaradas,

Os colonialistas portugueses sabem muito bem o que se passa, não são burros, podem ser teimosos, mas não são burros. Eles sabem que os combatentes e as armas, de fato, podem ganhar uma guerra, mas não ganham a libertação de um povo. Na verdade, o progresso de um povo, e mesmo o uso das armas para ganhar a guerra, são possíveis porque o homem é que vale para isso. O que vale é a cabeça do homem e os colonialistas portugueses sabem que quanto mais forte for a nossa cabeça, quanto maior for a nossa consciência, quanto mais claramente cada um de nós souber o que é que nós queremos, de onde vimos e para onde vamos, mais difícil para eles é continuar a dominar o nosso povo. Mas mais ainda: mais fácil para nós, ou menos difícil para nós, é ganhar a guerra de libertação nacional, para garantir ao nosso povo uma vida de trabalho, de dignidade, de justiça, como o nosso Partido deseja.

Os colonialistas portugueses sabem, e felizmente nós sabemos cada dia mais, que um homem ou uma mulher vale por aquele conjunto de ideias, aquela força de ideias que têm na cabeça. E eles sabem bem que um seminário, como este, vai reforçar, desenvolver cada vez mais na cabeça, no espírito dos nossos camaradas, não só a sua decisão de dar a vida pela causa do nosso Partido, mas a sua certeza, o seu conhecimento sobre o caminho do nosso Partido, a situação concreta da nossa luta, a situação do nosso povo, a nossa situação na África e no mundo, a situação do nosso inimigo e, na etapa atual da nossa marcha para a liberdade, onde estamos e para onde vamos. Isso, camaradas, é uma coisa que pode meter medo

aos colonialistas portugueses. Mas eles teriam mais medo ainda, se vissem claro aqui, a seriedade desta reunião, a determinação que está na cara dos camaradas, a vontade que vemos claro em cada um, não só de compreender, mas de compreender para servir melhor ainda. É pena que de fato – eu tenho repetido isso muitas vezes – é pena que para as nossas reuniões, para os nossos trabalhos, assim, destinados a melhorar os nossos conhecimentos, não podemos convidar os colonialistas portugueses.

Nós queremos que vocês entendam este seminário como um acontecimento que marca um dado estágio de evolução da nossa luta, de avanço da nossa luta, não o fazemos por capricho. E também não o fazemos por necessidade de conhecer os camaradas. Fazemo-lo e vamos fazê-lo até o fim, para tirarmos dele o máximo proveito, porque é uma necessidade da nossa luta. Este é o primeiro de um grupo de seminários que temos que fazer nos próximos meses, para podemos transformar a nossa luta mais ainda, dar mais passos para a frente, a serviço do nosso Partido, portanto, como vocês todos sabem hoje, a serviço do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde.

Quem é a maioria das pessoas que participam neste seminário?

Resolvemos chamar para este seminário alguns camaradas que, tendo sido antes, em geral, ou combatentes, ou militantes do Partido em qualquer ramo, receberam uma preparação para melhorar a sua formação de maneira a servirem melhor a nossa luta, tanto no plano político como militar ou em outros planos da nossa atividade. Chamamos também alguns camaradas jovens que têm mostrado capacidade de trabalho, compreensão das palavras de ordem do Partido e têm tentado cumprir dentro das suas possibilidades. Além disso, também vieram para o seminário, alguns camaradas já mais antigos, responsáveis do nosso Partido. Quase todos os camaradas que estão aqui, filhos do nosso povo, da nossa terra, não tinham nada praticamente antes da nossa luta, antes do nosso Partido. Os rapazes da cidade, de Bissau, de Bissorã, de Mansoa ou de Catió, os rapazes do mato, de qualquer sítio da nossa terra, tinham o seu destino rareado pelas mãos dos colonialistas portugueses. E aqueles de Cabo Verde que estão aqui, como os da Guiné, da cidade ou do

campo de Cabo Verde, tinham também, em qualquer ilha que estivessem, ou mesmo estando fora da nossa terra, o seu destino marcado pela mesma marca dos colonialistas portugueses que não deixaram nem na Guiné nem em Cabo Verde, os filhos do nosso povo levantarem-se para desenvolver a sua personalidade, para servir o melhor que podem os interesses do nosso povo, no caminho do progresso e da felicidade que todos os povos do mundo merecem. Alguns foram à escola mais do que outros, mas, em geral, todos foram muito pouco à escola. E alguns compreenderam melhor as lições da escola já dentro do quadro da nossa luta, portanto debaixo da bandeira do nosso Partido. Cada um pode pensar: quem é a minha mãe, quem é o meu pai? A minha avó, donde é que eu saí? Cada um pode pensar no seu destino de ontem e no seu destino de hoje, que o nosso Partido criou, à custa de trabalho e de sacrifício, dentro da nossa luta.

Hoje, cada um, homem ou mulher, tem o seu destino na palma da sua mão. Pode levantá-lo bem alto e ser um filho de valor do nosso povo, para servir, portanto, melhor o nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, como pode também pegar o seu destino na mão e dar-lhe um pontapé como qualquer menino joga uma bola. Já há muito tempo que contamos aos camaradas que com o nosso Partido, cada ser humano, na Guiné ou em Cabo Verde, tomou o seu destino na sua mão. Cada um tem o caminho aberto para avançar, para um lado ou para o outro, conforme quiser, conforme a sua consciência, conforme o seu trabalho. Pode ser cachorro ou pode ser homem ou mulher de valor. Hoje, desde que o nosso Partido foi criado, e vocês que aqui estão são a prova concreta disso, não há na nossa terra mais ninguém que ao nascer, toda a gente sabe o que é que ele será quando tiver 15 anos, 20 anos, 30 anos, ou quando morrer. Muito dos que estão aqui sentados, podem saber o que estariam a fazer hoje se o nosso Partido não existisse: ou estavam lavrando bolanhas, ou eram carpinteiros na cidade, ou eram criados do Sr. Joaquim qualquer coisa, ou eram cipaios em qualquer porto administrativo, e isso seria já uma grande sorte; ou estariam em São Tomé ou em Angola, como contratados cabo-verdianos, ou passando todos os sofrimentos, embora pudessem vestir-se bem, comer bem,

na terra dos outros. Ou então mulheres desgraçadas no meio do nosso mato, ou então carregando pedras para construir estradas dos tugas, pagando impostos. Quando muito, um ou outro podia ter a sorte de conseguir estudar um bocado, para avançar mais um bocado. Mas era tão raro, camaradas.

Hoje não. Cada um conquistou um caminho na sua vida e tem a certeza de que, se não sair desse caminho, pode ir onde a sua capacidade o levar. Ninguém lhe tapará mais o seu caminho. Isso, mesmo para todos os filhos da nossa terra, tanto para os que estão no nosso Partido como para aqueles que estão ainda com os tugas. Quem está junto do nosso Partido já conquistou os seus direitos de homem ou de mulher dignos. Depende só da sua vontade avançar ou ficar para trás.

Estão aqui sentados vários jovens de vinte e poucos anos, dirigentes da nossa terra. Alguns de vocês que estão aqui sentados sabem que nunca houve na nossa terra qualquer administrador, qualquer Chefe de Posto, que tivesse tanta autoridade como vocês têm agora diante do nosso povo. Aqueles que estão junto com os portugueses, esses, se ainda estão lá de sua vontade, são cachorros, preferiram a catchorindade [o servilismo] a ser homens ou mulheres livres numa terra livre. Talvez ainda mudem. As pessoas mudam à medida que a luta avança. Mas há muitos que ainda estão com os tugas, não por sua vontade, mas porque não podem sair. Para esses o caminho para serem homens ou mulheres livres, está ainda aberto, como para todos nós, camaradas.

Vários camaradas que aqui estão têm dado uma contribuição de valor para a nossa luta. Quero dizer-lhes quanto o nosso Partido tem consciência do valor daqueles militantes que de fato estão a trabalhar a sério, que procuram cumprir a sério. A nossa luta tem que ser o fruto do trabalho de muitos, camaradas. Na Guiné ou em Cabo Verde, dentro ou fora da nossa terra, só trabalhando muito nós podemos de fato fazer a luta avançar. E a luta tem avançado porque temos trabalhado muito, de fato. Por um lado, temos sabido pensar a nossa luta para procuramos encontrar a melhor maneira de resolver os seus problemas. Por outro lado, apesar de todas as dificuldades, todos os obstáculos e todos os sacrifícios, vários

camaradas, homens e mulheres, dentro e fora da terra, têm sido capazes de seguir o caminho do nosso Partido, de pôr na prática as ordens, as resoluções e as decisões que a direção do nosso Partido tomou para fazer avançar a nossa luta. Em todas as lutas, em todas as empresas do ser humano, em todo o trabalho que o homem faz em conjunto, há sempre uns que trabalham mais do que outros, uns que fazem mais do que outros. Isso é normal. Assim também, neste seminário, há pessoas entre as quais umas têm trabalhado mais do que outras para o Partido, para a nossa luta, para o nosso povo. O que é importante é que tanto aqueles que trabalham muito como aqueles que trabalham menos procurem a cada dia trabalhar mais, a cada dia dar mais da sua cabeça, mais energia, mais esforço, mais sacrifício, melhorar cada dia mais os seus conhecimentos, a sua compreensão dos problemas, a sua disposição para dar-se completamente, a serviço do nosso Partido, servindo, portanto, ao nosso povo.

O nosso Partido tem grande confiança nos nossos camaradas. O princípio que o nosso Partido estabeleceu nas relações com todos os militantes, desde o começo da sua vida, é o seguinte: confiamos para poder confiar. Este que é o nosso princípio de relações com os seres humanos, em qualquer empresa em que estejamos. Confiar primeiro, para poder confiar. E hoje, é com prazer que eu digo aos camaradas aqui, tanto aqueles que de fato merecem isso como aqueles que ainda não merecem: nós confiamos em vocês. Nós confiamos em que aqueles que têm trabalhado bem são capazes de fazer mais esforço ainda, de melhorar cada vez mais. Como o nosso povo costuma dizer: aqueles que já subiram a palmeira uma vez são capazes de subir todas as palmeiras. Aqueles que ainda não trabalharam muito, que por uma ou outra razão não têm dado a sua contribuição como deve ser, nós confiamos em como serão capazes de melhorar cada dia mais, reconhecer que não têm trabalhado o suficiente, de reconhecer que outros têm feito a luta, enquanto eles têm enganado. Que tomem consciência, que ponham a mão na consciência, como diz o nosso poeta cabo-verdiano Dambara: "finca pé na tchon", para trabalhar de fato, para lutarem a sério para o povo da sua terra.

Camaradas,

A nossa confiança é ilimitada, tão ilimitada que não há ninguém no nosso Partido, na nossa luta, que tenha cometido qualquer erro, que nós não voltemos a confiar nele de novo, para abrir caminho para ele avançar. E, entre aqueles aos quais abrimos caminho para avançarem, parece-nos que é nosso dever fundamental, do Partido e meu, como dirigente principal da nossa luta, abrir caminho para a gente nova avançar, passar para diante.

Desgraçado é aquele grupo de dirigentes que querem guardar o lugar só para eles, e que não têm nenhuma consciência do seu dever para com o seu povo; desgraçado é aquele grupo de dirigentes que têm medo da gente nova, e que nem que a barba se lhes torne branca, o cabelo branco, nem que envelheçam, querem sempre guardar o seu lugar, tapar o caminho para outros não passarem adiante. Esses são servidores da sua barriga, não são servidores do seu povo. O nosso dever, o meu dever, é o seguinte (e eu tenho-me esforçado para isso sempre): abrir caminho para outros passarem e, sobretudo, para os nossos jovens avançarem, para servirem cada vez melhor, para mostrarem a sua capacidade toda inteira, para tomarem conta do nosso Partido, para tomarem conta do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde.

Para nós, camaradas, para a nossa geração, por exemplo, que criou o Partido, o seu trabalho, mais do que libertar a nossa terra, mais do que criar o Partido propriamente, mais do que dirigir esta luta até agora, é garantir um futuro para a nossa terra, futuro na mão do nosso povo através dos seus filhos, futuro para o nosso Partido na mão dos seus militantes.

Temos feito o máximo esforço para isso, e este seminário é, em certa medida, mais um esforço declarado, aberto, claro, para que aqueles jovens do nosso Partido que o compreenderam peguem cada dia mais teso, na certeza de que o seu avanço só depende deles. Ninguém lhes barra o caminho. E nós desejamos, e eu desejo pessoalmente, vê-los amanhã nos postos mais elevados da direção do nosso Partido e do nosso povo. E isso, camaradas, porque nós estamos convencidos de que, qualquer que seja o valor dos quadros antigos do Partido, o dos novos é que são e devem ser a garantia do

futuro do nosso povo. Todos nós sabemos qual o valor que têm os quadros antigos. E não sou nenhum doido, não sou vaidoso, mas também não sou modesto a ponto de ser burro, eu sei qual o valor que tenho para isto tudo, estou profundamente consciente disso, não é preciso ninguém lembrar-me. Por isso mesmo é que não preciso nem de gritos, nem de palmas, nem de levantar o meu nome; eu sei qual é o meu valor. E também todos sabemos, e o sabemos bem, o que valem os camaradas mais antigos do Partido, sejam eles já com cabelos brancos, como Aristides Pereira ou Luis Cabral ou Vasco, sejam ainda mais novos, mas já antigos, como Nino, Osvaldo, Chico, Bobô e tantos outros camaradas. Sabemos quanto eles valem como quadros do Partido. Quanto valiam ontem e quanto valem ainda hoje. Mas isso nada seria se não soubéssemos que eles não podem ser eternos. É preciso que outros avancem para a frente, é preciso abrir caminho para os mais novos. E, se não conseguimos isso, estamos só a cansar a nossa cabeça. Seremos, afinal, como um campo de bananeiras que não deu nenhum pé de banana novo. A bananeira é muito bonita, tem folhas grandes, mas se em cada lugar só há um pé, se não nasceu nenhum pé debaixo dela, então cada uma dá o seu cacho de bananas e acaba. Porque cada pé de bananeira só dá um cacho de bananas. Se não há um pé novo que nasce, não dá mais.

Camaradas,

A nossa consciência nesta luta só vale se pensamos que o futuro do nosso Partido, o futuro da nossa terra, o futuro do nosso povo, pertence aos camaradas mais novos, aos militantes ou responsáveis mais novos. Mas – nós estamos a ver isso cada dia melhor – o nosso Partido também só pertencerá àqueles filhos da nossa terra, seus militantes, que forem de fato capazes de fazer o nosso Partido cada dia melhor. Todas as oportunidades, todas as possibilidades têm de ser abertas, cada dia mais, para aqueles militantes sinceros, dedicados de fato ao Partido, honestos, decentes, amigos de fato do nosso povo e não da sua barriga, cumpridores dos seus deveres de fato, respeitadores da direção, mas também respeitadores da sua cabeça, corajosos e não covardes, que sabem usar a autoridade que

o Partido lhes deu sem abusar dela. Esses são os que têm que tomar conta do Partido cada dia mais.

Sabemos que no passado da nossa luta (e até mesmo no presente da nossa luta) há muitas coisas más. É normal que haja coisas más nas condições da nossa terra, condições da sociedade, da economia e de atraso da nossa terra. É normal que haja coisas más numa luta como a nossa. Felizmente que na nossa luta não há tanta coisa má como noutras lutas. Ou podemos dizer melhor: infelizmente, outros têm mais coisas más de que nós. Mas temos que ter consciência de que temos coisas más. Houve muito mais, mas ainda há. Principalmente ao nível de responsáveis, ao nível de dirigentes. Ora, temos que fazer um esforço grande para que os nossos camaradas dirigentes que aparecerão na nossa terra não venham mais com coisas más. Não queremos isso mais. Por isso mesmo temos a certeza de que dentro do nosso Partido, mesmo talvez neste seminário, há alguns camaradas que talvez fiquem para trás. Em todas as marchas, em todas as lutas duras, como na vida, há sempre uns que ficam para trás, outros que vão para diante. A nossa obrigação, da direção, a minha obrigação de dirigente principal, consciente da nossa situação e das nossas necessidades, é de fazer toda a força para que o número daqueles que vão para diante seja cada dia maior, o número dos que ficam para trás seja cada dia menor. Mas nós vamos abrir bem os olhos, com vigilância, para não deixar passar para a frente nenhum lobo que está camuflado de cordeiro. Não queremos isso.

Camaradas,

Porque uma coisa é certa, e este seminário vai prová-lo mais uma vez: temos dito claramente, ou com palavras ou com a caneta, temos contado claramente aos nossos camaradas o que é que nós queremos, o que é que o nosso Partido quer. E este seminário é mais um prova de que, ao fim e ao cabo, as coisas bem espremidas, é isso que viemos contar novamente aos camaradas. Mas há camaradas livres, que podem dizer também aquilo que quiserem, é claro, na certeza de que conosco só marcham aqueles que fizerem o que o nosso Partido quer. Por isso mesmo, ou indo para diante ou ficando para trás, nenhum filho da nossa terra, homem ou mulher,

pode dizer amanhã: eu fiquei para trás porque não sabia. Como diz o poeta, nunca podemos dizer que a verdade não nos tocou. Talvez vocês a tenham negado, mas ela tocou-vos.

Por isso mesmo é que nós, desde o começo da nossa luta armada, negamos toda a espécie do oportunismo, negamos o oportunismo duma vez para sempre. Oportunismo é aproveitar alguma coisa de favorável para conseguir aquilo que se quer, mas esquecendo os princípios em que se trabalha. Nós negamos camaradas. Pusemos isso claro de todas as maneiras e jeitos, abertamente. O nosso Partido é este, isto é o que nós queremos, desta maneira. Quem não o quiser, que largue, que vá fazer o seu. Desde o começo da nossa luta foi assim. Estão camaradas que assistiram a muitas reuniões, eles sabem. Há pessoas que deixaram o Partido, quer da Guiné, quer de Cabo Verde, porque eles queriam-me a mim, mas não queriam que ficássemos juntos. Dissemos-lhes claramente: vocês são da Guiné; se vocês não querem que lutemos juntos, Guiné e Cabo Verde, vão fazer o vosso Partido só da Guiné, não há problema. Vocês são de Cabo Verde; se não querem que lutemos juntos, Guiné e Cabo Verde, vão fazer o vosso Partido só de Cabo Verde, deixem-nos em paz. Pusemos a claro, desde o princípio. Se temos razão, ganhamos.

Há gente neste Partido, havia, pelo menos, e se há um dia o veremos, que para eles a luta para a libertação é ter medo de outras pessoas. Por exemplo: nas nossas terras em geral, os que são mais claros um bocadinho, os mulatos, mestiços em geral, tiveram mais possibilidades de ter educação, dadas as condições da nossa terra. Houve um ou outro, por exemplo, que a sua preocupação era deixar essa gente para trás, pô-la de lado. Nós dissemo-lhes claramente que no nosso Partido não há racismo. Aqui, filho do nosso povo é quem o serve bem, nem que seja branco, como o Zeca, por exemplo. Não admitimos aqui nenhuma porcaria de escolher cor, porque isso é oportunismo da pior espécie. Quem quer só de preto, preto – que vá fazer o seu. Quem quer só de mulato, que vá fazer o seu. Nós não fazemos isso, porque isso não é o interesse do nosso povo. Nós não estamos a servir a nossa barriga, é o nosso povo que queremos servir.

Mas havia também aqueles que diziam: o melhor é juntarmos só os manjacos, só os pepéis, só os mandingas. Nós somos mancanhas, nós é que somos filhos uns dos outros, nós somos beafadas, irmãos beafadas. E Cabral? Não se sabe bem o que ele é. Mas se nós fazemos uma exceção com ele, não é mau. Não camaradas, nós dissemos claramente, aqui não há nem manjaco, nem pepel, nem mandinga, nem balanta, nem fula, nem sussu, nem beafada, nem filho de cabo-verdiano. Aqui o que há são filhos de um povo, Guiné e Cabo Verde, que querem servir. Servir ao quê? Ao nosso Partido. Quem servir ao nosso Partido é ao nosso povo que está a servir. Respeito pelos costumes dos manjacos ou mandingas, ou pépéis, ou filhos de cabo-verdianos, respeito pelos seus costumes. Quem dança, quem costuma dançar abraçado ao companheiro, que dance assim. Se é a dar com as ancas, que dance assim; se é dança de "N'hai", que dance assim; se é dança mancanha, que dance assim. As canções dum lado e doutro são diferentes, como quiserem, não há conversa. Mas na política – na luta do nosso povo, não há "raça" nenhuma. Não queremos isso. E quem quer racismo ou tribalismo que vá juntar-se com os oportunistas, que fazem grupos de manjacos no Senegal ou na França. Porque qualquer um que aceite o racismo ou tribalismo na nossa terra está a destruir o nosso povo, está a fazer o que os imperialistas e colonialistas querem contra o nosso povo. Nós contamos claro já. Recusamos o oportunismo, recusamos os oportunistas.

Houve alguns que se juntaram comigo com a ideia seguinte: eu sei ler, sei escrever, fui mesmo Chefe de Posto, ou era não sei o quê. Cabral não vai agora fazer a asneira de ir ligar importância a gentes do mato, "indígenas", mais do que a mim. Vieram na ideia de que nós íamos correr com os tugas para nós, os que estudamos mais e que sabemos usar gravata, tomarmos conta da terra. Enganaram-se. Quando viram que neste Partido, se Bacar tem valor, se Malan tem valor, se N'Bana tem valor, ele é que manda; se para tal coisa é ele que vale mais, é ele que manda, nem que os outros fossem chefes de posto, ou administradores, ou doutores, ele é que manda; alguns foram-se embora e talvez no futuro outros irão.

Mas também há aqueles que não frequentaram muito as escolas e que têm complexos. Nós não queremos doutores aqui. Lá vêm eles com as suas manias de doutores. Então eles pensam que eu sou capaz de defender a ignorância contra o saber. Não, isso é mentira, eu sou contra a ignorância. Não sou contra os ignorantes, mas sou contra a ignorância. E quem não sabe nada hoje, mas vale para nos ajudar muito, que ajude, mas que aprenda mais, porque dia virá, dia virá, com certeza, em que quem não souber ficará para trás, e quem não tiver um mínimo de conhecimentos ficará para trás. Por isso é que o Partido diz sempre para cada um fazer força para melhorar a sua cabeça, para estudar cada dia mais. E o Partido está a fazer esforço para mandar gente para preparação disto, daquilo, daquele outro.

Camaradas,

Nós recusamos o oportunismo de todos os lados, de todas as maneiras. E como vocês sabem, recusamos os oportunistas. Não é difícil lembrarem-se daqueles que antes nos acusavam de inimigos dos filhos do povo da Guiné e não sei que e não sei quê. Hoje, esses estão todos com os tugas, passando para o lado dos tugas, virando cachorros dos tugas, agentes da Pide, ou na Guiné, ou no Senegal, ou na Gambia e às vezes mesmo aqui.

Camaradas,

A nossa luta mostra claramente hoje quem é que quer de fato lutar para o povo da nossa terra. Houve um tempo em que qualquer um tinha o direito de dizer: – eu estou a lutar pelo povo da minha terra. Eu quero o meu povo, oh meu povo, meu povo. É tão fácil falar de povo, camaradas. Se vocês pensarem um bocado, vocês vêm. Porque povo não é ninguém. Quem é que é povo? Quem mais fala no povo, mais pensa na sua barriga. Hoje, depois de tantos anos de luta – aliás, há muito tempo já – todo aquele que tem consciência na nossa terra sabe uma coisa: quem quer lutar para o povo da nossa terra tem que pegar teso no PAIGC. Ele é que é o povo da nossa terra. Porque ele é que está a realizar, através da luta de sacrifícios e de muito trabalho, as aspirações do nosso povo à liberdade, à paz e ao progresso. Quem não entendeu isso, quem nega isso, hoje, é agente dos tugas. Por isso hoje, para nós,

militantes do PAIGC, como para qualquer filho da nossa terra que é, de fato, patriota, amigo do nosso povo na Guiné ou em Cabo Verde, há uma maneira simples, concreta, mas clara e verdadeira, para dizer que tem amor pelo nosso povo. É a seguinte: eu tenho muito amor pelo PAIGC.

Quem é contra o PAIGC é contra os interesses do nosso povo, camaradas, a favor dos tucas. Porque, na nossa terra, não há que escolher hoje. Ouçam a rádio dos tucas e vejam. Eles falam em mais alguém? Não. Só PAIGC, PAIGC, PAIGC.

Abram os jornais dos tucas e vejam: PAIGC, PAIGC, PAIGC. Na nossa terra não há que escolher, nem na Guiné, nem em Cabo Verde? Não há que escolher! Há dias julgaram patrícios de Cabo Verde. "Foram julgados membros do PAIGC", dizem em grande os jornais tucas. Não há que escolher, camaradas, não há ilusões. "Eu amo o meu povo, mas não quero o PAIGC": mentira. Então os tucas é que eles querem. Como Seni Sané, como esses cachorros que falam na Rádio Bissau, não é verdade? Como tantos mais. Como até um que fugiu há dias e foi falar na Rádio e disse: "Eu sou filho da Guiné, completo, por isso eu quero o lado dos tucas, dos portugueses". Isso é verdade. Entendem bem camaradas? Não podemos permitir mais ilusões, nem nós, a direção, nem vocês, ninguém pode permitir mais ilusões: Ou o PAIGC ou os criminosos colonialistas portugueses.

Camaradas,

Entre vocês que estão aqui estão presentes alguns militantes do Partido que tiveram oportunidade de ir estudar, que tiraram cursos superiores ou outros, e voltaram. Para mim, é um prazer grande sentir que nem eles vieram com complexos, nem vocês têm complexos em relação a eles. Para mim é um prazer grande sentir que vocês, tantos que estão aqui sentados, que também tinham o 2º grau, que também queriam ir estudar (aliás, devemos dizer, claro, que ainda há alguns de vocês que estão aqui e que o seu sonho é só ir estudar), mas vocês foram capazes de pegar teso no trabalho do nosso Partido, de sofrer todos os sacrifícios que foram necessários, no meio do mato, quer como guerrilheiros, como membros do Exército, no norte ou no sul ou no leste da nossa terra, como

enfermeiros, como professores, como políticos, como membros de segurança, tendo ou não saído para fazer uma preparação; foram capazes de aguentar teso no nosso trabalho para avançar na nossa luta, enquanto outros camaradas iam estudar.

Mas para mim também é um prazer saber que esses que foram estudar cumpriram o seu dever. E o estudo é um aspecto também da nossa luta. E voltando como eles voltaram, eles vêm engrossar as nossas fileiras, juntar cabeça com cabeça para avançarmos cada vez mais, no respeito pela direção do nosso Partido, no respeito da linha do nosso Partido, no cumprimento do programa do nosso Partido, que é realizar a libertação, a paz, o progresso e a felicidade do nosso povo, camaradas. Tanto a uns como a outros, devo chamar-lhes a atenção mais uma vez, neste momento em que vos saúdo aqui, para o fato de que é preciso estudar, estudar cada dia mais, estudar as palavras de ordem do Partido, estudar os documentos do nosso Partido, estudar os livros que o Partido nos puder dar, melhorar a vossa maneira de escrever, melhorar a vossa maneira de ler, a vossa capacidade de ler, enquanto vão cumprindo as palavras de ordem do Partido. Um homem que quer servir ao seu povo a sério, como militante do nosso Partido, deve ter sempre tempo para estudar, para avançar para a frente.

Os camaradas devem evitar perder tempo nas conversas, na brincadeira, em andar atrás de mulheres, na boa-vai-ela e outras tantas coisas. Quem tem tempo nesta luta para arranjar mulheres e filhos, embora isso seja uma coisa natural, deve ter também tempo para melhorar a sua cabeça. Por isso, acabo a minha saudação dizendo aos camaradas o seguinte: na frente de batalha ou na instrução, na saúde ou na segurança, no trabalho político – que é o mais importante da nossa luta – ou no simples carregar qualquer coisa dentro do nosso trabalho, que também é importante; trabalhando dentro ou fora da nossa terra a serviço da nossa luta, cada um dos camaradas deve fazer sempre esforço para cada dia melhorar a sua cabeça. Desejo-lhes tanta saúde como aprendizagem, porque uma coisa é verdade: se um povo quer ir para a frente, os seus filhos ou militantes de um Partido como nós, responsáveis, dirigentes, devem ser capazes de cada dia mais andar

para frente também, eles mesmos. Porque as exigências da luta são a cada dia maiores. Luta que não acaba quando corrermos com os tugas, que não acaba quando tomarmos conta da nossa terra completamente – mas pelo contrário, então é que vai começar no duro – para o progresso e felicidade do nosso povo.

Gente como nós nunca pode parar de aprender cada dia mais. As exigências são, a cada dia, maiores. Portanto, este é o voto que eu faço aos camaradas: saúde e aprendizagem. Aprender na prática da vida, aprender na teoria, aprender com a experiência dos outros. Isso é muito importante, para garantir aos camaradas que vocês e outros como vocês podem, de fato, desempenhar aquele papel que o Partido deseja para eles. Tomar conta do Partido para amanhã. Tomar conta hoje daqueles que têm valor, tomar amanhã daqueles que terão valor, para avançarem para a frente com a nossa luta, debaixo da bandeira gloriosa do nosso Partido, para servirem de fato, não só à libertação mas, principalmente, à construção da paz, do progresso e da felicidade do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, camaradas. Esta é a minha saudação.

“Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa”.

Trecho do "Seminário de Quadros", realizado em novembro de 1969, palestras proferidas em crioulo e transcritas para português. Durante dois dias, Amílcar Cabral abordou, sistematicamente, quatro tipos de resistência: 1. A resistência política; 2. A resistência econômica; 3. A resistência cultural; e 4. A resistência armada. Dada a extensão das transcrições optou-se por selecionar, apenas, um trecho desta última alocução. O texto foi retirado de Amílcar Cabral, Análise de alguns tipos de resistência, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 107 a 133.

Camaradas: nova fase surgiu no mundo, em que a escravatura acabou. O mundo ficou transformado com isso. Mas, entretanto, na Europa, o capitalismo desenvolveu-se muito, com grandes acumulações de capital, o desenvolvimento industrial, a necessidade de matérias-primas como vos disse, a necessidade de mercados, e então alguns Estados europeus mais desenvolvidos resolveram o seguinte: tomar a África de fato, acabar com a história do pequeno comércio, contratos pequenos e respeito pelos africanos.

Os Estados europeus, a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Bélgica, por exemplo, começaram com rixas para ver quem é que ia tomar a África. Procuraram fazer a partilha da África. Primeiro na base de companhias que foram criadas, depois os próprios Estados, através de guerras coloniais de ocupação. A História é longa, não vou contar tudo, mas assim é que as nossas terras viraram colônias, ocupadas pelos colonialistas.

Mas a partir daquele momento, quer estivéssemos ou não desenvolvidos, avançados, em relação à Europa, a nossa História parou. Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa. A nossa História, a nossa liberdade e a liberdade das nossas forças produtivas foram tomadas, abafadas, pelos colonialistas. Claro que nesse caminho eles tiveram grandes facilidades, porque nós estávamos sempre divididos. Vocês sabem que na Guiné, por exemplo, os tucas lutaram contra nós, um por um, derrotando-nos um por um, raça por raça, e utilizando umas raças contra as outras.

Podemos dizer, que se porventura alguns manjacos não ajudassem os tugas contra nós próprios manjacos, talvez fosse difícil os tugas vencerem os manjacos. Podemos dizer que se os fulas não ajudassem os tugas contra os pepéis e, sobretudo, se Honório Barreto não enganasse os pepéis de Bissau, servindo os tugas, camaradas, talvez os tugas não se tivessem instalado na nossa terra.

Muita gente não conhece bem o papel que Honório Barreto desempenhou na conquista da Guiné, pelos tugas. Honório Barreto, filho de nha Rosa de Cacheu, badia de Santiago de Cabo Verde e de João Barreto, sargento da tropa dos portugueses, preto, nascido na Guiné e descendentes de cabo-verdianos, mistura de cabo-verdianos com manjacos como, aliás, dizem que nha Rosa é filha de um cabo-verdiano e uma manjaca, que foi levada para Cabo Verde, nha Rosa, dona de Cacheu e de relações com indígenas da África; desde os lados de Teixeira Pinto, Cacheu, etc. até ao fim de Casamansa, quer dizer, até ao rio que nessa altura se chamava o rio de São Domingos, que é o rio de Casamansa, hoje em dia. Ela tinha tanta simpatia no meio dos africanos que tudo o que dizia era aceito. Ela é que era a dona do comércio praticamente. Seu filho, Honório Barreto, foi educado, primeiro em Cabo Verde e depois em Portugal. Foi aluno da escola de matemáticas em Portugal.

Não acabou os seus estudos. Era bom tocador de guitarra, um bocado farrista. Voltou para a Guiné para tomar conta das coisas dos pais. João Barreto tinha sido preso antes, porque fez uma revolta contra o governo que lá estava, porque ele era democrata, não pela independência, mas a favor de outros portugueses, que eram democratas.

Depois da morte do pai, Honório Barreto, tomou conta das coisas da família, e era o homem mais rico da Guiné. Face à revolta dos papéis – naquela altura a Guiné e Cabo Verde tinham um só governo com sede na Praia – o Governador-Geral de Cabo Verde e Guiné, fez uma proposta para a rainha, que era D. Maria naquela altura, em que dizia que se ela queria que a Guiné ficasse em paz e que Portugal tivesse força na Guiné a sério. Para acabar com as guerras, era melhor pôr Honório Barreto como Governador, escreveu a D. Maria. Ele diz: tenho a honra de propor à nossa rainha, para

escolher como Governador da Guiné, embora sob as minhas ordens, o jovem chamado Honório Barreto, ilustrado, inteligente, com frequência de tal escola, etc., etc., e que é tão português como qualquer um de nós. E aconselho isso, porque sendo ele a pessoa mais rica da Guiné, ele é que tem o maior interesse em conservar a presença de Portugal na Guiné. A rainha viu isso e Honório Barreto foi nomeado Governador da Guiné. Honório Barreto estabeleceu um plano de trabalho para a conquista da Guiné pelos tucas: se ele tomasse a sério Cacheu, Geba e Bissau para os tucas, ninguém mais seria capaz de tomar a Guiné e eles podiam dominar todas as revoltas indígenas. Ele viu esse plano muito bem, com inteligência.

Mas quando, por exemplo, os portugueses apanhavam raiva dele porque era preto e mandava, ela fazia um grande truque, abandonava tudo, voltava para a sua propriedade em Cacheu e fechava-se em casa. Quando os portugueses tinham dificuldades com os indígenas iam chamá-lo para evitar que os pepéis se revoltassem contra eles. Ele voltava. Uma vez, por exemplo, o rei de Intim, cujo nome é N'Dongo, um dos mais fortes reis pepéis, cercou a Amura com a sua gente, a fortaleza de São José de Bissau. E foi de tal maneira que os portugueses morriam de fome lá dentro, ninguém podia sair. Os barcos não chegavam a Bissau; Honório Barreto estava em Cacheu e foram chamá-lo. Veio gente de Cabo Verde, tucas que estavam em Cabo Verde para chama-lo. Ele aceitou e veio falar com o rei pepel e prometeu-lhe que os seus direitos seriam respeitados, que Portugal não tomaria a sua terra, de maneira nenhuma, e que lhe pagaria impostos, etc. Fez mesmo um contrato escrito. Enquanto isso, foi combinado com os tucas que grandes forças saíam de Portugal, de Lisboa, para Guiné. Quando chegaram, massacraram em grande os pepéis.

Doutra vez, num contrato que Honório Barreto fez, com o régulo de Djeu de Rei, aquele ilhéu diante de Bissau, para não aborrecer os tucas, a promessa seguinte: esse rei não se meteria com os tucas, não lhes faria guerra. Os tucas dar-lhe-iam tantas armas de fogo, tantas barras de ferro e tantos litros de cana por ano. Isso está num contrato assinado, arquivado em Lisboa, que eu li. Estou a dar-vos

uma ideia de como é que Honório Barreto soube de fato servir Portugal bem.

Com os seus planos, ele conseguiu de fato pôr a Guiné nas suas mãos, entregá-la ou não aos tucas, conforme ele quisesse. Porque naquela altura em que ele tinha a Guiné completamente nas suas mãos surgiram os ingleses e os franceses, que também queriam a Guiné. Os ingleses queriam Bolama e os franceses queriam vir de Casamansa para baixo, descer e tomar tudo. Honório Barreto foi um grande "patriota" português. Resistiu com força, não aceitou nenhuma promessa nem oferta que os franceses e ingleses lhe fizeram, guardou a Guiné inteira para os tucas. Os tucas têm razão em pôr a estátua de Honório Barreto na nossa terra. Sem Honório Barreto a Guiné não seria dos tucas. Isso é verdade. Mas nós devemos ter respeito por Honório Barreto. Podemos criticá-lo na sua atitude, mas foi um homem de valor. Para aquela altura, com aquela mentalidade, como indivíduo que saiu do nosso povo, mas que foi educado por portugueses, no meio de portugueses, falando bom português, tocando a sua guitarra, cantando fados, etc., não tinha outra coisa a fazer senão isso, camaradas. Esse era o seu trabalho e ele fê-lo bem feito, portanto era um homem de valor. Podemos hoje, não entender que descendentes de Honório Barreto, por exemplo; como o Alvarenga, (porque a nha Rosa chamava-se Rosa Alvarenga, João Barreto e Rosa Alvarenga deram os Carvalhos Alvarenga, etc., etc., Barreto, toda uma família, duas famílias que se juntaram, formando gente fina da nossa terra, como o nosso camarada Barreto que está aí sentado), mas hoje não podemos entender que algum descendente de Honório Barreto, diante deste fenómeno novo, de luta do nosso povo e da independência da África, a independência de todos os povos do mundo, com as lutas de libertação por todos os lados, possam ainda preferir os tucas. Se Honório Barreto pôde servir aos tucas, isso talvez qualquer um de nós preferisse fazê-lo, se tivéssemos a sua educação e se tivéssemos vivido naquele momento da História em que ele viveu. Mas hoje, hoje os descendentes do Honório Barreto, que foram ou não à escola e preferem ainda os tucas; esses já não têm perdão.

Os camaradas viram, portanto, de onde é que saímos, como é que caímos nas mãos dos tugas.

Quanto a Cabo Verde, os camaradas sabem, não houve conquista de Cabo Verde. Cabo Verde não; são ilhas que foram "achadas" naquela altura pelos tugas. Depois que eles encontraram a ponta da África, onde está hoje Dakar, e dada a sua verdura, pois na altura em que fora descoberta estava bastante verde, e como é um cabo, quer dizer, um pedaço de terra que entra pelo mar dentro, chamaram-lhe Cabo Verde, a essa ponta hoje chama-se Dakar. Passados poucos dias, avançando no mar, encontraram umas ilhas e como estavam perto do Cabo Verde, cada ilha tomou o seu nome. A que foi descoberta no mês de maio, chamaram Ilha de Maio, a que foi descoberta no dia de São Tiago, foi ilha de São Tiago, a que tinha o terreno com muito sal, ficou Ilha do Sal, outra por ser bonita de longe chamaram-lhe Ilha da Boa Vista, etc.; segundo a cristandade dos tugas, segundo a sua maneira de ver. Mas vocês sabem que a região em que está Dakar chama-se Région du Cap Vert. Em Dakar vê-se muita coisa onde está escrito Cap Vert e as pessoas pensam que ali é Cabo Verde, e é por causa disso que vos dei esta explicação.

Em Cabo Verde não havia ninguém na altura em que foi descoberto. Mas há a hipótese de que Cabo Verde tinha gente antes, particularmente gentes da Costa da África, tanto manjacos, como lebus, pescadores lebus da Costa do Senegal, teriam chegado a ir até Cabo Verde, navegando nas suas canoas e hoje está provado que algumas dessas canoas são capazes de navegar longe, como as canoas dos nhomincas, por exemplo. Além disso, há hipótese na História de que os fenícios eram um povo antigo que habitava a terra dos libaneses que nós chamamos sirianos, que é na Ásia Menor, e que fizeram o chamado périplo da África, dizem que passaram em Cabo Verde e que viveram lá.

A verdade é que quando os tugas encontraram as Ilhas de Cabo Verde no meio do mar, não encontraram lá ninguém. E quando a escravatura se desenvolveu, resolveram levar para lá escravos para fazerem de Cabo Verde um armazém de escravos. Quando a escravatura começou a acabar, cada ilha passou para as mãos de um

branco importante, um Dom qualquer coisa, como donatário, dono da ilha, que pôs os escravos a serem explorados como escravos ou então explorados depois como criados, como servos na casa do dono da terra. Este foi o ponto de onde partimos, a situação que os tugas criaram na África.

Sabendo bem de onde partimos, temos que saber bem para onde vamos com a nossa luta armada. A nossa luta armada, nós dissemos, é uma forma de luta política, que procura libertar a nossa terra da exploração econômica colonial imperialista. Este é que é o nosso objetivo fundamental libertar as forças produtivas da nossa terra, da opressão, da dominação colonial imperialista.

Mas uma pergunta: Estamos a fazer isso para voltarmos para onde estávamos, para voltarmos para Cabo Verde como escravos ou como servos, ou com gente servindo como criados?

Estamos a fazer isso para voltarmos ao tempo em que os manjacos e pepéis brigavam muito, em que os mandingas e balantas não se entendiam? Isso é um bocado difícil. Não, nós estamos a libertar a nossa terra para avançarmos, como outros povos no mundo, para o progresso, para uma vida de dignidade, para a unidade da nossa terra, nacionalmente, para ajudarmos a levantar uma África nova e melhor. Esse é que é o objetivo da nossa luta, no quadro do mundo, da humanidade, à qual pertencemos como seres humanos.

Na nossa luta, portanto, um tiro que damos no quartel de Buba, ou um tiro que damos num tuga, no caminho ou numa emboscada, é um ato político da primeira grandeza.

Nós estamos a servir a humanidade, camaradas, estamos a servir ao nosso povo, a nossa terra, a África, a humanidade. Esta é a nossa responsabilidade ao dar tiros, fazendo guerra na nossa terra, para libertarmos o nosso povo.

Por isso mesmo, temos que orientar a nossa luta armada da melhor maneira possível, de acordo com a realidade da nossa terra, de acordo também com a experiência de outros povos, desde que essa experiência seja válida para nós. Por isso mesmo temos que evitar e evitamos, na nossa luta, tudo quanto possa diminuir a dignidade do ser humano.

O nosso Partido proíbe, na nossa luta, tudo quanto possa ser crime, tudo que, no nosso espírito, seja ódio, desejo de sangue. Mas fazemos sangue, temos ódio ao colonialista que nos domina, sabendo o que estamos a fazer, claramente, para não confundirmos, camaradas. Por isso mesmo temos dificuldades com os nossos irmãos felupes para os juntar a nós, porque, na sua concepção, quando se mata alguém na guerra é preciso cortar a cabeça e as orelhas. Isso para nós é um bocado difícil. É fácil para os tugas.

Por isso mesmo a nossa guerra é muito diferente de muitas guerras da África, camaradas.

EDUARDO MONDLANE

A estrutura social: mitos e fatos

*Capítulo 2 da obra "Lutar por Moçambique",
publicada postumamente.*

"Creio que o grande sucesso das relações entre os portugueses e as populações de outros continentes é a consequência duma forma sui generis de etnocentrismo. De fato; os portugueses não precisam de se afirmar pela negação (...) afirmam-se através do amor. Este é o segredo da harmonia existente em todos os territórios ocupados por Portugal".

Jorge Dias (*etnógrafo português*)

*"O nosso povo sofreu muito. Os meus pais;
eu própria; fomos explorados. O meu tio foi assassinado."*

Teresinha Mbale (*camponesa moçambicana*) (E.F.)

Quase todos os regimes imperiais tentaram apresentar as suas atividades em termos morais favoráveis para consumo da opinião pública. Atribuem várias virtudes à sua forma particular de colonialismo, para diferenciá-lo das práticas nefastas dos seus rivais. Portugal alega particularmente que os seus métodos não têm qualquer vestígio de racismo. Para provar isto, cita declarações e orientações da coroa que remontam aos séculos XVI e XVII. Por exemplo, a ordem régia de 1763 dizia: "Que foi meu prazer, por meio de uma lei datada de 2 de abril de 1761 restaurar as piedosas leis e costumes dignos de louvor que foram estabelecidos naquele Estado através do qual todos os meus vassallos ali nascidos, sendo batizados Cristãos e não tendo nenhum outro impedimento legal, devem gozar das mesmas honras, preeminências, prerrogativas e privilégios que os nacionais deste reino".

Recentemente, o crescente interesse pelos assuntos africanos tem levado vários africanistas, jornalistas e humanistas a contestar esta afirmação. Além disso, com a aceitação geral do princípio de autodeterminação, Portugal tem sido alvo de fortes críticas internacionais devido à sua política colonial. A sua reação tem sido, sobretudo, reafirmar a imagem dos Portugueses como não-racistas e

“cegos à cor”, para argumentar que, como cidadãos iguais de um Portugal maior, os habitantes das suas colônias não têm qualquer necessidade de independência. Há alguns anos, o então Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. António de Oliveira Salazar, declarava: “Estes contatos (nos territórios ultramarinos) nunca incluíram a mais leve ideia de superioridade ou discriminação racial [...]. Creio poder afirmar que a característica que distingue a África Portuguesa – apesar dos esforços concertados feitos em vários cantos para a atacar tanto por palavras como por ações – é a primazia que sempre demos e continuamos a dar ao reforço do valor e da dignidade do homem sem distinção de cor ou credo, a luz da civilização que levamos às populações que estavam em todos os aspectos distantes de nós”.

Gilberto Freyre, o bem conhecido historiador brasileiro, desenvolveu uma complexa teoria sobre o luso-tropicalismo para justificar esta “característica distinta”. Segundo ele, o povo de origem lusitana (portuguesa) estava especialmente preparado pela sua tradição Católica Romana, e pelo seu longo contato com povos de várias culturas e raças, para lidar pacificamente com gentes de diversas origens étnicas e religiosas. Estava, por assim dizer; predestinado a conduzir o mundo para uma harmonia racial e a construir um vasto império abrangendo povos de várias cores, religiões e grupos linguísticos. Freyre transformou isto numa teoria mística sobre a essência do carácter português: “o sucesso português nos trópicos deve-se em larga medida ao fato de que [...] a sua expansão nos trópicos tem sido menos etnocêntrica, menos a dum povo cujas atividades se centram na sua raça e num sistema cultural deliberadamente étnico – do que Cristocêntrica – isto é, um povo que se considera mais Cristão do que europeu”.

No entanto, mesmo a nível teórico, os portugueses não têm sido tão firmes neste ponto como o implica a linha oficial. Na década de 1890, administradores coloniais como António Enes, Mouzinho de Albuquerque e Eduardo da Costa não se preocuparam em esconder a base de desigualdade e racismo contida nos seus pontos de vista sobre a questão colonial. Enes admitia abertamente: É verdade que a alma generosa de Wilberforce não transmigrou para o meu corpo,

mas não creio que tenha em mim sangue de negreiro; sinto até uma simpatia profunda pelo Negro, esta criança grande, instintivamente má como todas as crianças – que me perdoem todas as mães – embora dócil e sincera. Não o considero como algo a ser exterminado por causa da necessidade de expansão da raça branca, embora acredite na “*inferioridade natural*”. Enes foi também um feroz defensor do governo autoritário e do trabalho forçado: “o Estado, não só como soberano de populações semi-bárbaras mas também como depositário da autoridade social, não deve ter escrúpulos em *obrigar e, se necessário, forçar* estes rudes negros na África, estes ignorantes párias da Ásia, esses meio-selvagens da Oceania, a trabalhar...”.

Mesmo as declarações citadas pelos próprios portugueses como prova do seu não racismo, quando examinadas com atenção mostram indícios das atitudes abertamente expressas por Enes e seus contemporâneos. Na ordem da coroa atrás citada, a frase “sendo batizados Cristãos” é crucial; a questão da igualdade só podia ser colocada no caso dos “nativos” que se haviam esforçado por adotar os hábitos portugueses. Em todo o lado as referências aos africanos no contexto da sua própria sociedade estão impregnadas de desprezo ou pelo menos piedade: “a simplicidade natural do povo deste continente”. A ilusão é de que os portugueses são naturalmente superiores aos povos conquistados, e que estes só podem reclamar qualquer tipo de igualdade ao tornarem-se de fato “portugueses”. Entretanto o papel dos conquistadores é descrito como “uma tutela justa, humanitária e civilizadora”. Esta é a política de “assimilação” em que se baseia a reivindicação portuguesa de não-racismo. A teoria é que todo o habitante do Império Português tem a oportunidade de absorver a civilização portuguesa! E que se assim o fizer será então aceite como igual aos portugueses por nascimento, qualquer que seja a sua cor ou origem.

Se a prática tem ou não algo a ver com a teoria! Pode-se verificar pelo estudo das condições atuais em Moçambique. Infelizmente, qualquer descrição das atuais relações sociais em Moçambique é dificultada à partida pela falta de estudos de campo globalizantes feitos por cientistas sociais de fora, dado que o governo português

sempre bloqueou as tentativas de realização de investigações *in loco*. Isto revela por si só como as autoridades devem estar conscientes de que a realidade não corresponde à imagem favorável por elas apresentada. Apesar desta oposição, alguns acadêmicos decididos, britânicos e americanos, têm conseguido ultrapassar a barreira levantada pelo governo português e recolher de uma maneira ou outra informação suficiente para completar as observações e experiências pessoais. Contudo, em relação a muita informação básica, particularmente no que se refere a dados populacionais, é ainda necessário recorrer a fontes portuguesas. Ora isto traz alguns problemas: primeiro, porque os métodos de recenseamento são muito pouco precisos; em segundo lugar, porque de acordo com a imagem não-racial, as autoridades evitam divulgar os dados por grupos étnicos e raciais.

As estatísticas oficiais de 1960-61 estimam a população total de Moçambique em 6.592.994. Segundo a Junta de Investigações do Ultramar, na sua monografia *Promoção Social em Moçambique*, a população é composta por “três estratos socioeconômicos distintos”.

(a) Uma minoria (2,5%) composta por europeus, asiáticos, mistos e também por alguns africanos, concentrada na parte urbanizada das cidades, vilas e povoações e também nas explorações mineiras e agropecuárias dispersas pelo interior. Detém nas suas mãos o grosso do capital e emprega-se nas atividades modernas e na economia de mercado (serviços públicos, comércio, indústria, transportes, agricultura de rendimento, etc.) e fornece ao Estado a quase totalidade das receitas públicas [...];

(b) Uma minoria (3,5%) constituída por elementos de diversas raças, mas, sobretudo, por africanos, com tendência para se aglomerar, em condições deficientes, na periferia dos centros populacionais mais importantes. Os africanos a ela pertencentes, embora de origem rural, tendem a chamar para junto de si as respectivas famílias, a cortar os laços com as comunidades tribais e, portanto, a abandonar a economia de subsistência e a viver unicamente do trabalho assalariado;

(c) Uma grande maioria (94%) de africanos rurais [...] que vive, basicamente, num regime de economia de subsistência,

complementado pelo trabalho assalariado de tipo migratório e por alguma agricultura de rendimento. São os vizinhos das regedorias [...] regidos, nas suas relações jurídicas privadas, pelo direito consuetudinário.

Algumas estatísticas de 1950 apresentam o primeiro grupo dividido nos seguintes subgrupos:

- ▶ Brancos: 67.485
- ▶ Orientais: 1.956
- ▶ Indianos: 15.188
- ▶ Mistos: 29.507
- ▶ Assimilados (africanos): 4.555

Os brancos são o subgrupo mais numeroso. Têm também uma posição especial em relação aos outros subgrupos pelo fato de a maioria pertencer diretamente à nação e classe dominantes. Por outro lado, o africano, quer ele pertença ao segundo ou ao terceiro grupo, acima mencionado, faz parte diretamente da nação conquistada e colonizada. Assim, a relação entre estes dois povos deve ser considerada como básica na análise da estrutura social. Como em qualquer sociedade existem três aspectos essenciais a serem considerados: o político-legal, o econômico e o social. Como vimos, o relacionamento político entre os portugueses e os africanos tem como antecedente a conquista. Os portugueses tentaram controlar o africano por meio da influência ou, em caso de fracasso, através da conquista militar que destruiu diretamente a estrutura política africana. Os comentários do português João Baptista de Montauray dão uma ideia clara da natureza deste relacionamento no final do século XVIII:

Em geral os Cafres de Sena, que são escravos dos colonos ou então vassalos tributários do Estado, são dóceis e amigos dos portugueses, a quem chamam Mzungos. Todo aquele que não seja português desagrada-lhes. [...] Este desagrado provém de um medo supersticioso que os portugueses espalharam entre eles, de que todos os Mafutos (estrangeiros brancos não portugueses) comem os negros, e outras histórias absurdas que eles implicitamente acreditam. [...] E para desejar que esta convicção perdure nos espíritos dos ditos Cafres, pois que deste modo seremos sempre capazes de domina-los e de vivermos descansados. São muito obedientes e submissos aos seus senhores e a todos os Mzungos em geral.

Foi apenas no final do século XIX, quando Portugal completou a conquista e implantou um sistema de administração colonial, que começou a surgir a base legal em que se apoia este relacionamento. O aspecto mais importante deste governo do final do século XIX foi a nítida separação de dois códigos administrativos, um para os africanos e outro para os europeus. As áreas europeias eram administradas segundo o modelo metropolitana, por conselhos, sendo a área do conselho subdividida em freguesias; as áreas africanas ou circunscrições eram administradas pelos chefes de posto e administradores, e subdivididas em regedorias ou chefaturas, nos quais o chefe, cujo poder provinha em geral mais da nomeação pelos portugueses do que da estrutura tribal original, executava simplesmente as instruções dos administradores.

As principais medidas legislativas levadas a cabo no início do século XX tiveram como objetivo definir a base legal para esta distinção entre dois tipos de população. O Código de Assistência ao Nativo de 1921 definiu o africano civilizado como aquele que sabia falar português, que estava desligado de todos os costumes tribais, e que tinha emprego regular e remunerado. Este seria considerado como verdadeiro cidadão português, ao passo que todos os africanos que não correspondessem a esta descrição ficariam sob a autoridade dos administradores. Esta era a base do sistema do assimilado, no qual a população africana era dividida em assimilados, uma pequena minoria que tinha supostamente adotado um modo de vida essencialmente português, e em indígenas, que formavam a vasta maioria da população africana. O Estado Novo de Salazar, nos anos 30 e 40, manteve esta política, aperfeiçoando e clarificando a legislação anterior. O regime do indigenato foi implantado em todos os territórios africanos. A população africana ficou dividida em duas categorias distintas, indígenas (africanos não-assimilados) e não indígenas (qualquer um que tivesse plena cidadania portuguesa, incluindo os assimilados africanos, embora na prática estes fossem muitas vezes considerados como pertencendo a uma terceira categoria). O Indígena não tinha cidadania, era obrigado a trazer uma *Caderneta indígena* (cartão de identidade), e estava sujeito a todos os regulamentos do regime do indigenato, que lhe impunha

obrigações de trabalho, não lhe permitia acesso a certas áreas das cidades depois do escurecer e restringia-o a alguns poucos lugares de divertimento, e até os cinemas para indígenas passavam filmes cuidadosamente censurados. O não indígena tinha, teoricamente, todos os privilégios que acompanhavam a cidadania portuguesa.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças substanciais em todo o mundo.

As organizações internacionais tornaram-se mais influentes, o conceito de autodeterminação foi sendo gradualmente aceito pela maioria das potências coloniais, e houve um movimento geral para uma maior democracia em várias partes do mundo. Portugal permaneceu incólume a estas tendências até que as reivindicações do governo indiano sobre Goa chamaram a atenção para a situação dos seus territórios coloniais, e Portugal começou a sentir a necessidade de defender a sua posição de colonizador. Começou por negociar a entrada nas Nações Unidas, mas para consegui-lo teve que tomar algumas medidas para modernizar a estrutura das suas colônias. A sua primeira ação, em 1951, foi transformar as colônias, de um dia para o outro, em "províncias ultramarinas", tornando-as parte integrante de Portugal e esperando assim fugir às resoluções das Nações Unidas relativas aos territórios não autogovernados. A agitação em Angola, que se transformou em levantamento armado em 1961, constituiu mais um impulso para esta mudança e permitiu a um grupo de "liberais" do governo, dirigidos por Adriano Moreira, aumentar a sua influência dentro do aparelho governamental. Daí resultaram uma série de reformas que culminaram em 1963 com a publicação da Nova Lei Orgânica do Ultramar.

A questão da cidadania foi resolvida em 1961, quando, a 6 de setembro, o *Estatuto dos Indígenas* foi abolido, e todos os habitantes nativos de Moçambique, Angola e Guiné foram declarados cidadãos portugueses de pleno direito. Contudo, como tem sido característica do regime de Salazar, a política governamental no papel pouco tem a ver com a sua aplicação na prática: este caso não foi exceção. A reforma perdeu qualquer significado pela emissão de dois tipos diferentes de cartão de identidade: um para os "cidadãos" que haviam sido anteriormente indígenas e outro para aqueles que

já eram considerados cidadãos antes de 1961. O antigo indígena possui um *Cartão de Identidade* no qual está escrito claramente “Província de Moçambique” e que especifica no seu interior o lugar de nascimento e residência em termos de área administrativa indígena; o antigo cidadão possui um *Bilhete de Identidade*, que não faz qualquer referência a província ou lugar de residência e que é, em todos os aspectos, idêntico ao dos cidadãos portugueses vivendo na metrópole. Assim, na prática, torna-se fácil para as autoridades diferenciar as duas classes de “cidadãos” e as informações contidas no *Cartão de Identidade* ajudam a polícia a aplicar as leis anteriores que restringiam as atividades e a mobilidade do indígena.

A nova Lei Orgânica do Ultramar, uma vez mais teoricamente, aumentou a representatividade nas províncias ultramarinas: permitiu uma extensão do sistema municipal, em que os funcionários locais são eleitos apenas pelos poucos habitantes da área com direito de voto; autorizou também a participação nas eleições para a Assembleia Legislativa em Lisboa. Há, contudo, uma cláusula que impede que isto se aplique à população africana. A Seção II do Artigo XLV determina: “Transitoriamente, nas regiões onde o desenvolvimento econômico e social julgado necessário ainda não tenha sido atingido, as municipalidades podem ser substituídas pelos distritos administrativos, constituídos por postos administrativos, exceto onde seja possível a criação de freguesias”. Na prática, isto significa que todas as áreas habitadas por africanos são governadas por funcionários portugueses segundo o antigo sistema de governação, mas que pode ser criada uma freguesia para um grupo de brancos vivendo numa região predominantemente africana.

Os números relativos às eleições de 1964 em Moçambique indicam um preconceito racista forte. De uma população total de 6.592.994, houve apenas 93.079 eleitores inscritos. Sendo o total da população assimilada e não-africana de 163.149, fica claro que nem toda a gente deste grupo votou e que portanto praticamente nenhum africano “indígena” adquiriu o direito de voto. Em alguns distritos houve uma correlação bastante estreita entre a população “não indígena” e o direito a voto:

	População local	Não-indígenas	Eleitores
Manica e Sofala	7.794.662	31.205	31.054
Cabo Delgado	546.648	3.894	3.890
Niassa	276.795	1.490	1.489

Em nenhum distrito o número de eleitores foi maior do que o número da população "não indígena", embora em muitos casos ele fosse consideravelmente mais baixo.

Deve-se acrescentar que, mesmo para as poucas pessoas por ela abrangidas, a lei não dá na realidade muitas garantias para uma autonomia local. O Artigo VIII diz que o sistema e a liberdade de ação dos governos ultramarinos são determinados pela Assembleia Nacional. O Artigo IX diz que o Governador-Geral de cada província é nomeado pelo Governo Central. O Artigo X diz que o Ministro do Ultramar em Lisboa pode "cancelar ou abolir [...] os diplomas legislativos das províncias ultramarinas se os julgar ilegais ou contrários ao interesse nacional". O Artigo XI diz que o Ministro do Ultramar "nomeia, demite, promove, transfere, [...] todo o pessoal do quadro geral das províncias ultramarinas". Talvez mais importante que todos, segundo o Artigo LX, a política econômica geral, incluindo as questões de povoamento, deslocções de mão-de-obra, é definida pelo Governo Central. Não há dúvida que, mesmo se no futuro um número significativo de africanos tivesse o direito de voto, eles não ganhariam com isso qualquer poder político com significado.

Estando o africano de fato desprovido de cidadania e destituído de qualquer poder político, não é de surpreender que isto tivesse contribuído para a contínua inferioridade da sua situação econômica. O africano não assimilado está sujeito a severas restrições legais em relação às suas atividades econômicas: não pode tomar parte em nenhuma atividade comercial e não tem oportunidades educacionais que lhe permitam exercer uma profissão. Assim, a única forma que ele tem de ganhar a vida é através da agricultura ou do trabalho

assalariado. E os salários baseia-se em fatores estritamente raciais, como o mostram as seguintes estatísticas recentes:

SALÁRIO NA AGRICULTURA	
Raça	Salário anual em escudos
Branços	47723\$00
Mestiços	23269\$10
Africanos assimilados	5478\$00
Africanos não assimilados	1464\$00

SALÁRIO NA INDÚSTRIA		
Raça	Formação	Salário diário em escudos
Branços	Nenhuma	100\$00 mínimo
Mestiços	Nenhuma	70\$00 mínimo
Africanos	Semi-qualificados	30\$00 mínimo
Africanos	Não-qualificados	5\$00 mínimo

Para dar uma ideia do que isto significa em termos práticos, apresentamos em seguida dois pequenos relatos de moçambicanos africanos sobre a sua própria experiência. O primeiro refere-se a um africano com alguma qualificação – sabe conduzir viaturas – e retrata portanto a situação de uma minoria favorecida:

Natacha Deolinda (Província de Manica e Sofala): “o meu pai conduzia um camião que transportava milho, açúcar, arroz, etc., para uma companhia. [...] Ganhava 300 escudos por mês (\$10,17 cêntimos) trabalhando todos os dias e muitas vezes também à noite, enquanto que os motoristas brancos ganhavam pelo menos 3.000 escudos (\$1 00,17 cêntimos) pelo mesmo trabalho. [...] A vida era difícil em nossa casa: comíamos um pouco de milho, um pouco de farinha, por vezes um pouco de arroz, mas era muito difícil comprar carne; um pequeno pedaço de carne custava pelo menos 15 escudos. (E.F.)

O segundo relato é de um trabalhador comum e descreve o seu trabalho nas plantações de chá da Sociedade de Chá Oriental de Milange:

Joaquim Maquival (Província da Zambézia): “o meu pai ganhava, e ainda ganha, 150 escudos por mês (\$5,30 cêntimos). [...] Os assalariados portugueses ganhavam bem. No fim do mês podiam comprar um carro novo⁴², enquanto que nós não podíamos nem comprar chá, e ao fim de um ano não tínhamos ainda dinheiro para comprar uma bicicleta. (E.F.)

Para a maioria dos africanos a única alternativa ao trabalho manual pesado era o trabalho doméstico, mas os salários eram baixos, com condições duras e muitas vezes humilhantes. Uma outra moçambicana relata as suas experiências:

Teresinha Mbale (Província de Cabo Delgado): “Nunca pude ir à escola porque não tínhamos dinheiro. Tive que ir trabalhar e empreguei-me como criada em casa do administrador. Pagavam-me 50 escudos por mês (\$1,75 cêntimos). Tinha de começar de manhã muito cedo e trabalhava até o pôr do sol, muitas vezes durante a noite também. Não tinha direito a refeições. Os meus patrões batiam-me e insultavam-me. Se eu partisse um copo, batiam-me e gritavam comigo, e no fim do mês não recebia o salário. (E.F.)

A própria lei permite esta situação de extrema desigualdade. Isso já estava implícito na legislação anterior que possibilitava uma transição suave da escravatura para o trabalho forçado, mas foi apenas com a implantação do Estado fascista em Portugal que o sistema foi melhor racionalizado. O “Código de Trabalho dos Indígenas” foi publicado em forma de decreto em 6 de setembro de 1928 e incorporado no Ato Colonial de 1930. Philippe Comte comenta em 1964: “O princípio da discriminação estava contido no próprio título da lei de 1928: havia dois tipos de regulamentos laborais, um para os nativos, outro para os restantes, e o primeiro impunha condições extremamente duras para o trabalhador”.⁴³ O Artigo 3º do Código teoricamente proibia a prática do trabalho forçado, mas acrescentava – “sem impedir os nativos de cumprir o dever moral de se assegurarem de meios de subsistência pelo seu trabalho e, deste modo, servirem os interesses gerais da humanidade”. Com efeito, nos outros artigos, a lei prevê todas as condições para um sistema de trabalho forçado: o Artigo 294º

autoriza o trabalho forçado em casos excepcionais, para projetos urgentes; o Artigo 296º permite-o em casos de urgência, ou “por outras razões”, uma frase que tira todo o significado à palavra excepcional no Artigo 294º; o Artigo 299º permite o uso da força no recrutamento de mão-de-obra.

O princípio do trabalho forçado está contido até na Constituição portuguesa, que especifica no Artigo 146º, ainda hoje em vigor, que: “O Estado não pode forçar os nativos ao trabalho, exceto em obras públicas de interesse geral [...], para cumprir sentenças de carácter penal e para executar obrigações fiscais”.

O próprio Código de 1928, contudo, foi abolido no decurso das reformas precipitadas pelas pressões internacionais do pós-guerra e pela insurreição angolana como parte dos esforços para fugir ao isolamento internacional, Portugal assinou a Convenção Internacional do Trabalho e a Convenção da Abolição do Trabalho Forçado em 1959. A partir de então, os seus regulamentos de trabalho tinham que estar em conformidade com as exigências destas convenções; em 1960 foram eliminadas algumas cláusulas que davam aos administradores amplos poderes de punição, e os salários mínimos foram aumentados. Também em 1961 foi retirada a base legal para as culturas obrigatórias. Desde então, no papel, desapareceu o trabalho forçado em Moçambique. Mas, como já vimos, durante toda a história das condições laborais, houve uma longa tradição de reformas no papel sem qualquer efeito na prática. Nas áreas do norte de Moçambique, praticavam-se em larga escala vários tipos de trabalho forçado até 1964, altura em que a guerra efetivamente pôs ponto final a isto ao forçar os portugueses a retirarem-se.

Em 1961 uma comissão da OIT veio investigar denúncias de trabalho forçado nas colónias portuguesas e informou não ter encontrado provas suficientes de transgressão direta do governo em relação à Convenção da Abolição do Trabalho Forçado de 1959. Algumas das suas observações, contudo, parecem contradizer esta conclusão: em Moçambique a comissão entrevistou apenas um grupo de trabalhadores das estradas que afirmaram terem sido mandados trabalhar contra a sua vontade pelo Chefe de Posto⁴⁴; no

cais da Beira, um dos homens entrevistados tinha sido mandado contra a sua vontade⁴⁵; nas plantações da Sena Sugar, um grupo de trabalhadores entrevistados disse que “não estavam satisfeitos ali e que parecia [...] que eles tinham sido intimados a trabalhar pelas autoridades nativas ou administrativas”.⁴⁶ Quanto à questão das pressões financeiras, o próprio Chefe do Departamento de Negócios Indígenas disse que “Os nativos tinham que pagar os impostos e, se não tinham posses para fazê-lo, o único processo era a prestação de trabalho até conseguir a quantia necessária [...] Se não pagava o imposto, a pessoa em questão era condenada ao trabalho correcional até conseguir a importância devida”⁴⁷. Estas provas foram encontradas apesar do fato de a comissão ter permanecido apenas seis dias em Moçambique e ter somente visitado as áreas mais prósperas em redor de Lourenço Marques, Beira e Quelimane. Além disso, embora a comissão tivesse em alguns casos entrevistado trabalhadores sem nenhum funcionário do governo presente, o receio da PIDE (polícia política portuguesa) teria mesmo assim tido uma influência invisível em todas as discussões.

Em 1962 foi publicado um novo código laboral chamado “Código de Trabalho Rural para as Províncias Africanas e Timor” (Decreto-Lei n.º 44.310, de 27 de abril de 1962). O princípio da discriminação já não consta no título, mas na realidade a lei aplica-se às mesmas pessoas referidas na legislação anterior como “indígenas”. O termo “rural” no código significa “não qualificado” – trabalhadores agrícolas, mineiros, operários de fábricas, empregados domésticos, “aqueles trabalhadores cujo serviço se reduza a simples prestação de mão-de-obra”. Deste modo, a discriminação mantém-se na prática, embora na aparência ela fosse eliminada. O mesmo acontece em relação ao trabalho forçado. O Artigo 3º do Código, mantendo a tradição, proíbe mais uma vez o trabalho forçado e determina que não poderão mais ser aplicadas sanções penais para obrigar ao cumprimento de contratos ou ao pagamento do imposto de captação. No entanto, isto não tem qualquer significado na prática, visto que continuam as sanções civis e o pagamento de compensações, e o não cumprimento disto pode ser considerado desobediência à lei e punido com pena de prisão. O decreto-lei de

29 de dezembro de 1954 determina que “as penas de prisão impostas aos nativos podem ser substituídas por sentenças de trabalho forçado nas obras públicas”. Assim, o trabalho forçado continua a vigorar sem infringir a letra da nova lei.

De todo o conjunto da legislação recente se pode concluir que o africano em Moçambique está em situação de dependência econômica e política em relação ao homem branco. A própria lei estabelece a desigualdade, e a prática vai ainda mais além para manter o africano permanentemente como ser humano de segunda classe cuja função principal é servir a minoria portuguesa. É então normal que isto se reflita nas relações sociais. O aumento recente da população branca tomou mais evidente ainda a existência de comunidades raciais separadas. Desde os anos 30, Portugal tem tido bastante sucesso na promoção da emigração para os territórios africanos, tendo a população branca de Moçambique aumentado, entre 1932 e 1960, de 18.000 para 85.000. Daqui resultou o surgimento de um grupo de brancos, separado e superior à restante população: as áreas centrais das cidades são brancas – a população africana vive em bairros miseráveis na periferia – existem cinemas para brancos, restaurantes para brancos, os hospitais têm enfermarias separadas para os brancos, e na Beira até os autocarros são segregados.

Para responder às acusações de racismo os portugueses dão como exemplo a posição do assimilado. O Professor Caetano, na sua apologia dos métodos coloniais portugueses, escreve: “Embora respeitando o *modus vivendi* dos nativos, os portugueses sempre se esforçaram por partilhar a sua fé, cultura e civilização, chamando-os para a comunidade lusíada”.⁴⁸ A assimilação é o reconhecimento oficial da entrada de uma pessoa para a “comunidade lusíada”: com isso ela tem acesso a todas as facilidades dos brancos e supostamente tem as mesmas oportunidades educacionais e de progresso. Para conseguir este novo *status*, a pessoa deve satisfazer as seguintes condições:

1. Saber ler, escrever e falar português fluentemente.
2. Ter meios suficientes para sustentar a sua família.
3. Ter uma boa conduta.

4. Ter a necessária educação e hábitos pessoais e sociais de modo a tornar possível a aplicação do direito público e privado em vigor em Portugal.

5. Requerer a autoridade administrativa da sua área, que por sua vez o enviará ao Governador do distrito para aprovação.

Surge desde logo uma certa desigualdade racial, pois para ter estas qualidades a pessoa teria que ser consideravelmente mais “civilizada” do que a maioria da população branca que recebe a cidadania automaticamente: 40 por cento da população de Portugal é analfabeta, e muitos não têm meios suficientes para se autossustentarem. Como era de esperar, esta desigualdade racial não desaparece, de fato, no momento em que o africano ganha a condição oficial de assimilado. O próprio Salazar disse: “É necessário um século para fazer um cidadão”. Esta atitude reflete-se na situação do assimilado que, embora escape a algumas restrições legais impostas ao indígena, não fica em posição de igualdade em relação aos seus compatriotas brancos. Em primeiro lugar a sua situação econômica é nitidamente inferior. A tabela salarial atrás apresentada mostra que existe uma considerável diferença de salários entre os brancos e os assimilados negros. Isto é agravado pela prática, bastante comum em países com uma barreira de cor não oficial ou semioficial, de colocar os africanos em empregos inferiores e dar preferência aos brancos, qualquer que seja a sua qualificação. Mesmo que um africano faça o mesmo trabalho que um branco, a sua tarefa receberá um nome diferente de modo a preservar a diferença salarial. Eis um exemplo de como isto funciona:

Raul Casal Ribeiro (Província de Tete): “Trabalhei também no armazém das minas, no setor da contabilidade, onde ganhava 300 escudos (\$10,17 cêntimos). Quando um português veio para este setor, ficou a ganhar quase 4.000 escudos (\$142) e fazia menos trabalho do que eu. Eu estava sozinho, enquanto que ele tinha um adjunto, mas, mesmo assim, ganhava treze vezes mais do que eu. Na realidade, era o seu adjunto africano que fazia todo o trabalho; ele só o assinava. O africano recebia 300 escudos por mês como eu; o português recebia 4.000 escudos. (E.F.)

Durante a sua educação, também, o assimilado encontra-se em situação de desvantagem: tinha sempre que se esforçar mais do que uma criança portuguesa. Uma jovem que frequentava a escola secundária técnica de Lourenço Marques comentava: “Os portugueses não tratam o africano e o português da mesma maneira. Às vezes a discriminação é bastante evidente. Por exemplo, dão sempre notas mais baixas aos moçambicanos” (E.F.).

Quando visitei Moçambique em 1961, o próprio reitor do Liceu Salazar admitiu que os professores tinham de fato tendência para dar notas menores aos alunos africanos.

Um fato que mostra claramente a falsidade da afirmação de que os assimilados estão em posição de igualdade em relação aos brancos é que, para ter direito a qualquer privilégio, o assimilado tem que trazer sempre consigo o cartão de identidade. O branco nunca é interrogado: a sua posição de privilegiado é assegurada pela sua aparência. Se um assimilado estiver fora depois da hora do recolher, será normalmente interrogado pela polícia; se não mostrar o seu cartão, será preso. Muitos privilégios não podem ser obtidos nem mesmo com o bilhete de identidade: um africano assimilado não tem, por exemplo, acesso a um cinema para brancos; muitas vezes não pode usar as casas de banho para brancos. Um padre católico africano contou recentemente um caso em que ele viu um professor escolar, assimilado, ser espancado por um chefe de estação branco porque tinha utilizado a casa de banho para europeus na estação.

O próprio conceito de “assimilação” não é tão racial e liberal como os seus apologistas sugerem. Ele implica a não aceitação do Africano como Africano. Em troca dos privilégios duvidosos já descritos, de acordo com a lei ele deve viver segundo um estilo inteiramente europeu; nunca deve falar a sua própria língua, e não deve visitar as casas dos seus familiares não-assimilados. Uma das contradições absurdas do sistema é que apesar de não receber o mesmo tratamento que um branco, exige-se que ele se identifique completamente com os brancos. Um assimilado conta: “Nos últimos anos da escola secundária, eu era praticamente o único africano que restava na turma. Costumava ter notas inferiores aos rapazes brancos fazendo o mesmo trabalho. Os meus colegas brancos não

viam nada de mal nisto. Ao mesmo tempo, conversavam à minha frente sobre 'aqueles pretos ignorantes', referindo-se aos não assimilados africanos; e não se apercebiam de como isto era doloroso para mim como assimilado". O máximo que o sistema do assimilado pode fazer é criar alguns "brancos honorários", e isto certamente não deixa de ser racismo; diplomatas malawianos e japoneses têm um *status* semelhante na África do Sul, quando de visita a este país. Para além de outros defeitos do sistema, há que denunciar por último o número reduzido de africanos que por ele são abrangidos: de uma população de mais de 6 milhões em 1950, não havia mais de 4.555 assimilados. Um sistema que beneficia uma minoria tão diminuta, deve ser considerado praticamente irrelevante.

Miscigenação

Outro fator que reforça o mito do não-racismo português relaciona-se com os casamentos mistos. Os portugueses afirmam que em certa época estes casamentos foram até encorajados como política oficial. Em 1910, Vaz de Sampaio e Melo escreveu: "A miscigenação é a força mais poderosa do nacionalismo colonial. Sendo igual ao europeu perante a lei, sendo admitido a cargos administrativos, religiosos, políticos e militares, o mulato tende a adotar exclusivamente os costumes e a língua da nação conquistadora, ao constituir o instrumento mais útil e apropriado para a expansão daquelas características étnicas na sociedade nativa". O resultado desta política é uma minoria mulata, o maior grupo minoritário depois dos europeus, e um elemento importante na superestrutura da sociedade não indígena, embora a sua importância seja mais qualitativa do que quantitativa. Os Portugueses tem tendência para exagerar o tamanho desta comunidade. Na realidade, em Moçambique, os mulatos constituem apenas 9,5 por cento da população, enquanto que na África do Sul 8,5 por cento da população é composta por mestiços.

A existência de uma comunidade de mulatos foi uma característica do território português desde o início da colonização portuguesa, quando as condições não permitiam, senão a muito poucas mulheres portuguesas, acompanhar os aventureiros, que superavam esta

carência tomando mulheres africanas como companheiras. Nesta época, sem dúvida, o sistema não continha grande igualdade racial: as mulheres quase nunca se tomavam esposas legais, e eram, de acordo com os relatos da época, tratadas como serviçais ou escravas. Os descendentes herdavam muitas vezes a riqueza e a posição dos seus pais, mas isto era mais em resultado da assimilação dos Portugueses aos africanos do que o inverso. Os proprietários de terras na Zambézia do século XVIII mais pareciam chefes africanos degenerados do que senhores portugueses.

A comunidade de mulatos de hoje, contudo, é na sua maioria urbanizada e educada de acordo com o sistema português. Possuem legalmente a cidadania portuguesa, e no que diz respeito a educação e empregos gozam de um grau muito maior de igualdade do que o assimilado. Aparentemente parecem estar bem integrados na sociedade portuguesa, mas a superficialidade deste quadro é evidenciada claramente pela situação da primeira geração de mulatos, a criança filha de pai português e mãe africana. Mesmo hoje aceita-se a miscigenação mas não os casamentos mistos. Em Angola, em 1958, havia apenas 25 casamentos mistos de qualquer espécie. Eles subdividiam-se da seguinte forma:

- ▶ Branco e preto: 1
- ▶ Mulato e preto: 4
- ▶ Mulato e branco: 20

Em quase todos os casos é o pai que é português. As relações entre a mulher portuguesa e o homem africano não eram aceites com a mesma tolerância. A mulher africana nunca seria a esposa legal: na melhor das hipóteses era amante e criada ao mesmo tempo – admitida por conveniência quando o homem não tinha posses para casar com uma portuguesa ou não tinha tempo para procurar uma – ou então, na pior das hipóteses, era uma prostituta ou vítima de uma violação. Na primeira situação, a criança tem que conciliar duas educações completamente opostas: quando ainda pequena, vive quase sempre com a mãe, muitas vezes na área dos empregados, e é educada até certo ponto como uma criança africana, ao passo que, quando mais velha, o seu pai manda-a para uma escola portuguesa, leva-a para a família portuguesa e espera que ela se

comporte em todos os sentidos como uma criança portuguesa. Muitas vezes, a criança passa a primeira parte da sua vida conciliando estes fatores e depois a sua situação sofre uma grande mudança porque o seu pai arranja uma esposa portuguesa. Quando isto acontece, a criança pode ser rejeitada devolvida totalmente à sua mãe, ou mantida na família numa posição, claramente inferior à dos filhos do casamento português, sendo colocada em segundo lugar em todos os assuntos referentes ao bem-estar e educação. Se o pai é um padre, como muitas vezes acontece, a criança será, pelo menos, poupada a esta última rejeição, mas neste caso a separação entre a casa do pai e a da mãe será desde o início ainda maior. Não é de surpreender que muitas vezes os mulatos fiquem ressentidos com os Portugueses, sentindo-se também incapazes de se identificarem com a parte africana da sua cultura. Educados para considerarem a sua mãe como inferior, na maior parte das vezes nem sequer falam a língua dela.

O ressentimento dos mulatos para com os Portugueses não se baseia apenas nas circunstâncias relacionadas com a sua infância. A política portuguesa em relação ao mulato tem um elemento específico de racismo que está associado à ideia de que a miscigenação é uma forma de cimentar a dominação portuguesa sobre a cultura indígena. E devido a esta política que, apesar de em muitos aspectos os mulatos serem tratados como portugueses, isto não significa que lhes sejam dadas as mesmas oportunidades: os empregos mais importantes, os cargos mais elevados, devem ficar nas mãos dos portugueses. O antropólogo português Mendes Correia expõe com clareza este aspecto: "Como seres humanos, ligados à nossa raça pelos sagrados laços da origem, os mulatos têm direito à nossa simpatia e ajuda. Mas as razões que propusemos não permitem que o papel político dos mestiços vá além dos limites da vida local. Por mais brilhante e eficiente que seja a sua ação no setor profissional, económico agrícola ou industrial, eles nunca devem – tal como os estrangeiros naturalizados – ocupar lugares de destaque nos assuntos públicos do país, exceto talvez em casos de completa e comprovada identificação conosco em temperamento, vontade, sentimentos e Ideias, o que é excepcional e improvável".

Assim, tanto na infância como na vida adulta, o mulato passa por muitas experiências que naturalmente o impedem de se identificar completamente com os Portugueses. São principalmente os mulatos mais instruídos os intelectuais, que confirmam isto: eles estiveram muito envolvidos na primeira agitação política anticolonial e nas primeiras manifestações de nacionalismo; e mais recentemente, alguns mulatos juntaram-se de corpo e alma ao atual movimento nacionalista. No entanto, a sua posição bastante privilegiada em relação ao africano tem prejudicado a sua atividade política, e até as suas ideias políticas. Eles podem ter querido exprimir o protesto de toda a população, mas foram afastados dela. Isto porque existe uma divisão ainda mais profunda do que aquela que normalmente separa um intelectual politicamente consciente do proletariado sobre o qual ele teoriza. Muitas vezes não têm sequer uma linguagem comum. Por isso tentam arduamente regressar emocionalmente às suas origens africanas, o lado africano da sua cultura. Isto pode-se verificar em alguns temas comuns da poesia de Craveirinha, Noémia de Sousa e nos primeiros trabalhos de Marcelino dos Santos: a figura da mãe negra representando a sua própria mãe africana; a própria África, a mãe-pátria; e uma certa fusão poética entre as duas ideias. Noémia de Sousa, por exemplo, escreve, num poema chamado "Sangue Negro":

Ó minha África misteriosa, natural!

Minha virgem violentada!

Minha mãe...

Como eu andava há tanto desterrada

de ti, alheada, distante e egocêntrica

por estas ruas da cidade engravidada de estrangeiros

Minha mãe! Perdoa!

Mãe! Minha mãe África,

das canções escravas ao luar,

Não posso, NÃO POSSO, renegar

o sangue negro, o sangue bárbaro

que me legastes...

Porque em mim, em minha alma, em meus nervos,

ele é mais forte que tudo!

*Eu vivo, eu sofro, eu rio,
através dele.
MÃE!...*

Esta atitude de espírito exprime o atual dilema em que se encontra o mulato. Por um lado, ele consegue alcançar uma posição de considerável prestígio no meio português. Muitos dos mais conhecidos intelectuais moçambicanos são mulatos, e a vida artística do país, em particular, é dominada por homens como José Craveirinha. Por outro lado, ao atingirem um certo nível profissional, são-lhes fechadas as portas da promoção, e, se eles protestam contra isto ou começam a interessar-se pelas questões políticas do país, são olhados com desconfiança e ficam sujeitos a uma certa repressão. Cedo começaram a pensar em termos de revolta nacionalista, mas o seu distanciamento da população comum africana deixou-os sem base para converter estas ideias em ações realistas.

Asiáticos e europeus

A outra minoria não-branca significativa é a asiática, composta principalmente por indianos e alguns paquistaneses. A antiga população árabe da costa integrou-se em larga medida com os africanos locais, e aqueles que mantiveram características distintas pertencem a um grupo periférico de comerciantes em muitos aspectos semelhante a uma parcela da comunidade indiana. Existe, na verdade, uma divisão importante no seio da comunidade indiana que a separa em dois grupos com diferentes características e funções sociais. Primeiro existem os indianos e paquistaneses do subcontinente ancestral. São na sua maior parte de religião hindu ou muçulmana e normalmente possuem pequenas empresas comerciais – cantinas no mato, pequenas lojas nas cidades – e constituem uma comunidade relativamente fechada, sem muitos contatos com os africanos, europeus e até membros de outras seitas indianas. Em geral, são muito semelhantes aos grupos de asiáticos espalhados por toda a África Oriental e estão igualmente à margem da vida política do país. O outro grupo de indianos são os goeses. No século XIX, Portugal não conseguiu uma grande fixação de europeus em

Moçambique, mas alcançou bastante sucesso ao convencer os goeses a emigrarem para aqui. A pequena colônia de Goa tinha estado sujeita a uma influência portuguesa muito maior do que qualquer outro território africano, e estes emigrantes eram em muitos aspectos mais portugueses do que indianos: falavam o português e em alguns casos só falavam esta língua em casa; eram predominantemente católicos. Foram assim considerados "agentes civilizadores úteis" pelos Portugueses, e muitos deles foram recrutados para o funcionalismo público. Existe ainda hoje um grande número de goeses na administração, e muitos também em várias profissões, particularmente na medicina e no direito. Teoricamente, como no caso dos mulatos, todos os asiáticos possuidores de passaporte português têm os mesmos direitos e oportunidades que os cidadãos portugueses europeus. Mas na prática essa "igualdade" tem limitações semelhantes. No geral, no entanto, existe menos fricção, por um lado, porque a situação familiar do goês é normalmente mais estável, por outro lado, porque a assimilação foi muito mais efetiva em Goa do que na África, e finalmente porque o poder da Igreja Católica na comunidade goesa é enorme. Isto significa que aqueles que reagiram contra os Portugueses, e existe um certo número de goeses intelectuais que têm apoiado firmemente os movimentos nacionalistas, encontram-se na maior parte das vezes em contradição não só com os Portugueses mas também com a sua própria comunidade e mesmo com as suas famílias.

A própria minoria branca é composta, por um lado, de funcionários, administradores e militares vindos de Portugal para servir ao governo durante um determinado período, por outro lado, de colonos permanentes, na sua maioria de origem portuguesa, mas com alguns poucos gregos, italianos, afrikaners e outras nacionalidades. É política do governo encorajar os membros do primeiro grupo, particularmente os soldados, a ficarem na colônia, oferecendo-lhes concessões de terra, e alguns deles tornam-se colonos após terminarem a sua comissão de serviço. O segundo grupo é bastante diferente das outras minorias brancas comuns ao resto da África pelo fato de, embora alguns dos seus membros

monopolizem quase todos os empregos importantes nos negócios e nas profissões, grande parte deles dedicar-se a atividades de certo modo inferiores: existem artesãos brancos, pequenos agricultores brancos, até operários brancos. Isto deve-se ao baixo nível de escolarização e enorme pobreza existente em Portugal. Muitos dos emigrantes que vêm para as colônias são camponeses pobres em Portugal. Cinquenta por cento dos emigrantes são analfabetos, e uma percentagem ainda maior não tem qualquer qualificação. Ao analisar o carácter do colonialismo português, Gilberto Freyre considera isto uma virtude, pois afirma que, devido à sua origem pobre e rural, os emigrantes portugueses têm mais facilidade em se misturar com os povos das colônias e não possuem um sentido inato de superioridade.⁴⁹ Isto não é, contudo, consubstanciado pela experiência dos africanos em Moçambique. Os colonos portugueses são muitas vezes mais racistas que o próprio governo. Em Tete, em 1948, por exemplo, quando pela primeira vez as autoridades permitiram os filhos dos não-brancos frequentar a escola primária, os colonos brancos protestaram vigorosamente; vendo que o seu protesto não dava resultados, insistiram em que deviam ser deixadas duas filas de carteiras vazias para separar os seus filhos dos outros não-brancos. Muito recentemente, num colonato onde o governo tinha colocado um ou dois africanos com os brancos, os brancos perseguiram os africanos e em pelo menos uma ocasião bateram num deles, danificaram a sua casa e ameaçaram a sua mulher. Estes e muitos outros casos semelhantes que eu testemunhei ou ouvi contar podem ser incidentes isolados, mas as causas da fricção são inerentes ao próprio sistema. Mesmo que os portugueses recém-chegados estejam à partida numa situação semelhante à de muitos africanos, as diferenças salariais, a preferência nos empregos e o apoio especial do governo na agricultura contribuem rapidamente para alterar a sua situação e atitudes. Até os camponeses pobres e analfabetos vivem muito melhor em Moçambique do que em Portugal. Além disso, o fato de muitos brancos não terem educação e, à chegada, serem pobres, coloca-os em competição direta com os africanos. Para eles o africano é uma ameaça em potência. Para o

africano não há justificação racional para a posição superior do branco.

Dado que no sistema fascista não há democracia, mesmo para os cidadãos com plenos direitos legais e o direito de voto, existe uma certa fricção inclusive entre os brancos e as autoridades. Contudo, como é o governo que garante ao branco a sua posição privilegiada, muito poucos colonos se identificam com os africanos na luta pela independência. Em alguns casos, como já indicamos, a fricção surge porque os colonos querem medidas ainda mais duras contra os africanos, um maior grau de segregação. Em outros casos, eles exigem simplesmente um maior grau de liberdade para a sua própria minoria. Numa dada altura, surgiu em Moçambique um grupo de liberais brancos que se opôs à implantação do Estado fascista, tal como aconteceu em Portugal, mas esse grupo está agora praticamente silenciado. Existem alguns brancos, sobretudo intelectuais, cujas convicções são radicalmente antifascistas e em oposição a Salazar, que apoiam o movimento de libertação e entre eles já um ou dois se juntaram mesmo à resistência. Em algumas áreas onde se desenrolam agora os combates, o governo considerou ser necessário punir cidadãos comuns brancos por não demonstrarem uma oposição suficientemente ativa aos guerrilheiros. Assim, nem mesmo a minoria branca é um corpo homogêneo, identificado em todos os sentidos com o governo colonial.

⁴² N.A.: Isto é, poderia pagar a primeira prestação. Isto é bem possível: o trabalhador português não qualificado ganha mais nas colônias do que em Portugal, e muitos possuem carro.

⁴³ *Revue Juridique et Politique: Indépendance et Cooperation*, n.º 2-4 abril/junho, 1964.

⁴⁴ Boletim Oficial do OIT, n.º 2, p. 386.

⁴⁵ *Ibid*, p. 387.

⁴⁶ *Ibid*, p. 497.

⁴⁷ *Ibid*, p. 451.

⁴⁸ CAETANO, *op. cit.*, 10.

⁴⁹ Gilberto Freyre, "*Portuguese Integration in the Tropics*", Lisboa, 1961.

SAMORA MACHEL

Os fundamentos da alienação da mulher

Excerto de "A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo",

brochura de 1973.

a) O sistema de exploração como ponto de partida

É evidente que se falamos de emancipação da mulher isso significa implicitamente que ela é oprimida, explorada. Importa compreendermos as bases dessa opressão, dessa exploração.

Começamos por dizer que a opressão da mulher é uma consequência da sua exploração, a opressão na sociedade é sempre o resultado da exploração imposta. O colonialismo não nos veio ocupar com o objetivo de nos prender, de nos chicotear ou dar palmatoadas. Ele invadiu-nos, ele ocupou-nos com o objetivo de explorar, as nossas riquezas, explorar o nosso trabalho. Para nos explorar, para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu então o sistema de opressão. A opressão física, com os tribunais, a polícia, as forças armadas, as prisões, as torturas, os massacres. A opressão moral, com o obscurantismo, a superstição, a ignorância, destinados a destruir o espírito de iniciativa criadora, liquidar o sentido de justiça e crítica, reduzir a pessoa à passividade, à aceitação do estado de explorado e oprimido como coisa normal. Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima, considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema da humilhação e do desprezo. O mecanismo da alienação da mulher é idêntico ao mecanismo da alienação do homem colonizado na sociedade colonial, ou do trabalhador na sociedade capitalista.

A partir do momento em que a humanidade primitiva começou a produzir mais do que consumia, foram criadas as bases materiais para que no seio da sociedade surgisse uma camada que se iria apropriar dos frutos do trabalho da maioria. É esta apropriação do

resultado do trabalho das massas por um punhado de elementos na sociedade que constitui a essência do sistema de exploração do homem pelo homem e o coração da contradição antagônica que há séculos divide a sociedade.

Logo que se desencadeou o processo de exploração, a mulher na sua generalidade, como o homem, foi submetida à dominação das camadas privilegiadas. A mulher é também um produtor, um trabalhador, mas com qualidades particulares. Possuir mulheres é possuir trabalhadores, trabalhadores gratuitos, trabalhadores cuja totalidade do esforço de trabalho pode ser apropriada sem resistência pelo esposo, que é amo e senhor. Casar-se com muitas mulheres na sociedade de economia agrária torna-se um meio certo para acumular muitas riquezas. O marido assegura-se de uma mão-de-obra gratuita, que não reclama nem se revolta contra a exploração.

Daí a importância da poligamia nas zonas rurais de economia agrária primitiva. A sociedade, compreendendo que a mulher é uma fonte de riqueza, exige que um preço seja pago. Os pais requerem do futuro genro o pagamento dum preço, o "lobolo", para cederem a filha. A mulher é comprada, herdada, como se fosse um bem material, uma fonte de riquezas.

Mas mais importante ainda: comparada com o escravo, por exemplo, que também é uma fonte de riqueza, que também é um trabalhador gratuito, a mulher oferece duas outras vantagens ao seu proprietário: é uma fonte de prazer, e, sobretudo, é uma produtora de outros trabalhadores, uma produtora de novas fontes de riqueza.

Este último aspecto é particularmente significativo. Assim, um marido terá na sociedade o direito de repudiar a mulher e de exigir a devolução do lobolo quando a mulher for estéril, ou o marido pensar que ela assim o é. Nota-se ainda que em muitas sociedades, conscientes do valor da força de trabalho dos filhos gerados pela mulher, se estabelece o princípio de que estes pertencem ao clã maternal, à família da mãe. Na nossa sociedade é também corrente a prática de os filhos continuarem a pertencer à família da mãe, sobretudo enquanto o marido não tiver satisfeito a totalidade do lobolo, isto é, o preço da compra dessas riquezas. É este contexto

que produz a sobrevalorização da fertilidade da mulher, a transformação da relação homem-mulher em mero ato de procriação.

Mas uma situação particular surgiu. O explorador, graças à sua dominação sobre as massas, adquiria vastas riquezas, enormes propriedades, manadas de gado, ouro, joias, etc. Apesar das riquezas, como todo o homem, continuava mortal. Punha-se então o problema do destino dessas riquezas; por outras palavras, a questão da herança torna-se fundamental. A mulher é a produtora dos herdeiros.

Compreendemos assim, que o ponto de partida da exploração da mulher e de sua conseqüente opressão encontra-se no sistema de propriedade privada dos meios de produção, no sistema de exploração do homem pelo homem.

b) Os mecanismos ideológicos e culturais da dominação

A sociedade da propriedade privada dos meios de produção, sociedade de exploração do homem, cria e impõe a ideologia e cultura que defenderão os seus valores, assegurarão a sua sobrevivência. A exploração econômica da mulher, a sua transformação em produtor sem direitos, a serviço do proprietário – esposo ou do proprietário – pai, exigem a elaboração da ideologia e cultura adequadas, a organização dum sistema de educação que as transmitam. É evidente que não se trata dum ato único e total, mas dum processo que se elabora e refina durante os milênios em que a sociedade existe.

O obscurantismo é o ponto de partida do processo. Manter a mulher na ignorância, ou só educá-la o mínimo necessário, é o princípio geral. Em toda a parte vemos que o analfabetismo é sempre superior nas mulheres que, embora constituam a maioria da população, aparecem sempre como minoria nas escolas, nos liceus, nas universidades.

As civilizações mais desenvolvidas do passado, como hoje ainda na sociedade capitalista, sempre mantiveram a ciência como monopólio do homem, seu domínio exclusivo. Manter a mulher separada da ciência é impedi-la de descobrir que a sociedade é criada em função

de certos interesses precisos, e que por consequência é possível modificar a sociedade.

O obscurantismo, a ignorância, são irmãos gêmeos da superstição e os pais da passividade.

Todas as superstições, as religiões, sempre encontraram o terreno mais fértil no seio da mulher, porque esta se encontrava mergulhada na maior ignorância e obscurantismo. Na nossa sociedade, os ritos e cerimônias aparecem como o veículo principal de transmissão dos conceitos da sociedade sobre a inferioridade da mulher, sobre a sua subserviência em relação ao homem. É a este nível ainda que se propagam numerosos mitos e superstições que se destinam objetivamente a destruir o espírito de iniciativa da mulher; e reduzi-la à passividade.

A própria educação familiar acentua e reforça estes diversos aspectos. Desde criança a rapariga é educada dum maneira diferente do rapaz, é-lhe inculcado um sentimento de inferioridade.

Nada disso é surpreendente: como dissemos, a sociedade exploradora fomenta a ideologia, a cultura, a educação que servem aos seus interesses. Ela faz isso com a mulher, como o faz com o colonizado ou o trabalhador nos países capitalistas. Todos eles são mantidos deliberadamente na ignorância, obscurantismo e superstição, com vista a convencê-los a resignarem-se à sua situação, a inculcar-lhes o espírito de passividade e servilismo.

O racismo surge aqui: o colonizado é definido como ser humano de segunda categoria, em função da sua cor. A mulher é definida como ser humano inferior por causa do seu sexo. Nos países capitalistas da Europa dirão que a mulher é uma criatura com cabelos compridos e ideias curtas.

O processo de alienação mental atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido à passividade total, já não consegue imaginar que possa existir uma possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade. Devemos reconhecer que a dominação multissecular da mulher a reduziu em grande parte a este estado de passividade, que a impede mesmo de compreender a sua condição.

c) A definição do antagonismo

Importa compreender corretamente a natureza da contradição ou das contradições que se encontram em jogo, pois só depois de as compreendermos estaremos em condições de definir os alvos do nosso ataque, conceber a estratégia e a tática adequadas ao nosso combate.

Vimos que o fundamento da dominação da mulher se encontrava no sistema de organização da vida econômica da sociedade: a propriedade privada dos meios de produção, que necessariamente conduz à exploração do homem pelo homem.

Quer isto dizer que, na sua essência, a contradição entre a mulher e a ordem social, para além das condições específicas da sua situação, é a contradição entre ela e a exploração do homem pelo homem, entre ela e a propriedade privada dos meios de produção. Por outras palavras, essa contradição é a mesma que existe entre as massas populares trabalhadoras e a ordem social exploradora.

Sejamos claros neste ponto: a contradição antagônica não é entre a mulher e o homem, mas, sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social. É esta situação de explorada que explica a sua ausência de todas as tarefas de concepção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida econômica, social, cultural e política, mesmo quando os seus interesses estão diretamente afetados.

É este o aspecto principal da contradição: a sua exclusão da esfera de decisão da sociedade. Esta contradição só pode ser resolvida pela Revolução porque só a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, integram-na como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisões.

Por consequência, da mesma maneira que não pode haver Revolução sem libertação da mulher, a luta pela emancipação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução.

Devemos ainda dizer que os fundamentos ideológicos e culturais da sociedade exploradora, que mantém dominada a mulher, são

destruídos pelo progresso da Revolução ideológica e cultural, que impõe à sociedade novos valores, novos métodos, novo conteúdo da educação e cultura. Mas, além desta contradição antagônica entre a mulher e a ordem social, surgem ainda, como reflexo, outras contradições que, com carácter secundário, opõem a mulher ao homem.

O sistema de casamento, a autoridade marital fundada exclusivamente no sexo, a frequente brutalidade do marido, a sua recusa sistemática em tratar a mulher como seu igual, constituem fontes de atritos e contradições. Por vezes mesmo, em certos casos limites, estas contradições secundárias, porque não resolvidas corretamente, agudizam-se e resultam em consequências graves, como o divórcio.

Mas não são estes fatos, por graves que possam ser, que alteram a natureza da contradição.

Importa sublinhar este aspecto porque, na nossa época, presenciamos, sobretudo no mundo capitalista uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagônica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres – explorados, para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro.

No nosso seio aparecem pequenas manifestações desta ofensiva ideológica. Ouvimos aqui e acolá, mulheres murmurarem contra os homens, como se fosse a diferença dos sexos a causa da sua exploração, como se os homens fossem uns monstros sádicos que tiram o seu prazer da opressão da mulher.

Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade exploradora que os criou e educou. É contra ela essencialmente que mulheres e homens unidos devem combater.

A nossa experiência prática tem provado que os progressos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no nosso combate comum contra o colonialismo e imperialismo, contra a

exploração do homem pelo homem, pela construção da nova sociedade.

SAMORA MACHEL

Estabelecer o Poder Popular para servir as massas

Brochura de 1974.

Celebramos neste ano de 1974 o 10º aniversário do desencadeamento da nossa luta armada. Dez anos durante os quais inúmeros militantes e o povo aceitaram toda a espécie de sacrifícios e todo o tipo de privações, dez anos a superar dificuldades e a provarmos que somos capazes de alcançar a vitória.

Começamos já a conhecer a vitória. Em regiões cada vez mais vastas da nossa Pátria o povo já compara e diz “antes da Revolução” e “hoje”. O nosso povo começa a saborear o fruto da sua luta.

Mas ao mesmo tempo todos estamos conscientes que a vitória final não é para amanhã e que um longo caminho ainda nos espera.

Qual a razão dos nossos sacrifícios? Porque motivo o inimigo se mostra tão intransigente e cruel? E porque razão, apesar da condenação de todos os homens justos no mundo, ele continua a encontrar os apoios e ajudas necessários para prosseguir os seus crimes?

Será que tudo isto tem lugar apenas porque queremos a nossa Independência?

Mas afinal em 1143 e em 1640, Portugal também lutou pela sua Independência. Os Estados Unidos que hoje apoiam o colonialismo português fizeram no século XVIII uma guerra para se libertarem do colonialismo britânico e serem independentes. A França e a Inglaterra que financiam e armam Portugal fascista e colonialista, lutaram ainda há poucos anos, de 1939 a 1945, contra o fascismo hitleriano, sofrendo grandes perdas e sacrifícios a fim de preservarem a independência nacional.

À volta de Moçambique encontramos muitos países independentes. Madagascar que era colônia francesa, Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Suazilândia, antigas colônias britânicas. E todos estes países

tornaram-se independentes através de negociações entre a potência colonizadora e a colônia.

Porque razão a Inglaterra e a França aceitaram reconhecer à maioria das suas colônias o direito à independência, e hoje apoiam uma guerra colonial?

Porque então dez anos de guerra colonial, dez anos de bombardeamentos, dez anos de massacres de populações, dez anos durante os quais a OTAN e os países ocidentais têm feito tudo para ajudar Portugal?

Nós dizemos frequentemente que no curso da luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em Revolução. Por outras palavras, o nosso objetivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não os brancos são eleitos, ou ter no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez dum Governador branco. Nós dizemos que o nosso objetivo é conquistar a independência completa, instalar um Poder Popular, construir uma Sociedade Nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos.

É aqui que se encontra a explicação da guerra. Como um homem assaltado de piolhos é obrigado a mergulhar a roupa na água a ferver para liquidar os piolhos sem se interessar pela cor ou origem dos piolhos, nós fomos obrigados a aceitar mergulhar o nosso país no fogo da guerra para liquidar a exploração, qualquer que seja a sua origem ou cor dos seus agentes.

O que está em causa é, pois, o estabelecimento do Poder Popular que afirma a nossa independência e personalidade e liquida a exploração, o que implica a destruição do Poder dos exploradores que a fomenta.

É por isso mesmo que os países imperialistas que vivem da exploração vêm socorrer Portugal porque estão interessados em que a exploração continue.

Hoje, graças à nossa luta, um Poder novo constrói-se na nossa Pátria.

Dez anos de Poder da FRELIMO não é muito. Jovens que somos, assumimos responsabilidades que esmagam os velhos. O Poder dos

exploradores tem centenas e milhares de anos de experiência, enquanto o nosso Poder é jovem e, ao mesmo tempo, tem de resolver os problemas que o Poder milenar dos exploradores nunca conseguiu.

O Poder novo não é uma coisa abstrata. O Poder novo somos nós, com todas as nossas insuficiências, quem tem de o exercer.

De nenhuma nuvem vai descer o Homem Novo capaz de exercer o Poder novo.

A nossa responsabilidade é grande enquanto a nossa capacidade é ainda pequena. Mas temos uma grande vantagem que é decisiva: possuímos a linha de orientação correta, as massas estão conosco.

Mas ao construirmos o nosso Poder, ao exercê-lo, trazemos em nós, nas ideias, nos hábitos e nos costumes, todas as deformações criadas pelo Poder antigo.

Por isso continuamente temos que retificar os nossos métodos de trabalho, introduzir o bisturi da crítica e da autocrítica, para amputar a herança enorme, pesada e negativa que nos transmite a sociedade antiga.

Para este décimo aniversário que celebraremos em breve queremos analisar o nosso Poder, repensar a nossa atividade, estudar o que fizemos e o que resta para fazer e, sobretudo, corrigir as deformações.

Começaremos por estudar, na primeira parte, o que é o Poder, o que exprime e que valores encarna. Analisaremos a diferença que existe na origem, natureza, métodos e objetivos entre o Poder colonial capitalista e o Poder Popular construído sob a direção da FRELIMO.

Ao abordarmos esta questão crucial estaremos em condições de compreender a razão porque o conflito entre nós e o inimigo é de tal maneira antagônico que só a guerra o pode resolver. Com efeito, a edificação do Poder Popular que exprime a subida ao Poder duma nova classe, só é possível quando a classe anterior e o seu Poder são derrubados. É ao assumirmos esta noção que estamos em condições de verificar a impossibilidade de conciliar os nossos interesses com os do inimigo, através de pretensas autonomias ou

de independências, que salvaguardam a essência do Estado colonial capitalista.

A natureza popular do Poder em vias de edificação implica uma democracia profunda e real, que nunca existiu na História da nossa Pátria.

Assim como o Poder, a Democracia não é uma coisa abstrata: para que ela se exerça e possua um conteúdo concreto é necessário que organizemos as condições para a sua materialização.

Por isso uma segunda parte é consagrada ao estudo da Democracia, nova experiência que pela primeira vez o nosso povo vive.

Finalmente, porque nos nossos diversos centros o Poder Popular e Democrático já é exercido na prática, eles aparecem como laboratórios da nossa experiência e centros difusores da nossa linha e dos seus resultados práticos. Importa, pois, que precisemos como os nossos centros devem cumprir essa tarefa e quais os requisitos, indispensáveis para que levem a cabo a sua missão histórica.

1. O poder dos exploradores é para oprimir o povo. O nosso poder é o poder do povo

No processo do desenvolvimento histórico das sociedades, entre os homens foram forjadas diversas relações sociais.

Na aurora da Humanidade, quando se opera a transição dos símios em homens, os seres pré-humanos viviam em bandos errantes dominados pela preocupação de sobreviver. A totalidade do esforço era consumida imediatamente e frequentemente ela não conseguia satisfazer as necessidades básicas. Os seres pré-humanos alimentavam-se de raízes, frutos selvagens e cadáveres de animais.

Assim viveram durante centenas de milhares de anos os antepassados da Humanidade. A partir dum certo momento esses antepassados começam a utilizar ossos ou paus para escavarem as raízes, para caçar animais. Começam a utilizar instrumentos para produzirem a sua alimentação, a produção ainda que extremamente primitiva inicia-se, o símio dá lugar ao homem. A produção demarca o homem do animal e liberta o seu cérebro, abrindo-lhe o caminho para o progresso.

Com o aparecimento da produção, numa primeira fase a colheita e caça, numa segunda fase a agricultura e a criação de gado, a Humanidade começa a desenvolver-se.

Surge a divisão do trabalho, o melhoramento dos instrumentos de produção e das técnicas de produção. Com isso o esforço produtivo do homem já consegue produzir mais do que aquilo que ele próprio necessita para subsistir. A produção cria um excedente.

O aparecimento de excedentes na produção fornece a base material, as condições objetivas para que surjam no seio da sociedade forças que procuram apropriar-se desses excedentes em detrimento dos que produziram.

A sociedade divide-se em classes opostas, com interesses diferentes: uns querem apropriar-se do fruto do trabalho dos outros, enquanto estes últimos recusam. As relações humanas que até aquele momento eram de cooperação tornam-se relações de luta entre exploradores e explorados.

É claro que todo este processo levou centenas de milhares de anos, não foi do dia para a noite que surgiram interesses opostos, classes antagônicas. Mas o fundamental é o processo.

Desde que na sociedade apareceram interesses diferentes e antagônicos, a questão do "Poder", o problema de saber quem deve decidir, que critérios usar para decidir em favor de quem, tornou-se uma questão fundamental no seio da sociedade.

Um grupo determinado só poderá impor os seus interesses e fazer triunfar os seus objetivos se possuir o controle da sociedade, por outras palavras, se dirigir essa sociedade.

Dirigir a sociedade significa organizar a sociedade para servir aos interesses do grupo dirigente, impor a vontade deste grupo a todos os outros grupos, quer estejam de acordo ou não. Com o correr do tempo o grupo dirigente leva os outros grupos a considerarem a sua dominação como a melhor, a mais justa e a mais sábia, a que corresponde aos interesses de todos.

Isto é assim até ao momento em que as novas forças no seio da sociedade tomam consciência dos seus interesses prejudicados pelo grupo dirigente, unem-se, lutam, derrubam o poder anterior e

instalam o seu novo poder, reorganizando a sociedade para satisfazer os seus apetites.

Até uma época recente da História da Humanidade, foram as diversas classes exploradoras – senhores de escravos, feudais, burgueses – quem sucessivamente dominou a sociedade e a organizou política, econômica, ideológica, cultural, administrativa e juridicamente em seu favor.

Assim foi porque as largas massas exploradas nem tinham a suficiente consciência de classe que as unisse, nem possuíam a ideologia capaz de lhes dar a visão do conjunto dos seus interesses e capaz de lhes fornecer a estratégia e tática de luta adequadas para a conquista e exercício do poder.

Historicamente, a primeira vez que as largas massas exploradas, após várias tentativas fracassadas, conquistaram e exerceram o Poder, foi em 1870 em Paris. A Comuna de Paris foi esmagada ao fim de alguns meses pela coligação entre os reacionários franceses e os reacionários alemães, e 30.000 trabalhadores foram massacrados.

Em 1917, finalmente, sob a direção de Lenin, as massas exploradas conquistaram o Poder na Rússia czarista e construíram a União Soviética, o primeiro Estado no mundo com o povo no Poder. A partir da vitória das forças democráticas na guerra antifascista, o Poder Popular estendeu-se a novos países como a China, a República Democrática da Coreia, e a República Democrática do Vietnã na Ásia. Na Europa o Poder Popular foi erigido em numerosos países tais como a República Socialista da Romênia, a República Democrática Alemã, a República Socialista da Bulgária, etc... Na América Latina, com a vitória das forças populares em Cuba em 1959 instalou-se o primeiro Estado Popular no continente americano.

A instalação do Poder Popular tornou-se uma realidade para perto de 1/3 da Humanidade. As zonas em que as massas trabalhadoras conquistaram o Poder são conhecidas como “campo socialista”, constituído hoje por 14 países.

No nosso país, senhores de escravos, feudais, reis, imperadores, dominaram a sociedade até a conquista colonial. A burguesia colonialista instalou-se então no poder e impôs a sua vontade a

todas as camadas do país até ao momento em que a nossa luta começou a derrubá-la.

A dominação sucessiva das diversas minorias exploradoras – a ditadura sobre as massas – é exercida sempre duma maneira mais ou menos camuflada a fim que as massas não compreendam a sua verdadeira situação e não se apercebam que estão sujeitas à opressão.

No nosso país antes da conquista colonial, os régulos e chefes tribais que exerciam o poder afirmavam que o seu poder representava a vontade dos antepassados.

Por exemplo, em certos reinos, o povo não podia ver a cara do rei, em outros casos era proibido falar ao rei, só se podia ouvir a sua voz.

Ainda nos nossos dias, em algumas regiões em que o poder dos régulos permaneceu relativamente intacto, é habitual encontrarmos situações deste género que camuflam, com os mitos e a superstição, a realidade cruel da opressão dos senhores feudais.

Os colonialistas, para melhor camuflarem a sua dominação e impedirem as massas de compreenderem e se revoltarem contra a sua situação miserável, estimularam a superstição. Assim difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam-nas. Ao mesmo tempo as religiões todas elas pregavam ao povo a resignação.

No nosso país os missionários ensinavam-nos que desobedecer ao governo e ao colono era pecado, que devíamos estar muito gratos ao colonialismo português porque nos trazia a verdadeira fé. No século passado, a Igreja justifica o comércio criminoso de escravos afirmando que este era bom, pois permitia que os escravos fossem batizados. O atual arcebispo de Lourenço Marques, Custódio Alvim Pereira, muitas vezes repetiu publicamente que o povo moçambicano não devia reivindicar a independência, porque esta só podia servir ao comunismo e o Islã, por outras palavras, a independência era um pecado contra Deus. No discurso feito em junho de 1961 aos seminaristas da arquidiocese de Lourenço Marques, no tempo em que era ainda bispo-coadjutor, ele exprimiu os seguintes princípios:

1) A independência é uma coisa indiferente para o bem dos homens. Pode ser boa, quando se verificam condições geográficas e culturais, mas estas últimas ainda não existem em Moçambique.

2) Enquanto não existem estas condições, fundar ou tomar parte no movimento pela independência é agir contra a natureza.

3) Mesmo quando existem condições, a mãe Pátria tem o direito de se opor à independência desde que sejam respeitadas as liberdades e os direitos e se procure o bem-estar e progresso civil e religioso para todos.

4) Todos os movimentos que utilizam a violência são contra o Direito Natural, porque se a independência é um bem deve ser obtida por meios pacíficos.

5) Quando o movimento é terrorista, o clero em consciência não só é obrigado a abster-se como também a opor-se. Isto é uma consequência lógica da natureza da sua missão.

6) Mesmo se o movimento é pacífico convém que o clero se abstenha para poder ser o guia espiritual de todos. O Superior pode impor esta abstenção, como o faz em Lourenço Marques.

7) Os Povos nativos da África têm a obrigação de agradecer os benefícios que lhes foram dados pelos colonizadores.

8) As pessoas instruídas têm a obrigação de combater abertamente as ilusões dos menos instruídos sobre a independência.

9) A independência africana atual nasce quase sempre da Revolução e do comunismo. A doutrina da Santa Sé é bem clara na sua oposição ao comunismo ateu e revolucionário: a grande revolução é a do Evangelho.

10) A palavra de ordem "a África para os africanos" é uma monstruosidade filosófica, um desafio à civilização cristã porque os acontecimentos atuais mostram-nos que o Comunismo e o Islamismo desejam impor a sua civilização aos africanos.

Nessa mesma intervenção o atual chefe da Igreja em Moçambique concluía:

Amai a vossa terra que é Moçambique integrado em Portugal, da mesma maneira que um habitante do Algarve se interessa pela sua província sem esquecer a Pátria comum... os atuais movimentos de libertação africanos são contra a Igreja.

Em resumo, segundo este prelado, devemos agradecer a exploração colonial, o trabalho forçado e a venda de homens para as minas, a pilhagem das nossas terras e as culturas forçadas. Devemos agradecer a opressão da palmatória, do chicote, das deportações para São Tomé. Devemos agradecer a humilhação do racismo e das mulheres violadas, os filhos do mato e o sermos transformados num Povo de moleques. Devemos agradecer o obscurantismo, a falta de escolas e a superstição, a falta de hospitais e assistência social. Devemos agradecer, pois. Revoltarmo-nos contra isso é pecado, pegarmos em armas quando nos vêm massacrar como em Mueda, Xinavane, Lourenço Marques, Wiriyanu é pecado, é ser contra a Igreja.

Conhecemos muitas homilias dos bispos e padres católicos, muitas pregações de xeiques muçulmanos, muitos sermões de todas as igrejas protestantes, e até a uma época muito recente, todos nos diziam que nos devíamos resignar, que devíamos aceitar e agradecer.

Devemos notar, no entanto, que, perante os crimes crescentes cometidos pelo inimigo, nos últimos três anos erguem-se vozes cada vez mais numerosas nos meios religiosos condenando a guerra colonial e os seus massacres. Mas estas vozes ainda aparecem como isoladas e assim não as podemos classificar como tomadas de posição oficiais, públicas e claras das Igrejas em Moçambique contra o colonialismo.

Mas além da superstição, a sociedade burguesa colonialista utiliza outros argumentos para camuflar e justificar o seu poder ditatorial.

Eles dizem que nós somos uma raça inferior e atrasada, com costumes primitivos, um Povo ignorante que deve ser educado pela raça superior e avançada, cheia de bons costumes e de sabedoria. A Constituição portuguesa diz expressamente que a essência da Nação portuguesa é "civilizar" os "bárbaros" que nós somos. Eles repetem continuamente este argumento, muito embora toda a gente veja que em Portugal há mais de 40% de analfabetos, que a miséria dos camponeses e do povo português é enorme, o seu obscurantismo não é inferior ao nosso e têm tantas ou mais superstições do que nós, embora diferentes.

Dizem isso quando nos querem convencer. Mas na prática, e quando formulam a sua linha política, dizem e fazem coisas muito diferentes.

O falecido cardeal arcebispo de Lourenço Marques, Teodósio Clemente de Gouveia, numa pastoral de 1960 em que fixava a linha política das escolas escrevia: "As escolas são necessárias, sim; mas as escolas em que ensinemos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege".

Vir-nos "educar" significa claramente tornar-nos submissos, escravos mentais do colonialismo.

O General Kaulza de Arriaga, derrotado vergonhosamente em Moçambique, nas lições que dava ao Curso de Altos Comandos do Exército colonial fascista, no ano letivo de 1966-1967, dizia:

Se em Angola ou Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extremamente grave; ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isto resultou da exportação que se fez para o Brasil; se foi isso, ainda bem que se fez essa exportação.

Depois de aprovar o comércio infame de escravos, a forma mais degradante da exploração e humilhação humana, o "civilizador" Kaulza de Arriaga, que publicamente discursava sobre a conquista do "coração dos africanos" e o "multiracialismo", preconizava ao mesmo tempo a liquidação do nosso povo. Assim ele diz que: "Outro problema muito importante é o problema da demografia: primeiro, crescimento branco: depois; limitação do crescimento negro".

A "igualdade racial" e a missão de "promoção das populações africanas" são bem esclarecidas quando o general escreve:

a multiracialidade tem de ser autêntica e mantém-se autêntica mesmo quando à sombra dela porventura precisamos de travar ligeiramente a promoção dos Povos negros. Depois temos de convencer esta gente que estamos a promovê-los num ritmo adequado... Claro que existe um outro problema: é que também não vamos ser demasiado eficientes na promoção dos negros, pois devemos promovê-los sim, mas nada de exageros.

Em resumo, "civilização", "educação", "promoção", são apenas para camuflagem da realidade concreta de exploração e pilhagem, opressão, brutalização e humilhação. Palavras bonitas, para nos enganarem e adormecerem. Por isso, através de cada palavra de

ordem do regime de opressão devemos ver a realidade que ela encobre.

A burguesia afirma ainda que deve ser a minoria inteligente e capaz, os ricos e os doutores, quem deve governar a maioria que eles consideram brutos e incapazes.

Oliveira Salazar, o grande orientador do colonial-fascismo português, exprime claramente esta concepção dizendo (F.C.C. Egerton: "*Salazar, Portugal and her Leader*"):

Esta hierarquia entre o trabalho de invenção, organização e direção e a execução propriamente dita, não só exprime uma necessidade inerente da produção material, como também reflete a desigualdade imposta pela natureza à capacidade dos indivíduos, uma coisa a que a sociedade não pode, nem deve, tentar opor-se.

Um dos maiores escritores portugueses, Eça de Queiroz, numa obra magistral em que denuncia e desmascara a burguesia – *O Conde de Abranhos* – explica-nos a mentalidade da burguesia exploradora e opressora através do sistema de educação universitária:

Assim o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas classes – uma que sabe, outra que produz. A primeira naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda sendo a mão, opera e veste, calça, nutre e paga a primeira... Bacharéis são os políticos, os oradores, os poetas e por adoção tática, os capitalistas, os banqueiros, os altos negociadores. Futricas são os carpinteiros, os trolhas, os cigarreiros, os alfaiates... Esta ideia de divisão em duas classes é salutar, porque assim educados nela, os que saem da universidade não correm o perigo de serem contaminados pela ideia contrária – ideia absurda, ateia, —destruidora da harmonia universal – de que o futrica pode saber tanto como sabe o Bacharel. Não, não pode: logo, as inteligências são desiguais e assim fica destruído esse princípio pernicioso da igualdade das inteligências, base funesta dum socialismo perverso.

Os opressores, em particular a burguesia colonial, com o objetivo de camuflarem a sua ação e manterem-nos ignorantes, passam a vida a gritar-nos nas orelhas que exercem o poder para benefício de todos, ou da maioria, que o fazem para difundirem o progresso, a civilização, a religião cristã. Eles afirmam-nos sempre que é um grande sacrifício o exercício do poder, que são pesadíssimas as responsabilidades, que de boa vontade e coração alegre as abandonariam, se a isso os não obrigasse o dever.

Os discursos que ouvimos, os artigos nos jornais, a propaganda na rádio, toda a máquina de intoxicação colonialista, diariamente nos tenta convencer que o poder dos opressores é o melhor do mundo, que nos devemos sentir felizes pela dominação e só os ingratos, loucos e comunistas podem pensar o contrário.

No entanto, é muito diferente a realidade que podemos descobrir por detrás das palavras maravilhosas.

Do Governador-Geral ao Chefe de Posto, todo o aparelho administrativo só tem um objetivo: fazer tudo para que as companhias, os ricos, os capitalistas, explorem o povo.

As leis que são feitas, os impostos que são cobrados, as ordens que são dadas, nunca servem ao povo, sempre são para benefício dos patrões. Se algumas vezes, aparentemente, uma lei parece beneficiar o povo, é porque a revolta do povo era muito forte e então fez-se qualquer coisa para tentar acalmar a cólera de Povo com o objetivo de desmobilizar as massas e assim poder continuar a dominação colonial.

Um exemplo disto foi a greve da estiva em Lourenço Marques em 1963. Antes da greve eles pagavam de 12.00 a 15.00 por dia aos estivadores, mas depois da greve e apesar da repressão, temendo uma revolta mais séria dos estivadores, eles subiram os salários para 28.00. Agora, por causa da guerra, em toda a parte se sobem os salários com o objetivo de corromper as pessoas, fazer-lhes esquecer que vivem colonizadas, exploradas, oprimidas, humilhadas. Da mesma maneira, nas zonas em que eles temem que o povo comece a apoiar a luta, que a luta se estenda para essa zona, os colonialistas diminuem logo a sua arrogância, difundem grandes fotografias de pretos e brancos juntos e aparentemente alegres. No entanto, trata-se apenas duma máscara, pois a PIDE continua a prender, torturar e assassinar pessoas enquanto que para efeitos de propaganda se distribuem rebuçados às crianças.

Mas a natureza da opressão continua a mesma.

As leis do governo continuam a mandar-nos prender e a vender-nos para as minas da África do Sul. Quem ganha são os donos das minas de ouro; quem perde a vida, quem regressa tuberculoso, sem um braço ou uma perna, somos nós.

São as leis do governo que nos obrigam a cultivar o algodão e a vendê-lo às companhias. Quem ganha são as companhias, mas somos nós quem nunca tem roupa para se vestir apesar de ter produzido o algodão.

As leis do governo entregam-nos como máquina de trabalho às companhias de açúcar, às companhias de chá. As companhias ganham muitos e muitos milhares de contos, mas nas nossas casas, de manhã, nós e as nossas famílias não temos chá nem açúcar.

É a administração que nos prende se recusamos cumprir a vontade da companhia, é ela que nos força a irmos trabalhar nas machambas [quintas, terra agricultáveis], nas minas e nas fábricas.

São os nossos impostos quem paga o vencimento dessa administração que nos oprime, são os nossos impostos quem paga a polícia que nos prende quando desobedecemos à companhia, são os nossos impostos quem paga o exército que nos massacra se nos revoltamos contra a opressão.

Somos nós e o nosso trabalho quem paga tudo, mas quem é servido e obedecido são os que exploram.

Os burgueses e os colonialistas dizem que os tribunais são imparciais e fazem justiça. A propaganda diz que a justiça é cega para não distinguir entre o rico ou o pobre, o grande senhor ou o pequeno trabalhador e assim dizer a verdade, dar o prêmio ao justo, castigar o culpado.

Dizem isso, é certo. Mas nunca ninguém ouviu dizer que os tribunais da burguesia e do colonialismo mandaram devolver a terra aos camponeses que foram espoliados. Hoje, como acontece para a barragem de Cabora Bassa, em que 25.000 pessoas foram espoliadas das suas terras e expulsas, nenhum tribunal nos dá razão. Ninguém ouviu dizer que o tribunal condenou a PIDE por assassinar e torturar pessoas ou por ter pessoas meses e anos na cadeia sem serem julgadas. Os tribunais condenam os que lutam pelo povo e aprovam, apoiam e elogiam os que massacram o povo.

Estes exemplos muito concretos que toda a gente conhece, que cada um de nós verificou diariamente na sua vida, mostram muito claramente para que serve o poder dos colonialistas e capitalistas, quem é que dele beneficia.

Quando o poder está na mão dos exploradores, ele serve aos exploradores e impõe a ditadura dos exploradores.

Na sociedade dos exploradores, para se exercer o poder é necessário pertencer ao grupo explorador, dedicar-se de corpo e espírito a serviço dos exploradores.

Na sociedade tradicional não é qualquer pessoa que pode ser régulo. Para ser régulo deve-se pertencer à camada feudal, ser da família do chefe, isto é, ser seu filho ou seu sobrinho. Quem designa o novo régulo ou é o régulo anterior ou um órgão composto por feudais.

Da mesma maneira se passa na sociedade burguesa, onde o poder pertence às companhias, aos grandes capitalistas e é exercido pelos servidores fiéis do capital.

Toda a gente sabe que um Governador-Geral ou Ministro, além de se enriquecer durante o seu mandato, quando é substituído encontra imediatamente uma alta posição nos bancos e companhias. Deputados, Governadores, Ministros, saem das companhias e dos bancos para o governo, do governo para as companhias e para os bancos.

Por exemplo, Pimentel dos Santos, que agora é Governador de Moçambique, até a sua nomeação, em outubro de 1971, entre os seus diversos cargos, tinha o de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Mineira do Lobito. É claro que, apesar de Governador ele continua ligado à sua companhia e servindo-a. Assim, em setembro de 1972, a sua companhia, em associação com a Bethlehem Steel dos Estados Unidos e a Companhia de Urânio de Moçambique, recebeu em concessão para a prospecção e exploração de minérios uma área de dezenas de milhares de quilômetros quadrados, compreendidas entre Cioco e Changara na Província de Tete. Podemos repetir o mesmo exemplo com cada um dos Ministros, Governadores, deputados, etc...

No quadro de uma sociedade colonial como aquela que existe em Moçambique controlada pelo colonialismo, além das "qualidades" exigidas pela sociedade burguesa normal, requer-se que o indivíduo pertença à raça colonizadora ou ao menos se encontre totalmente

submetido ao colonizador, transformando-se então em verdadeiro fantoche.

Estes fatos, conhecidos de todos, mostram-nos claramente que o Poder, o Estado, não são instrumentos técnicos e neutros, mas sim armas utilizadas pelas classes exploradoras contra as massas exploradas.

A opressão que existe não é porque o Chefe de Posto, administrador ou Governador são maus, têm mau coração ou se enchem de satisfação ao explorar-nos.

Duma maneira geral, individualmente, humanamente, eles não são nem melhores nem piores que qualquer outra pessoa, de qualquer outra raça.

Eles são aquilo que são em virtude da posição que ocupam.

Se por acaso surge um administrador ou Chefe de Posto que sinta a sua consciência torturada pelos crimes que é forçado a praticar, se ele ousa opor-se àquilo que é a sua tarefa, ele é imediatamente afastado, substituído, punido.

E por isso que afirmamos sempre lutar contra um sistema e não contra pessoas individualmente.

A prática do colonialismo português e da guerra de agressão em nada foram alteradas pelas melhores ou piores qualidades humanas de Marcelo Caetano, quando este substituiu Salazar, da mesma maneira que a prática criminosa e assassina da PIDE persiste sob o novo nome de DGS.

A existência de classes exploradoras, brancas ou negras ou de qualquer outra cor, produz um Poder e um Estado exploradores.

Por isso nós dizemos sempre que lutamos contra a exploração do Homem pelo Homem, de que o colonialismo português é hoje a principal expressão no nosso país. Por outras palavras, isto significa que o nosso objetivo é derrubar o Poder das classes exploradoras em Moçambique, representadas principalmente pelas burguesias coloniais e imperialistas, destruir o Estado Colonial, forma essencial da dominação colonialista e imperialista na nossa Pátria.

É necessário conhecer claramente estes pontos. Há nacionalistas, uns ingenuamente por não possuírem uma consciência de classe desenvolvida, outros porque estão comprometidos com a

exploração, que pensam que o objetivo da nossa luta deveria ser a de instalar um Poder negro, em vez dum Poder branco, nomear ou eleger africanos para os diferentes postos políticos, administrativos, econômicos e outros, que são hoje ocupados por brancos. Os primeiros, quando engajados na prática, compreendem e aceitam a necessidade da destruição do Estado explorador, enquanto os últimos, identificando-se ao sistema, recusam a destruição do Estado explorador. Em resumo, para estes nacionalistas, a quem o Poder colonial, porque estrangeiro, não dá inteira satisfação, o objetivo final da luta seria na realidade o de "africanizar" a exploração. É por isso que eles recusam a nossa ideologia revolucionária – como recusam sobretudo as transformações da mentalidade e comportamento que exigimos, que pretendem não ter importância para o combate contra o colonialismo.

Esta posição é uma posição reacionária, que põe em causa a natureza e o objetivo da luta.

A nossa luta, para eles, deveria ser uma luta entre o Poder negro e o Poder branco, quando para nós a luta é entre o Poder dos exploradores e o Poder Popular.

Vimos já que num Estado explorador toda a máquina do Poder, as suas leis, a sua administração, tribunais, polícia, exército, têm o objetivo único de manter a exploração, servir aos exploradores.

O Estado, o Poder, as leis, não são técnicas ou instrumentos neutros que podem igualmente ser utilizados pelo inimigo e por nós. Por isso a questão decisiva não é a de substituir o pessoal europeu pelo pessoal africano.

Da mesma maneira que os colonialistas têm o seu modo de combater e nós temos o nosso, eles têm a sua ciência militar e nós a nossa, assim nós temos o nosso poder, e eles têm o deles. Há um antagonismo entre nós e eles sobre a origem, natureza, métodos e objetivos do Poder.

Não podemos fundar um Estado popular, com as suas leis e sua máquina administrativa, a partir dum Estado cujas leis, cuja máquina administrativa foi inteiramente concebida pelos exploradores para os servir.

Não é governando com um Estado concebido para oprimir as massas que se pode servir as massas.

“Africanizar” o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta. Para que serviria a luta se continuássemos submetidos ao trabalho forçado, às companhias, às minas, mesmo se tudo estiver cheio de gerentes e capatazes africanos? Para que o sacrifício, se continuarmos a ser obrigados a vender o gado e o algodão em feiras que só beneficiam os comerciantes, mesmo se estes forem africanos? Qual a razão de ser de tanto sangue, se no fim continuássemos submetidos a um Estado que, mesmo se governado por moçambicanos, só serve aos ricos e aos poderosos? Como manter uma polícia que prende e tortura os trabalhadores, guardar um exército que dispara contra o povo, mesmo se todos os generais forem pretos?

Um Estado de ricos e poderosos em que uma minoria decide e impõe a sua vontade, quer a aceitemos ou não, quer compreendamos ou não, é a continuação sob novas formas da situação contra a qual lutamos.

A questão do Poder Popular é a questão essencial da nossa Revolução.

É neste quadro que se torna absurdo falar de autonomia, ou conceber uma independência que nos seja oferecida por Caetano ou sucessores.

As massas populares compreenderam, o seu instinto de classe fez-lhes compreender esta questão: a Independência, a autonomia, concebidas pelo imperialismo, pelo colonialismo, são táticas destinadas a manterem tudo como antes, a manterem a exploração.

Foi por isso, porque assumiram a defesa do seu Poder, que as massas aceitam os sacrifícios mais heroicos para estender a luta e consolidar as zonas libertadas. Todas as ofensivas do inimigo, por mais furiosas e violentas, têm-se quebrado diante desta intransigência firme das massas em defenderem o seu Poder.

Quando no nosso seio, entre 1967 e 1969, o grupo de novos exploradores tinha conseguido em grande medida paralisar a direção e começar a desviar o sentido da nossa luta para implantar de novo uma ditadura de exploradores, foi o povo, o instinto de classe das

nossas massas laboriosas que, assumindo o perigo que corríamos, deu às forças revolucionárias no seio da direção o apoio decisivo que nos conduziu à vitória.

O nosso Poder representa os interesses do nosso povo trabalhador, exprime a nossa vontade de expulsar o colonialismo e o imperialismo e criar uma sociedade nova sem exploração. O nosso Poder é a expressão revolucionária da aliança que, defendendo os interesses da nossa classe camponesa e operária, une todas as camadas e grupos sociais, animados de espírito patriótico e democrático: operários, camponeses, trabalhadores das plantações e das serrações, das Concessões, trabalhadores das minas e caminhos de ferro, dos portos e indústrias, motoristas e mecânicos, intelectuais, técnicos e funcionários, estudantes e empregados, pequenos e médios comerciantes, etc... O Poder que está para nascer traduz esta nova relação de forças que surge no nosso País, favorável à aliança popular. A antiga ditadura da minoria exploradora sobre o povo substitui-se o Poder do povo, que se impõe a todas as forças colonialistas e classes reacionárias, o Poder da maioria esmagadora que submete a ínfima minoria e destrói a exploração.

O nosso Poder é diferente na forma e no conteúdo de tudo o que existiu no passado no nosso País.

O Poder pertence ao povo, é exercido pelos seus autênticos representantes, para servir aos interesses do povo.

Na reunião de maio de 1970, o Comitê Central da FRELIMO, num documento em que se definem as qualidades de um membro do Comitê Central afirma:

é entre os militantes que realizam de uma maneira mais saliente estas qualidades de militante que se deve escolher os membros que devem dirigir a organização e, em particular, os membros do Comitê Central. O membro do Comitê Central deve vir das fileiras da luta. O membro do Comitê Central deve distinguir-se pela sua devoção à luta de libertação nacional, pelo abandono de si próprio para entregar-se à luta e para servir aos interesses do povo.

O mesmo documento, ao expor as qualidades exigidas do militante da FRELIMO, sublinha: "É um servidor das massas e sacrifica-se pela maioria".

Quer isto dizer que, enquanto na outra zona, na zona dos exploradores, se exige do dirigente ser um servidor dos exploradores, saído das suas fileiras, na nossa zona o dirigente sai das massas, das fileiras da luta, e é um servidor das massas que está pronto a sacrificar tudo, incluindo a própria vida, em benefício da maioria, na defesa da maioria.

A maioria somos nós, nós camponeses, nós operários, nós trabalhadores nascidos do povo explorado, dominado, e que temos o objetivo de nos libertarmos, de construir a nova sociedade, a sociedade que corresponde aos nossos interesses.

A nossa luta já instalou o nosso Poder em vastas regiões da nossa Pátria. Nessas regiões são os nossos interesses que comandam. A linha política da FRELIMO, que exprime esses interesses aplica-se diariamente em todos os setores de trabalho para beneficiar a maioria. A linha política da FRELIMO, que orienta o nosso Poder transforma diariamente as relações sociais, as relações entre os homens, ela transforma a sociedade. A nossa linha transforma a natureza, põe os recursos da nossa terra à disposição da maioria, mobiliza as leis da natureza para beneficiar as largas massas.

A partir do momento em que o nosso Poder se exerceu na educação, definimos que a tarefa desta era de educar o homem para vencer a guerra, construir uma sociedade nova e desenvolver a Pátria.

O nosso ensino destina-se a pôr a ciência a serviço do Povo e da Revolução, a fazer dos alunos, estudantes e intelectuais, trabalhadores a serviço dos outros trabalhadores.

Quando tomamos o Poder na frente da saúde, dissemos que no trabalho hospitalar devemos materializar o princípio que a Revolução liberta o povo.

Não queremos hospitais para ricos onde trabalham grandes técnicos que são ricos e servem aos ricos. Poucos nos importa o luxo dos hospitais burgueses e colonialistas, o que nos interessa é fazer do nosso hospital uma base, um destacamento operacional de luta contra a doença física e também a doença que mina o espírito, a superstição, a ignorância, o tribalismo, o espírito burguês.

Em Cabo Delgado, em Niassa, em Tete, em Manica e Sofala, as companhias, os ricos proprietários abandonam as nossas zonas e fogem.

Assim, o nosso Poder instala-se na produção. Já não são as companhias e os ricos que definem os objetivos da produção e do trabalho e beneficiam do nosso esforço.

Hoje, porque temos o Poder, a produção liberta o homem, dá-lhe a sua identidade de transformador da natureza e da sociedade. Produzimos para aprender e aprendemos para produzir e lutar melhor, produzimos para satisfazer as nossas necessidades, para alimentar as nossas crianças e famílias, vivermos melhor.

O nosso Poder cria a produção coletiva a serviço do Povo e da Revolução, destrói a produção exploradora, transforma os produtores individualistas em produtores integrados na coletividade. A produção em vez de dividir os homens em explorados e exploradores une-os agora todos, faz de todos servidores do povo, desenvolvendo o bem-estar do povo.

Nas zonas livres o Estado colonial e burguês foi destruído, as estruturas feudais desapareceram. Surge um novo Poder que é democrático, que é nosso.

Os elementos que exercem o Poder gozam realmente da confiança das massas, pois cresceram politicamente no seio da luta das massas. Eles discutem continuamente com as massas. As novas orientações, as novas diretrizes, vêm da discussão e da experiência prática das massas, são assumidas pelas massas para serem aplicadas.

Do Círculo à Localidade, do Distrito à Província e à Nação, pela primeira vez na nossa História, o povo tem um Poder que é seu, que não sente como coisa estranha que o submete.

Poder que pertence à maioria explorada e que impõe a vontade desta a toda a Nação, assim é o nosso Poder.

2. Organizar a vida democrática

O exercício do Poder, a sua forma e os seus métodos, devem corresponder ao seu conteúdo.

Mas acontece muitas vezes que o conteúdo novo seja ainda guardado nas garrafas velhas, isto é, exprime-se pela forma antiga.

O nosso Estatuto, ao definir os métodos de trabalho na FRELIMO – capítulo VII, alínea a) e seguintes – expressamente estabelece uma série de pontos que podem ser resumidos nas fórmulas seguintes: livre discussão, submissão da minoria à maioria, responsabilidade coletiva, crítica e autocrítica do trabalho e do comportamento.

O nosso Estatuto, o conteúdo da nossa ação, exigem uma democracia real, uma verdadeira liberdade de expressão de opinião, uma discussão profunda acerca das decisões que tomamos.

Por isso na nossa vida damos tanta importância às reuniões com as massas e com os combatentes. São as reuniões que permitem escutar o verdadeiro sentimento e consciência da base, detectar as contradições, explicar e fazer assumir a linha e as orientações concretas para cada situação específica.

As nossas decisões devem sempre ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo quer dizer que elas correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma significa que as largas massas devem participar na elaboração da decisão, senti-la como delas e não imposta de cima para baixo.

É evidente que há situações concretas, de emergência, em que o responsável tem que assumir a tarefa de decidir só, sem consultar ninguém. Numa emboscada, o comandante não vai reunir os combatentes para que estes votem o momento em que se abre o fogo, se dá o assalto ou ordem de recuo.

Mas, em contrapartida, quanto mais e melhor antes da batalha o responsável discutiu com os combatentes, lhes fez assumir o sentido e objetivo da batalha em que se engajam, as dificuldades e a tática a seguir, tanto mais estes estarão disciplinados na linha do fogo, mais prontos estarão para o sacrifício, porque a vitória depende dum bom combate, que resulta do comando que libertou a iniciativa da base.

Pode acontecer por vezes que no curso da discussão um companheiro ou se exprima mal, ou mesmo exponha uma ideia errada. A nossa tendência pode ser então a de o mandar calar, na base da nossa autoridade. O resultado é negativo: primeiro porque

esse orador sentir-se-á incompreendido e persistirá na sua ideia errada, indo até murmurar fora da reunião. Segundo, e mais importante ainda, para se combater uma ideia errada é necessário que todos, ou a larga maioria, compreendam como e porque a ideia é errada.

A democracia no seio do Partido é uma condição indispensável para que todos e cada um se sintam engajados e responsáveis da situação, pois que a criação e desenvolvimento da situação sempre foram associados.

É certo que nas estruturas temos escalões diferentes. Na prática, o tipo e natureza de cada discussão variam em função do escalão em que a discussão se estabelece, o que é normal. Mas o princípio de discutir e elaborar a decisão em conjunto deve sempre ser mantido.

A decisão burocrática, isto é, a decisão tomada pura e simplesmente pelo chefe ou direção sem que haja um debate e explicação com as massas, embora possa ter um conteúdo excelente – o que é difícil – não mobiliza as massas, que, em última análise, são quem a deve assumir, pôr em aplicação e defender.

A decisão burocrática arrisca-se, embora tendo um bom conteúdo, a não corresponder ao nível de compreensão das massas, por outras palavras, ser irrealista e criar uma contradição que teria sido evitada se uma discussão tivesse tido lugar.

A discussão democrática exige uma preparação rigorosa. Antes da discussão devemos proceder a uma investigação cuidadosa do assunto ou assuntos a debater, detectar o sentido geral da questão, estarmos claros sobre a linha do partido na matéria.

Assim preparados estamos em condições de orientar a discussão e formular as orientações corretas, as palavras de ordem exatas.

Devemos sempre considerar que, se uma orientação em si é correta, muitas vezes se tentamos impô-la pode ser negativo, por não corresponder à compreensão das massas. Em particular, as orientações que contrariam as tradições devem ser introduzidas progressivamente, depois de uma mobilização profunda que toque, em especial, o setor ou setores que são mais vítimas dessa tradição.

Ao orientarmos uma discussão, devemos utilizar a tática de unir os setores conscientes, isolar as forças recalcitrantes, ganhar ao ponto

de vista justo a maioria hesitante.

Por isso nas discussões não podemos ser abstratos, temos que tocar os pontos concretos, raspar as crostas para que sangrem as feridas para que, assim, todos sintam realmente a necessidade da resolução do problema.

Preparar, pois, a discussão como quem prepara um combate: fazer um reconhecimento estratégico e tático dos pontos a discutir, conhecer os pontos fracos e fortes nossos e daquilo que queremos combater, organizar e dispor corretamente as nossas ideias, conhecermos como avançar e como recuar se necessário.

Para levarmos a cabo a ofensiva de democratização dos nossos métodos de trabalho, devemos dar uma importância à democracia política, econômica e militar no nosso seio.

Ao trabalharmos devemos sempre ter em mente que o Poder pertence ao povo e somos todos igualmente oprimidos e humilhados, vendidos e explorados, massacrados, que somos irmãos da mesma classe com uma mesma missão: servir ao povo. É esta a base da nossa unidade, o ponto de partida da nossa democracia.

A democracia política é fundada na discussão coletiva, na resolução coletiva dos nossos problemas. Todos e cada um são chamados a exprimirem os seus pontos de vista sobre como melhor servir ao povo em cada situação concreta. Todos e cada um são responsáveis pela vida da organização, pelo desenvolvimento e consolidação da luta e da Revolução. Todos e cada um têm o dever de desenvolver criadoramente a nossa linha, sintetizando as nossas experiências ricas, adquiridas no combate político e armado contra o inimigo, na transformação da sociedade, na mobilização das leis da natureza a favor do progresso coletivo.

Os erros cometidos, individuais ou coletivos, as violações da nossa linha e da nossa disciplina devem servir-nos para nos educar. As lições tiradas dos erros devem ser discutidas pelas massas para que elas adquiram a nova experiência. As violações da linha e as agressões contra a nossa disciplina devem ser objeto de discussão e crítica pública das massas. Fazendo assim, por um lado, utilizamos os erros para aprofundar a nossa consciência política, e, por outro

lado, entregamos às massas a defesa da linha e da disciplina, que é a sua propriedade.

A tendência de certos camaradas de esconder perante as massas os erros cometidos, especialmente por responsáveis, reflete falta de democracia política e falta de confiança nas massas.

O Poder pertence ao povo trabalhador. A linha política exprime os interesses das massas laboriosas e a disciplina é a sentinela que defende a linha. Assim, é evidente que a defesa da linha e da disciplina compete primeiramente às massas populares, essa defesa é a defesa da sua vida.

Confiar às massas a tarefa de criticar os erros, os desvios e agressões contra a linha e a disciplina é afirmar também que os erros, os desvios e agressões, os crimes, são antes de tudo atos políticos que refletem ou insuficiências na compreensão da linha ou oposição à linha. Neste quadro a denúncia e crítica públicas constituem lições políticas que nos educam e educam também aquele que violou a linha.

É por esta razão que nos opomos de maneira geral aos julgamentos secretos ou à preocupação imediata com a elaboração de códigos penais e disciplinares. O julgamento secreto, quando introduzido como sistema impede as massas de exercerem o seu Poder e abre o caminho para abusos eventuais. Os códigos, por seu lado, tendem a congelar a evolução dinâmica e o processo de transformação constante em que nos engajamos, podem por isso facilmente despolitizar e burocratizar a justiça.

A democracia militar é assegurada pela participação de todos na sintetização das nossas experiências de combate, no estudo coletivo do conjunto do nosso país e do inimigo, nas lições tiradas em comum sobre cada ação, na discussão constante sobre os métodos para estendermos a luta armada a novas zonas e consolidar a nossa retaguarda.

A democracia econômica insere-se diretamente no nosso combate pela liquidação do sistema de exploração do homem.

Asseguramos a democracia econômica abolindo, primeiramente, o Poder das companhias e das classes exploradoras coloniais-capitalistas, ou tradicionais-feudais. Impedindo que estas classes

explorem os trabalhadores, criamos as bases da democracia econômica.

O nosso trabalho de mobilização e organização das massas na transformação da produção individual ou familiar em produção coletiva consolida o processo da democracia econômica. Com efeito, agindo assim impedimos que a produção individual ou familiar degenere em propriedade exploradora, originando classes de novos exploradores. Simultaneamente, tornamos concreto o princípio justo de que todas as riquezas do nosso país e o nosso esforço pertencem à coletividade, servem a coletividade e destinam-se a desenvolver e melhorar as condições de vida e o bem-estar do povo.

Neste quadro, o trabalho, a participação na produção não só é um dever como também um direito de todos e cada um.

Para a Revolução não há desempregados, inúteis ou inválidos, talentos que não possam ser utilizados. Todos têm o dever e o direito de participarem na luta coletiva pela transformação da sociedade e pela utilização dos recursos da natureza em proveito da coletividade. A participação na produção une-nos à nossa classe, e a recusa de participação na produção exprime uma oposição à nossa linha e um apoio aos exploradores.

A discussão coletiva sobre os métodos de aumentar, diversificar, é melhorar a nossa produção, a síntese constante e coletiva das nossas experiências positivas e negativas, a decisão tomada em comum sobre o método de repartição dos frutos da produção tendo em conta as necessidades quer da guerra, quer da elevação do nível de vida das largas massas, garantem o desenvolvimento da democracia econômica.

Dentro deste quadro compreendemos que manifestações de preguiça no nosso seio, a falta de respeito pelos bens do povo e da organização, constituem atentados graves contra a nossa linha política de democracia econômica, expressões dum espírito de parasita, espírito de explorador.

O processo e a experiência da democracia é novo no nosso país. O nosso povo, porque sempre viveu sujeito à dominação das diversas classes exploradoras, nunca conheceu a democracia real.

A revolução trouxe a democracia, ela afirma-se já a diversos níveis: político, econômico, militar. Ela é exercida ainda no quadro das estruturas da organização. Importa na fase presente alargarmos o campo da sua aplicação, materializando assim ainda mais o princípio de que o Poder pertence às massas trabalhadoras.

Dentro deste quadro, uma necessidade importante, que corresponde à consolidação do Poder nas zonas libertadas, é a de progressivamente, começando dos escalões inferiores, ir generalizando o sistema de eleições para a designação dos responsáveis civis da população, por outras palavras, criarmos verdadeiras estruturas democráticas de base do Poder administrativo.

É evidente que as eleições não podem ser anárquicas, mas têm de ser orientadas de maneira a que a escolha das massas recaia nos elementos que assumiram na ideia e comportamento a linha do Partido, possuam capacidade de iniciativa e de organização.

Importa por isso exercer uma grande vigilância para impedir que sejam eleitos elementos com tendências exploradoras, embora gozando de popularidade – por razões subjetivas ou ações demagógicas.

Velhos e jovens, homens e mulheres, igualmente devem participar na escolha e devem aparecer no exercício das responsabilidades, lutando contra a tendência arcaica de discriminar a mulher e os jovens.

Devemos compreender que, na medida em que a revolução se desenvolve e se consolida e a vida se reorganiza, uma divisão de tarefas cada vez mais nítida se estabelece entre a organização política, a administração e as estruturas militares.

A associação cada vez maior de representantes eleitos das populações às tarefas de administração das mesmas fomenta a iniciativa das massas e habitua as massas à vida democrática, cria um sentido de responsabilidade coletiva, leva as massas a exercerem o Poder.

Em definitivo, na fase final, a tarefa do Partido político é dirigir, organizar, orientar e educar as massas; a tarefa das estruturas administrativas é pôr em prática as decisões nos diferentes campos

da vida econômica e social, enquanto que a tarefa da estrutura militar é apoiar as massas e protegê-las, expulsar o inimigo da Pátria, defender a Pátria e participar ativamente na sua reconstrução.

O Partido dirige e orienta a reorganização da vida das massas e a reconstrução nacional como orienta e dirige o exército: definindo-lhe os alvos, educando a consciência. O exército cria as condições para libertar o povo e a terra. A administração, ela põe em aplicação as diretrizes sobre a reconstrução nacional.

Na fase atual, em que aumentam e se diversificam as tarefas da administração, importa progressivamente irmos democratizando os métodos do trabalho e de designação de responsáveis.

Os nossos métodos de trabalho não são secundários, pois que são eles quem materializa a aplicação das decisões.

Para um órgão de direção trabalhar com as massas, necessita que esteja unido.

Quando existem contradições num órgão de direção nasce o boato, a intriga e a calúnia. Cada facção procurará mobilizar apoio para a sua corrente, dividindo as massas. Quando estamos desunidos, dividimos as massas e os combatentes, conduzimos a base a perder confiança na direção, a desmobilizar-se e tornar-se inativa, abrimos brechas por onde o inimigo penetra. Finalmente, dividimos os nossos amigos.

Para estarmos unidos e unirmos as massas, devemos-nos conhecer bem.

Conhecerno-nos bem é sabermos que estamos corretos na ideia e no comportamento e, quando há algo de incorreto, estarmos prontos a assumir a responsabilidade, submetendo-nos à crítica e autocrítica.

A unidade no seio da direção à volta da linha correta, seja a que escalão for, é a força motriz do setor e condição para o sucesso da tarefa.

Da mesma maneira que uma pessoa se deve alimentar diariamente a fim de que o seu corpo se encontre em condições propícias para aguentar as tarefas e dificuldades, assim também a unidade se alimenta diariamente.

A vida coletiva, o trabalho coletivo, o estudo em conjunto, a crítica e autocrítica, a ajuda mútua, são os alimentos, os sais e vitaminas da unidade.

Os membros da direção não devem ter vidas separadas uns dos outros, cada um ter uma vida própria e só se juntarem no momento em que há reuniões. Os membros duma direção, tendo em conta, é claro, as tarefas de cada um e as deslocações necessárias, devem esforçar-se por viverem juntos, conhecendo-se assim melhor no quotidiano, apreendendo as deficiências de cada um para melhor se corrigirem mutuamente. Trabalharemos juntos, produziremos juntos, suaremos juntos, juntos sofreremos os rigores da marcha, juntos superaremos as dificuldades do inimigo, da natureza, cria laços fortes de amizade e respeito mútuo. O que nos liga não são palavras, mas muitas ações que vivemos juntos servindo ao povo; liga-nos uma unidade irrigada pelo suor e sofrimento, fertilizada pelo sangue.

Assim, quando sentimos que um companheiro está atrasado, vamos-nos esforçar por fazê-lo avançar.

Temos que compreender que a ignorância de um é um ponto fraco coletivo e afeta o trabalho de todos.

Como podemos aceitar, por exemplo, que o nosso companheiro continue analfabeto, sem falar português? Será necessário, para alfabetizarmos esse camarada, para lhe ensinarmos português, que se reúna o Comitê Central e vote uma resolução sobre isso?

O ponto fraco de um nunca pode servir de ponto forte para ninguém. O ponto fraco de um, o erro de um, dificulta o trabalho de todos, prejudica a nossa tarefa, enfraquece a coletividade.

A nossa preocupação é de avançar como as vagas do mar: avançar em conjunto, não deixar outros atrasados e ignorantes, cometendo erros.

Organizar o estudo político, científico e literário para, em conjunto, assumirmos a situação e dispormos da técnica capaz de nos ajudar a superar as dificuldades.

Utilizar com frequência a crítica e autocrítica, tanto para retificar os métodos de trabalho como para corrigir os erros e desvios individuais.

Mas não fazer da crítica e autocrítica uma rotina religiosa, uma espécie de confissão em que dizemos os pecados, somos absolvidos, recebemos uma penitência e preparamo-nos para repetir as mesmas situações.

Combatermos energicamente o espírito de vitória, a autossatisfação. Nada mais ridículo e falso do que ouvir um camarada dizer que “tudo está bem, a situação é boa”.

Afirmações como esta mostram autossatisfação e rotina, como demonstram falta de análise, incapacidade para detectar as deficiências e organizar o combate contra elas.

A falta de análise e estudo conduz à ignorância dos problemas e à hesitação perante as situações concretas, e um vacilante não pode ter autoridade perante as massas.

Um elemento não é responsável, não é dirigente, apenas porque foi eleito ou designado para executar uma tarefa.

A verdadeira autoridade, que faz um dirigente, é a autoridade política.

Quando um dirigente não possui a confiança dos seus companheiros e das massas, ou tendo-a possuído perdeu-a, cai na autoridade administrativa, no autoritarismo.

Possuir autoridade política é primeiramente demonstrar, pelo comportamento e ideias, que se assumiu a linha do partido e se vive essa linha continuamente.

O dirigente é em todo o momento o representante, o defensor e o exemplo da linha política da FRELIMO.

Se surge uma contradição entre a linha e o comportamento do dirigente, este não se encontra em condições de perante as massas representar, defender e mostrar o que é a linha.

Costumamos dizer, duma maneira vulgar, que aquele que tem bife na boca não pode falar.

Por outras palavras, um responsável que é indisciplinado, por muito que fale de disciplina, só explicará na realidade a indisciplína e, com a sua indisciplína, vai fomentar liberalismo e anarquia.

Um responsável que desvia bens do Partido para satisfazer os seus interesses e vícios poderá fazer mil discursos sobre a importância de respeitar os bens do Partido e do povo, o preço do sangue com que

esse material foi adquirido. Na realidade, ele só pode ensinar corrupção às pessoas, e estas lutarão entre si para ver quem mais e melhor se beneficia dos bens do Partido, quem mais e melhor explorará a seu favor o sangue e suor do povo.

Um responsável que recuse ter calos nas mãos poderá fazer centenas de reuniões sobre a produção, mas isso não levará ninguém a produzir e não organizará uma só cooperativa.

Um responsável que fale de produção coletiva e queira manter a sua machamba e o seu gado, continuará a ensinar que devemos persistir na propriedade privada.

Um responsável que organiza o combate contra as tradições que oprimem a mulher e é o primeiro a aceitar que os filhos e filhas sejam submetidos aos ritos de iniciação, na realidade mobiliza as massas para continuarem mergulhadas nas tradições reacionárias.

Um responsável que vem explicar o valor da higiene e saúde e é incapaz de cavar uma só latrina, de limpar a sua casa e libertá-la de moscas e mosquitos, que não ferve a água de beber, que continua a recorrer a curandeiros e feiticeiros, conduz, pelo seu exemplo, o povo a fazer o mesmo.

Em resumo, as massas dirão sempre: ele diz palavras porque lhe deram ordem de dizer essas palavras, mas essas palavras são vazias como o vento, deixa passar e tudo continuará como antes.

O resultado é que o responsável, pelo seu comportamento, cria o caos e, temendo a censura dos seus superiores, temendo ser afastado do seu posto que rodeou de privilégios, vai impor uma ditadura às massas para criar uma fachada de coisas bonitas quando tudo está em ruínas.

Em vez de discutir e convencer, berrará ordens, dará punições e, ao mesmo tempo, porque com a sua vida cria compromissos, não pode punir os seus cúmplices, criando um sentimento geral de injustiça; não pode punir os que conhecem os seus pontos fracos, criando liberalismo.

Este responsável cria todas as condições favoráveis para fomentar contradições nas massas, divisões; abre as portas e janelas aos boatos e intrigas; em resumo, instala uma base inimiga onde deveria ser um centro difusor da vida da FRELIMO.

A autoridade política exige do responsável uma alta disciplina, isto é, que as suas ideias, vontade e comportamento se identifiquem totalmente com a linha da FRELIMO e as decisões dos órgãos competentes. A autoridade política requer ainda competência, vontade de aprender, capacidade em reconhecer as próprias limitações e decisão em combatê-las.

Um incompetente não está em condições de dirigir e organizar. Para manter a sua posição imporá decisões e, como estas terão de ser erradas, ele impedirá a discussão e a crítica. Ao mesmo tempo, ele oprimirá todos aqueles em quem sente qualidades superiores, porque conhecendo apenas a sua ambição, ignorando as necessidades do conjunto, ele vê na competência dos outros "concorrência".

Quanto mais competente é um elemento, mais vontade de aprender dos outros ele tem, melhor reconhecerá as suas limitações e lutará contra elas. Por isso fomentará sempre um espírito coletivo, a discussão; estimulará a iniciativa dos seus subordinados e combaterá o burocratismo que dificulta e trava o progresso.

Um dirigente deve possuir a visão do conjunto, a única que lhe permite compreender como a sua tarefa ou setor de atividade se integra no processo geral da luta. Assim, poderá definir os objetivos e prioridades do seu trabalho a curto, médio e longo termo.

É estabelecendo as prioridades corretamente que se pode planificar o trabalho. Planificar significa organizar a tempo os recursos materiais e humanos, criar as condições políticas e materiais para se atingirem os objetivos programados dentro do período determinado, estabelecer a estratégia e a tática adequadas para utilização mais eficiente dos recursos de maneira a cumprir-se corretamente o plano.

Um aspecto final que é exigido do dirigente é a preocupação constante pela melhoria das condições de vida das massas e combatentes. A Revolução destina-se a criar melhores condições de vida.

Isso implica as transformações materiais que fornecem a base objetiva da elevação do nível de vida. Esta ação requer também uma ação de explicação e educação para que, por um lado, se

compreenda a necessidade da transformação e, por outro, se compreenda como beneficiar da transformação e como a utilizar.

Assim, por exemplo, não basta criar-se uma horta: é necessário ainda que as pessoas compreendam o benefício que lhes traz o consumo da salada e como a consumir. Não é suficiente cavarem-se latrinas numa povoação ou base: é indispensável explicar-se qual a sua necessidade e como as utilizar.

Em última análise, um responsável, uma direção, exprimem a nossa linha.

Assim, a sua qualidade central é a defesa da linha, a preocupação pela vida da organização política, pela vida das massas e combatentes.

É este o critério supremo para apreciarmos os méritos do nosso trabalho, a pedra de toque para distinguirmos a direção correta e eficaz da direção incompetente e errada.

Na zona colonialista e capitalista, a direção é julgada em função dos benefícios que a sua atividade traz para as classes exploradoras e a sua capacidade em impedir e reprimir o movimento reivindicativo das massas.

Porque o nosso objetivo é servir ao povo e o Poder pertence ao povo, o nosso critério são as transformações operadas no seio da sociedade e a utilização dos recursos da natureza em benefício das largas massas.

3. Centros Difusores da Linha

Um centro nosso, educacional ou sanitário, uma creche ou posto comercial, uma cooperativa ou destacamento, uma base ou um distrito, para além da sua tarefa específica, tem a missão fundamental de ser um centro difusor da nossa linha e da nova vida, um modelo da nova sociedade em construção e das novas relações sociais entre os homens.

Como uma lanterna na noite escura nos indica o caminho a seguir, os nossos centros mostram às massas o processo de construção da nova sociedade. Isto implica que os centros apareçam como agentes dinâmicos na transformação da mentalidade do homem e forças

motrizes na mobilização das leis e recursos da natureza para elevar o nível de vida das massas.

No processo de transformação do homem e da sociedade encontramos numerosos obstáculos.

Compete-nos transformar a massa enorme, diversa e rica que, do Rovuma ao Maputo e dos confins de Tete ao Oceano Índico, constitui o nosso povo. Há velhos incrustados em tradições arcaicas e jovens deformados pelos falsos valores do colonialismo e do capitalismo. Temos mulheres a quem durante milênios a sociedade oprimiu asfixiando a iniciativa. Vêm para as nossas fileiras advogados e engenheiros, sociólogos e economistas, técnicos e intelectuais, frequentemente doutrinados pela burguesia para desprezarem o trabalho manual e se conceberem como uma elite dirigente que nada tem a aprender. Mas encontramos também camponeses analfabetos com uma experiência do mundo limitada aos horizontes da sua povoação, a quem a dominação colonial inculca a ideia de que constituem uma massa ignorante e bruta incapaz de raciocinar ou possuir iniciativa. Das fábricas e das minas, das serrações e das plantações, dos transportes chega-nos uma classe operária embrionária, com uma consciência de classe fraca e ainda incapaz de assumir o seu papel dirigente no processo de transformação da sociedade. Das administrações e escritórios, das casas comerciais e bancárias vêm a nós funcionários e empregados eivados dum mentalidade pequeno-burguesa.

As zonas rurais e urbanas enviam-nos continuamente novos elementos possuindo as suas deformações específicas.

Nas zonas rurais a vida é particularmente desorganizada, sem noção de programa ou pontualidade, profundamente dominada pela rotina e tradições ultrapassadas que inibem o progresso e paralisam a iniciativa. Para o camponês, o Poder é o governo hostil e estrangeiro que se manifesta pela caderneta e imposto, pelo recrutamento forçado e os baixos preços fixados à venda dos produtos penosamente obtidos, pela palmatória e machila. O terror asfixia a iniciativa. O homem vive em contradição permanente com uma natureza que desconhece e teme, com um Estado que o explora, oprime e humilha. As suas relações sociais vão pouco para

além da povoação em que vive e, quando muito, estendem-se ao grupo linguístico que é seu.

Na cidade colonial-capitalista, a luta pela sobrevivência é feroz e força os seres ao egoísmo, à concorrência. A ambição, a luta para mais e melhor explorar outros homens destroem a confiança entre as pessoas e fazem delas rivais. Funcionários e empregados fomentam calúnias e intrigas contra colegas para serem promovidos em seu detrimento. Adulam-se chefes, procuram-se "cunhas", arranjam-se alianças de uns contra outros, humilham-se as pessoas para salvaguardarem o seu pão quotidiano. A cultura degenerada colonial-capitalista exalta gostos degradantes e corruptos que animalizam o homem. A cada um é inculcado o desejo do Poder e do luxo construídos por cima da exploração e humilhação dos outros seres.

No campo como, sobretudo, na cidade, domina ainda a onda de opressão colonial-fascista. A ação da PIDE procura infundir um terror permanente nas pessoas, que as conduza a resignar-se à fatalidade dum destino de exploração e dominação.

O desencadeamento da luta e as vitórias que alcançamos mostram numa maneira concreta que não existe nenhum destino ou fatalidade, que somos capazes de transformar a sociedade e criar uma Nova Vida.

Por isso as pessoas procuram a FRELIMO. Todos odeiam o inimigo, a opressão e a humilhação, a exploração e o terror, muito embora frequentemente não esteja bem clara a definição do inimigo. Todos anseiam pela liberdade e estão dispostos a sacrificar-se por ela, mesmo quando ainda ignorem como exprimir corretamente o seu conteúdo. Todos aspiram a um mundo diferente, ainda que não possam precisar qual a diferença.

Assim, sem clareza, com dúvidas e incertezas, com vícios e defeitos, com tradições mortas e gostos decadentes, presos no tribalismo ou no individualismo, com a iniciativa asfixiada e a inteligência temendo pensar, com os complexos herdados e impostos, cada um chega à luta, cada um vem à FRELIMO procurando a resposta certa, o caminho correto.

A nossa tarefa é a de a todos integrar e transformar em servidores do povo, combatentes defendendo os interesses das massas exploradas, militantes da causa da libertação da Pátria.

Nenhum milagre virá ajudar-nos nesta tarefa gigantesca. O processo de transformação é feito pelos homens que somos, lutando continuamente contra as nossas próprias limitações.

Para nos transformarmos e transformarmos os homens que a cada dia chegam a nós precisamos viver organizados, em outras palavras: possuir o aparelho, as estruturas capazes de aplicarem a linha.

Sem estarmos organizados não conseguimos transformar-nos a nós próprios e seremos, ao contrário, arrastados pelo peso dos hábitos e gostos da outra zona.

Viver organizado significa, primeiramente, possuir estruturas. As estruturas são a presença organizada da FRELIMO no nosso seio. São elas que nos mostram qual a nossa tarefa, como ela se combina com todas as outras tarefas e como estamos assim integrados no corpo da FRELIMO. Sem as estruturas, – em outras palavras, sem a integração na FRELIMO – viveremos isolados, como membros fora do corpo.

É evidente que, por mais inteligente, dinâmica, trabalhadora e dedicada que uma pessoa seja, ela não pode sozinha fazer todos os trabalhos do centro em que vive. São as estruturas que nos fornecem os mecanismos adequados para distribuirmos as tarefas entre nós.

As estruturas fornecem-nos os canais apropriados para a resolução dos problemas que enfrentamos no nosso trabalho e na nossa vida.

É através das nossas estruturas que asseguramos a discussão dos nossos problemas, descobrimos como aplicar a nossa linha duma maneira criadora em cada situação concreta enfrentada. É no quadro das nossas estruturas que corrigimos os nossos métodos de trabalho.

As estruturas são o instrumento da democratização da nossa vida, pois que levam à participação de todos duma maneira organizada, à solução dos problemas de maneira coletiva.

Quando levamos todos a participarem na resolução dos problemas, quando fazemos que todos e cada um se sinta responsável pela

resolução dos problemas enfrentados, estamos a coletivizar a nossa direção, a coletivizar a nossa vida.

As estruturas não caem do céu: elas são produtos de situações precisas e respondem a necessidades concretas. Quer dizer que as estruturas devem ser operacionais, isto é, responder às necessidades e situações precisas de um dado centro. Elas devem permitir uma divisão e coordenação das tarefas do centro, a execução da tarefa principal e das outras tarefas revolucionárias.

É evidente que não vivemos uma situação estacionária: o desenvolvimento da luta, a ação inimiga, modificam constantemente a situação que vivemos. A modificação da situação, a mudança de condições, requerem que as estruturas se adaptem a elas. As estruturas devem adaptar-se à vida, não é a vida que se deve submeter às estruturas. Isto significa que as estruturas devem ser flexíveis, para poderem sempre adaptar-se à situação concreta.

As estruturas têm uma função: assegurar uma continuidade e desenvolvimento do trabalho, permitir que as nossas tarefas sejam cumpridas corretamente em todas as condições – em outras palavras, elas devem ser dinâmicas, elas são transmissoras da energia que faz movimentar a máquina.

Mas as estruturas são também os homens; sem eles as estruturas tornam-se apenas bonecos, mais ou menos bem desenhados numa folha de papel ou num quadro.

Frequentemente no processo da revolução surgem erros e desvios, muito embora a linha seja clara e as estruturas adequadas. É ao nível das insuficiências que possuímos que devemos situar a causa destes erros e desvios.

O desenvolvimento da nossa Revolução, a extensão e consolidação da nossa luta armada suscitam o aparecimento de novas contradições.

Cada progresso suscita sempre uma reação; a Revolução é sempre oposta pela contrarrevolução.

A contradição principal que surge entre nós na fase presente é entre as exigências da situação e a nossa capacidade.

A luta, a instalação do Poder Popular, desenvolvem-se mais rapidamente do que a consciência e a capacidade dos quadros,

sobre quem pesa a tarefa de orientar, canalizar e dinamizar o processo geral.

O aspecto principal desta contradição manifesta-se na incapacidade das estruturas de alguns centros em resolverem por si corretamente os diferentes problemas que surgem, a sua dificuldade em definir e planificar as tarefas, a impossibilidade desses centros em integrarem e transformarem efetivos crescentes que lhes são confiados – as populações cada vez mais numerosas de que são responsáveis.

Ora, todos nós possuímos uma linha clara de orientação, uma linha provada pela prática: a linha da FRELIMO, que cobre todos os aspectos da nossa vida e todos os setores da nossa luta. A análise criadora da linha permite-nos encontrar a resposta adequada para cada situação concreta que enfrentamos. As nossas estruturas têm acompanhado a evolução da situação, estamos sempre a organizarmo-nos. Temos conosco as massas, temos as estruturas, a linha.

Então onde se encontra a causa da contradição? Como resolver a contradição para passarmos a uma fase superior? A resposta está nos quadros, que são o fator decisivo na aplicação da linha e na vida das estruturas.

Perguntamos, porque é que os quadros veteranos da luta, que construíram com numerosos sacrifícios aquilo que somos hoje, se deixam, como dizemos, ultrapassar?

Temos, primeiramente, como causa desta situação, o espírito de vitória.

As grandes vitórias que alcançamos, tanto no campo da luta armada como no da liquidação das forças reacionárias e na destruição das infiltrações inimigas no nosso seio, ou ainda na reconstrução nacional, levam certos camaradas a só verem vitórias contínuas, a desprezarem taticamente o inimigo, a considerarem sempre a situação como “normal”, “boa”, e nunca tiram lições dos revezes, não estudam como combater as nossas limitações.

Por isso deixam de estudar a nossa linha, acham que já conhecem o suficiente e aí estão as vitórias a prová-lo. O resultado é o abandono da análise política, a nossa consciência torna-se insensível aos desvios e agressões contra a linha e assim não conseguimos

detectar e destruir no ovo as infiltrações ideológicas, morais e físicas do inimigo.

Negligenciam o estudo científico; consideram que já sabem o suficiente, tanto mais que aí estão as vitórias a prová-lo. Mas o desenvolvimento da guerra e da reconstrução nacional requerem conhecimentos científicos cada vez mais sólidos e superiores, e nós não os temos. Como resultado desta atitude, a nossa ignorância bloqueia o progresso – o que não progride estagna e apodrece.

Deixam de estudar o inimigo, consideram que já o conhecem suficientemente, e a prova é que aí estão as vitórias. Mas as manobras do inimigo evoluem continuamente, o seu espírito criminoso e desesperado cresce com cada derrota. Não estudar continuamente o inimigo, desprezá-lo taticamente, leva-nos à rotina e, por isso, a sermos surpreendidos pelas novas manobras do inimigo, pelos seus novos crimes. Assim, em vez de mantermos a ofensiva, em vez de destruímos a cobra quando está no ovo, caímos na defensiva, descobrimos a cobra quando, já adulta, levanta a sua cabeça venenosa para nos liquidar.

Abandonam o combate interno pouco a pouco, já estamos suficientemente puros, já nos demarcamos o suficiente do inimigo porque não temos contato físico com ele. Pouco a pouco a velha vida, a vida da outra zona penetra; o liberalismo introduz-se, a corrupção surge, os compromissos começam a paralisar-nos, as ideias erradas pululam, a superstição espalha-se. Cria-se, com isto, o clima de relaxamento; a desconfiança e a injustiça infiltram-se, a divisão surge e o inimigo descobre que o terreno começa a fertilizar-se para ele poder agir.

O espírito de vitória é uma manifestação de oportunismo de esquerda: leva-nos a desprezar taticamente o inimigo, conduz-nos ao aventureirismo. Cedo ou tarde, o espírito de vitória far-nos-á pagar em sacrifícios, far-nos-á pagar caro em baixas pesadas e inúteis os erros que cometemos.

O espírito de vitória é irmão gêmeo do espírito de derrota; o oportunismo de esquerda é a outra face do oportunismo de direita.

Quando, em consequência dos erros cometidos pelo espírito de vitória, se sofrem revezes, os aventureiros caem então no espírito de

derrota, temem o inimigo do ponto de vista estratégico, começam a só analisar fracassos, deixam de ver os progressos da luta. Como tinham o espírito de vitória rápida, a guerra torna-se "interminável" nas suas cabeças. As vitórias alcançadas são, para eles, casuais e isoladas.

Com este espírito, passam a realizar as suas tarefas com um desinteresse evidente, abandonam totalmente a visão de conjunto, só vêm erros nos trabalhos efetuados pelos outros camaradas, mas recusam-se a apontar e discutir os erros, a propor soluções justas. Preferem o murmúrio à crítica e autocrítica, a intriga à discussão aberta. Criam os seus grupinhos, os seus aliados.

Só analisar fracassos, só ver erros, torna-se uma maneira de justificar e camuflar o abandono das posições revolucionárias, o desinteresse pelo trabalho.

Criam-se doenças e problemas imaginários, apresentam-se como incompreendidos, perseguidos, mártires de conspirações e inimigos que só existem na sua imaginação ociosa e doentia.

Os corpos continuam na nossa zona, mas os espíritos já se instalaram na outra zona, sonhando com o conforto e corrupção, vistos como coisas maravilhosas.

Uma outra insuficiência que aparece, frequentemente ligada às manifestações anteriores, é o espírito de "veterano", de "antigo" na guerra e na política e, por isso, sabe tudo, nada tem a aprender, sobretudo das novas gerações. As novas gerações em particular, cheias de dinamismo e desejosas de introduzir novas ideias e métodos, são concebidas como concorrentes indesejáveis que vêm desalojar os "veteranos" da sua rotina e privilégios.

Estes "veteranos", que de veteranos só possuem a antiguidade e não a riqueza duma experiência sintetizada para ser transmitida às novas gerações, são elementos estagnados mentalmente. Cumprem rotineiramente as suas tarefas sem se preocuparem em introduzir novos métodos nascidos da experiência adquirida. Ao trabalhar, não se preocupam em realizar a tarefa o melhor e mais rapidamente possível, e cometem erros que justificam dizendo que errar é humano. Têm vergonha de reconhecer a sua ignorância e, assim, recusam-se a aprender, persistindo nos velhos caminhos errados. A

sua antiguidade é pretexto para reclamarem privilégios e darem prioridade aos seus problemas pessoais e egoístas. Querem um tratamento especial porque são antigos, esquecendo-se que dos veteranos exigimos, sobretudo, um espírito e comportamento exemplares que nos eduquem na Nova Vida. Impedem a promoção de novos quadros e novas forças, e procuram semear a desconfiança contra elas. Fazem isso porque perderam a visão do conjunto e a noção das necessidades crescentes da guerra e reconstrução nacional. Preocupam-se, pois, com postos, e não com as tarefas da luta; querem defender privilégios e rotinas que os transformam em pequenos capitalistas.

Estas manifestações exprimem a contradição permanente entre o velho e o novo, o progresso e a rotina, o espírito de desenvolvimento e o espírito conservador. Esta contradição é própria de todas as revoluções e o método para a tratar corretamente é educar os quadros no espírito de progresso, na visão do conjunto e no sentido de servir as massas, ganhando as novas gerações para desenvolver o trabalho.

As novas gerações também devem ser educadas corretamente. Estas novas gerações, quando nas nossas zonas libertadas, quando crescem nos nossos centros, são frequentemente consideradas automaticamente como "revolucionárias", impregnadas da nossa linha. Elas próprias assim também o pensam. Por isso negligencia-se, por vezes, o trabalho político no seu seio, o combate coletivo contra os gostos, os vícios e defeitos da outra zona. Sem qualquer base e porque simplesmente cresceram fora da presença inimiga, consideram-se as novas gerações livres do passado.

Isto é um erro grave e perigoso que pode conduzir à formação de pequenos reacionários no nosso seio, quando estamos convencidos de que formamos gerações de continuadores da revolução.

Devemos compreender que as novas gerações crescem em contato com as velhas gerações, que lhes transmitem os vícios do passado. A nossa prática demonstra-nos como é que crianças e jovens nos nossos próprios centros são contaminados pelas ideias, hábitos e gostos decadentes. Na nossa situação, a ação subversiva do inimigo também desempenha um papel importante na introdução e fomento

dos valores e práticas da outra zona. Finalmente, e durante todo o período em que ainda subsistir o capitalismo e o imperialismo no mundo, a sua propaganda e subversão far-se-ão sentir entre nós, e a conquista da independência e do Poder não constituem, de modo algum, garantia de impermeabilização contra os valores decadentes.

Com efeito, não é em dez ou vinte anos que se liquidam os pesos mortos duma herança milenar. Os valores, os gostos, as concepções que vêm do passado, ainda que contrárias à linha, contrárias à nossa vida, contrárias ao progresso, continuam fortes. A luta abalou-os, mas ainda é muito cedo para cantarmos vitórias. Este combate político terá que se prosseguir durante dezenas de anos, até que realmente a mentalidade nova ganhe a quase totalidade da sociedade e novos problemas e contradições surjam, exigindo novos combates. Por outro lado, as novas gerações cresceram sem contato direto com a exploração, a opressão, a humilhação próprias da sociedade colonialista e capitalista. Elas conhecem os bombardeamentos, mas nunca sofreram a palmatória; combateram contra helicópteros, mas nunca foram submetidas ao trabalho forçado; liquidaram soldados inimigos, mas não foram presas para pagar impostos; testemunharam crimes, mas nunca foram vendidas para as minas.

No seio das largas massas existe uma rica experiência de sofrimento, um enorme potencial de ódio contra o inimigo. Mas as experiências não são suficientemente trocadas, não são suficientemente sintetizadas para que se aprofunde o conhecimento e o ódio contra o inimigo, contra a exploração. Podemos dizer que se desperdiça a experiência de sofrimento que devia servir para formar as novas gerações e consolidar a consciência das massas em geral.

Para superar estas deficiências e resolver as contradições da fase presente, a ofensiva ideológica e organizacional impõe-se.

Isto significa agir ao nível das seções e do grupo, no que respeita à organização do exército, e dos círculos no que concerne à organização das massas.

Mas, para que realmente transformemos as seções e círculos em células de base em centros da nossa vida política, sentiu-se a

necessidade de agir sobre os quadros, porque é sobre estes que recai a tarefa de dinamização da base.

Devemos dinamizar cada setor de trabalho com os elementos que, pelo seu comportamento e pelas suas ideias, demonstram ter assumido criadoramente a nossa linha e fazerem parte da vanguarda da nossa organização; que possuem o espírito de iniciativa e visão do conjunto, se preocupam em combinar a sua tarefa principal com as outras tarefas revolucionárias, engajam-se no combate interno, estudam e são sensíveis aos mínimos desvios e agressões contra a linha, defendem a disciplina que é a sentinela da nossa linha política.

Para além dos problemas concretos e das feridas precisas existentes em cada setor, direção e quadros devem preocupar-se em:

- a) Representar, inculcar e defender a nossa linha no seu setor;
- b) Fazer assumir e defender a nossa disciplina, que é a sentinela da nossa política;
- c) Pôr a política nos postos de comando, em todas as nossas atividades;
- d) Organizar o setor de trabalho, organizá-lo no espírito de combate entre duas linhas e na demarcação crescente entre nós e o inimigo, na aquisição da visão de conjunto e na combinação entre a tarefa principal e as outras tarefas revolucionárias;
- e) Organizar e orientar os militantes na análise crítica diária das atividades individuais e coletivas e na sintetização das experiências, na libertação da iniciativa e na destruição do espírito de rotina e na criação do espírito de inovação e progresso;
- f) Organizar e orientar o setor de trabalho no estudo político, na alfabetização e elevação do nível científico, no estudo e análise da nossa situação e do inimigo;
- g) Manter uma ofensiva intensa e permanente de combate coletivo e de purificação das nossas fileiras dos elementos incorrigíveis, impermeáveis à linha e que persistem nos gostos corruptos, nos vícios e defeitos, e recusam a transformação;
- h) Organizar e orientar o estudo das experiências teóricas e práticas das outras revoluções, a fim de tirar lições úteis para a

nossa situação, e educar os militantes no espírito revolucionário internacionalista.

Podemos afirmar essencialmente que a ofensiva ideológica deve-nos criar uma consciência política sólida fundada em três pontos centrais:

1) Conhecimento profundo da nossa linha política.

2) Conhecimento íntimo da nossa luta, tanto na sua evolução como no seu significado para o nosso povo e os outros povos do mundo.

3) Confiança total nas massas unidas e organizadas sob a direção da nossa linha correta; estar consciente de que as massas, neste quadro, compreendem e assumem a luta, têm energia criadora e são invencíveis qualquer que seja o adversário e a sua força.

A dinamização exige uma investigação cuidadosa, tanto para determinar os problemas concretos existentes no setor em que devemos agir, como também na seleção do núcleo dinamizador, que realmente deve ser composto por elementos de vanguarda.

Dinamizando os quadros, que são o fator decisivo na aplicação da nossa linha política, estaremos em condições de transformar as seções e círculos em células de base da nossa organização política.

É esta ação que nos habilitará a enquadrar e transformar a vida das massas que, em número crescente, se integram na nossa organização, assegurando assim o alargamento consolidado da nossa frente. Esta ação criará ainda as condições para que se constitua no nosso seio a vanguarda organizada do nosso povo e das classes trabalhadoras exploradas, instrumento indispensável para o desenvolvimento da revolução democrática e popular em Moçambique.

Neste quadro, a natureza das relações entre os nossos centros e as massas populares tem um papel fundamental.

São as massas a fonte de vida da nossa organização, são elas a força principal e decisiva no processo da libertação da nossa Pátria e na construção da nossa sociedade. O combate é feito e ganho por elas e destina-se à satisfazer os seus interesses.

Qualquer centro nosso é um centro coletivo a serviço das massas, um centro que, sintetizando as experiências da revolução, leva essas

experiências às largas massas para desenvolver o processo de transformação da vida.

Servimos às massas dando-lhes o exemplo da aplicação da nossa linha.

Quando o nosso comportamento de militantes corresponde à linha, estamos a educar as massas na nova vida.

Servimos as massas dando-lhes o exemplo de vida organizada, inculcando-lhes métodos para viverem organizadas, orientando-as para se organizarem cada vez melhor.

É organizando as massas, é criando estruturas democráticas e populares no seu seio, que poderemos transformar a sociedade.

São as estruturas criadas no seio do círculo que orientarão os camponeses, criadores de gado, pescadores, artesãos, a organizarem-se coletivamente para produzirem nas cooperativas, melhorarem as suas técnicas produtivas, diversificarem e aumentarem a produção, elevando assim o nível de vida das massas. É evidente que o exemplo da produção coletiva nos centros, dos seus resultados, as machambas, as hortas, as árvores de fruto, as lagoas artificiais ou naturais para a criação de peixe, serão as melhores testemunhas do valor e veracidade da nossa capacidade coletiva em transformar a sociedade.

São as estruturas criadas no seio do círculo que levarão as massas a organizarem-se em destacamentos que punam qualquer ação inimiga contra a povoação, as machambas e locais de trabalho. É o trabalho organizativo que transformará cada povoação, cada machamba, numa fonte de sofrimentos e baixas para o inimigo. O exemplo dado por cada um dos nossos centros na defesa contra as agressões inimigas, o nosso trabalho de instrução militar no seio das massas, sabermos estimular a imaginação e iniciativa criadora das massas para combinarem as armas e armadilhas tradicionalmente utilizadas contra as feras com as armas modernas, tornarão impossível qualquer ação generalizada do inimigo contra o nosso povo.

São as estruturas criadas no seio do círculo que, elevando a consciência política das massas e conduzindo estas ao aprofundamento da demarcação com o inimigo, aguçarão a

sensibilidade das massas contra as manobras ou infiltrações do inimigo, permitindo assim que as destruamos no embrião.

Em última análise, é esta estruturação que torna irreversível a libertação duma zona e nos conduz a rechaçar as invasões e agressões inimigas, por poderosas que estas sejam.

É evidente que para os nossos centros dinamizarem a vida das largas massas e transformarem a sociedade, isto exige que cada centro e cada militante afetado num centro assumam a missão de servidores das massas e, continuamente, duma maneira exemplar e sem qualquer relaxamento, respeitem integralmente os interesses das massas.

Não poderemos nunca tolerar que um militante nosso ouse utilizar o poder, ou a arma que lhe foram confiados para servir ao povo, para cometer qualquer violação dos interesses do povo, por mínima que seja. Devemos ser intransigentes perante qualquer liberdade tomada com as mulheres e abuso aos bens do povo, ou qualquer injustiça cometida contra as populações. Isto é parte integrante da nossa luta, da nossa disciplina, e condição indispensável para que as massas possam sempre distinguir, sem hesitação, as nossas ações das do inimigo.

Servir às massas, transmitir-lhes a arma invencível da nossa linha, as nossas experiências, orientá-las na elevação do nível ideológico e organizativo, é a missão de todos os nossos centros nas suas relações com as massas.

Iniciamos o décimo ano da nossa guerra popular de libertação contra o colonialismo português e o imperialismo.

Durante estes dez anos de luta armada, estes doze anos da existência da FRELIMO, a situação da nossa Pátria e do mundo sofreram alterações profundas.

Os nossos objetivos iniciais de independência nacional aprofundaram-se no processo de desenvolvimento da guerra popular, criando as bases da revolução nacional democrática e popular, para instaurar o Poder Popular, o Poder das largas massas trabalhadoras do nosso país.

A extensão da luta armada para zonas onde dominam grandes interesses económicos e estratégicos do imperialismo levou-nos a

uma confrontação direta com este, tornando imediato e concreto o conteúdo anti-imperialista do nosso combate.

As graves derrotas político-militares sofridas pelas forças coloniais portuguesas, a sua incapacidade manifesta em bloquear a progressão do combate libertador, forçaram a direção inimiga a modificar a natureza da agressão contra o nosso povo, com o intuito de salvaguardar os interesses fundamentais imperialistas: a exploração das massas trabalhadoras nacionais, a pilhagem dos nossos recursos e a destruição do movimento revolucionário na África Austral em particular e no continente em geral.

É neste contexto que se situa a entrada da África do Sul e da Rodésia na guerra contra nós, o reforço do apoio militar, financeiro e técnico, a transmissão das experiências de agressão aos colonialistas portugueses e aliados, pelos Estados imperialistas, em particular os Estados Unidos, França, Alemanha Federal e Inglaterra.

Assim, a internacionalização da agressão contra o nosso povo tornou-se uma realidade; a guerra colonial assume já o caráter de guerra imperialista de agressão.

Com o objetivo de diminuir as suas baixas crescentes e alarmantes, o comando inimigo decidiu modificar a cor dos cadáveres, "moçambicanizar" a guerra pela criação dum exército fantoche, recrutado à força e enquadrado por portugueses: OPV, GE, GEP, etc...

Esta ação permitiria ainda camuflar perante a opinião mundial a agressão estrangeira contra o nosso povo.

Estas modificações da situação requerem de nós uma resposta adequada.

Definimos no passado que as nossas tarefas essenciais eram as de intensificar o trabalho político no seio dos quadros, estender a luta e consolidar as nossas zonas. A IV Sessão do nosso Comitê Central eleito pelo II Congresso (dezembro de 1972), ao dar-nos a palavra de ordem de generalizar a ofensiva para estabelecermos a nosso favor a correlação de forças com o inimigo, precisou que isso requeria a popularização da nossa linha, isto é, fazer que ela seja assumida e vivida pelas largas massas, a democratização dos métodos de trabalho e a coletivização da direção.

Mais recentemente, ao estudarmos os meios para criarmos as condições para a aplicação destas diretrizes, definimos duas orientações fundamentais: a intensificação da ofensiva ideológica em direção dos quadros, combatentes e massas; a intensificação do trabalho organizacional pela constituição de grupos e seções como células de base, no seio do exército; e fazer dos círculos a base da nossa ação política no seio das massas.

Os diversos centros da FRELIMO – militares, educacionais, sanitários, creches, de produção, de comércio – têm um papel decisivo a desempenhar: são eles o centro difusor da nossa linha.

Para as largas massas, é a eles que compete mostrar numa maneira prática a superioridade e justeza dos nossos princípios e objetivos.

Em resumo, é sobre os nossos centros que recai a responsabilidade de transmitir às massas numa maneira viva a linha política da FRELIMO.

É sobre cada um dos militantes que recai a responsabilidade de enraizar a revolução na nossa Pátria, garantir a sua vitória, única justificação para a imensidade de sacrifícios, para o mar de sangue que já consentimos.

É nos nossos centros que se encontram as respostas; é lá que possuímos as forjas do Homem Novo, da Sociedade Nova.

Por isso, ao prepararmos as celebrações do décimo ano da nossa guerra popular, transmitimos a todos os nossos centros e militantes a palavra de ordem: “Demarcar o nosso Poder do Poder do inimigo; estabelecer o Poder Popular para servir às massas”.

A luta continua

Escrito em 1974.

Não se pergunta a um escravo se quer ser livre.

Não sei se um ambicioso muda, mas a minha experiência prova que não. Muda de tática, mas não elimina a ambição. Um ambicioso é criminoso ao mesmo tempo, pode matar por causa da sua ambição, pode aliar-se facilmente com o imperialismo só por causa da sua ambição, do seu interesse individual. É capaz de tudo, vender a pátria, vender a revolução, destruir e impedir o progresso do país só por causa da sua ambição.

O poder, as facilidades que rodeiam os governantes, pode corromper facilmente o homem mais firme. Por isso, queremos que vivam modestamente e com o povo. Não façam da tarefa recebida um privilégio ou um meio de acumular bens ou distribuir favores.

Vão tentar nascer aqui em Moçambique capitalistas pretos, a chamada burguesia nacional. Não queremos isso aqui, não há lugar para exploradores aqui. Preto ou branco, não pode explorar o povo. O dever de cada um de nós é dar tudo ao povo, sermos os últimos quando se trata de benefícios, primeiros quando se trata de sacrifícios. Isso é que é servir ao povo.

Uns sentem-se orgulhosos, porque foram colonizados pelos ingleses, porque os ingleses são civilizados e constituíram um grande império e outros porque foram colonizados pelos franceses e pensam que intelectualmente são mais desenvolvidos, mais civilizados e mais evoluídos, porque foram colonizados pelos franceses. Eu fui colonizado pelos portugueses, do país mais subdesenvolvido da Europa. Mas colonialismo é um crime contra a humanidade. Não há colonialismo humano, não há colonialismo democrático, não há colonialismo não explorador.

A corrupção material, moral e ideológica, o suborno, a busca do conforto, as cunhas, o nepotismo, isto é, os favores na base de amizade, e em particular dar preferência nos empregos aos seus familiares, amigos ou à gente da sua região fazem parte do sistema de vida que estamos a destruir.

A luta continua contra o analfabetismo, contra a ignorância, contra o tribalismo, contra os pés descalços, contra a exploração do homem pelo homem, contra superstição, contra a miséria, contra a fome. A luta continua para que sejamos todos homens iguais.

Aqui trava-se um combate, é duro, mas temos que vencer.

Façam o que fizerem, ninguém mudará a localização geográfica do povo moçambicano, ninguém derrubará a independência de Moçambique.

É necessário fazer da escola uma base para o povo tomar o poder.

Afirmar que as nacionalizações decretadas em 24 de julho de 1975 pela FRELIMO foram demasiado cedo é um ponto de vista ocidental e os analfabetos aceitam isso. Não foi nem demasiado cedo nem demasiado tarde, agimos no momento oportuno.

A coisa mais bela que há na vida é um homem viver livre, é viver independente.

Primeiro são aqueles inúteis que estão no aparelho do estado. Vamos reduzir [os inúteis] em todos os ministérios, em todos os setores, o resto vão à produção, depois são as empresas, preguiçosos e indisciplinados, vão à produção.

É longe de onde Cabo Delgado [norte de Moçambique]? Amigo, vai a Cabo Delgado para dirigir aquele complexo que tem lá. Há muitos complexos em Cabo Delgado. Não têm eletricitas, não têm mecânicos, soldadores, canalizadores. Então, um grupo de brigadistas diz "vai para lá". [E ele responde:] "Não, é longe". É longe de onde? "Ah, não há cimento". Cabeça de galinha!

Alguns responsáveis se deixaram embalar por relatórios, relatórios triunfalistas, relatórios que escamoteiam, porque alguns responsáveis são sensíveis à adulação, gostam de ser adulados, sensíveis ao servilismo e sensíveis ao lambebotismo.

Alguns responsáveis são sensíveis ao beija-mão, perderam a sensibilidade para os problemas do povo, ficaram insensíveis às queixas do povo, abandonaram o martelo, o leme, não dirigem, não exercem o poder que o povo lhes confiou. Recebem o salário, nisso são pontuais.

Há calamidades que nós podemos prever o seu fim e outras são imprevisíveis.

AGOSTINHO NETO

Discurso na proclamação da independência de Angola

11 de novembro de 1975.

Em nome do povo angolano, o Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama solenemente perante a África e o mundo a independência de Angola.

Nesta hora o povo angolano e o Comitê Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos laçaios internos do imperialismo de há muito os deixamos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no fato de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso país é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de fato, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso movimento enfrenta no terreno várias forças reacionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o povo angolano. E nessa aliança incluem-se forças reacionárias portuguesas que participam na invasão do sul do país, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluiadas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando

empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm em comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objetivo: a liberdade.

Em dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando – “o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto Movimento Popular de Libertação de Angola”.

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heroica de um povo que sob a orientação unitária e correta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objetivos, definido corretamente os aliados, amigos e inimigos, o povo angolano, sob a direção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está

realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não difamar este momento singular da nossa história, integra-se no objetivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do povo, sob a firme direção do MPLA, constituem um exército popular que tem por objetivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária,

continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

Às FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do povo na produção para a grandiosa tarefa da Reconstrução Nacional.

Angola é um país subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste fato.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um país explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas – o subdesenvolvimento e a dependência – explicam por que razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um setor dito “tradicional”, ao lado de setores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados “polos de desenvolvimento”. Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as atuais estruturas, definindo desde já que o objetivo da reconstrução econômica será a satisfação das necessidades do povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina econômica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os setores da economia, entre as regiões do país, edificar um Estado de Justiça Social. A economia será planificada para servir ao homem angolano e nunca ao imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia aut centrada, isto é, realmente angolana.

A luta pela independência econômica será, conseqüentemente, uma constante da nossa estratégia.

Assim; coerente com as linhas traçadas; a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projetos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projetos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o fato de Angola ser um país em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base; e a indústria como fator decisivo do nosso progresso.

O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As atividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações econômicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada "ajuda externa" não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da independência nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseja que elas sejam duradouras, estabelecê-las-á numa base nova, despida de qualquer vestígio colonial.

O atual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que, numa primeira fase, a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis,

deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de fato servir ao povo e à reconstrução econômica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo povo.

A determinação revolucionária do nosso povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagônica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra libertadora, que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até a vitória final.

Neste contexto, reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de ação a todo o esforço produtivo do nosso povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efetivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso país.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola, opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do país.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como os dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso país.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irreduzível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única

garantia da formação do Homem Novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a proteção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Envidará ainda todos os esforços no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o país, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do povo angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir, à escala nacional, uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas – até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

A preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: – “a trabalho igual, salário igual”.

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico, com separação completa entre a Igreja e o Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objetos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbábue e da Namíbia contra a dominação racista.

O povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que os oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor, dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais, contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heroica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não-ingêrência, de respeito pela integridade territorial, não-agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não-alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, país empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do mundo.

Compatriotas, camaradas!

No momento em que o povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso país, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do povo angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso Estado Democrático e Popular.

Honra ao povo angolano!

Glória eterna aos nossos heróis!

A luta continua! A vitória é certa!

Angola tem uma característica cultural própria, resultante da sua história

*Discurso proferido no ato de posse dos novos membros da união dos escritores angolanos em 8 de Janeiro de 1979,
Dia da Cultura Nacional.*

Camaradas e caros colegas! Termina assim, hoje, mais um processo na vida da União dos Escritores Angolanos: o ato em que nós empossamos, depois de uma eleição regular, novos corpos gerentes.

Um período de atividades para todos os escritores vai iniciar-se após a tomada de posse dos corpos gerentes, eleitos no dia 29 de dezembro de 1978, e espero que em março de 1981 possamos fazer um balanço muito positivo deste período que se espera de prospecção e de produção.

A direção da nossa União tem-se esforçado por dinamizar a produção literária, num período em que se confundem ainda, no conteúdo, um futuro angolano, africano e universal da literatura, com a necessidade política de nacionalismo; ou o da realização política do escritor com a própria política.

Deste modo, a tarefa para os novos corpos gerentes, que não terão simplesmente o sentido de encargos administrativos, mas também de análise e de crítica, não será muito fácil, e creio que o debate será em breve aberto para a apreciação ao nosso trabalho, dentro do contexto verdadeiro da Nação Angolana, ou melhor: do povo angolano.

Por isso, e em nome da mesa da Assembleia Geral, me apraz dirigir parabéns ao executivo eleito para a gerência atual, que terá tarefas grandiosas no sentido da dinamização da cultura angolana e desejar-lhes um bom trabalho.

Penso que é necessário falar de cultura antes de literatura, e vamos aproveitar esta excelente ocasião para examinar alguns aspectos essenciais sobre a nossa cultura.

Felizmente, já se criou entre os intelectuais angolanos hesitação e dúvida sobre se a cultura portuguesa, que serviu a algumas camadas angolanas desligadas do seu povo, é ou não aquela que deveria ser apresentada como a emanação cultural do povo angolano.

Essa dúvida levar-nos-á à afirmação.

Evidentemente, a cultura não pode inscrever-se no chauvinismo, nem pretender evitar o dinamismo da vida.

A cultura evolui com as condições materiais, e a cada etapa corresponde uma forma de expressão e de concretização dos atos culturais. A cultura resulta da situação material e do estado do seu desenvolvimento social.

No contexto angolano, a expressão cultural resulta senão de cópia e, por enquanto pelo menos, do resultado de uma aculturação secular, pretendendo refletir a evolução material do povo, que de independente se tornou submisso e completamente dependente, para voltar a ser independente em novas condições.

Há que recorrer de novo à nossa realidade, sem chauvinismos e sem renunciarmos à nossa vocação universalista.

O chauvinismo cultural é tão prejudicial como o foi, logo a seguir à Revolução de Outubro, o conceito de cultura proletária que Lenin tanto combateu, insistindo na ideia de o país soviético ter forçosamente de fruir e aproveitar-se para a elaboração de uma nova cultura socialista, voltada para as massas, do património cultural herdado, ou mais tarde, do conceito de realismo socialista.

A cultura do povo angolano é hoje constituída por pedaços que vão das áreas urbanas assimiladas as áreas rurais apenas levemente tocadas pela assimilação cultural europeia. E porque as capitais como a nossa, agigantadas pela burocracia, exercem um efeito mágico sobre a maior parte do país, existe a tendência para a imitação, claramente visível no aspecto cultural. Daí uma responsabilidade muito especial da União dos Escritores Angolanos.

A responsabilidade e as tarefas são grandes.

Por onde começar? Ou por onde continuar?

Se os estimados camaradas e colegas me permitem, direi que não podemos cair em esquemas ou estereótipos como os teóricos do

realismo socialista. A par da nossa capacidade nacionalista, teremos de intervir de modo a inscrever-nos no mundo, à medida que formos assumindo a realidade nacional.

Na nossa primeira fase, e do ponto de vista cultural, há que analisar. Não adaptar mecanicamente. Há que analisar profundamente a realidade e utilizar os benefícios da técnica estranha só quando estivermos de posse do património cultural angolano. Desenvolver a cultura não significa submetê-la a outras.

Não possuímos ainda a suficiente produção material para nos ocuparmos intensivamente da produção espiritual. Precisaremos de mais tempo, mas, camaradas escritores, esse tempo não pode ser dispensado a uma acomodação a temas e formas importadas.

A cultura angolana é africana, é, sobretudo, angolana, e por isso sempre consideramos ultrajante a maneira como o nosso povo foi tratado por intelectuais portugueses. Se não possuímos ainda a capacidade de transformar o escritor em profissional da literatura ou da pesquisa cultural, nós tenderemos para aí, e algumas propostas feitas pelo Secretariado poderão ser atendidas para períodos excepcionais de férias, de fins de semana ativos.

Eu creio que, em breve, o escritor, o artista, serão apenas escritor e artistas, para poderem dedicar-se aos problemas que afloro neste fim de Assembleia de posse. Mas é, no meu entender, necessário aprofundar as questões que derivam da cultura das várias nações angolanas, hoje fundidas numa; dos efeitos da aculturação, dado o contato com a cultura portuguesa; e a necessidade de nos pormos de acordo sobre o aproveitamento dos agentes populares da cultura e fazermos em Angola uma só corrente compreensiva da mesma.

Como o botânico, ou o zoólogo, o cientista ou o filósofo, reunamos os elementos todos, analisemos e, cientificamente, dentro dos próximos dois anos, apresentemos os resultados. E chegaremos à conclusão que Angola tem uma característica cultural própria, resultante da sua história ou das suas histórias. Seria bom – mas se não for possível, não choremos por isso – que o próximo Congresso do Partido pudesse já contar com as opiniões da União dos Escritores sobre esta matéria.

Quanto a outros agentes da cultura, como os artistas plásticos e mesmo, nas nossas condições atuais, os órgãos de difusão de notícias junto das massas populares, penso ser normal que a nossa União assuma a responsabilidade de orientação, a dar aos criadores e difusores de ideias, função que os organismos do Partido apenas podem definir através de textos, e que o organismo estatal poderá dinamizar, fazendo de si próprio o veículo dos resultados a obter dos organismos pensantes.

É necessário o debate de ideias mais alargado possível, o mais amplo possível movimento de investigação, dinamização e apresentação pública de todas as formas culturais existentes no país, sem qualquer preconceito de carácter artístico ou linguístico.

Façamos o artista popular criar! Seria necessário longo tempo para dizer aqui que, para falar para o povo angolano, é preciso ser um elemento do povo angolano. Não é questão de língua, mas de qualidade nacional.

Caros colegas e camaradas:

Se se prolonga a atitude alheia em relação ao nosso povo, não será possível interpretar o espírito popular, saído do estudo e da vivência.

Narrar a interpretação política do momento é fácil, mas chegar ao íntimo do pensamento de várias ex-nações é muito menos fácil.

Vamos, no entanto, tentar libertar os artistas das cargas do passado e torná-los aptos para uma alta atitude compreensiva de todo este nosso processo de reconstrução de uma cultura.

Desejo mais uma vez recordar a necessidade de estar com os artistas populares. Não para depois interpretar folclore, mas para compreender e poder interpretar a cultura, para os produzir.

Repetir os aspectos importados de cultura é um ato que ninguém certamente aprova. E já que tenho de exprimir uma opinião, gostaria que tudo quanto fosse expresso pelos agentes mais capazes da cultura angolana, representasse o desejo e as formas de expressão do povo – como o fora a independência, como o é a linha política do Partido, as formas de atuação do Executivo, e, por outro lado, o será a atividade espiritual do povo.

Sugiro aos caros camaradas e colegas que sejam aproveitadas ao máximo as condições para que os escritores trabalhem e produzam

e observem cada canto do espaço geográfico nacional, vivendo a vida do povo. As condições materiais serão sempre criadas na medida do possível, até que possamos fazer do escritor, do artista, um profissional puro da cultura ligada à realidade sociopolítica.

Por outro lado, espero que as condições criadas possam ajudar à formação de uma literatura angolana, abraçando as circunstâncias políticas e, principalmente, a própria vida do povo.

Desejo ainda endereçar a todos os empossados as minhas sinceras felicitações.

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

THOMAS SANKARA

O Discurso de Orientação Política (DOP)

Ouagadougou, Burkina Faso, 2 de outubro de 1983.

Povo do Alto Volta,

Camaradas homens e mulheres militantes da revolução:

Durante este ano de 1983, nosso país conheceu momentos de particular intensidade, que ainda deixam uma marca indelével nas mentes de muitos cidadãos. As lutas do povo do Alto Volta experimentaram fluxos e refluxos durante esse período.

Nosso povo resistiu ao teste da luta heroica e finalmente triunfou na noite de 4 de agosto de 1983, que agora se tornou histórica. Passaram-se quase dois meses desde que a revolução se tornou um passo irreversível em nosso país. Dois meses desde que o povo combatente do Alto Volta mobilizou-se como um só soldado por detrás do Conselho Nacional Revolucionário (CNR) para construir uma nova sociedade voltaica, livre, independente e próspera, livre de injustiças sociais, libertada da secular dominação e exploração do imperialismo internacional.

No final deste estágio da nossa jornada, eu vos convido a olhar para trás e aprender as lições necessárias para que determinemos corretamente as tarefas revolucionárias para o presente e o futuro próximo. Se nós nos dotarmos de uma percepção nítida do curso dos acontecimentos, fortaleceremos nossa luta contra o imperialismo e as forças sociais reacionárias.

Resumindo: de onde viemos? E aonde estamos indo? Estas são as questões do momento, que exigem de nós uma resposta clara e resoluta, inequívoca, se quisermos ousadamente marchar para maiores e mais brilhantes vitórias.

A revolução de agosto foi a culminação da luta do povo do Alto Volta

O triunfo da revolução de agosto não é apenas o resultado do golpe de força revolucionário contra a sacrossanta aliança reacionária de 17 de maio de 1983. É a culminação da luta do povo voltaico contra

os seus inimigos permanentes. É uma vitória sobre o imperialismo internacional e seus aliados nacionais. Uma vitória sobre as forças retrógradas obscurantistas e sombrias. Uma vitória sobre todos os inimigos do povo que tramaram complôs e intrigas pelas nossas costas.

A revolução de agosto foi o culminar da revolta popular desencadeada pela conspiração imperialista de 17 de maio de 1983, que visava extinguir a crescente maré das forças democráticas e revolucionárias neste país.

Esta insurreição não só foi simbolizada pela atitude heroica e corajosa dos comandos na cidade de Po, que resistiram ferozmente ao poder pró-imperialista e antipopular do comandante-doutor Jean-Baptiste Ouedraogo e do Coronel Somé Yoryan; mas também pela coragem das forças democráticas e revolucionárias que, em aliança com os soldados e oficiais patrióticos, conseguiram organizar uma resistência exemplar.

A insurreição de 4 de agosto de 1983, a vitória da revolução e o advento do Conselho Nacional da Revolução são inquestionavelmente a consagração e, portanto, a culminação das lutas do povo do Alto Volta contra a dominação e a exploração neocolonial, contra a subjugação de nosso país, pela independência, liberdade, dignidade e progresso de nosso povo. Análises simplistas e superficiais, limitadas a repetir esquemas preestabelecidos, não podem alterar a realidade desses fatos.

A revolução de agosto triunfou como a herdeira e o aprofundamento do levante popular de 3 de janeiro de 1966. É a consequência e o desenvolvimento, em um estágio qualitativamente superior, de todas as grandes lutas populares que se multiplicaram nos últimos anos; todas elas marcadas pela recusa sistemática do povo voltaico e, particularmente, da classe operária e dos trabalhadores, a se permitir serem governados como antes. Os marcos mais significativos e notáveis dessas grandes lutas populares são dezembro de 1975, maio de 1979, outubro e novembro de 1980, abril de 1982 e maio de 1983.

É um fato bem estabelecido que o grande movimento de resistência popular, que imediatamente seguiu-se à provocação

reacionária e pró-imperialista de 17 de maio de 1983, criou condições favoráveis para o evento de 4 de agosto de 1983. Com efeito, a trama imperialista de 17 de maio precipitou um reagrupamento em larga escala das forças e organizações democráticas e revolucionárias que se mobilizaram durante este período no desenvolvimento de iniciativas e empreendendo ações arrojadas, até então desconhecidas. Enquanto isso, a santa aliança de forças reacionárias em torno do regime agonizante sofria de sua incapacidade de conter o avanço das forças revolucionárias, que mais e mais abertamente montavam um assalto contra o poder antipopular e antidemocrático.

As manifestações populares de 20, 21 e 22 de maio ecoaram nacionalmente, resultado de seu grande significado político, pois forneceram prova concreta da adesão aberta de todo um povo, e especialmente da sua juventude, aos ideais revolucionários defendidos por homens traiçoeiramente abatidos pela reação.

Tiveram grande significado prático, porque expressaram a determinação de um povo e sua juventude, que se levantaram para confrontar concretamente as forças da dominação e da exploração imperialista. Esta foi a demonstração mais óbvia da verdade de que, quando o povo se levanta, o imperialismo e as forças sociais aliadas suas tremem.

A história e o processo de conscientização política das massas populares seguem um caminho dialético que escapa à lógica reacionária. É por isso que os eventos de maio de 1983 contribuíram muito para acelerar o processo de conscientização política em nosso país, atingindo tal grau que as massas como um todo deram um significativo salto qualitativo na compreensão da situação.

Os eventos de 17 de maio contribuíram grandemente para abrir os olhos do povo voltaico, e o imperialismo, como um sistema de opressão e exploração, apareceu-lhes num lampejo brutal e cruel.

Há dias que contêm lições de uma riqueza comparável a uma década inteira. Durante estes dias, o povo aprende com incrível rapidez e profundidade de espírito, frente ao que milhares de dias de estudo nada são.

Os eventos de maio de 1983 permitiram que o povo aprendesse mais sobre os inimigos do Volta. Doravante, no Alto Volta, todos sabem: Quem é quem! Quem é com ou contra quem! Quem faz o que e por que.

Esse tipo de situação, que constitui o prelúdio de grandes levantes, ajudou a expôr a exacerbação das contradições de classe da sociedade voltaica. A revolução de agosto veio como a solução para essas contradições sociais que não poderiam mais ser sufocadas por soluções de compromisso.

A adesão entusiástica das grandes massas populares à revolução de agosto é a expressão concreta da imensa esperança que o povo voltaico deposita no advento do CNR, para que finalmente possa realizar a satisfação de sua aspiração profunda por democracia, liberdade e independência, pelo progresso verdadeiro, pela restituição da dignidade e pela grandeza de nossa pátria, que 23 anos de regime neocolonial aviltaram significativamente.

A herança de 23 anos de neocolonialismo

O advento do CNR, em 4 de agosto de 1983, e a instauração do poder revolucionário no Alto Volta desde então, abriram uma página gloriosa nos anais da história de nosso povo e de nosso país. No entanto, pesado é a nosso legado de 23 anos de exploração e dominação imperialista. Dura e árdua será a nossa tarefa de construir uma nova sociedade, uma sociedade livre de todos os males que mantém nosso país em situação de pobreza e atraso econômico e cultural.

Quando, em 1960, após o colonialismo francês atacar por todos os lados, sendo derrotado em Dien Bien Phu [Vietnã] e enfrentando enormes dificuldades na Argélia, foi forçado, tirando as lições dessas derrotas, a conceder-nos nossa soberania nacional e integridade territorial; isso foi positivamente saudado por nosso povo, que não permanecera impassível, e desenvolvera as lutas de resistência apropriadas. Essa fuga para frente do imperialismo colonial francês foi uma vitória do povo sobre as forças da opressão e da exploração. Do ponto de vista das massas populares, era uma reforma democrática, enquanto do ponto de vista do imperialismo era

apenas uma modificação operada nas suas formas de dominação e exploração do nosso povo.

Essa modificação, contudo, conduziu a um rearranjo de classes e camadas sociais e ao estabelecimento de novas classes. Em aliança com as forças reacionárias da sociedade tradicional, os intelectuais pequeno-burgueses da época, em total desprezo às massas fundamentais que serviram de trampolim para sua ascensão ao poder, começaram a organizar as bases políticas e econômicas de novas formas de dominação e de exploração imperialistas. O temor de que as lutas das massas populares se radicalizassem e levassem a soluções verdadeiramente revolucionárias foi a razão da escolha feita pelo imperialismo, que consiste em exercer desde aí seu domínio sobre nosso país, para perpetuar a exploração de nosso povo, através de intermediários locais. Os nacionais voltaicos assumiram o papel de dominação e exploração estrangeira. Toda a organização da sociedade neocolonial remonta a uma simplesmente operação de substituição das formas.

Em suas essências, a sociedade neocolonial e a colonial não são nem um pouco diferentes. Assim, a administração colonial foi substituída por uma administração neocolonial que era idêntica em todos os aspectos à primeira. Um exército colonial foi substituído por um exército neocolonial com os mesmos atributos, as mesmas funções e o mesmo papel de guardião dos interesses do imperialismo e de seus aliados nacionais. A escola colonial substituiu-se por uma neocolonial.

Os nacionais do Alto Volta comprometeram-se, com o apoio e as bênçãos do imperialismo, a organizar a pilhagem sistemática de nosso país. As migalhas deste saque que recaem para eles transformou-os pouco a pouco em uma burguesia verdadeiramente parasitária, sem saber conter seus apetites vorazes. Impulsionados por seus próprios interesses egoístas, eles não abrem mão nem dos meios mais desonestos, desenvolvendo a corrupção em larga escala, o desvio dos recursos públicos, o tráfico de influência e a especulação imobiliária, praticando favoritismo e nepotismo.

Assim se explica toda a riqueza material e financeira que acumulam sobre as costas do povo trabalhador. E não satisfeitos em

viver das rendas fabulosas que derivam da exploração desavergonhada de seus ganhos ilícitos, saem aos tapas para agarrar responsabilidades políticas que lhes permitam usar o aparelho estatal em benefício de seu lucro e de suas gastanças.

Sequer se passa um ano interior sem que se pague por suas fartas férias no estrangeiro. Seus filhos estão abandonando as escolas do país por uma educação de prestígio em outros países. À sombra do menor dos males, todos os meios do estado mobilizam-se para assegurar cuidados caros em hospitais de luxo em países estrangeiros.

Tudo isso acontece sob os olhos de um povo voltaico, um povo laborioso, corajoso e honesto, mas definhando na pobreza sobre a sujeira. Se para a minoria rica o Alto Volta constitui um paraíso, para esta maioria que constitui o povo é um inferno dificilmente suportável.

Em sua grande maioria, os assalariados, apesar de terem uma renda regular garantida, sofrem restrições e armadilhas da sociedade de consumo do capitalismo. Todo o salário é consumido antes mesmo de ser tocado. E o círculo vicioso continua sem fim, sem qualquer perspectiva de ruptura.

Em seus respectivos sindicatos, os assalariados se engajam em lutas reivindicativas pela melhora de suas condições de vida. A amplitude dessas lutas às vezes forçou os poderes neocoloniais a fazer concessões. Mas eles dão com uma mão para retirar imediatamente com outra. Assim, é anunciado, com grande alarde, um aumento de 10% nos salários, apenas para imediatamente tomar medidas fiscais que cancelam os benefícios esperados como resultado da primeira medida. Os trabalhadores após 5, 6, 7 meses sempre acabam percebendo a artimanha e se mobilizam para novas lutas. Sete meses é mais do que suficiente para que os reacionários no poder recuperem o fôlego e desenvolvam outros esquemas. Nesta luta sem fim, o trabalhador sempre sai perdendo.

Dentro desta maioria, há estes "condenados da terra", estes camponeses que são expropriados, espoliados, molestados, aprisionados, completamente desrespeitados e humilhados todos os dias e que, no entanto, são aqueles cujo trabalho é criador de

riqueza. É através de sua atividade produtiva que a economia do país se mantém, malgrada sua fragilidade. É esse trabalho que “adoça”⁵⁰ os nacionais para os quais o Alto Volta é um Eldorado. E, no entanto, são eles que mais sofrem com a falta de estruturas, infraestrutura rodoviária, falta de instalações e instrução sanitárias.

São esses camponeses, que criam a riqueza nacional, que mais sofrem com a falta de escolas e material escolar para seus filhos. São seus filhos que vão engrossar as fileiras dos desempregados depois de uma passagem relâmpago pelos bancos escolares mal adaptados às realidades deste país. É entre eles que a taxa de analfabetismo é mais alta: 98%. Aqueles que precisam saber mais para melhorar seu desempenho no trabalho produtivo são os que menos se beneficiam dos investimentos em saúde, educação e tecnologia.

O jovem camponês, que tem o mesmo estado de espírito que toda a juventude, ou seja, mais sensível à injustiça social e a favor do progresso, chega, em um sentimento de revolta, a desertar do campo, privando-o dos seus elementos mais dinâmicos.

O primeiro reflexo empurra essa juventude para os principais centros urbanos, que são Ouagadougou e Bobo-Dioulasso. Lá eles esperam encontrar um trabalho que pague melhor e também desfrutar dos benefícios do progresso. A falta de trabalho leva-os à ociosidade, com os vícios que a caracterizam. Finalmente, eles buscarão sua salvação, para não acabar na prisão, emigrando para países estrangeiros, onde a humilhação e a mais descarada exploração os aguardam. Mas a sociedade voltaica acaso lhes dá outra escolha?

Esta é, da maneira mais sucinta, a situação de nosso país após 23 anos de neocolonialismo: paraíso para alguns e inferno para os outros.

Após 23 anos de dominação e exploração imperialista, o nosso país continua a ser um país agrícola atrasado, onde o setor rural, que emprega mais de 90% da força de trabalho, representa apenas 45% do produto interno bruto (PIB) e fornece 95% das exportações totais do país.

Simplificando: enquanto em outros países os agricultores, que compõem menos de 5% da população, não só são capazes de se alimentar adequadamente, de prover toda a nação, mas também de exportar enormes quantidades de seus produtos agrícolas; em casa, mais de 90% da população, apesar de duros esforços, padece de fome e desabastecimento e é obrigada a recorrer, com o resto da população, à importação de produtos agrícolas, quando não tem até mesmo que recorrer à ajuda internacional. O desequilíbrio entre as exportações e as importações assim criado contribui para acentuar a dependência do país em relação aos países estrangeiros. O deficit comercial resultante aumentou substancialmente ao longo dos anos e a taxa de cobertura das importações pelas exportações é de cerca de 25%. Em termos mais nítidos, compramos mais do que vendemos para o exterior, e uma economia que funciona com base nisso se arruína progressivamente rumo à catástrofe.

O investimento privado proveniente do exterior não apenas é insuficiente, mas também exerce uma enorme pressão sobre a economia do país e, portanto, não contribui para reforçar sua capacidade de acumulação. Uma parte significativa da riqueza criada pelo investimento estrangeiro é drenada para fora, em vez de ser reinvestida para aumentar a capacidade produtiva do país. No período 1973-1979, a saída de divisas na forma de rendimentos de investimento direto estrangeiro é estimada em 1,7 bilhão de francos CFA por ano, enquanto os novos investimentos totalizam, em média, apenas 1,3 bilhão de francos CFA por ano, em média.

A insuficiência dos esforços em investimentos produtivos levou o Estado voltaico a desempenhar um papel fundamental na economia nacional, através do seu esforço para complementar o investimento privado. Situação difícil quando se sabe que as receitas do orçamento do Estado são essencialmente constituídas pelas receitas fiscais, que representam 85% do total das receitas, e que se somam a taxas sobre importações e impostos.

Além do esforço de investimento nacional, as receitas do Estado financiam as despesas do governo, 70% das quais são usadas para pagar os salários dos funcionários públicos e para garantir o

funcionamento dos serviços administrativos. O que pode restar para investimentos sociais e culturais?

No campo da educação, nosso país está entre os países mais atrasados, com uma taxa de matrícula de 16,4% e uma taxa de analfabetismo de 92%, em média. Isso significa que, de cada 100 pessoas no Alto Volta, apenas oito parecem ser capazes de ler e escrever em qualquer idioma.

No plano sanitário, as taxas de morbidade e mortalidade estão entre as mais altas na sub-região, devido à proliferação de doenças transmissíveis e deficiências nutricionais. Como podemos evitar uma situação tão catastrófica quando sabemos que existe apenas um leito hospitalar para cada 1.200 habitantes e um médico para cada 48.000 habitantes?

Esses poucos elementos são suficientes para ilustrar o legado de 23 anos de neocolonialismo, 23 anos de uma política de renúncia nacional total. Esta situação, entre as mais desoladoras, não pode deixar indiferente qualquer voltaico que ame e honre seu país.

Na verdade, nosso povo, um povo corajoso e trabalhador, nunca poderia tolerar tal situação. E porque ele entendeu que isso não era resultado de uma fatalidade, mas de uma organização da sociedade em bases injustas para o benefício exclusivo de uma minoria, ele sempre desenvolveu lutas multifacetadas, buscando formas e meios para pôr fim à velha ordem das coisas.

É por isso que ele saudou febrilmente o advento do Conselho Nacional da Revolução e da revolução de agosto, que é o culminar de seus esforços e dos sacrifícios que ele fez para derrubar a velha ordem, estabelecer uma nova ordem capaz de reabilitar o homem voltaico e dar um lugar de escolha ao nosso país no concerto das nações livres, prósperas e respeitadas.

As classes parasitas, que sempre se beneficiaram do Alto Volta colonial e neocolonial, são e serão hostis às transformações empreendidas pelo processo revolucionário iniciado desde 4 de agosto de 1983. A razão é que elas são e permanecem ligadas por um cordão umbilical ao imperialismo internacional. Elas foram e permanecem as fervorosas defensoras dos privilégios adquiridos por causa de sua lealdade ao imperialismo.

O que quer que se faça, o que for que se diga, elas permanecerão iguais a si mesmas e continuarão a tramar intrigas pela reconquista de seu "reino perdido". Dessas pessoas nostálgicas não se deve esperar uma reconversão de mentalidade e atitude. Elas não se sensibilizam e compreendem apenas a linguagem da luta, a luta das classes revolucionárias contra os exploradores e os opressores dos povos. Nossa revolução será a coisa mais autoritária para elas; será um ato pelo qual o povo imporá a sua vontade por todos os meios à sua disposição e, se necessário, pela força das armas.

Esses inimigos do povo, quem são eles? Eles foram desmascarados aos olhos do povo durante os eventos de 17 de maio, em seu ressentimento contra as forças revolucionárias. Esses inimigos do povo, o povo identificou-os no fogo da ação revolucionária. Eles são:

1) A burguesia voltaica, que se diferencia pela função que cada fração desempenha, como uma burguesia estatal, uma burguesia compradora e uma burguesia média.

▶ A burguesia estatal: é essa fração que é conhecida como a burguesia político-burocrática. É uma burguesia à qual uma situação de monopólio político enriqueceu ilegal e vilmente. Ela usou o aparato estatal assim como o capitalista industrial usa seus meios de produção, para acumular ganhos de capital derivados da exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Essa fração da burguesia jamais renunciará voluntariamente às suas antigas vantagens para assistir, passivamente, às transformações revolucionárias em curso.

▶ A burguesia comercial: esta fração, por suas próprias atividades, está ligada ao imperialismo por muitos elos. A supressão da dominação imperialista significa para ela a morte da "galinha dos ovos de ouro". É por isso que se oporá com toda a força à atual revolução. É nesta categoria que são recrutados, por exemplo, comerciantes desonestos que procuram privar o povo removendo alimentos de circulação para fins de especulação e sabotagem econômica.

▶ A burguesia média: esta fração da burguesia voltaica, apesar de ter ligações com o imperialismo, rivaliza com ele pelo controle do mercado. Mas como é mais fraca economicamente, é expulsa pelo imperialismo. Ela, portanto, tem queixas contra o imperialismo, mas

também tem medo do povo, e esse medo pode levá-la a fazer frente com o imperialismo. No entanto, como a dominação imperialista no nosso país impede que ela desempenhe seu verdadeiro papel como burguesia nacional, alguns de seus elementos, em alguns aspectos, poderiam ser favoráveis à revolução que os coloca objetivamente no campo do povo. No entanto, quanto a esses elementos que chegam à revolução e ao povo, é necessário desenvolver uma desconfiança revolucionária. Pois, sob esta cobertura, surgirão revolucionários oportunistas de todos os tipos.

2) As forças retrógradas, que extraem seu poder das estruturas tradicionais do tipo feudal de nossa sociedade. Essas forças, em sua maioria, foram capazes de opor uma firme resistência ao imperialismo colonialista francês. Mas desde a ascensão de nosso país à soberania nacional, elas formaram uma unidade com a burguesia reacionária para oprimir o povo voltaico. Estas forças mantiveram as massas camponesas em uma situação de reserva, na qual tomam parte em todo tipo de manipulação eleitoral. Para preservar os seus interesses comuns aos do imperialismo e opostos aos do povo, estas forças reacionárias recorrem com maior frequência aos valores decadentes da nossa cultura tradicional que ainda estão vivos nas zonas rurais. Na medida em que nossa revolução visa democratizar as relações sociais em nosso campo, capacitar os camponeses, trazer-lhes mais educação e mais conhecimento para sua própria emancipação econômica e cultural, essas forças retrógradas se opõem a ela.

Estes são os inimigos do povo nesta revolução, inimigos que o próprio povo identificou durante os eventos de maio. Foram esses indivíduos que compuseram a maior parte da tropa de manifestantes isolados, protegidos por um cordão militar, e que mostraram seu apoio de classe ao regime já moribundo decorrente do golpe de estado reacionário e pró-imperialista. Para além das classes sociais e estratos reacionários e antirrevolucionários listados acima, o resto da população constitui o povo voltaico. Um povo que abomina a dominação e a exploração imperialista e que não deixou de manifestá-lo na luta concreta cotidiana contra os vários regimes neocoloniais.

Este povo, nesta revolução, reúne:

1) A classe trabalhadora voltaica, jovem e pequena, mas que soube provar em suas lutas incessantes contra os patrões que é uma classe verdadeiramente revolucionária. Na revolução atual, é uma classe que tem tudo a ganhar e nada a perder. Não tem meios de produção a perder, não tem parcela de propriedade a defender no quadro da antiga sociedade neocolonial. Por outro lado, ela está convencida de que a revolução é um assunto seu, porque ela sairá dela maior e mais forte.

2) A pequena burguesia, que constitui uma camada social vasta e instável, e que muitas vezes hesita entre a causa das massas populares e a do imperialismo. Na maioria das vezes, acaba por se por inteiramente ao lado das massas populares. Ela inclui os mais diversos elementos entre os quais: pequenos comerciantes, intelectuais pequeno-burgueses (funcionários públicos, estudantes, alunos, funcionários do setor privado, etc.), artesãos.

3) O campesinato voltaico é, em sua maioria, composto de pequenos agricultores ligados à propriedade parcelária, devido à desintegração gradual da propriedade coletiva desde a introdução do modo de produção capitalista em nosso país. As relações de mercado dissolvem cada vez mais os laços comunitários e, em seu lugar, a propriedade privada dos meios de produção é estabelecida. Nesta nova situação criada pela penetração do capitalismo em nosso país, o camponês voltaico, que está ligado à pequena produção, encarna as relações de produção burguesas. Assim, à luz de todas estas considerações, o campesinato voltaico faz parte da categoria da pequena burguesia.

No passado e na sua situação atual, é a camada social que paga o mais pesado tributo à dominação e à exploração imperialista. A situação de atraso econômico e cultural, que caracteriza nosso campo há muito tempo, a distancia das grandes correntes do progresso e da modernização, e a faz desempenhar o papel de enorme reserva dos partidos políticos de reacionários. No entanto, ela tem interesse na revolução e é, do ponto de vista dos números, a principal força.

4) O lumpemproletariado é a categoria dos elementos desclassificados que, por conta de sua situação de desempregados, estão dispostos a serem pagos pelas forças reacionárias e pelos contrarrevolucionários para a execução de suas tarefas sujas. Na medida em que a revolução logre convertê-los, ocupando-os de modo útil, eles podem ser seus mais fortes defensores.

O caráter e o alcance da revolução de agosto

As revoluções que ocorrem em todo o mundo não são iguais. Cada revolução traz sua originalidade, que a diferencia das outras. Nossa revolução, a revolução de agosto, não escapa dessa observação. Leva em conta as peculiaridades de nosso país, seu grau de desenvolvimento e sujeição ao sistema capitalista imperialista mundial.

Nossa revolução é uma revolução que se desenrola em um país agrícola atrasado, no qual o fardo das tradições e da ideologia secretada por uma organização social de tipo feudal pesa muito sobre as massas. É uma revolução num país que, devido à dominação e à exploração que o imperialismo exerceu sobre o nosso povo, evoluiu, da situação colonial em que estava o país, para a neocolonial. É uma revolução que está ocorrendo em um país ainda caracterizado pela inexistência de uma classe trabalhadora consciente de sua missão histórica e organizada e, portanto, sem tradição de luta revolucionária. É uma revolução que ocorre em um pequeno país continental no momento em que, no plano internacional, o movimento revolucionário desmorona dia a dia, sem vislumbrar qualquer esperança de encontrar um bloco homogêneo, capaz de impulsionar e apoiar os movimentos revolucionários nascentes. Este conjunto de circunstâncias históricas, geográficas e sociológicas dá uma certa marca singular à nossa revolução.

A revolução de agosto é uma revolução com um duplo caráter: é uma revolução democrática e popular. Suas principais tarefas são a liquidação da dominação e exploração imperialista, varrer no campo todos os obstáculos sociais, econômicos e culturais que o mantêm em estado de atraso. Daí vem seu caráter democrático.

Do fato de que as massas populares voltaicas participam plenamente desta revolução e se mobilizam em torno de palavras de ordem democráticas e revolucionárias, que traduzem de fato seus próprios interesses opostos aos das classes reacionárias aliadas ao imperialismo, deriva seu caráter popular. Esse caráter popular da revolução de agosto também reside no fato de que, no lugar da velha máquina estatal, está sendo construída uma nova máquina para garantir o exercício democrático do poder pelo povo e para o povo.

Nossa atual revolução, assim caracterizada, apesar de ser uma revolução anti-imperialista, ainda ocorre dentro dos limites do regime econômico e social burguês. Ao analisar as classes sociais da sociedade voltaica, apoiamos a ideia de que a burguesia voltaica não constitui uma única massa homogênea, reacionária e antirrevolucionária. De fato, o que caracteriza a burguesia dos países subdesenvolvidos no sentido capitalista é sua incapacidade congênita de revolucionar a sociedade, como a burguesia dos países europeus da década de 1780, isto é, do tempo em que esta ainda era uma classe ascendente.

Tais são os personagens e os limites da revolução desencadeada no Alto Volta desde 4 de agosto de 1983. Ter uma percepção clara e uma definição exata de seu conteúdo nos protege dos perigos de desvios e excessos que poderiam ser prejudiciais à marcha vitoriosa da revolução.

Que todos aqueles que assumiram a causa da revolução de agosto se imbuam dessa linha mestra, a fim de poderem assumir seu papel de revolucionários conscientes e, como verdadeiros, intrépidos e infatigáveis propagandistas, difundi-la entre as massas.

Já não é suficiente chamar-se revolucionário: é preciso também estar imbuído pelo sentido profundo da revolução de que se é fervoroso defensor. Esta é a melhor maneira de defendê-la bem contra os ataques e as desfigurações que os contrarrevolucionários não deixarão de opor à sua marcha. Saber ligar a teoria revolucionária à prática revolucionária será o critério decisivo que permitirá, a partir de agora, distinguir os revolucionários

consequentes de todos aqueles que chegam à revolução movidos por motivos alheios à causa revolucionária.

A soberania do povo no exercício do poder revolucionário

Uma das características distintivas da revolução de agosto, como dissemos, e que lhe confere seu caráter popular, é que ela é o movimento da imensa maioria em favor da imensa maioria.

É uma revolução feita pelas próprias massas populares voltaicas, com suas palavras de ordem e suas aspirações. O objetivo dessa revolução consiste em fazer o povo assumir o poder para si. É esta a razão pela qual o primeiro ato da revolução, após a Proclamação de 4 de agosto, foi o apelo dirigido ao povo para a criação dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR). A CNR está convencida de que, para que esta revolução seja verdadeiramente popular, ela deverá proceder à destruição da máquina de estado neocolonial e organizar uma nova máquina capaz de garantir a soberania do povo. A questão de saber como esse poder popular será exercido, como esse poder deverá ser organizado, é uma questão essencial para o futuro de nossa revolução.

A história do nosso país até hoje tem sido essencialmente dominada pelas classes exploradoras e conservadoras que exerceram sua ditadura antidemocrática e antipopular, por seu domínio sobre a política, a economia, a ideologia, a cultura, a administração e a justiça.

O objetivo primordial da revolução é deslocar o poder das mãos da burguesia voltaica aliada ao imperialismo para as mãos da aliança das classes populares que compõem o povo. Ou seja, à ditadura antidemocrática e antipopular da aliança reacionária de classes sociais favoráveis ao imperialismo, o povo no poder deverá opor o seu poder democrático e popular.

Esse poder democrático e popular será a fundação, a base sólida do poder revolucionário no Alto Volta. Ele terá como tarefa primordial a total reconversão de toda a máquina estatal com suas leis, sua administração, seus tribunais, sua polícia, seu exército que foram moldados para servir e defender os interesses egoístas das classes e dos estratos sociais reacionários. Ele terá como tarefa

organizar a luta contra os esforços contrarrevolucionários para reconquistar o “paraíso perdido”, a fim de esmagar completamente a resistência dos reacionários nostálgicos do passado. E é aí que reside a necessidade e o papel dos CDRs, como ponto de apoio das massas populares para o assalto às cidadelas reacionárias e contrarrevolucionárias.

Para uma compreensão adequada da natureza, papel e funcionamento dos CDRs

A construção de um estado de democracia popular, que é o objetivo final da revolução de agosto, não é e não será o trabalho de um único dia. É uma tarefa árdua, que exigirá de nós enormes sacrifícios. O caráter democrático desta revolução nos impõe uma descentralização e uma desconcentração do poder administrativo, a fim de reaproximar o governo do povo, a fim de fazer da coisa pública um assunto que interesse a todos. Neste trabalho imenso e de longo prazo, nos comprometemos a remodelar o mapa administrativo do país para uma maior eficiência.

Nós também começamos empreender a renovação da direção dos serviços administrativos em um sentido mais revolucionário. Ao mesmo tempo, fizemos uma “limpeza” dos oficiais e soldados que, por várias razões, não conseguiam acompanhar a cadência da atual revolução. Ainda temos muito o que fazer e estamos cientes disso.

O Conselho Nacional da Revolução – que, após o processo revolucionário deflagrado em 4 de agosto, detém o poder de concepção, de direção e de controle da vida nacional politicamente, economicamente e socialmente – deve ter instâncias locais nos vários setores da vida nacional. E é aí que reside o profundo significado da criação dos CDRs, que são os representantes do poder revolucionário nas vilas, nos distritos das cidades, nos locais de trabalho.

Os CDRs constituem a organização autêntica do povo no exercício do poder revolucionário. São o instrumento que o povo forjou para se tornar verdadeiramente soberano sobre seu destino e, assim, estender seu controle a todos os domínios da sociedade. Os

batalhões do povo, o poder do povo, a riqueza do povo, será o povo que irá gerenciá-los, e os CDRs lhes servirão para tanto.

Quanto aos seus papéis, eles são imensos e diversificados. Sua principal missão é a organização de todo o povo voltaico, em vista de engajá-los no combate revolucionário. O povo, assim organizado nos CDRs, adquire não apenas o direito de consulta sobre os problemas de seu futuro, mas também participa da tomada de decisões sobre seu futuro e sua execução. A revolução, como dita a teoria, para destruir a velha ordem e, em seu lugar, construir uma sociedade de um novo tipo, só pode ser liderado por aqueles que têm interesse nisto.

Os CDRs são, então, os destacamentos de assalto que atacarão todas as linhas de resistência. Eles são os construtores do Alto Volta revolucionário. São o fermento que deverá levar a revolução a todas as províncias, todas as nossas aldeias, todos os serviços públicos e privados, todas as casas, todos os ambientes. Para fazer isso, os militantes revolucionários no interior dos CDRs devem concorrer com ardor nas seguintes tarefas principais:

- 1) A ação dirigida aos membros do CDR: cabe aos militantes revolucionários o trabalho de educação política de seus camaradas. Os CDRs devem ser escolas de formação política. Os CDRs são as estruturas adequadas onde os militantes discutem as decisões das instâncias superiores da revolução, do CNR e do governo.

- 2) A ação dirigida às massas populares visa levá-las a aderir massivamente aos objetivos do CNR, por meio de uma propaganda e agitação intrépida e incansável. À propaganda e às calúnias da reação, o CDR deve saber opor a uma propaganda, uma explicação revolucionária apropriada ao princípio de que só a verdade é revolucionária.

Os CDRs devem ir de encontro às massas para entender seu estado de espírito, suas necessidades, para informar o CNR em tempo hábil e fazer propostas concretas acerca destas. Eles são convidados a examinar as questões relativas às melhorias no interesse das massas populares, sustentando as iniciativas tomadas por estas últimas.

O contato direto com as massas populares, através da organização periódica de assembleias abertas, onde as questões que lhes interessem sejam discutidas, é uma necessidade imperiosa para os CDRs, se eles quiserem ajudar na correta aplicação das diretrizes do CNR. Assim, na ação de propaganda, as decisões do CNR serão explicadas às massas. Todas as medidas destinadas a melhorar suas condições de vida também serão explicadas. Os CDRs devem lutar com as massas populares das cidades e do campo contra seus inimigos e as adversidades da natureza, para a transformação de sua existência material e moral.

3) Os CDRs deverão trabalhar de forma racional, ilustrando assim um dos traços da nossa revolução: o rigor. Por consequência, eles devem adotar planos de ação coerentes e ambiciosos, que sejam impositivos para todos os seus membros.

Depois de 4 de agosto, data que agora se tornou histórica para o nosso povo, respondendo ao apelo do CNR, os voltaicos desenvolveram iniciativas para se dotar dos CDRs. Assim, CDRs nasceram em aldeias, bairros de cidades, nos locais de trabalho, nos serviços, nas usinas, no interior do exército. Tudo isso é o resultado da ação espontânea das massas. Agora temos de trabalhar para a sua estruturação interna em uma base nítida, e para sua organização à escala nacional. É nesse sentido que vem trabalhando atualmente o Secretariado Nacional dos CDRs. À espera de que o trabalho de reflexão, que se leva atualmente sobre as bases da experiência já acumulada, surta os resultados finais, nós nos contentamos em esboçar o esquema e os princípios gerais de orientação do funcionamento dos CDRs.

A primeira ideia perseguida com a criação dos CDRs envolve a democratização do poder. Os CDRs tornam-se, assim, órgãos através dos quais o povo exerce o poder local, decorrente do poder central investido no CNR.

O CNR é, entre as sessões do Congresso Nacional, o poder supremo. É o órgão diretivo de todo este edifício, cujo princípio orientador é o centralismo democrático.

O centralismo democrático é baseado em parte na subordinação dos órgãos do escalão inferior aos organismos do escalão superior,

entre os quais o mais alto é o CNR, ao qual estão subordinadas todas as organizações. Por outro lado, este centralismo permanece democrático, devido ao princípio eletivo ser necessário em todos os níveis, e a autonomia dos órgãos locais ser reconhecida para todos os assuntos relevantes dentro de sua jurisdição, ainda que dentro dos limites e em conformidade com as orientações gerais traçadas pela instância superior.

A moralidade revolucionária nos CDRs

A revolução visa a transformação da sociedade em todas as suas relações: econômicas, sociais e culturais. Ela visa criar um voltaico novo, com uma moralidade e um comportamento social exemplares, que inspirem a admiração e a confiança das massas. A dominação neocolonial colocou nossa sociedade em um estado de decadência tal que nos levará anos para purificá-la.

Por conseguinte, os militantes dos CDRs devem forjar uma nova consciência e um novo comportamento, a fim de dar um bom exemplo às massas populares. Ao fazer a revolução, nós devemos velar pela nossa própria transformação qualitativa. Sem uma transformação qualitativa do próprio povo deve ser o arquiteto da revolução, é praticamente impossível criar uma nova sociedade desembaraçada da corrupção, do roubo, das mentiras e do individualismo em geral.

Nós devemos nos esforçar para fazer convergirem nossas ações com nossos discursos, monitorar nosso comportamento social de modo a não abirmos nossos flancos aos ataques dos contrarrevolucionários que estão à espreita. Lembrarmo-nos constantemente de que o interesse das massas populares prima sobre o interesse pessoal nos preservará contra todo equívoco.

O ativismo de certos militantes, que carregam o sonho contrarrevolucionário de acumular bens e lucros através de CDRs, deve ser denunciado e combatido. O estrelismo deve ser eliminado. Quanto mais cedo essas deficiências forem combatidas, melhor será para a revolução.

O revolucionário, do nosso ponto de vista, é aquele que sabe ser modesto ao mesmo tempo em que é o mais determinado nas tarefas

que lhes são confiadas. Ele faz isso sem se gabar e não espera recompensa.

Nos últimos tempos, temos constatado que diversos elementos que tomaram parte ativa na revolução esperavam que lhes fosse reservado um tratamento privilegiado, honrarias, posições importantes, se engajaram, por despeito, em uma atividade sabotadora, por conta daquilo que não ganharam. Esta é a prova de que eles participaram da revolução sem nunca entender seus reais objetivos. Nós não fazemos uma revolução simplesmente para substituir os antigos poderosos derrubados. Nós não participamos da revolução sob uma motivação vingativa, ou motivados pelo desejo de obter uma situação vantajosa: "tiro você de lá e coloco a mim mesmo". Esse tipo de motivação é estranha ao ideal da revolução de agosto, e aqueles que a utilizam demonstram as suas falhas situacionistas pequeno-burguesas, quando não o oportunismo próprio dos mais perigosos contrarrevolucionários.

A imagem do revolucionário que o CNR pretende imprimir na consciência de todos é a do militante que é um só corpo com as massas, que tem fé nelas e que as respeita. Ele se afasta de qualquer atitude de desprezo para com elas. Ele não se considera um mestre a quem essas massas devem obediência e submissão. Pelo contrário, ele vai à escola, ouve atentamente e presta atenção às suas opiniões. Ele rompeu com os métodos autoritários, dignos de burocratas reacionários.

A revolução se distingue da anarquia devastadora. Exige uma disciplina e uma conduta exemplares. Atos de vandalismo e ações aventureiras de todos os tipos, em vez de reforçar a revolução pela adesão das massas, a enfraquece e afasta dela incontáveis massas. É por isso que os membros do CDR devem aumentar seu senso de responsabilidade frente ao povo e procurar inspirar respeito e admiração.

Essas insuficiências são, na maioria das vezes, devidas a uma ignorância do caráter e dos objetivos da revolução. E para evitar isso, precisamos nos aprofundar no estudo da teoria revolucionária. O estudo teórico eleva nossa compreensão dos fenômenos, ilumina nossas ações e nos protege de muitas presunções. Devemos agora

prestar particular atenção a este aspecto da questão e esforçar-nos por ser exemplos que encorajem os outros a seguir-nos.

Por um revolucionamento de todos os setores da sociedade voltaica

Todos os sucessivos regimes políticos até aqui se esforçaram para instaurar um conjunto de medidas para uma melhor gestão da sociedade neocolonial. As mudanças operadas por esses vários regimes se resumem à configuração de novas equipes na continuidade do poder neocolonial. Nenhum desses regimes queria e nem poderia empreender um questionamento dos fundamentos socioeconômicos da sociedade voltaica. Esta é a razão pela qual todos falharam.

A revolução de agosto não pretende apenas introduzir mais um regime no Alto Volta. Ela rompe com todos os regimes conhecidos até o presente. Seu objetivo final é a edificação de uma nova sociedade voltaica, na qual o cidadão voltaico será animado por uma consciência revolucionária, será o arquiteto de sua própria felicidade, uma felicidade à altura dos esforços que ele dedicou.

Para fazer isso, a revolução será, para o desprazer das forças conservadoras e retrógradas, uma reviravolta total e profunda que não poupará nenhum domínio, nenhum setor da atividade econômica, social e cultural.

O revolucionamento de todos os domínios, de todos os setores da atividade, é a palavra de ordem que corresponde ao presente momento. Fortalecido da linha-diretriz assim traçada, todo cidadão, em qualquer nível que se encontre, deve se comprometer a revolucionar seu setor de atividade.

A partir de agora e imediatamente, a filosofia das transformações revolucionárias afetará os seguintes setores: 1) O exército nacional; 2) A política das mulheres; 3) A edificação econômica.

1) O exército nacional: seu lugar na revolução democrática e popular

De acordo com a doutrina de defesa do Alto Volta revolucionário, um povo consciente não pode confiar a defesa de sua pátria a um grupo

de homens, sejam quais forem as suas competências. Os povos conscientes assumem eles mesmos a defesa de sua pátria. Para este efeito, nossas Forças Armadas são apenas um destacamento mais especializado do que o resto do povo para as tarefas de segurança interna e externa do Alto Volta. Da mesma maneira, embora a saúde dos voltaicos seja assunto do povo e de cada voltaico individualmente, há e haverá um corpo médico mais especializado, dedicando mais tempo à questão da saúde pública.

A revolução dita às Forças Armadas nacionais três missões:

1) Serem capazes de combater qualquer inimigo dentro e fora, e participar do treinamento militar do resto do povo. Isso pressupõe um aumento da capacidade operacional, fazendo de cada soldado um combatente competente, ao contrário do antigo exército, que não passava de uma massa de salarizados.

2) Participar na produção nacional. Com efeito, o novo soldado deve viver e sofrer no seio do povo ao qual ele pertence. Terminou o exército em reserva. Doravante, além do manuseio de armas, ele estará nos campos, ele ampliará os rebanhos de gado, ovelhas e aves. Construirá escolas e postos de saúde, cujo funcionamento ele assegurará; manterá estradas e transportará por via áreas o correio, os enfermos e os produtos agrícolas entre as regiões.

3) Formar cada soldado como militante revolucionário. Acabaram-se os dias em que se alegava a realidade da neutralidade e do apoliticismo do exército, enquanto se fazia do exército um reduto da reação e o fiador dos interesses imperialistas!

Acabaram-se os dias em que nosso exército nacional se comportava como um corpo de mercenários estrangeiros em um território conquistado! Essa época agora se foi para sempre. Armado com a formação política e ideológica, nossos soldados, nossos sargentos e nossos oficiais, engajados no processo revolucionário, deixaram de ser criminosos em potencial para se tornarem revolucionários conscientes, estando entre o povo como um peixe na água.

Há um ano a serviço da revolução, o Exército Nacional Popular não dará espaço para qualquer militar que despreze o seu povo, zombe dele e o brutalize. Um exército do povo a serviço do povo, esse é o novo exército que vamos construir no lugar do exército neocolonial,

verdadeiro instrumento de opressão e repressão nas mãos da burguesia reacionária, que é usado para dominar o povo. Um exército tal, mesmo do ponto de vista da sua organização interna e seus princípios de funcionamento, será fundamentalmente diferente do antigo exército. Assim, em vez de obediência cega dos soldados a seus líderes, dos subordinados aos seus superiores, se desenvolverá uma disciplina saudável que, embora rigorosa, será fundada sobre a adesão consciente dos homens e das tropas.

Ao contrário do ponto de vista dos oficiais reacionários, animados pelo espírito colonial, a politização do exército, seu revolucionamento, não significa pôr fim à disciplina. A disciplina, em um exército politizado, terá um novo conteúdo. Será uma disciplina revolucionária. Ou seja, uma disciplina que extrai sua força do fato de que o oficial e o soldado, o graduado e o não graduado, são iguais em dignidade humana e diferem uns dos outros apenas por suas tarefas concretas e suas respectivas responsabilidades. Armados com esta compreensão da relação entre os homens, os quadros militares devem respeitar os seus homens, amá-los e tratá-los com equidade.

Aqui também, os Comitês de Defesa da Revolução têm um papel fundamental a desempenhar. Os militantes do CDR no interior do Exército terão de ser os infatigáveis pioneiros da edificação do Exército Nacional Popular do Estado democrático e popular, cujas tarefas essenciais serão:

1) No plano internos, a defesa dos direitos e interesses do povo, a manutenção da ordem revolucionária e a salvaguarda do poder democrático e popular.

2) No plano externo, a defesa da integridade territorial.

2) A mulher voltaica: seu papel na revolução democrática e popular

O peso das tradições seculares da nossa sociedade faz das mulheres bestas de carga. Todas as pragas da sociedade neocolonial, a mulher sofre duplamente: primeiro, ela conhece os mesmos sofrimentos que o homem; em segundo lugar, padece por parte dos homens de outros sofrimentos.

Nossa revolução é do interesse de todos os oprimidos, todos aqueles que são explorados na sociedade atual. Ela é, portanto, do interesse das mulheres, porque a base de sua dominação pelos homens é encontrada no sistema de organização da vida política e econômica da sociedade. A revolução, ao mudar a ordem social que oprime a mulher, cria as condições para sua verdadeira emancipação.

As mulheres e os homens da nossa sociedade são vítimas da opressão e dominação imperialista. É por isso que estão travando o mesmo combate. A revolução e a libertação das mulheres andam de mãos dadas. E não é um ato de caridade ou um impulso de humanismo falar da emancipação das mulheres. Esta é uma necessidade fundamental para o triunfo da revolução. As mulheres carregam a outra metade do céu.

Criar uma nova mentalidade entre as mulheres voltaicas, que lhes permita assumir o destino do país ao lado dos homens, é uma das tarefas primordiais da revolução. O mesmo vale para a transformação a ser feita nas atitudes dos homens em relação às mulheres.

Até agora, as mulheres foram excluídas das esferas de decisão. A revolução, ao responsabilizar as mulheres, cria as condições para libertar a iniciativa combatente das mulheres. O CNR, em sua política revolucionária, trabalhará para mobilizar, organizar e unir todas as forças vitais da nação, e a mulher não será deixada para trás. Ela será associada a todas as batalhas que teremos que enfrentar contra os vários obstáculos da sociedade neocolonial e para a construção de uma nova sociedade. Ela estará associada, em todos os níveis de concepção, decisão e execução, à organização da vida de toda a nação. O objetivo final de todo esse grande empreendimento é construir uma sociedade livre e próspera, onde a mulher seja igual ao homem em todos os domínios.

No entanto, é importante ter uma compreensão adequada da questão da emancipação das mulheres. Não se trata de uma igualdade mecânica entre homem e mulher. Adquirir hábitos associados ao homem: beber, fumar, usar calças. Esta não é a emancipação da mulher.

Nem a aquisição de diplomas legais que tornem a mulher igual ao homem ou mais emancipada. O diploma legal não é um passe livre para emancipação.

A verdadeira emancipação da mulher é aquela que responsabiliza a mulher, que a associa às atividades produtivas e aos vários combates com os quais o povo se confronta. A verdadeira emancipação da mulher é aquela que força o respeito e a consideração do homem. A emancipação, assim como a liberdade, não se concede: é conquistada. E cabe às próprias mulheres avançar suas reivindicações e mobilizarem-se para realizá-las.

Nisto, a revolução democrática e popular criará as condições necessárias para permitir que a mulher volte a se realizar plenamente e inteiramente. Afinal, seria possível liquidar o sistema de exploração mantendo exploradas aquelas mulheres que compõem mais da metade da nossa sociedade?

3) Uma economia nacional independente, autossuficiente e planificada, a serviço de uma sociedade democrática e popular

O processo de transformações revolucionárias empreendido após o dia 4 de agosto coloca na ordem do dia grandes reformas democráticas e populares. Assim, o Conselho Nacional da Revolução está ciente de que a edificação de uma economia nacional, independente, autossuficiente e planificada passa pela transformação radical da sociedade atual, transformação que pressupõe ela própria as seguintes grandes reformas:

- ▶ A reforma agrária;
 - ▶ A reforma da administração;
 - ▶ A reforma escolar;
 - ▶ A reforma das estruturas de produção e distribuição no setor moderno.
- A reforma agrária terá como objetivo:
 - ▶ O aumento da produtividade do trabalho através de uma melhor organização dos agricultores e da introdução de técnicas agrícolas modernas no mundo rural.

▶ O desenvolvimento de uma agricultura diversificada, juntamente com a especialização regional.

▶ A abolição de todos os entraves inerentes às estruturas socioeconômicas tradicionais que oprimem os camponeses.

▶ Finalmente, tornar a agricultura o ponto de apoio do desenvolvimento da indústria.

Isso é possível conferindo seu verdadeiro significado à palavra de ordem da autossuficiência alimentar, envelhecida por ter sido demasiadamente proclamada sem convicção. Será, em primeiro lugar, a amarga luta contra a natureza, que, além disso, não é mais ingrata entre nós do que entre outros povos que a venceram maravilhosamente no plano da agricultura. O Conselho Nacional da Revolução não se arrastará abalará pela ilusão de projetos megalomaniacos, sofisticados. Pelo contrário: inúmeras pequenas conquistas no sistema agrícola tornarão nosso território um vasto campo, uma sucessão interminável de fazendas. Será, então, a luta contra os esfomeadores do povo, os especuladores e os capitalistas agrícolas de todos os tipos. Finalmente, será a proteção de nossa agricultura contra a dominação imperialista, em sua orientação, na pilhagem de nossos recursos e na concorrência desleal que enfrenta a nossa produção local face a importações que não têm nenhum mérito a não ser suas embalagens, para os burgueses em busca do esnobismo. Os preços remuneradores e as unidades industriais agroalimentares proporcionarão aos agricultores mercados para as suas produções em todas as estações.

- A reforma administrativa visa tornar operacional a administração herdada da colonização. Para fazer isso, devemos nos livrar de todos os males que a caracterizam, a saber: a pesada burocracia vexatória e suas consequências, e proceder a uma revisão completa dos estatutos do serviço público. A reforma terá que resultar em uma administração bastante barata, mais eficiente e mais flexível.

- A reforma escolar visa promover uma nova orientação da educação e da cultura. Isso levará à transformação da escola em um instrumento a serviço da revolução. Os graduados que saírem devem estar não a serviço de seus próprios interesses e das classes exploradoras, mas a serviço das massas populares. A educação

revolucionária que será ensinada na nova escola deve inculcar em todos uma ideologia, uma personalidade voltaica que livre o indivíduo de todo mimetismo. Ensinar os alunos a assimilar de forma crítica e positiva as ideias e experiências de outros povos será uma das vocações da escola na sociedade democrática e popular.

Para superar o analfabetismo e o obscurantismo, será necessário enfatizar a mobilização de todas as energias para a organização das massas, para sensibilizá-las e criar nelas a sede de aprender, mostrando-lhes os inconvenientes da ignorância. Qualquer política para combater o analfabetismo, sem a participação dos principais interessados, está condenada ao fracasso.

Quanto à cultura na sociedade democrática e popular, ela deverá se revestir de um caráter triplo: nacional, revolucionária e popular. Tudo o que é antinacional, antirrevolucionário e antipopular terá que ser banido. Pelo contrário, nossa cultura, que celebra a dignidade, a coragem, o nacionalismo e as grandes virtudes humanas, será ampliada.

A revolução democrática e popular criará condições propícias à eclosão de uma nova cultura. Nossos artistas terão a liberdade de avançar com ousadia. Eles terão que aproveitar a oportunidade para elevar nossa cultura ao nível mundial. Que os escritores coloquem suas canetas a serviço da revolução. Que os músicos cantem não apenas o passado glorioso de nosso povo, mas também seu futuro radiante e promissor.

A revolução espera que nossos artistas saibam descrever a realidade, fazer imagens vivas dela, expressá-la em notas melodiosas enquanto indicam ao nosso povo o caminho justo que conduz a um futuro melhor. Ela espera que eles coloquem seu gênio criativo a serviço de uma cultura voltaica, nacional, revolucionária e popular.

Temos de saber o que é bom no passado, isto é, nas nossas tradições, e o que é positivo em culturas estrangeiras, para dar uma nova dimensão à nossa cultura.

A fonte inesgotável, para a inspiração criativa das massas, é encontrada nas massas populares. Saber viver entre as massas, engajar-se no movimento popular, compartilhar as alegrias e

sofrimentos do povo, trabalhar e lutar com ele, deve ser a preocupação maior de nossos artistas.

Antes de produzir, se coloque a questão: a quem destinamos nossa criação? Se estamos convencidos de que é para o povo que criamos, então devemos saber claramente quem é o povo, quais são seus componentes, quais são suas profundas aspirações.

- A reforma nas estruturas de produção e distribuição de nossa economia: as reformas nessa área visam estabelecer progressivamente o controle efetivo do povo voltaico sobre os circuitos de produção e distribuição. Pois, sem um verdadeiro domínio desses circuitos, é praticamente impossível edificar uma economia independente a serviço do povo.

Povo do Alto Volta,

Camaradas homens e mulheres militantes da revolução:

As necessidades do nosso povo são imensas. A satisfação dessas necessidades requer transformações revolucionárias a serem empreendidas em todos os domínios.

Assim, no campo da saúde e da assistência social às massas populares, os objetivos a serem alcançados resumem-se a:

- ▶ Uma saúde acessível a todos.
- ▶ A implementação de uma assistência e de uma proteção materna e infantil.
- ▶ Uma política de imunização contra doenças transmissíveis, através da multiplicação de campanhas de vacinação.
- ▶ Uma sensibilização das massas para a aquisição de bons hábitos higiênicos.

Todos esses objetivos não podem ser alcançados sem o engajamento consciente das próprias massas populares na luta, sob a orientação revolucionária dos serviços de saúde.

No domínio da habitação, um domínio de importância crucial, devemos empreender uma política vigorosa para acabar com a especulação imobiliária, com a exploração dos trabalhadores através do estabelecimento de aluguéis excessivos. Passos importantes terão de ser dados nesta área para:

- ▶ Estabelecer aluguéis razoáveis.
- ▶ Proceder ao rápido loteamento rápido de bairros.

▶ Desenvolver em larga escala a construção de casas modernas em número suficiente e acessíveis aos trabalhadores.

Uma das principais preocupações do CNR é a união das diferentes nacionalidades que compõem o Alto Volta na luta comum contra os inimigos da nossa revolução. Há, de fato, uma multiplicidade de grupos étnicos em nosso país, distintos uns dos outros por sua língua e seus costumes. São todas essas nacionalidades que compõem a nação voltaica. O imperialismo, em sua política de dividir para governar, tentou exacerbar as contradições entre elas, colocando-as umas contra as outras.

A política do CNR terá como objetivo a união dessas diferentes nacionalidades para que elas vivam em igualdade e tenham as mesmas chances de sucesso. Para fazer isso, ênfase especial será colocada em:

- ▶ O desenvolvimento econômico das diferentes regiões.
- ▶ Encorajar o intercâmbio econômico entre elas.
- ▶ Lutar contra preconceitos entre grupos étnicos, resolver as diferenças que os opõem em um espírito de união.
- ▶ Castigar os líderes divisionistas.

Em vista de todos os problemas com os quais o nosso país se confronta, a revolução aparece como um desafio que devemos, animados pela vontade de vencer, superar com a efetiva participação das massas populares mobilizadas nos CDRs.

Num futuro próximo, com a elaboração de programas setoriais, todo o território do Alto Volta será um imenso canteiro de trabalho, no qual o concurso de todos os voltaicos válidos e em idade de trabalhar será necessário para o combate sem misericórdia ao qual nos entregaremos para transformar este país num país próspero e radiante, um país onde o povo será o único senhor da riqueza material e imaterial da nação.

Enfim, devemos definir o lugar da revolução voltaica no processo revolucionário mundial. Nossa revolução é parte integral do movimento mundial pela paz e democracia contra o imperialismo e todo tipo de hegemonismo.

É por isso que nos esforçaremos para estabelecer relações diplomáticas com outros países, independentemente de seu sistema

político e econômico, com base nos seguintes princípios:

- ▶ O respeito recíproco pela independência, integridade territorial e soberania nacional.

- ▶ A não agressão mútua.

- ▶ A não intervenção nos assuntos internos.

- ▶ O comércio com todos os países em pé de igualdade e sob as bases de vantagens recíprocas.

A nossa solidariedade e nosso apoio militante irão ao encontro dos movimentos de libertação nacional que combatem pela independência do seu país e pela libertação dos seus povos. Este apoio destina-se particularmente:

- ▶ Ao povo da Namíbia, sob a direção da SWAPO.

- ▶ Ao povo saharai, na sua luta pela recuperação do seu território nacional.

- ▶ Ao povo palestino, pelos seus direitos nacionais.

Em nossa luta, os países africanos anti-imperialistas são nossos aliados objetivos. A reaproximação com esses países é tornada necessária pelos reagrupamentos neocoloniais que estão ocorrendo em nosso continente.

Viva a revolução democrática e popular! Viva o Conselho Nacional da Revolução! A pátria ou a morte, venceremos!

⁵⁰ N.E.: O Alto Volta sempre teve o açúcar entre as suas *commodities* mais exportadas.

Os Tribunais Populares da Revolução

3 de janeiro de 1984.

Camaradas presidentes das instituições,

Camaradas membros do Conselho Nacional da Revolução,

Camaradas membros do governo revolucionário,

Camaradas militantes da revolução democrática e popular,
excelências, senhoras e senhores:

Neste dia, há exatamente 17 anos, o povo do Volta saiu às ruas em uma explosão revolucionária para gritar aos rostos daqueles que sempre o amordaçaram, exploraram e oprimiram palavras de ordem como: "Abaixo os defraudadores dos cofres públicos!", "Abaixo os esfomeadores do povo!". Hoje, há dezessete anos, o povo voltaico saiu às ruas para exigir: "Pão, água e democracia".

Em 3 de janeiro de 1966, o povo voltaico, em uma explosão coletiva, colocou no banco dos acusados a burguesia reacionária e corrupta de nosso país, que, depois de usá-lo como trampolim para ascender ao poder, lhe virou as costas, numa corrida frenética pelo acúmulo de riquezas ilícitas.

Até hoje o povo voltaico permanece na posição de acusador.

O povo voltaico acusa e exige a aplicação do veredicto popular. Hoje, para a realização de suas aspirações de longa data, o povo do Volta forjou um instrumento apropriado: os Tribunais Populares Revolucionários. Nós fizemos uma escolha e nada poderá impedir que o povo chegue a um veredicto. De agora em diante, nada impedirá que o povo dê um castigo exemplar a toda a ralé política que foi alimentada pela fome, a todos esses vilões que sempre nos desprezaram, humilharam com mil e uma vexações.

O povo voltaico está acusando, e o mundo treme.

O mundo dos exploradores, espoliadores, de todos os que tiraram vantagem do sistema neocolonial, treme porque o povo voltaico, agora feito em dono do seu destino, quer aplicar a sua justiça.

Camaradas membros dos Tribunais Populares da Revolução, ao escolher a data de 3 de janeiro de 1984 para a abertura solene de seus assentos, vocês o fazem apenas para se reconectar com um

passado recente que foi um momento decisivo na conscientização de nosso povo contra a dominação e exploração de camadas e classes sociais reacionárias, verdadeiros apoios locais do imperialismo.

A criação dos Tribunais Revolucionários Populares justifica-se pelo fato de que, em vez dos tribunais tradicionais, o povo do Volta pretende agora materializar em todos os campos, em todos os setores da sociedade, o princípio da participação efetiva das classes trabalhadoras e exploradas na administração e gestão dos assuntos de estado.

Os juízes dos Tribunais Populares Revolucionários foram escolhidos entre os trabalhadores e pelos próprios trabalhadores, com a missão de cumprir a vontade do povo. Para fazer isso, não é necessário que eles conheçam as leis antigas. Sendo do povo, basta que se deixem guiar pelo sentimento da justiça popular.

Na ausência de textos codificados, será suficiente que se apoiem na lei revolucionária, rejeitando as leis da sociedade neocolonial.

Nossa revolução, a revolução de agosto, fixando-se como objetivo a destruição do aparato estatal burocrático e conferindo uma representação muito mais acessível ao povo, deu a prova, se necessário, de que o regime posto em prática é mais democrático do que a mais democrático das repúblicas burguesas.

No entanto, é de se esperar que a instauração dos TPRs seja objeto de ataques por parte dos nossos inimigos tanto no exterior como no interior do país.

Será visto, sem dúvida, como um instrumento de repressão, senão de inquisição política. Certamente haverá alguns que chorarão sobre o desrespeito aos direitos humanos. Mas não se preocupem! Nossa justiça popular se distingue da justiça em uma sociedade onde os exploradores e opressores mantêm o aparato estatal, na medida em que buscará pôr em dia, a divulgar publicamente todos os fundamentos políticos e sociais dos crimes perpetrados contra o povo, para levar o povo a compreender o seu alcance, a fim de extrair lições de moralidade social e de política prática. Os julgamentos dos TPRs permitirão revelar aos olhos do mundo as feridas do regime neocolonial, entregando os materiais para a crítica e desobstruindo os elementos de edificação de uma nova sociedade.

Também através da condenação dos crimes socioeconômicos e morais; trata-se de um julgamento político, um questionamento do sistema político da sociedade neocolonial.

Através do homem, é a sociedade que está aqui em questão. É por isso que os debates durante esses julgamentos terão que se revestir de uma caráter educativo, pelas explicações que serão dadas às massas populares na audiência e na imprensa. Os veredictos que se enunciam deverão conduzir suficientemente à reflexão. A hipocrisia da moral burguesa e reacionária reside em rajadas de indignação face à condenação de alguns indivíduos e em um silêncio cúmplice em face do genocídio coletivo de um povo morrendo na miséria, na fome e no obscurantismo.

Nós julgamos um homem para reabilitar milhões de homens em seus direitos. Somos, portanto, fortes defensores dos direitos humanos, não dos direitos de um humano. À imoral "moralidade" da minoria exploradora e corrupta, opomos a moralidade revolucionária de todo um povo pela justiça social.

Com essa legitimidade revolucionária, o Conselho Nacional Revolucionário vos convida, camaradas juízes dos TPRs, a demonstrar frieza e consciência revolucionária, sem excessos, mas com firmeza; sem paixão, mas com lucidez; com discernimento, mas sem complacência, para que as conquistas de nossa revolução sejam salvaguardadas.

Fizemos uma escolha entre duas formas de direito: de um lado, o direito revolucionário do povo; do outro, o antigo direito reacionário da minoria burguesa. A justiça que você é convocado a prestar é inspirada nos princípios democráticos de nossa revolução. Uma democracia para o povo e contra os exploradores e os opressores, tal é o fundamento da atividade dos TPRs.

Vocês devem estar orgulhosos. Orgulhosos por terem sido escolhidos e por terem sido convocados para serem os arquitetos de um trabalho inovador de todos os pontos de vista.

Deixemos que os proponentes da chamada democracia pura choraminguem e procrastinem. Deixemos que se indignem e se escandalizem os juristas e outros eruditos, todos formalistas cegos pelos procedimentos e protocolos, que ainda não compreenderam

que estes estão repletos de intenções mistificadoras para o povo, e que fazem do magistrado, envolto em sua toga e enfeitado com seu epítome, às vezes até em uma peruca, uma marionete, que desperta em nós, revolucionários, compaixão, especialmente quando se sentem próximos o bastante do povo a ponto de querer desertar de sua corporação.

De fato, em regime reacionário, justiça reacionária. E entendemos a dor de um magistrado progressista, até mesmo revolucionário, quando ele é forçado a aplicar os textos de uma lei que zomba de suas convicções políticas íntimas. Outras corporações, como o exército, para não citar outras, nos permitiram observar tais dilemas.

Mas, felizmente, a revolução de 4 de agosto, a Revolução democrática e popular, veio liberar e mobilizar as consciências de todos aqueles que conscientemente escolheram o campo do povo.

As massas populares do Alto Volta deixaram de ser joguetes de políticos reacionários no dia em que perceberam que, em uma sociedade onde existem exploradores exercendo domínio sobre a maioria do povo, que em tal sociedade, a justiça é incontestavelmente uma justiça feita pelos exploradores. Um dos objetivos de nossa revolução popular é instituir um estado democrático, e esse estado terá que ser fundamentalmente distinto do estado dos exploradores.

A justiça do estado democrático é, por consequência, distinta da justiça dos exploradores. Se os regimes políticos reacionários que estão enterrados aqui em casa e seus semelhantes, fossilizados alhures, nunca ousaram e não ousam organizar o julgamento deste inferno político, é precisamente porque eles entenderam que não podem, não em seu sistema reacionário, instituir os TPRs, onde o povo se expressaria, varrendo os próprios organizadores. Bem como eles não podem sequer confiar nos tribunais clássicos, cujo veredicto só pode provocar a ira legítima dos sem voz, da voz do povo. Daí as classificações mal elaboradas consistentes em, por exemplo, internações administrativas, que foram aplicadas pelos filisteus do Comitê Militar de Recuperação e Desenvolvimento Nacional (CMRPN) sob os auspícios do inventor-historiador-investigador reacionário Joseph Ki-Zerbo

Por outro lado, há as prisões perpétuas, o monitoramento perpétuo das residências, confiando em que a ação do tempo nos fará esquecer que os problemas políticos estão colocados aos dirigentes e que os dirigentes tinham que resolvê-los: a saber, o povo e seu direito à justiça.

Ao instituir os TPRs, o CNR, o governo revolucionário e o povo militante da revolução democrática e popular sabem que se houvesse elementos degenerados mesmo em suas próprias fileiras, a justiça do povo teria de prevalecer em todo o seu rigor. Ao mesmo tempo, cada militante sabe que sua ação política, sua conduta cotidiana e sua prática social deverão ser transparentes; que está obrigado a não fazer à noite ou nas sombras somente aquilo que não possa exibir durante o dia, com consciência limpa. Na verdade, não há sentido em outra virtude senão aquela que é realmente imposta e controlada pela sociedade e pelo povo.

Em uma sociedade como a nossa, onde 95% da população é analfabeta, mantida no obscurantismo e na ignorância pelas classes dominantes, a direita burguesa, apesar de todo senso comum, ousa afirmar que: "ninguém deve ignorar a lei". É com a ajuda de tais artifícios que as classes proprietárias e ociosas oprimem as grandes massas do povo, os camponeses de nosso país e os operários de nossas cidades.

O mesmo se dá quando, em nome do mesmo direito, se afirma que "o poder deve ser exercido nos marcos da lei". Uma vez que a lei é promulgada para defender e salvaguardar os interesses das classes dominantes, esse argumento sobre o poder é exumado sempre que os interesses da minoria são ameaçados. "O império da lei" é uma expressão consagrada pelos expropriadores para rejeitar qualquer ideia de justiça popular.

Assim, tudo é permitido, salvo por falta de dinheiro para arcar com um advogado ou com as custas dos magistrados, que são os únicos incumbidos de interpretar, em uma linguagem esotérica reservada, textos voluntariamente confusos.

No fim das contas, efetivamente, a força repousa na lei, é o que se dirá.

Na lei dos mais ricos, os textos em favor de quem pagar mais, os talentos oratórios vendidos ao maior lance, sempre superaram o “bom direito” popular daqueles que sempre permanecem culpados de serem pobres, que são incapazes de arcar com os serviços de advogados famosos ou que são simplesmente ignorantes e analfabetos.

Todos os dias, diante de nossos olhos, nós vemos salteadores, perseguidos pela multidão, buscando refúgio nas delegacias, convencidos de que a “a força repousará na lei” e que sua proteção será garantida. Por outro lado, o camponês que passar por Ouagadougou, perseguido pelo menor dos pecados, terá que evitar tanto seus perseguidores quanto a delegacia, porque para ele, em nenhum lugar do universo da grande cidade há esperança de que veja a justiça a seu favor. Ele acredita que a delegacia de polícia é um lugar onde ele realmente será sancionado em nome da lei. E ele ingenuamente acredita na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, uma lei implacável e inevitável.

A revolução democrática e popular se incumbe de quebrar essa justiça antidemocrática e antipopular. Exatamente do mesmo modo que nosso povo repudiou o resultado das eleições fraudulentas de dezembro de 1965, através das quais o reacionário megalomaniaco Maurice Yaméogo alegou ter obtido “democraticamente” 99,99% dos votos! Alguns dias depois, em 3 de janeiro de 1966, nosso povo, fora das urnas e contra as cédulas de voto, impôs seu veredicto revolucionário implacável, demitindo o impostor. Nenhum exegeta dos textos do direito românico, nenhum magistrado, nenhum advogado, nenhum tribunal se atreveu a colocar-se no caminho desta poderosa e implacável democracia verdadeiramente popular. E por um bom motivo!

Mais recentemente, após o golpe contrarrevolucionário de 17 de maio de 1983, quando o camarada Blaise Compaoré juntou suas tropas e o povo revolucionário da cidade de Po para preparar a resposta revolucionária aos usurpadores, ninguém se atreveu a pôr em questão a legitimidade de tal atitude. Obviamente, a legalidade, os textos e as leis militares do exército neocolonial foram completamente postas em questão. O camarada Compaoré sabia

que os comandos e o povo de Po incorporavam os mais profundos sentimentos de justiça, honra e dignidade de todo o nosso povo. Deste ponto de vista, seu ato foi mil vezes democrático e legal. Nenhum texto militar, nenhuma lei da justiça neocolonial voltaica poderia ser a favor de tal atitude. E, no entanto, essa atitude era justa e legítima aos olhos da vasta maioria do nosso povo revolucionário, humilhado e desrespeitado pela traição reacionária de 17 de maio de 1983.

A expressão de nosso povo, através desses dois exemplos, nos ensina que é inútil estar em conformidade com a legalidade burguesa da minoria, se esta não está totalmente de acordo com a moralidade não codificada de seu povo.

O povo voltaico compartilha sua experiência com os outros povos do mundo. Nenhum arsenal de combinações jurídico-políticas, nenhuma corruptela de prestidigitação do feudalismo financeiro, nenhuma violação das consciências, nenhum carnaval eleitoral, pode impedir o triunfo da justiça dos povos.

Camaradas! Enquanto houver opressão e exploração, sempre haverá dois juízes e duas democracias: a dos opressores e a dos oprimidos, a dos exploradores e a dos explorados. A justiça sob a revolução democrática e popular será sempre a dos oprimidos e dos explorados, contra a justiça neocolonial de ontem, que foi a dos opressores e exploradores. Camaradas! o povo deve exercer a justiça, a sua justiça.

Os lamentos e as lágrimas de crocodilo não devem influenciar-vos quando for o caso de lançar golpes pesados sobre aqueles que demonstraram sua incapacidade de sentir qualquer outro sentimento senão o desprezo mais feudal pelo povo e pelos interesses do povo. Por outro lado, se alguém se esforçar por lhes convencer de sua gratidão em relação ao povo, que, ao castigá-lo severamente, se lhe ofereça a ocasião de mesurar seus crimes; se lhe estenda uma mão amiga.

Deixemos que eles nos conheçam. Depois de tê-los feito pagar até o último centavo aquilo que o povo legitimamente reivindica deles, nós criaremos as condições para que eles compreendam que, despídos das imensas riquezas ilícitas, serão capazes de encontrar a

verdadeira felicidade. Essa felicidade não será nada mais, em nossa sociedade revolucionária, do que o trabalho honesto que traz ganho honesto. Esse ganho honesto provê uma dignidade e uma liberdade que não podem ser calculadas em termos de contas bancárias apátridas na Suíça ou em outro lugar; ou em ações especulativas na Bolsa acima de qualquer suspeita; nem em exhibições de luxo, agressivas e traumáticas para um povo que está morrendo de fome, doença e ignorância. Essa felicidade para a qual convidamos o eventual arrependido se encontrará na satisfação de ter provado sua utilidade social e de desfrutar do direito de participar da definição e da realização das aspirações reais do povo que aceitam e integram.

Camaradas! Os TPRs proclamam a sentença de morte do antigo direito romano: é o canto do cisne para o direito social estrangeiro, napoleônico, que produziu entre nós uma infinidade de desclassificados e que consagrou os privilégios ilegítimos e iníquos de uma classe minoritária. Que possa a próxima sessão do TPR em Ouagadougou traçar o caminho luminoso ao final do qual, no firmamento da revolução universal, brilhe o grande sol da justiça, que se projetará, com seus poderosos raios, sobre os corações de todos aqueles que esperam, mas não ousam; de todos os que ousam, mas não compreendem; e de todos os que compreendem, mas não ousam.

A pátria ou a morte, venceremos!

Sobre livros e leituras

Entrevista feita em fevereiro de 1986 e publicada pelo semanário Jeune Afrique em Paris, em sua edição de 12 de março de 1986.

Elizabeth Nicolini: Você recentemente veio para a França para participar da Conferência "Silva"⁵¹, sobre as árvores e as florestas, que evocou o problema da desertificação, um problema que concerne em muito a vosso país. Você já leu algum livro sobre esse assunto?

Thomas Sankara: (sorrindo) Não, é muito árido.

Nicolini: Qual é o último livro que você leu?

Sankara: *A esquerda mais idiota do mundo*, por Jean Dutourd. É repleto de coisas divertidas. É relaxante.

Nicolini: Este é um livro relacionado às próximas eleições parlamentares na França, escrito por um jornalista de direita. A campanha eleitoral francesa interessa-te a tal ponto?

Sankara: Não, ela me diverte.

Nicolini: Mas você lê livros políticos?

Sankara: Com certeza. Sem me trair, ainda assim posso confessar que conheço os clássicos do marxismo-leninismo.

Nicolini: Você certamente leu *O Capital*, de Karl Marx.

Sankara: Não, não inteiramente. Mas eu li Lenin todo.

Nicolini: Você levaria essas obras se estivesse em uma ilha deserta?

Sankara: Certamente *O Estado e a Revolução*; é para mim um livro de refúgio que leio com frequência; dependendo de estar de bom humor ou mau humor, interpreto palavras e frases de maneira diferente. Mas em uma ilha, eu também levaria a Bíblia e o Alcorão.

Nicolini: Você acha que Lenin, Jesus e Maomé fazem um bom trio?

Sankara: Sim, nos meus discursos existem muitas referências bíblicas e corânicas. Considero que essas três obras constituem as três escolas de pensamento mais fortes do mundo em que estamos, exceto talvez na Ásia. *O Estado e a Revolução* dá respostas a problemas que exigem uma solução revolucionária. Além disso, a

Bíblia e o Alcorão permitem sintetizar o que as pessoas pensam e pensaram através do tempo e do espaço.

Nicolini: Qual você acha que é o mais revolucionário dos três?

Sankara: Depende da época. Para os tempos modernos, não é preciso dizer que Lenin é o mais revolucionário. Mas é inegável que Maomé foi um revolucionário que perturbou uma sociedade. Jesus também o era, mas sua revolução permaneceu inacabada. Ele é finalmente abstrato, enquanto Maomé sabia ser mais materialista. A palavra de Cristo, nós a recebemos como uma mensagem, que poderia nos salvar diante da verdadeira miséria que vivíamos, como uma filosofia de transformação qualitativa do mundo. Mas ficamos desapontados com o uso que foi feito dela. Quando tivemos que procurar outra coisa, encontramos a luta de classes.

Nicolini: Entre os escritores da política hoje em dia, há algum que você aprecia mais do que os outros?

Sankara: Em geral, eles todos me interessam. Quer se trate de livros militares, de táticas ou sobre a organização do trabalho. Por exemplo, de Gaulle, li a maioria de seus livros. Mitterrand também, *A abelha e o arquiteto*. Ele escreve bem, mas não apenas pelo prazer de escrever. Nós entendemos pelos seus livros que ele queria a presidência, e ele chegou lá.

Nicolini: Você tem uma biblioteca, eu suponho?

Sankara: Não, absolutamente não. Meus livros estão em cantinas. Uma biblioteca é perigosa, ela trai. Além disso, também não gosto de dizer o que li ou deixei de ler. Eu nunca anoto nos livros ou destaco passagens. Porque é onde nós revelamos mais. Este pode ser um verdadeiro caderno íntimo.

Nicolini: Além dos discursos oficiais, você escreve?

Sankara: Sim, há muito tempo. Desde 1966. Eu ainda estava no ensino médio. Todas as noites. Eu tive uma pequena interrupção desde 1982. Mas eu retomei depois. Eu escrevo reflexões.

Nicolini: Você pretende publicá-las?

Sankara: Não, eu não penso nisso.

Nicolini: Qual é o livro que você gostaria de ter escrito?

Sankara: Uma obra sobre a organização e a construção da felicidade dos povos.

Nicolini: Você não gosta de literatura relaxante?

Sankara: Não, eu não leio para passar o tempo, nem para descobrir uma bela narrativa.

Nicolini: Como você escolhe seus livros?

Sankara: Primeiro de tudo eu tenho que comprá-los. E é o título que paira sobre mim, mais do que o autor. Eu não leio para descobrir o itinerário literário de um escritor. Eu gosto de conhecer novos homens, novas situações.

Nicolini: Vamos falar um pouco sobre a literatura africana, de escritores burkinabés. Qual deles te marcou?

Sankara: Eu não gosto de romances africanos. Não mais do que dos filmes de outros lugares. Aqueles que li me decepcionaram. São sempre as mesmas histórias: o jovem africano que foi para Paris, que sofreu e que, em seu retorno, está fora de sintonia com a tradição.

Nicolini: É a *Aventura ambígua*, de Cheikh Hamidou Kane, que você menciona!

Sankara: Sim, e eu não gosto dessa maneira de descrever as pessoas. Na literatura africana, não são os negros que realmente falam. Dá a impressão de que estamos lidando com pessoas negras que querem falar francês a todo custo. Isso me incomoda. Os autores devem escrever como falamos atualmente.

Nicolini: Você prefere que eles falem em dialetos crioulos?

Sankara: No limite, eu preferiria. De qualquer forma, os escritores africanos que prefiro são aqueles que lidam com problemas concretos, mesmo que eu não concorde com suas posições. Eu não gosto daqueles que procuram fazer efeitos literários.

Nicolini: Você tem em seu escritório, em Ouaga, as obras completas de Lenin em uma coleção muito bonita.

Sankara: Sim, mas eu li Lenin em uma coleção mais prática, um pouco como aquelas coleções de bolso que eu encontrei em Paris quando eu me abastecia de livros na livraria *Les Herbes-Sauvages*⁵², no número 1 da Praça Paul-Painlevé.

Nicolini: Você conhece a literatura árabe?

Sankara: Sim, li alguns livros argelinos e tunisinos. Um livro sobre Oum Kalsoum, o cantor egípcio. O autor? Não retive o nome.

Também li um livro intitulado *Autogestão na Argélia*, escrito por um membro da Frente de Libertação Nacional.

Nicolini: Então você não lê romances?

Sankara: Não, quase nunca. Li recentemente um romance por acaso, o *Amor em voga*, uma história sincera. Era um livro à venda. Eu fui a uma livraria e o comprei.

Nicolini: Não tem livros policiais também? E o SAS, de Gérard de Villiers, que se ambienta em Ouaga, por exemplo?

Sankara: Não, isso não me interessa. É um gênero literário paralelo. Parece que Gerard de Villiers veio a Ouaga antes de escrever seu SAS. Ele nunca pediu para me ver.

Nicolini: Você o teria recebido?

Sankara: Por que não? No gênero de espionagem, atualmente estou lendo *A alternativa do diabo* de Fredrick Forsyth. Elucida muito sobre a duplicidade das grandes potências.

Nicolini: Existe um autor burkinabé que você evidentemente conhece bem e vive no exílio: Ki-Zerbo. Você já leu seus livros?

Sankara: Sim, seus estudos são muito interessantes. Mas ele continua sendo um africano complexo: ele veio para a França, ele estudou, depois voltou para o país para escrever para que seus irmãos africanos reconhecessem e vissem o que na França não se sabia como ver ou reconhecer. Nada é mais frustrante para um africano do que chegar ao auge sem haver se consagrado na França. Ele diz a si mesmo que, pelo menos em casa, ele será reconhecido como um grandioso.

Nicolini: O que acontece com ele?

Sankara: Convocado pela revolução, ele fugiu. Pedi-lhe que voltasse, duas vezes. Mas ele quer esconder seus fracassos contínuos. Ele nunca teve sucesso em Burkina Faso, nem pela via eleitoral, nem pela via golpista. É por isso que ele foi embora. Eu o recebi duas vezes antes de partir. Ficamos felizes que ele estava partindo, porque sentimos que ele estava realmente com medo, e nós não queríamos que ele morresse, que ele acabasse batendo as botas, o que teria nos custado acusações terríveis. Depois que ele saiu, ele se juntou à oposição ativa. Mas ele pode voltar quando quiser. A porta está aberta para ele.

⁵¹ N.E.: A conferência euroafricana “Silva”, ocorrida em Paris em 1986, é tida como a primeira conferência internacional de chefes de Estado e governo examinando questões ambientais.

⁵² N.E.: A memória de Sankara é um pouco imprecisa: a biblioteca *Les herbes sauvages*, localizada no distrito de Belleville, vendia publicações a boa partes dos círculos maoístas do Partido Comunista Marxista-Leninista da França (PCMLF), enquanto, no número 1 da Praça Paul-Painlevé, a poucos passos da rua Saint-Séverin, havia uma banca que vendia livros de François Maspero, após a venda da famosa livraria *La joie de lire*.

A escola revolucionária burkinabé

17 de fevereiro de 1986.

Camaradas homens e mulheres militantes da revolução democrática e popular, Recordemos que o Conselho de Ministros, na sua reunião de quarta-feira, 12 de setembro de 1984, procedeu à supressão da reforma escolar neocolonial em vigor no nosso país.

De fato, a construção da nova sociedade, empreendida desde 4 de agosto de 1983 impõe a transformação radical e total da escola em um instrumento a serviço das profundas aspirações das massas populares, pois é verdade que a escola é o reflexo da sociedade.

A partir daí, é fácil entender que o advento da revolução democrática e popular, que restaurou a independência e a liberdade de nosso país e a dignidade de nosso povo, não pode acomodar uma escola que provou suficientemente sua incompetência congênita. Herdada da colonização, a atual escola neocolonial de Burkina Faso é um instrumento de alienação cultural e escravização intelectual de nosso povo. Esta escola neocolonial comporta essencialmente os seguintes defeitos:

Primeiro, seu custo é muito alto. Numa época em que a falta de recursos financeiros constitui uma séria desvantagem para a implementação de muitos projetos de desenvolvimento, nosso país gasta mais de 25% de seu orçamento para fins educacionais. O ano de um estudante de ensino primário custa mais de 18.000 francos para o estado e outro tanto para seus pais. Para manter um aluno ao longo do ciclo de escolarização, o Estado gasta mais de 160 mil por ano, só no ensino médio. São necessários mais de 700.000 francos para manter um aluno na universidade e por ano. Enquanto isso, o rendimento de um bravo agricultor burkinabé não excede 61.000 por ano.

Sua seletividade e seu caráter antidemocrático compõem a segunda característica. A escola neocolonial, em vez de atenuar as desigualdades sociais, acentuou-as bastante. Enquanto a taxa de escolarização chega a 80% em grandes centros urbanos, como Uagadugu e Bobo Dioulasso, ela cai para menos de 2% em algumas

regiões, e vários departamentos inteiros estão sem escola. A estas flagrantes desigualdades regionais acrescenta-se uma seletividade selvagem e impiedosa. Assim, das 1.000 crianças inscritas no CP1, 195 obtêm o CEPE; das 126 inscritas no 6º ano, 71 passam no BEPC e 38 apenas no bacharelado. Mais da metade das crianças que frequentam a escola são removidas do sistema antes de terem adquirido as noções básicas de alfabetização.

Em terceiro lugar, sua natureza de classe, de dominação e de exploração. A escola neocolonial, pelo conteúdo de seu ensino no monopólio do exercício do poder de Estado, reservado unicamente aos que atravessam esse sistema, está a serviço da classe dominante. De fato, a educação dada nesta escola é contrária às nobres tradições humanitárias de solidariedade comunitária de nossos ancestrais. Esta escola treina indivíduos impulsionados por uma busca frenética de lucro individual, egoísta, em detrimento da coletividade.

Em quarto lugar, sua natureza alienante e aculturadora. O conteúdo dos ensinamentos não se refere a nenhuma realidade de Burkina Faso. Permanecem teóricos, abstratos às realidades nacionais e cultivam no aluno o gosto pelo trabalho burocrático e o desprezo pelo trabalho manual produtivo. Isso leva a uma distorção permanente entre a escola e a sociedade.

Em quinto, a sua inadaptação ao mercado de trabalho. Em um país tradicionalmente agropastoril, o conteúdo da educação deve levar o egresso do sistema a adquirir conhecimentos práticos, imediatamente utilizáveis. Mas a escola neocolonial dá as costas para essa realidade e se concentra na formação teórica. Ela fornece quadros eruditos que são incapazes de realizar uma atividade manual. Essa distorção entre a escolarização e o emprego leva ao desemprego em massa entre os diplomados do ensino médio e universitários.

Assim, a constatação é amarga. É um fracasso total. Com mais de um quarto do orçamento do Estado dedicado a fins educacionais, os resultados estão bem abaixo das expectativas e sacrifícios. E, no entanto, dificilmente escolarizamos a mais de 22% das crianças. Apenas uma em cada dez crianças em idade escolar frequenta a

escola. Menos de 4%, na faixa etária de 13 a 22 anos, têm o privilégio de frequentar o ensino médio e 98 em 100 habitantes são analfabetos. E o fracasso deste sistema educacional tem sérias consequências sociais, econômicas e políticas. Primeiro no plano social: a educação, culturalmente alienante para os jovens, é um poderoso desintegrador social. Os valores antigos estão dando lugar a novos valores desumanizantes. A degeneração da vida familiar está se acelerando. Fenômenos até então desconhecidos estão surgindo. Estes incluem o alcoolismo, as drogas, a prostituição, a delinquência, a violência urbana. Os egressos das escolas constituíam uma camada social muito dinâmica no processo de decomposição social no qual nosso país estava engajado desde as noites escuras da colonização até o 4 de agosto de 1983.

No plano econômico, centenas de milhares de graduados recusam-se, quase em sua totalidade, a permanecer no campo. A grande maioria escolhe o êxodo para os centros urbanos. A escola neocolonial de certa forma acelerou a urbanização, esvaziando o campo de braços válidos, que poderiam assegurar a autossuficiência alimentar. O campo é assim esvaziado de suas forças produtivas, que se tornam bocas parasitárias na cidade.

Finalmente, no plano político: os que se formaram no sistema neocolonial, em virtude do caráter supostamente apolítico da escola, foram politicamente esculpidos e, assim, perpetuaram o sistema de dominação imperialista. Assim, diante de tal fracasso, o Conselho Nacional Revolucionário acredita que o problema da escola é um problema nacional e que sua solução está na elaboração de um novo tipo de ensino, que responda às aspirações profundas das massas populares.

Para tal efeito, foi criada uma comissão ministerial logo que a reforma neocolonial foi abolida pelo Conselho de Ministros, em 12 de setembro de 1984. Esta comissão trabalhou ao curso de um ano e produziu um documento de base que traça as grandes orientações da nova escola. O Ministério da Educação Nacional refinou o documento e é o fruto deste trabalho, intitulado "a escola revolucionária de Burkina Faso", que tenho grande prazer em propor à apreciação do povo militante de Burkina. O projeto de reforma

proposto está em conformidade com as diretrizes do Discurso de Orientação Política de 2 de outubro de 1983, que afirma que a escola deve ser transformada em instrumento da revolução e que os graduados que a deixam não estão a serviço de seus próprios interesses e das classes exploradoras, mas a serviço das massas populares. A nova escola burkinabé estabelecida pelo povo e para o povo deve ser nacional, realista, revolucionária, democrática e popular; enfim, produtiva. Também deve ser uma escola aberta ao seu ambiente nacional e ao mundo exterior e uma escola de promoção coletiva. O camarada Ministro da Educação e seus técnicos terão a oportunidade, durante os debates de rádio e televisão, de apresentar em detalhes as características desta nova escola burkinabé. Assim, convido o povo militante a apreciar o documento que será submetido à apreciação. Todas as organizações democráticas, os CDRs, os sindicatos, as associações de pais, etc., são convidadas para este debate nacional. As críticas e sugestões, as observações e as várias diferentes emendas e propostas devem chegar ao Ministério da Educação Nacional até 31 de março de 1986. E como, desde o início de abril de 1986, o controle das Comissões Populares, responsáveis pelos setores ministeriais estendeu-se às autoridades gerais educacionais; os sindicatos, as associações de pais e outras estruturas democráticas serão convocadas para finalizar a síntese das diferentes propostas a serem feitas ao governo.

A pátria ou a morte, venceremos!

A libertação das mulheres: uma exigência para o futuro

8 de março de 1987.

Não é habitual que um homem tenha que se dirigir a tantas mulheres de uma só vez. Não é habitual que um homem tenha que sugerir a tantas mulheres de uma vez as novas batalhas nas quais se engajar.

A primeira timidez do homem lhe ocorre a partir do momento em que ele toma consciência de que está olhando para uma mulher. Ademais, camaradas militantes, vocês compreenderão que, apesar da alegria e do prazer que tenho em me dirigir a você, permaneço, não obstante, um homem que enxerga em cada uma de vocês a mãe, a irmã ou a esposa. Também gostaria que nossas irmãs aqui presentes, provenientes de Kadiogo, que não entendem a língua estrangeira francesa na qual eu vou fazer meu discurso, sejam indulgentes conosco como sempre têm sido; elas que, como nossas mães, têm concordado em nos suportar por nove meses sem reclamar. [Uma breve intervenção é feita em língua nacional Mooré, assegurando às mulheres que uma tradução será em breve feita].

Camaradas, a noite de 4 de agosto deu origem a uma obra por demais salutar para o povo de Burkina Faso. Ela deu ao nosso povo um nome e ao nosso país um horizonte.

Irrradiados pela seiva vivificante da liberdade, os homens burkinabés, humilhados e banidos ontem, receberam o selo que é o mais almejado do mundo: dignidade e honra. Desde então, a felicidade tornou-se acessível e todos os dias caminhamos em direção a ela, embalados pelas lutas, primeiros frutos que testemunham os grandes passos que já realizamos. Mas a felicidade egoísta é apenas ilusão e temos uma grande ausência: a mulher. Ela foi excluída desta feliz procissão.

Se os homens já estão à beira do grande jardim da revolução, as mulheres ainda estão limitadas à sua escuridão despersonalizante, debatendo aos cochichos ou em voz alta sobre as experiências que

envolveram toda Burkina Faso e as quais ainda não se apresentam entre elas, no instante em que se clama por elas.

As promessas da revolução já são uma realidade entre os homens. Por outro lado, entre as mulheres, ainda são apenas rumores. E, no entanto, é delas que dependem a verdade e o futuro de nossa revolução: são questões vitais, questões essenciais, já que nada pode ser feito por completo, nada decisivo, nada duradouro pode ser feito em nosso país enquanto essa importante parte do nós mesmos for mantida nesta sujeição imposta durante séculos pelos diferentes sistemas de exploração. Os homens e as mulheres de Burkina Faso devem, a partir de então, modificar profundamente a imagem que têm de si mesmos, no interior de uma sociedade que não somente determina novas relações sociais, mas também provoca mudanças culturais ao perturbar as relações de poder entre homens e mulheres e obrigar ambos a repensarem a natureza de cada um. É uma tarefa difícil, mas necessária, uma vez que permite à nossa revolução que se dote de seu pleno potencial, liberte todas as suas possibilidades e revele o seu autêntico significado nestas relações imediatas, naturais, necessárias aos homens e às mulheres, que são as relações mais naturais do ser humano com o ser humano.

É aqui, portanto, que se ergue o ponto a partir do qual o comportamento natural do homem tornou-se humano, e a partir do qual sua natureza humana tornou-se sua natureza.

Este ser humano, vasto e complexo conglomerado de dores e de alegrias; de solidão no abandono e, ainda assim, berço criador da imensa humanidade; esse ser de sofrimento, frustração e humilhação, e, ainda assim, fonte inesgotável de felicidade para cada um de nós; lugar incomparável de toda afeição, do impulso da coragem, mesmo o mais inesperado; tudo isto sendo dita fraça, quando é, na verdade, uma incrível força inspiradora dos caminhos que levam à honra; esse ser, verdadeira guia de certeza espiritual, eis vocês, mulheres! Vocês, canções de ninar e companheiras de nossas vidas, camaradas da nossa luta, e que, assim, com toda justiça, devem se impor como parceiras iguais nas festividades de confraternização das vitórias da revolução.

É sob essa luz que todos, homens e mulheres, devem definir e afirmar o papel e o lugar das mulheres na sociedade.

Trata-se, portanto, de restituir ao homem sua verdadeira imagem, triunfando o reino da liberdade para além das diferenciações naturais, graças à liquidação de todos os sistemas de hipocrisia que consolidam a exploração cínica das mulheres.

Em outras palavras, colocar a questão das mulheres na atual sociedade burkinabé significa querer abolir o sistema de escravidão no qual ela é mantida há milênios. Primeiro, é necessário entender esse sistema em seu funcionamento, compreender sua verdadeira natureza e todas as suas sutilezas para conseguir deflagrar uma ação que possa levar a uma emancipação total da mulher.

Em outras palavras, para travar um combate comum entre mulheres e homens, é importante conhecer todos os contornos da questão feminina nacional e universalmente e entender como, hoje, a luta de mulheres burkinabés se soma à luta universal de todas as mulheres e, além disso, à luta pela reabilitação total do nosso continente.

A condição da mulher é, portanto, o ponto crucial de toda a questão humana, aqui, ali, em toda parte. Tem um caráter universal.

A luta de classes e a questão das mulheres

É certamente devido ao materialismo dialético que projetamos nos problemas da condição da mulher a mais forte luz, o que nos permite definir o problema da exploração da mulher dentro de um sistema generalizado de exploração. Também é assim que se define a sociedade humana, não mais como um fato natural imutável, mas como uma *antiphisis*⁵³.

A humanidade não sofre passivamente o poder da natureza. Ela a toma por conta própria. Essa consideração não é uma operação interna e subjetiva. Ela se efetua objetivamente na prática, se a mulher deixa de ser considerada como um simples organismo sexuado, para se tornar consciente, para além dos dados biológicos, de seu valor na ação.

Além disso, a consciência que uma mulher tem de si mesma não é definida apenas pela sua sexualidade. Reflete uma situação que

depende da estrutura econômica da sociedade, uma estrutura que reflete o grau da evolução técnica e das relações de classe que a humanidade alcançou.

A importância do materialismo dialético é ter ido além dos limites essenciais da biologia, ter escapado das teses simplistas da subserviência à espécie, introduzindo todos os fatos no contexto econômico e social. Desde os primórdios da história humana, o domínio do homem sobre a natureza nunca foi realizado diretamente, a nu. A mão, com seu polegar opositor, já se prolonga no instrumento que multiplica seu poder. Não são, portanto, exclusivamente os dados físicos, a musculatura, a parturição, por exemplo, que consagraram a desigualdade de condições entre o homem e a mulher. Nem é a evolução técnica como tal que confirmou isso. Em alguns casos, e em algumas partes do globo, a mulher conseguiu anular a diferença física que a separa do homem.

É a transição de uma forma de sociedade para outra que justifica a institucionalização dessa desigualdade. Uma desigualdade secretada pela mente e pela nossa inteligência para realizar a dominação e a exploração concretizadas, representadas e vividas a partir de então mediante as funções e papéis a que submetemos a mulher.

A maternidade, a obrigação social de se conformar aos cânones do que os homens desejam como elegância, obstruem a mulher que desejaria forjar uma musculatura dita masculina.

Por milênios, do paleolítico à idade do bronze, as relações entre os sexos foram consideradas pelos paleontólogos mais qualificados como uma complementaridade positiva. Essas relações duraram oito milênios sob o ponto de vista da colaboração e da interferência, e não do caráter excludente do patriarcado absoluto, quase generalizado no atual período histórico!

Engels deu conta da evolução das técnicas, mas também da escravização histórica da mulher, que nasceu com o aparecimento de propriedade privada, em função da transição de um modo de produção para outro, de uma organização social para outra.

O trabalho intensivo necessário para transformar em lavoura uma floresta, para fazer os campos crescerem, para aproveitar ao máximo a natureza, envolve a fragmentação das tarefas. O egoísmo,

a preguiça, a facilidade, em suma, o maior lucro com o menor esforço, emergem das profundezas do homem e são erigidos em princípios. A ternura protetora da mulher em relação à família e ao clã se torna a armadilha que a entrega à dominação do macho. A inocência e a generosidade são vítimas da dissimulação e do cálculo crápula. O amor é ultrajado. A dignidade é escandalizada. Todos os sentimentos verdadeiros se transformam em objetos de barganha. A partir de então, o sentimento de hospitalidade e partilha das mulheres sucumbe à astúcia dos truques.

Embora consciente desta astúcia que governa a distribuição desigual de tarefas, ela, a mulher, segue o homem para curar e criar tudo o que ela ama. Ele, o homem, superexplora essa doação de si. Mais tarde, o germe culpado pela exploração instala regras atroz, excedendo essas concessões conscientes da mulher, historicamente atraída.

A humanidade conhece a escravidão através da propriedade privada. O homem, mestre de seus escravos e da terra, também se torna o dono da mulher. Esta é a grande derrota histórica do sexo feminino. Isso explica a reviravolta na divisão do trabalho, devida aos novos modos de produção e a uma revolução nos meios de produção.

Foi então que o direito paterno substitui o direito materno; a transmissão do domínio passa a ser de pai para filho e não mais da mulher para seu clã. Eis o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade pessoal e única do pai, que se tornou chefe da família. Nesta família, a mulher é oprimida. Reinando como um soberano, o homem sacia seus caprichos sexuais copulando com escravas ou hetairas. As mulheres se tornam seu butim e suas conquistas de guerra. Tira proveito de sua a força de trabalho e desfruta da diversidade de prazeres que elas proporcionam.

Da parte delas, uma vez que os senhores tornam a recíproca possível, as mulheres se vingam através da infidelidade. Assim, o casamento é naturalmente completado pelo adultério. É a única defesa da mulher contra a escravidão doméstica na qual ela é mantida. A opressão social é aqui a expressão da opressão econômica.

Neste ciclo de violência, a desigualdade só terminará com o advento de uma nova sociedade, isto é, quando homens e mulheres gozarem de direitos sociais iguais, em função de perturbações interventoras sobre os meios produção, bem como sobre todas as relações sociais. Assim, o destino da mulher não melhorará enquanto não for liquidado o sistema que a explora.

De fato, através dos tempos e onde quer que o patriarcado triunfasse, ali haveria um paralelismo estreito entre a exploração de classes e o domínio sobre as mulheres; certamente, não sem alguns fugazes períodos em que mulheres, sacerdotisas ou guerreiras, lograram estourar as redomas opressivas. Mas o essencial, tanto na prática cotidiana quanto na repressão intelectual e moral, sobreviveu e se consolidou. Destronadas pela propriedade privada, expulsas de si mesmas, reduzidas ao âmbito da cuidadora e da serviçal, considerada inessenciais por filosofias como as de Aristóteles, Pitágoras e outros e pelas religiões mais estabelecidas, desvalorizada pelos mitos, a mulher compartilhou o destino do escravo que, na sociedade escravagista, era apenas uma besta de carga com um rosto humano.

Não é de admirar, então, que, em sua fase de conquista, o capitalismo, para o qual os seres humanos não são mais que cifras, fosse o sistema econômico que explorasse as mulheres com mais cinismo e refinamento. Este foi o caso, como registra um fabricante desta época, que empregava apenas mulheres em seus teares mecânicos. Dava preferência às mulheres casadas e, entre elas, às que tinham lares familiares para manter, porque mostravam muito mais atenção e docilidade do que os homens solteiros. Elas trabalhavam até o esgotamento de suas forças para prover aos seus de meios de subsistência.

É assim que as qualidades próprias da mulher são distorcidas em detrimento dela, e todos os elementos morais e delicados de sua natureza tornam-se meios de escravizá-la. Sua ternura, o amor da família, a meticulosidade que ela traz para seu trabalho, são usados contra ela, dando destaque aos defeitos que ela possa, porventura, ter.

Assim, ao longo dos tempos e através dos tipos de sociedades, as mulheres experimentaram um triste destino: o da desigualdade sempre confirmada em relação aos homens. Que as manifestações dessa desigualdade tenham assumido diversos contornos, isso não nega que essa desigualdade permanecesse a mesma.

Na sociedade escravista, o escravo era considerado um animal, um meio de produção de bens e serviços. A mulher, qualquer que fosse sua posição, era esmagada dentro de sua própria classe e fora daquela classe, mesmo aquelas que pertenciam às classes exploradoras.

Na sociedade feudal, com base na suposta fraqueza física ou psicológica das mulheres, os homens as confinaram à dependência absoluta do homem. Muitas vezes considerada como um objeto de impureza ou o principal agente da indisciplina, a mulher, com raras exceções, foi removida dos locais de culto.

Na sociedade capitalista, a mulher, já moral e socialmente perseguida, também é economicamente dominada. Sustentada pelo homem quando ela não trabalha, ela ainda está nessa condição mesmo quando se mata de trabalhar. Lançar nossa luz sobre a miséria das mulheres demonstra com força suficiente que ela está em uma condição solidária à dos proletários.

Da especificidade do fato feminino

A mulher é solidária ao homem explorado.

No entanto, essa solidariedade na exploração social da qual homens e mulheres são vítimas e que liga o destino de ambos à História, não deve nos fazer perder de vista o fato específico da condição da mulher. A condição da mulher vai além das entidades econômicas, singularizando a opressão da qual ela é vítima. Essa singularidade nos impede de estabelecer equações, deteriorando nossa visão em reduções fáceis e infantis. Sem dúvida, na exploração, a mulher e o trabalhador são mantidos em silêncio. Mas, no sistema posto, a esposa do trabalhador deve mais um outro silêncio ao seu marido trabalhador. Em outras palavras, à exploração de classe que é comum, soma-se para as mulheres a relação

singular com o homem, relações de oposição e agressão que utilizam diferenças físicas como pretexto para se impor.

É certo que a assimetria entre os sexos é o que caracteriza a sociedade humana, e que essa assimetria define as relações de forma superior, que não nos permitem ver imediatamente a mulher, mesmo na produção econômica, como uma simples trabalhadora. Relações de privilégio, relações perigosas, que tornam a questão da condição da mulher sempre um problema.

O homem aproveita a complexidade dessas relações para semear confusão entre as mulheres e tira proveito de todos os truques da exploração de classe para manter sua dominação sobre as mulheres. Desta mesma maneira, ademais, os homens têm dominado outros homens porque têm conseguido impor a ideia segundo a qual, em nome da origem familiar e do "direito divino", alguns homens são superiores aos outros. Eis o regime feudal. Desta mesma maneira, além disso, outros homens conseguiram escravizar povos inteiros, porque a origem e explicação da cor de sua pele era uma justificativa, que eles queriam "científica", para dominar aqueles que tinham a infelicidade de ser de outra cor. Eis o regime colonial. Eis o apartheid.

Nós não podemos deixar de estar atentos a esta situação das mulheres, porque é isto que pressiona as melhores dentre elas a falar de "guerra dos sexos", enquanto se trata de fato de uma guerra de clãs e de classes que devemos liderar juntos, em simples complementaridade. Mas temos de admitir que é a atitude dos homens que possibilita uma obliteração tal de significado e, assim, autoriza todas as audácias semânticas do feminismo, algumas das quais não foram nem um pouco inúteis na luta dos homens e das mulheres contra a opressão. Um combate que podemos vencer, que venceremos se encontrarmos a nossa complementaridade, se soubermos que somos necessários e complementares, se finalmente soubermos que estamos condenados à complementaridade.

Por hora, deve-se reconhecer que o comportamento masculino, feito de vaidades, irresponsabilidades, arrogâncias e todos os tipos de violência contra a mulher, dificilmente pode desembocar em uma ação coordenada contra a opressão da mesma. E o que dizer dessas

atitudes que vão até o limite da estupidez e que não são, na realidade, senão válvulas de escape dos homens oprimidos que esperam, através de sua brutalidade contra as mulheres, recuperar por conta própria uma humanidade que o sistema de exploração lhes nega.

Essa estupidez do sexo masculino se chama sexismo ou machismo, todas as formas de indigência intelectual e moral, ou até a própria impotência física mais ou menos evidente, é o que muitas vezes obriga as mulheres politicamente conscientes a considerar como um dever seu a necessidade de lutar em duas frentes.

Para lutar e vencer, as mulheres devem se identificar com as camadas e classes sociais oprimidas: os trabalhadores, os camponeses...

Um homem, se é oprimido, encontra um ser para oprimir: sua esposa. Esta é, certamente, uma realidade terrível. Quando falamos sobre o sistema ignóbil do apartheid, é para os negros explorados e oprimidos que se voltam nossos pensamentos e emoções. Mas, infelizmente, esquecemos da mulher negra que padece sob seu homem, este homem que, munido com sua caderneta de passe⁵⁴, permite-se desvios reprováveis antes de ir ao encontro daquela que esteve ao seu lado com dignidade, no sofrimento e na miséria.

Pense também na mulher branca da África do Sul, aristocrata, certamente plena materialmente, mas que tem a infelicidade de ser uma máquina de prazer desses homens brancos luxuriosos, que não podem fazer nada mais para esquecer os seus crimes contra os negros, senão se intoxicar, de modo atabalhoado e perverso, em relações sexuais bestiais.

Além disso, os exemplos não faltam de homens progressistas que vivem alegremente no adultério, mas que estariam prontos para matar suas esposas apenas por uma suspeita de infidelidade. Há muitos entre nós desses homens que procuram o chamado consolo nos braços de prostitutas e cortesãs de todos os tipos! Sem esquecer os maridos irresponsáveis cujos salários são usados apenas para manter as amantes e quitar as dívidas no bar. E que dizer desses homens apequenados, eles também progressistas, que muitas vezes se encontram em ambientes lascivos para falar sobre

mulheres que abusaram. Eles acreditam que podem assim se comparar uns aos outros, e até mesmo vangloriar-se, quando se deliciam com mulheres casadas.

Na verdade, estas são apenas situações lamentáveis menores, das quais teríamos nos absterido de falar, não fosse o fato de que o comportamento delinquente destes homens coloca em causa a virtude e a moral de mulheres de alto valor, que poderiam ter sido muito úteis à nossa revolução.

E também todos esses militantes mais ou menos revolucionários, bastante menos revolucionários que os outros, que não aceitam que suas esposas militem, ou aceitem apenas a militância diurna; que batem em suas esposas porque elas estavam ausentes nas reuniões ou eventos noturnos. Ah, estes suspeitosos, estes ciumentos! Que pobreza de espírito e que engajamento condicional, limitado! Pois seria apenas à noite que uma mulher decepcionada e decidida poderia enganar o marido? E qual comprometimento é esse, que espera que a militância cesse com a noite, para retomar seus direitos e exigências apenas ao amanhecer!

E o que pensar, enfim, de todas essas palavras que saem das bocas dos militantes revolucionários, uns mais que os outros, sobre as mulheres? Palavras como "materialistas baixas, aproveitadoras, atrizes, rabugentas, fazedores de intrigas, ciumentas, etc, etc..." Tudo isso talvez seja verdade para as mulheres, mas certamente também é para os homens! Poderia nossa sociedade perverter menos que isso quando, metodicamente, subjuga as mulheres, separa-as de tudo o que é supostamente sério, determinante, aquilo que está acima de relações subalternas e mesquinhas?

Quando alguém é condenada, como as mulheres o são, a esperar que o dono do marido lhes dê comida e precisando receber dele autorização para falar e viver; tem outra alternativa senão, para se ocupar e para criar uma ilusão de utilidade ou importância, as aparências, os fuxicos, a tagarelice, os olhares oblíquos e invejosos seguidos das fofocas sobre flertes e as vidas privadas alheias. As mesmas atitudes são encontradas em homens colocados sob as mesmas condições.

As mulheres, também é dito, são as mais ignorantes. Elas são chamadas de “cabeças de passarinho”. Não nos esqueçamos, no entanto, que, monopolizada, de fato atormentado pelo marido leviano, marido infiel e irresponsável; tendo as crianças como responsabilidade sua, enfim, esmagada pela administração da família; a esposa, nestas condições, só poderia mesmo ter um olhar abatido, que refletem a ausência e a distração do espírito. A ignorância, para ela, torna-se um antídoto à pena, uma mitigação dos rigores da existência, uma proteção vital.

Mas os homens ignorantes também existem e muitos; alguns metidos no álcool e nos narcóticos, outros em várias formas de perversidade a que se entregam no curso da vida. No entanto, ninguém nunca diz que esses homens são ignorantes. Que vaidade, que banalidades!

Banalidades das quais eles se gabam para marcar essas enfermidades do universo masculino. Pois o universo masculino, em uma sociedade de exploração, precisa de mulheres prostitutas; aquelas que são profanadas e sacrificadas após o uso sobre o altar da prosperidade de um sistema de mentiras e rapina; não passam de bodes expiatórios.

A prostituição não é nada mais que a quintessência de uma sociedade em que a exploração é erigida em regra. Simboliza o desprezo dos homens pelas mulheres. Desta mulher que não é outra senão a face dolorosa da mãe, da irmã ou da esposa de outros homens, portanto de cada um de nós. Em última análise, é o desrespeito inconsciente que temos por nós mesmos. Há prostitutas apenas onde há “prostituidores” e cafetões.

Mas quem vai à procura da prostituta?

Em primeiro lugar, há maridos que dedicam suas esposas à castidade para descarregar na prostituta sua torpeza e seus desejos devassos. Isso permite que eles dediquem um aparente respeito às suas esposas enquanto revelam sua verdadeira natureza no colo da garota dita “para se divertir”. Assim, no plano moral, a prostituição é simétrica ao casamento. Parece se acomodar aos ritos e costumes, religiões e morais. Isto é o que os padres da Igreja exprimiram ao

dizer que “os esgotos são necessários para garantir a saúde do palácio”.

Além disso, há os hedonistas impenitentes e intemperados que têm medo de assumir a responsabilidade por um lar, com as suas turbulências, e que fogem das responsabilidades morais e materiais da paternidade. Eles, então, exploram o endereço discreto de um bordel como sendo o precioso caminho para uma conexão sem consequências.

Há também o conjunto de todos aqueles que publicamente, ou, pelo menos, em lugares bem pensados, condenam a mulher ao descrédito. Seja por um despeito que eles não tiveram a coragem de transcender, perdendo assim a confiança em qualquer mulher, declarada “*instrumentum diabolicum*”; seja igualmente pela hipocrisia, por terem proclamado com demasiada frequência e peremptoriamente contra o sexo feminino um desprezo que eles se esforçam para assumir aos olhos da sociedade da qual eles extorquiram a admiração através da falsa virtude. Todos decaindo noturnamente pelos bordéis, até a hora em que suas hipocrisias são descobertas.

Ainda existe essa fraqueza do homem que se põe à busca de situações poliândricas. Longe de nós qualquer ideia de juízo de valor sobre a poliandria, essa forma de relação entre homens e mulheres que algumas civilizações têm privilegiado. Mas, nos casos que denunciemos, lembremos esses parques de gigolôs gananciosos e preguiçosos que mantêm na opulência ricas senhoras.

Neste mesmo sistema, no plano econômico, a prostituição pode confundir prostituta e mulher casada “materialista”. Entre aquela que vende seu corpo pela prostituição e aquela que o vende em casamento, a única diferença está no preço e na duração do contrato.

Ao tolerar assim a existência da prostituição, nós rebaixamos todas as mulheres ao mesmo nível: prostitutas ou noivas. A única diferença é que a mulher legítima, apesar de ser oprimida como esposa, tem, pelo menos, o selo da boa reputação do casamento. Quanto à prostituta, resta apenas a apreciação mercantil de seu

corpo, a apreciação flutuando de acordo com as bolsas de valores falocráticas.

Ela é algo mais que um artigo que se valoriza ou desvaloriza de acordo com o grau de flacidez de seus encantos? Ela não é regida pela lei da oferta e da demanda? A prostituição é um atalho trágico e doloroso para todas as formas de escravidão feminina. Devemos, portanto, ver em cada prostituta o olhar acusador voltado a toda sociedade. Cada cafetão, cada agenciador de prostitutas, remexe uma faca nesta ferida purulenta e aberta que desfigura o mundo dos homens e os conduz à perdição. Além disso, combatendo a prostituição, estendendo uma mão amiga para a prostituta, salvamos nossas mães, nossas irmãs e nossas esposas dessa lepra social. Nós nos salvamos a nós mesmos. Nós salvamos o mundo.

A condição das mulheres em Burkina

Se, no entendimento da sociedade, o menino que nasceu é um “presente de Deus”; o nascimento de uma menina é recebido, se não como uma fatalidade, na melhor das hipóteses como um presente que servirá para produzir comida e reproduzir o gênero humano.

Ao homenzinho se ensinará a querer e a obter, a ditar e a ser servido, a desejar e a tomar, a decidir sem apelo. Para a futura mulher, a sociedade, bem como seus homens, e este é o lugar para dizê-lo, inculca padrões sem saída. Os espartilhos psíquicos chamados de virtudes criam nela um espírito de alienação pessoal, desenvolvem nessa criança a preocupação com a proteção e a predisposição para alianças tutelares e barganhas matrimoniais. Que fraude mental monstruosa!

Assim, criança sem infância, a menina, desde a idade de 3 anos, terá de responder ao seu objetivo: servir, ser útil. Enquanto seu irmão de 4, 5 ou 6 anos vai brincar até a exaustão ou o tédio, ela entrará no processo de produção sem cerimônia. Ela já terá um emprego: dona de casa assistente. Ocupação sem remuneração, claro, porque não costumamos dizer de uma mulher em casa que ela “não faz nada”? Não está escrito nos documentos de identificação

das mulheres não remuneradas precisamente a menção “dona de casa”, para dizer que não têm emprego? Que elas “não trabalham”?

Com a ajuda dos ritos e das obrigações de submissão, nossas irmãs crescem cada vez mais dependentes, cada vez mais dominadas, cada vez mais exploradas, com cada vez menos tempo livre e momentos de lazer.

Enquanto o jovem homem achará em seu caminho as ocasiões para florescer e se assumir, a camisa de força social imporá mais desvantagens às meninas, em todas as fases de sua vida. Por nascer uma menina, ela pagará um preço alto, sua vida, até que o peso do trabalho e os efeitos do autoesquecimento de si, física e mentalmente, a conduzam até o dia do Grande Repouso. Fator de produção ao lado de sua mãe (a partir deste momento, mais chefe sua do que mãe), ela nunca vai ficar de braços cruzados, nunca se deixará estar, esquecendo-se em seus jogos e brinquedos como ele, seu irmão.

De todos os lados, do Planalto Central ao Nordeste, onde predominam sociedades com um poder centralizado forte; no Ocidente, onde vivem comunidades de aldeões com poder não centralizado ou no Sudoeste, território das coletividades ditas segmentárias, a organização social tradicional apresenta pelo menos uma coisa em comum: a subordinação das mulheres. Neste domínio, as nossas 8.000 aldeias, as nossas 600.000 concessões e as nossas milhões e mais de famílias observam comportamentos idênticos ou similares. Aqui e ali, o imperativo da coesão social definida pelos homens é a submissão das mulheres e a subordinação dos mais jovens.

Nossa sociedade, ainda primitivamente agrária, patriarcal e poligâmica, fez da mulher um objeto de exploração por sua força de trabalho e de consumo, por sua função de reprodução biológica.

Como é que a mulher vive esta curiosa identidade dupla: a de ser o nó vital que semeia todos os membros da família, que garante, pela sua presença e atenção, a unidade fundamental; e a de ser marginalizada, ignorada? Uma condição híbrida, cujo ostracismo imposto é igualado apenas pelo estoicismo das mulheres. Para viver em harmonia com a sociedade dos homens, para se conformar aos

ditames dos homens, a mulher se enredará em uma ataraxia aviltante, negativizante, sacrificando-se.

Mulher-fonte-de-vida, mas mulher-objeto. Mãe, mas serva doméstica. Mulher-cuidadora, mas mulher-álibi. Sujeitas à talha nos campos e encobertas na família, figuram, no entanto, sem rosto e sem voz. Mulher-dobradiça, mulher-confluência, mas mulher-acorrentada, mulher-sombra, sob a sombra masculina.

Pilar do bem-estar familiar, ela é uma parteira, lavadeira, varredeira, cozinheira, mensageira, matrona, agricultora, curandeira, horticultora, piladora, vendedora, trabalhadora. É uma força de trabalho sob ferramentas obsoletas, acumulando centenas de milhares de horas em troca de rendimentos desesperadores.

Já nas quatro frentes da luta (contra a doença, a fome, a privação e a degeneração), nossas irmãs estão sob a pressão diária de mudanças sobre as quais não têm controle. Quando cada um dos nossos 800.000 emigrantes masculinos se evade, uma mulher assume um trabalho extra. Assim, os dois milhões de burkinabés que foram viver fora do território nacional contribuíram para agravar o desequilíbrio de proporção entre os sexos, o que, hoje, faz com que as mulheres constituam 51,7% da população total. Da população residente potencialmente ativa, eles são 52,1%.

Ocupada demais para prestar atenção em seus filhos, exausta demais para pensar em si mesma, a mulher continuará escravizada: roda da fortuna, roda de moer, roda motriz, estepe, roda-gigante.

Abusadas e maltratadas, as mulheres, nossas irmãs e nossas esposas, pagam por haver dado à luz. Socialmente relegadas ao terceiro escalão, depois do homem e da criança, eles pagam por manter a vida. Aqui também, um Terceiro Mundo é arbitrariamente mantido para dominar, para explorar.

Dominadas e transferidas de uma tutela protetiva exploradora para uma tutela dominante e ainda mais exploradora; primeira a receber uma tarefa e a última a descansar; primeira na fila do poço e da lenha, mas a última a se aquecer e a saciar sua sede, lhe sendo permitido comer somente as sobras e depois do homem; pedra angular da família, segurando em seus ombros, em suas mãos e em seu ventre esta família e a sociedade; a mulher paga o preço das

ideologias natalistas opressivas, dos tabus e das interdições alimentares, da desnutrição, das gravidezes de risco, da despersonalização e de inúmeros outros males que tornam a mortalidade materna uma das falhas mais intoleráveis, incalculáveis e vergonhosas de nossa sociedade.

Neste substrato alienante, a intrusão de aves de rapina de longe contribuiu para fermentar a solidão das mulheres e agravar a precariedade de sua condição.

A euforia da independência esqueceu a mulher no leito das esperanças castradas. Segregada das deliberações, ausente das decisões, vítima vulnerável da escolha alheia, continuou sofrendo na família e na sociedade. O capital e burocracia estavam de mãos dadas para manter a mulher subjugada. O imperialismo fez o resto.

Escolarizadas duas vezes menos do que os homens, com o analfabetismo na faixa dos 99%; parcamente treinadas para os negócios; discriminadas no emprego, limitadas a funções subalterna e as primeiras a serem demitidas; as mulheres, sob o peso de cem mil tradições e de mil desculpas, continuaram a enfrentar desafios sucessivos. Elas tinham que permanecer ativas, independentemente do custo, para as crianças, para a família e para a sociedade. Através de mil noites sem aurora.

O capitalismo precisava de algodão, de carité, de gergelim para suas indústrias, e é a mulher, foram as nossas mães que, além do que já estavam fazendo, foram encarregadas de fazer as colheitas. Nas cidades, onde supostamente haveria a civilização emancipadora das mulheres, encontraram-se obrigadas a decorar salões burgueses, vendendo seus corpos para viver ou servindo de iscas comerciais em produções publicitárias.

As mulheres da pequena burguesia das cidades vivem, sem dúvida, melhor do que as mulheres do nosso campo, em termos materiais. Mas eles são mais livres, mais emancipadas, mais respeitadas, mais investidas de responsabilidades? Isso é mais do que uma pergunta a ser feita, é uma afirmação. Inúmeros problemas persistem, quer seja quanto ao emprego ou ao acesso à educação, seja quanto à situação da mulher na legislação ou na vida cotidiana, a mulher

burkinabé ainda é a que vem depois do homem, e não ao mesmo tempo.

Os regimes políticos neocoloniais que se sucederam em Burkina lidaram com a questão da emancipação das mulheres mediante uma abordagem burguesa, que é apenas a ilusão de liberdade e dignidade. Apenas as poucas mulheres da pequena burguesia das cidades estavam preocupadas com a política da moda, com a "condição feminina", ou melhor, com o feminismo primário, que reivindica para as mulheres o direito de serem masculinas. Assim, a criação do Ministério da Condição da Mulher, liderado por uma mulher, foi entoada como uma vitória.

Mas nós estávamos verdadeiramente conscientes desta condição feminina? Estávamos conscientes de que a condição das mulheres é a condição de 52% da população burkinabé? Sabíamos que essa condição era determinada por estruturas sociais, políticas, econômicas e pelas concepções retrógradas dominantes, e que, conseqüentemente, a transformação dessa condição não poderia ser responsabilidade de um único ministério, mesmo que fosse dirigido por uma mulher?

Isto é tão verdadeiro que as mulheres de Burkina puderam observar, após vários anos de existência deste ministério, que nada mudou em sua condição. E não poderia ser de outra forma, uma vez que a abordagem da questão da emancipação das mulheres, que levou à criação de tal ministério-álibi, recusou-se a ver e a pôr em evidência, a fim de ter em conta, as verdadeiras causas da dominação e exploração das mulheres. Assim, não devemos nos surpreender que, malgrada a existência deste ministério, a prostituição se desenvolveu, o acesso das mulheres à educação e ao emprego não melhorou, os direitos civis e políticos das mulheres foram ignorados, que as condições de vida das mulheres na cidade e no campo não melhoraram.

Mulher-jóia, mulher-álibi político do governo; mulher-sereia clientelista nas eleições, mulher-robô na cozinha; mulher frustrada pelas resignações e inibições impostas, malgrada a sua mente aberta! Independentemente do seu lugar no espectro da dor,

independentemente do seu modo de sofrimento, urbano ou rural, ela ainda sofre.

Mas uma só noite trouxe a mulher ao coração do ascenso familiar e ao centro da solidariedade nacional.

Portadora da liberdade, a aurora que se seguiu ao 4 de agosto de 1983 ecoou-lhe para que, juntos, iguais, solidários e complementares, caminhássemos lado a lado, num só povo.

A revolução de agosto encontrou a mulher burkinabé em sua condição de ser subjugado e explorado por uma sociedade neocolonial, fortemente influenciada pela ideologia das forças retrógradas. Teve que romper com a política reacionária defendida e seguida até hoje em matéria emancipação das mulheres, definindo claramente uma política nova, justa e revolucionária.

Nossa revolução e a emancipação das mulheres

Em 2 de outubro de 1983, o Conselho Nacional da Revolução declarou nitidamente em seu Discurso de Orientação Política o eixo principal da luta pela libertação das mulheres. Comprometeu-se a trabalhar pela mobilização, organização e união de todas as forças vitais da nação e da mulher em particular. O Discurso de Orientação Política dizia sobre a mulher: "Ela estará associada a todas as batalhas que teremos que enfrentar contra os vários obstáculos da sociedade neocolonial e pela construção de uma nova sociedade. Ela será associada a todos os níveis de concepção, decisão e execução, na organização da vida de toda a nação".

O propósito deste grande empreendimento é construir uma sociedade livre e próspera, onde as mulheres sejam iguais aos homens em todos os domínios. Não pode haver uma maneira mais nítida de conceber e declarar a questão das mulheres e a luta emancipadora que nos espera.

"A verdadeira emancipação das mulheres é aquela que fortalece as mulheres, que as associa às atividades produtivas, às várias lutas enfrentadas pelo povo. A verdadeira emancipação da mulher é aquela que força a consideração e o respeito do homem".

Isso indica nitidamente, camaradas mulheres militantes, que a luta pela libertação das mulheres é, acima de tudo, sua luta pelo

fortalecimento da revolução democrática e popular. Esta revolução dá-lhes a palavra e o poder de dizer e de agir pela construção de uma sociedade de justiça e igualdade, onde a mulher e o homem têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. A revolução democrática e popular criou as condições para um tal combate libertador. Cabe agora a vocês agir de modo responsável para quebrar todas as correntes e grilhões que escravizam as mulheres em sociedades atrasadas como a nossa, e assumir a parte de vossa responsabilidade na política de construir a nova sociedade para o benefício da África e para o benefício de toda a humanidade.

Nas primeiras horas da revolução democrática e popular, já dissemos: "a emancipação, assim como a liberdade, não se concede: é conquistada. E cabe às próprias mulheres promover suas reivindicações e mobilizar-se para realizá-las". Assim, a nossa revolução não só especificou o objetivo a ser alcançado na questão da luta pela emancipação da mulher, mas também indicou o caminho a ser seguido, os meios para pôr-se em obra e os principais atores dessa luta. Faz quase quatro anos que trabalhamos juntos, homens e mulheres, para conquistar vitórias e avançar para o objetivo final.

Precisamos estar conscientes das batalhas travadas, dos sucessos alcançados, dos fracassos sofridos e das dificuldades encontradas para melhor preparar e direcionar futuros combates. Que obra logrou a revolução democrática e popular realizar quanto à emancipação das mulheres?

Quais os trunfos e quais as debilidades?

Uma das principais conquistas da nossa revolução na luta pela emancipação das mulheres foi, sem dúvida, a criação da União das Mulheres de Burkina (UFB). A criação desta organização é uma grande conquista, porque deu às mulheres do nosso país uma estrutura e meios seguros para liderar vitoriosamente o combate. A criação da UFB é uma grande vitória porque permite a mobilização de todas as mulheres militantes em torno de objetivos específicos, apenas pela luta de libertação, sob a liderança do Conselho Nacional da Revolução. A UFB é a organização de mulheres militantes e

responsáveis, determinadas a trabalhar pela transformação, a lutar para vencer, a cair e a cair, mas a se levantar a cada vez, para avançar sem recuar.

Esta é uma nova consciência que germinou entre as mulheres em Burkina, e todos devemos nos orgulhar disso. Camaradas mulheres militantes, a União das Mulheres de Burkina é sua organização de combate. Lhes incumbe aguçá-la mais, para que seus golpes sejam mais nítidos e permitam que vocês conquistem mais e mais vitórias. As várias iniciativas que o Governo tem conseguido realizar em pouco mais de três anos para a emancipação das mulheres são certamente insuficientes, mas tornaram possível percorrer um longo caminho até o ponto que o nosso país pode apresentar atualmente à vanguarda do combate libertador das mulheres. Nossas mulheres participam cada vez mais da tomada de decisões, no exercício efetivo do poder popular.

As mulheres de Burkina estão em toda parte onde se constrói o país, elas estão nos canteiros: em Sourou (vale irrigado), no reflorestamento, no comando de vacinação, nas operações "Cidades Limpas", na batalha dos trilhos, etc. Progressivamente, as mulheres de Burkina tomam o pé e se impõem, derrotando assim todas as concepções falocráticas e antiquadas dos homens. E assim será até que a mulher em Burkina esteja presente em todo lugar no tecido social e profissional. Nossa revolução, durante os seus três anos e meio, tem trabalhado na eliminação gradual de práticas degradantes das mulheres, como as práticas da prostituição e práticas análogas, como a vadiagem e a delinquência das jovens garotas, o casamento forçado, a mutilação genital e as condições de vida particularmente difíceis da mulher.

Contribuindo na resolução do problema da água em todos os lugares, contribuindo também para a instalação de moinhos nas aldeias, popularizando fogões melhorados, criando creches populares, praticando a vacinação cotidianamente, encorajando a alimentação saudável, abundante e variada, a revolução contribui, indubitavelmente, para melhorar as condições de vida das mulheres burkinabés.

Além disso, estas devem se engajar mais na aplicação das palavras de ordem anti-imperialistas, produzindo e consumindo produtos burkinabés, afirmando-se sempre como agentes econômicos de primeiro plano, produtoras e consumidoras de produtos locais.

A revolução de agosto, sem dúvida, fez um bocado pela emancipação das mulheres, mas isso está longe de ser satisfatório. Nós ainda temos muito o que fazer.

Para melhor perceber aquilo que resta fazer, precisamos estar mais conscientes das dificuldades a vencer. Os obstáculos e dificuldades são numerosos. E, acima de todos, há o analfabetismo e o baixo nível de consciência política, todos os quais acentuados ainda mais pela influência excessiva das forças retrógradas em nossas sociedades atrasadas.

Estes dois principais obstáculos, devemos trabalhar com perseverança para superá-los. Porque enquanto as mulheres não tiverem uma consciência nítida da justeza da luta política a ser travada e dos meios para pô-la em prática, corremos o risco de pisar em falso e, finalmente, de regredir.

É por isso que a União das Mulheres do Burkina terá que desempenhar plenamente o seu papel. As mulheres da UFB devem trabalhar para superar suas próprias deficiências, romper com as práticas e comportamentos que sempre foram ditos específicos para mulheres e que, infelizmente, ainda podemos verificar todos os dias pelas palavras e comportamentos de muitas mulheres. Todas essas mesquinhas como o ciúme; o exibicionismo; as críticas incessantes e gratuitas, negativas e sem princípios; a difamação de uma pela outra; o subjetivismo à flor da pele; as rivalidades, etc... Uma mulher revolucionária deve superar tais comportamentos, que são particularmente acentuados naquelas em meio à pequena burguesia. São comportamentos que naturalmente comprometem qualquer trabalho em grupo, muito embora a luta pela libertação das mulheres seja um trabalho organizado que, portanto, precisa da contribuição do conjunto das mulheres.

Juntos, devemos sempre garantir o acesso das mulheres ao trabalho. Este trabalho emancipatório e libertador garantirá à mulher

a independência econômica, um papel social maior e um conhecimento mais justo e mais completo do mundo.

Nosso entendimento do poder econômico das mulheres deve se despir da ganância vulgar e dos desejos materialistas que tornam algumas mulheres especuladoras de bolsas de valores, cofres ambulantes. Estas são as mulheres que perdem toda a dignidade, o controle e os princípios assim que o brilho das joias se faz vislumbrar ou o tilintar das moedas se faz ouvir. Dentre essas mulheres, infelizmente, há algumas que levam os homens ao endividamento excessivo, até mesmo ao suborno, à corrupção. Essas mulheres são como a areia movediça perigosa, fétida, que prejudica a chama revolucionária de seus cônjuges ou companheiros militantes. Há casos tristes em que o ardor revolucionário foi extinto e o envolvimento do marido foi desviado da causa do povo por uma mulher egoísta e rabugenta, ciumenta e invejosa.

A educação e a emancipação econômica, se não forem bem compreendidas e orientadas de maneira útil, podem ser uma fonte de infelicidade para as mulheres e, portanto, para a sociedade. Procuradas como amantes, casadas no melhor dos casos, são abandonadas assim que o pior acontece. O julgamento generalizado é impiedoso para com elas: as intelectuais se "portam mal" e as ricas são suspeitas. Todas estão condenadas ao celibato, o que talvez não fosse tão grave se este não fosse justamente a expressão de um ostracismo difuso de toda uma sociedade contra essas pessoas; vítimas inocentes, porque elas não têm conhecimento do "seu crime e seu defeito"; frustradas porque cada dia é um apagar de velas para uma afetividade que se transforma em desgraça ou hipocondria. Para muitas mulheres, o conhecimento elevado provocou desgraças e a grande fortuna alimentou muitos infortúnios.

A solução para esses aparentes paradoxos reside na capacidade das pobres instruídas ou das ricas de colocar sua grande instrução e sua grande riqueza a serviço de seu povo. Elas serão mais apreciadas, até mesmo aduladas por muitas pessoas a quem elas aportarem um pouco de alegria. Como então elas poderiam se sentir sozinhas nessas condições? Como não se pode conhecer a plenitude

sentimental quando se pode fazer, do próprio amor e do amor próprio, um amor pelos outros e um amor pelas outras?

Nossas mulheres não devem se encolher diante dos combates multiformes que conduzem uma mulher a se assumir plenamente, corajosamente e orgulhosamente, para viver a alegria de estar sob seu próprio desígnio, e não sob a domesticação dela pelos homens.

Mesmo hoje em dia, e para muitas de nossas mulheres, inscrever-se sob o manto de um homem continua sendo a garantia mais segura contra o assim chamado opressor. Elas se casam sem amor e alegria de viver, para o benefício exclusivo de um grosseiro, um insignificante, desligando-se da vida e das lutas do povo. Em muitos casos, as mulheres exigem uma independência arrogante, ao mesmo tempo em que afirmam estar protegidas e, pior, estando sob o protetorado colonial de um homem. Elas não acreditam que possam viver de outra maneira.

Não! Devemos repetir às nossas irmãs que o casamento, se não acrescenta nada à sociedade e não as torna felizes, não é indispensável, e deve mesmo ser evitado. Pelo contrário, mostremo-lhes todos os dias os exemplos de pioneiras corajosas e destemidas que, em seu celibato, com ou sem filhos, estão satisfeitas e radiantes por si mesmas, repletas de riqueza e disponibilidade para os outros. Elas são até mesmo invejadas por noivas infelizes pelas simpatias que criam, pela felicidade que deriva de sua liberdade, sua dignidade e sua disponibilidade.

As mulheres provaram suficientemente sua capacidade de manter uma família, de criar filhos, de serem, em uma palavra, responsáveis, sem a sujeição tutelar a um homem. A sociedade evoluiu o suficiente para impedir o banimento injusto de uma mulher sem marido. Revolucionárias, devemos nos certificar de que o casamento é uma escolha valorizante, e não essa loteria onde sabemos o que gastamos no começo, mas nada sabemos sobre que ganharemos. Os sentimentos são nobres demais para cair sob o golpe da recreatividade.

Uma outra dificuldade reside, sem dúvida, na atitude feudal, reacionária e passiva de muitos homens que continuam, com o seu comportamento, a fazer uma pressão regressiva. Eles não

pretendem pôr em questão a dominação absoluta sobre a mulher em casa ou na sociedade em geral. Na luta pela edificação da nova sociedade, que é uma luta revolucionária, esses homens, por suas práticas, colocam-se do lado da reação e da contrarrevolução. Porque a revolução não pode ter sucesso sem a verdadeira emancipação das mulheres.

Nós devemos, portanto, camaradas militantes mulheres, estar nitidamente conscientes de todas essas dificuldades para melhor enfrentar as próximas batalhas.

A mulher, tanto como o homem, possui qualidades, mas também falhas, e aí está, sem dúvida, a prova de que a mulher é igual ao homem. Ao enfatizar deliberadamente as qualidades da mulher, não temos uma visão idealista dela. Queremos simplesmente destacar as qualidades e habilidades que o homem e a sociedade sempre ofuscaram para justificar a exploração e o domínio das mulheres.

Como vamos nos organizar para acelerar a marcha rumo à emancipação?

Nossos meios são irrisórios, mas nossa ambição é grande. A firmeza de nossa vontade e de nossa convicção no avanço não são suficientes para cobrir nossa aposta. Devemos reunir nossas forças, todas as nossas forças, organizá-las, coordená-las na direção do sucesso de nossa luta. Depois de mais de duas décadas de muito debate sobre a emancipação em nosso país, ficamos muito comovidos. Hoje, trata-se de abordar a questão da emancipação de uma maneira global, evitando fugir de responsabilidades, o que levaria a um não engajamento de todas as forças na luta e a fazer dessa questão central uma questão marginal; também evitando as fugas para frente, que deixariam para trás, especialmente, aquelas que deveriam estar na linha de frente.

No nível governamental, guiado pelas diretrizes do Conselho Nacional da Revolução, um plano de ação coerente para as mulheres será estabelecido, envolvendo todos os departamentos ministeriais, para situar as responsabilidades de cada pessoa em missões de curto e médio prazo. Esse plano de ação, longe de ser um catálogo de pios desejos e outras autocomiserações, deve ser o princípio

orientador da intensificação da ação revolucionária. É no calor da batalha que as vitórias importantes e decisivas serão conquistadas.

Este plano de ação terá que ser projetado para nós e por nós. A partir de nossos debates amplos e democráticos, deverão surgir as audaciosas resoluções para realizar nossa fé nas mulheres. O que homens e mulheres querem para as mulheres? É isso que vamos dizer no nosso plano de ação.

O plano de ação, através do envolvimento de todos os departamentos ministeriais, se destacará resolutamente da atitude de marginalizar a questão das mulheres e enfraquecer as direções que, em suas ações diárias, deveriam ter e poderiam ter contribuído significativamente para a resolução dessa questão. Esta nova abordagem multidimensional para a questão das mulheres decorre da nossa análise científica, de sua origem, de suas causas e de sua importância no contexto do nosso projeto de uma nova sociedade, livre de todas as formas de exploração e de opressão. Não se trata aqui de implorar a condescendência de quem quer que seja em favor da mulher. É uma questão de exigir em nome da revolução, que veio dar e não tirar, que a justiça seja feita às mulheres.

A partir de agora, a ação de cada departamento, de cada comitê administrativo ministerial, será julgada pelos resultados alcançados como parte da implementação do plano de ação, além dos resultados gerais usuais. Para este efeito, os resultados estatísticos incluirão necessariamente a parte da ação realizada que beneficiou às mulheres ou que lhes diga respeito. A questão das mulheres terá que estar nas mentes de todos os tomadores de decisão em todos os momentos, em todas as fases da concepção e da execução das ações de desenvolvimento. Porque conceber um projeto de desenvolvimento sem a participação da mulher é usar apenas quatro dedos, quando se tem dez. É correr em direção ao fracasso.

Ao nível dos ministérios responsáveis pela educação, será dada especial atenção à garantia de que o acesso das mulheres à educação seja uma realidade, uma realidade que constituirá um passo qualitativo para a emancipação. Tanto isso é verdade que, onde as mulheres tiveram acesso à educação, a marcha para a emancipação foi acelerada. A saída das trevas da ignorância permite

que as mulheres se expressem e usem as armas do conhecimento para se colocarem à disposição da sociedade. De Burkina Faso, deverão desaparecer todas as formas ridículas e retrógradas que fazem com que apenas a escolarização dos meninos seja percebida como importante e rentável, enquanto a da menina não passe de uma prodigalidade.

A atenção dos pais às meninas na escola deve ser igual àquela dada aos meninos dos quais eles tanto se orgulham. Pois não só as mulheres provaram que são iguais aos homens na escola, quando não são simplesmente melhores, mas acima de tudo, têm direito à escola para aprender e conhecer, para serem livres.

Nas futuras campanhas de alfabetização, as taxas de participação das mulheres terão de ser aumentadas para corresponder à sua importância numérica na população, já que seria uma grande injustiça manter uma fração tão grande da população, metade da população, na ignorância.

Ao nível dos ministérios responsáveis pelo trabalho e pela justiça, os textos terão que se adaptar constantemente às mudanças que nossa sociedade sofreu desde o dia 4 de agosto de 1983, para que a igualdade entre homens e mulheres seja uma realidade tangível. O novo Código do Trabalho, atualmente em elaboração e debate, deve ser uma expressão das profundas aspirações do nosso povo por justiça social e marcar um passo importante no trabalho de destruição do aparato neocolonial. Um aparato de classe, criado e modelado pelos regimes reacionários para perpetuar o sistema de opressão das massas populares, especialmente das mulheres. Como podemos continuar a admitir que, para um trabalho igual, as mulheres ganhem menos que os homens? Podemos nós aceitar que o levirato e o dote reduzam nossas irmãs e mães à condição de bens vulgares que são objeto de barganha? Há tantas coisas que as leis medievais continuam a impor ao nosso povo, às mulheres do nosso povo. É necessário que, finalmente, a justiça seja feita.

Ao nível dos ministérios responsáveis pela cultura e pela família, uma ênfase particular será colocada sobre o advento de uma nova mentalidade nas relações sociais, em estreita colaboração com a União das Mulheres de Burkina. A mãe e a esposa, sob a revolução,

têm papéis específicos importantes a desempenhar no quadro das transformações revolucionárias. A educação das crianças, a gestão adequada do orçamento familiar, a prática do planejamento familiar, a criação de um ambiente familiar, o patriotismo, são todos trunfos importantes que devem contribuir efetivamente para o nascimento de uma moral revolucionária e um estilo de vida anti-imperialista, prelúdio para uma nova sociedade.

A mulher, em sua casa, deverá ter um cuidado especial para participar do progresso da qualidade de vida. Como burkinabé, viver bem significa comer bem, vestir-se bem, com produtos burkinabés. Será uma questão de manter um ambiente de vida limpo e agradável, porque o impacto deste ambiente nas relações entre os membros da mesma família é muito importante. Um ambiente de vida sujo e feio gera relacionamentos semelhantes. Só há que observar os porcos para se convencer disto.

E, ademais, a transformação de mentalidades seria incompleta se a mulher de novo tipo tivesse que viver com um homem do tipo antigo. É no verdadeiro complexo de superioridade dos homens sobre as mulheres onde se encontra o mais pernicioso, mas o mais decisivo fator, exceto no lar onde a mãe, cúmplice e culpada, organiza seus filhos de acordo com regras sexistas desiguais. São as mulheres que perpetuam o complexo dos sexos desde o início da educação e da formação do caráter.

Além disso, de que serviria o nosso ativismo para mobilizar durante o dia um militante se, à noite, o neófito fosse estar ao lado de uma mulher reacionária desmobilizadora!

E quanto às tarefas domésticas, absorventes e embrutecedoras, que tendem à robotização e não deixam um respiro sequer para a reflexão!

É por isso que as ações devem ser resolutamente empreendidas na direção dos homens e no sentido de criar, em larga escala, infraestruturas sociais como creches, jardins de infância populares e cantinas. Elas permitirão que as mulheres participem mais facilmente do debate revolucionário, da ação revolucionária.

A criança que é rejeitada como uma falha de sua mãe ou monopolizada como o orgulho de seu pai terá que ser uma

preocupação para toda a sociedade, beneficiando-se de sua atenção e afeição.

O homem e a mulher, em casa, compartilharão agora todas as tarefas domésticas.

O plano de ação em favor das mulheres deve ser uma ferramenta revolucionária para a mobilização geral de todas as estruturas políticas e administrativas no processo de libertação das mulheres.

Camaradas militantes mulheres, eu vos repito, para que corresponda às reais necessidades das mulheres, esse plano será objeto de debates democráticos em todos os níveis das estruturas da UFB.

O UFB é uma organização revolucionária. Como tal, é uma escola de democracia popular, regida pelos princípios organizacionais que são a crítica e a autocrítica, o centralismo democrático. Ela pretende se diferenciar de organizações onde a mistificação tem precedência sobre objetivos reais. Mas essa demarcação só será eficaz e permanente se as militantes da UFB se empenharem em uma luta resoluta contra as falhas que ainda persistem, infelizmente, em alguns círculos femininos. Pois não se trata de reunir mulheres para uma galeria ou para outras segundas intenções demagógicas eleitoralistas ou simplesmente condenáveis.

Trata-se de reunir as combatentes para conquistar vitórias; de lutar em favor e em torno de programas de atividade adotados democraticamente em seus comitês, como parte do exercício bem compreendido da autonomia organizativa própria de cada estrutura revolucionária. Cada responsável da UFB terá que estar imbuída de seu papel, em sua estrutura, para ser eficaz na ação. Isso exige que a União das Mulheres de Burkina se envolva em extensas campanhas de educação política e ideológica para suas responsáveis, para o fortalecimento organizacional das estruturas da UFB em todos os níveis.

Camarada militantes mulheres da UFB, sua união, nossa união, deve participar plenamente da luta de classes ao lado das massas populares. As milhões de consciências adormecidas que despertaram com o advento da revolução representam uma força poderosa. Nós escolhemos em Burkina Faso, em 4 de agosto de 1983, contar com

nossas próprias forças, ou seja, em grande parte com a força que vocês representam, vocês mulheres. As vossas energias devem, para serem úteis, estar todas combinadas no sentido da liquidação da raça dos exploradores, da dominação econômica do imperialismo.

Como estrutura de mobilização, a UFB deverá forjar, ao nível da militância, uma consciência política aguda, para o engajamento revolucionário total no cumprimento das várias ações empreendidas pelo governo pela melhora das condições das mulheres. Camaradas da UFB, são as transformações revolucionárias que criarão as condições favoráveis à sua libertação. Vocês são duplamente dominadas, pelo imperialismo e pelo homem. Em cada homem repousa um feudal, um falocrata que deve ser destruído. Além disso, é com urgência que vocês devem aderir às mais avançadas palavras de ordem revolucionárias, para acelerar sua realização e avançar ainda mais rapidamente para a emancipação. Portanto, o Conselho Revolucionário Nacional observa com alegria a sua intensa participação em todos os grandes projetos nacionais e convida-as a ir ainda mais longe, rumo a um apoio cada vez maior à revolução de agosto, que é, acima de tudo, a sua.

Ao participar maciçamente em grandes projetos, vocês se mostram ainda mais merecedoras do que aquilo que sempre lhes foi demandado, através da distribuição de tarefas no nível da sociedade, limitando-as às atividades secundárias. Isso considerando inclusive que sua aparente fraqueza física não é nada mais do que a consequência das normas de cortejo e gostos que essa mesma sociedade impõe a você, apenas porque são mulheres.

Ao longo do caminho, a nossa sociedade deve se despir de concepções feudais que fazem a mulher solteira ser ostracizada pela sociedade, sem que sequer nós percebamos nitidamente que esta é a tradução da relação de apropriação que deseja que cada mulher seja a propriedade de um homem. É assim que desprezamos as jovens mães, como se fossem as únicas responsáveis por sua situação, enquanto há sempre um homem culpado. É assim que as mulheres que não têm filhos são oprimidas por crenças obsoletas, quando na verdade isso se explica cientificamente e pode ser superado pela ciência.

A sociedade também impôs às mulheres cânones de flerte que prejudicam sua integridade física: a mutilação genital, a escarificação, o desgaste dos dentes, as perfurações dos lábios e do nariz. A aplicação desses padrões de conquista permanece de interesse duvidoso. Até compromete a capacidade de procriação da mulher e sua vida emocional, no caso das mutilações genitais. Outros tipos de mutilações, menos perigosas do que estas, como os brincos nas orelhas e as tatuagens são, não obstante, uma expressão do condicionamento da mulher, condicionamento imposto a ela pela sociedade para poder almejar um marido.

Camaradas militantes mulheres, vocês se importam em merecer um homem. Vocês furam suas orelhas e trabalham vossos corpos para serem aceitas pelos homens. Vocês estão se machucando para que os machos as machuquem ainda mais!

Mulheres, minhas camaradas de luta, é a vocês que eu falo: vocês que são infelizes na cidade como no campo, vocês que trabalham sob o peso dos vários fardos da exploração ignóbil, "justificada e explicada" em campanha; vocês que, na cidade, deveriam ser mulheres felizes, mas que, no fundo, estão todos os dias infelizes, sobrecarregadas; porque, de partida, as mulheres, diante de seu guarda-roupa, pensam no que vestir não apenas para vestirem-se, não para cobrirem-se das intempéries, mas, acima de tudo, o que vestir para agradar aos homens, pois elas são obrigadas a procurar agradar aos homens diariamente; vocês, mulheres, que na hora do repouso vivem a triste sina de quem não tem o direito de descansar; vocês que são obrigadas a racionar, se impor continência e abstinência para manter um corpo conformado àquilo que os homens desejam; vocês que, à noite, antes de ir para a cama, se cobrem e maquiam sob o peso desses muitos produtos que vocês detestam, como sabemos, mas que visam esconder uma ruga indiscreta, desafortunada, sempre considerada precoce, da idade que começa a se manifestar, ou um excesso de peso indesejável. Todas as noites vocês são obrigadas a impor-se uma ou duas horas de ritual para preservar um trunfo, mal recompensadas por um marido desatento, apenas para no dia seguinte começar tudo de novo ao amanhecer.

Camaradas militantes mulheres: ontem, através dos discursos da Direção de Mobilização e Organização das Mulheres (DMOF) e em conformidade com o estatuto geral dos CDRs, o Secretariado Nacional dos CDRs levou a cabo, com sucesso, a constituição de comitês, subseções e seções da União das Mulheres de Burkina.

O Comissariado Político, encarregado da organização e do planeamento, terá a tarefa de completar sua pirâmide organizacional através da criação do Escritório Nacional da UFB. Nós não precisamos da administração das mulheres para gerir burocraticamente a vida das mulheres, nem para falar esporadicamente, como uma funcionária hesitante, sobre a vida das mulheres. Nós precisamos daquelas que batalharão, porque sabem que sem batalha não haverá a destruição da velha ordem e a construção da nova ordem. Nós não procuramos organizar aquilo que existe, mas sim destruí-lo, substituí-lo.

O Escritório Nacional da UFB deve ser formado por militantes convictas e determinadas, cuja disponibilidade não deverá jamais faltar, tão grande é o trabalho a ser realizado. E a luta começa em casa. Essas militantes devem estar cientes de que elas representam, para as massas, a imagem da mulher revolucionária emancipada, e devem se comportar em conformidade.

Camaradas militantes mulheres, camaradas militantes homens (mudando a ordem clássica das coisas), a experiência está cada vez mais provando que somente o povo organizado pode exercer o poder democraticamente.

A justiça e a igualdade, que são seus princípios básicos, permitem que as mulheres demonstrem que as sociedades estão erradas em não confiar nelas política e economicamente. Assim, a mulher que exerce o poder, onde este se ampara no seio do povo, é capaz de reabilitar todas as mulheres condenadas pela história.

Nossa revolução está empreendendo uma mudança qualitativa e profunda em nossa sociedade. Essa mudança deve necessariamente levar em conta as aspirações da mulher burkinabé. A libertação das mulheres é uma exigência do futuro, e o futuro, camaradas mulheres, é, por toda parte, portador de revoluções. Se nós perdermos o combate pela libertação das mulheres, teremos perdido

toda a esperança de uma transformação positiva superior da sociedade. Nossa revolução, portanto, não fará mais sentido. E é a esta nobre luta que todos somos convidados, homens e mulheres.

Que nossas mulheres estejam na linha de frente! É essencialmente de sua habilidade, de sua sagacidade para lutar e sua determinação em vencer, que a vitória final vai depender. Que cada mulher sabe como levar um homem a alcançar as alturas da plenitude. E, por essa razão, cada uma de nossas mulheres pode encontrar na imensidão de seus tesouros de afeto e amor a força e a sabedoria prática para nos encorajar, à medida em que avançamos, e recobrar nosso dinamismo, quando recuamos. Que cada mulher aconselhe a um homem, que cada mulher se comporte como uma mãe para cada homem. Vocês nos deram à luz, vocês nos educaram e fizeram de nós homens.

Que cada mulher, vocês que nos guiaram até o que hoje somos, continue a exercer e aplicar seu papel como mãe, seu papel como guia. Que a mulher se lembre do que pode fazer, que toda mulher se lembre de que ela é o centro da terra, que toda mulher se lembre de que está no mundo e para o mundo, que toda mulher se lembre que a primeira a chorar por um homem é uma mulher. É dito, e vocês lembrarão, camaradas mulheres, que no momento da morte, cada homem chama, com seus últimos suspiros, uma mulher: sua mãe, sua irmã ou sua companheira.

As mulheres precisam dos homens para vencer. E os homens precisam das vitórias das mulheres para vencer. Porque, camaradas mulheres, ao lado de cada homem, há sempre uma mulher. Esta mão da mulher que balançou o homenzinho é a mesma que agitará o mundo inteiro.

Nossas mães nos dão vida. Nossas mulheres dão à luz os nossos filhos, alimentam-nos em seus seios, criam-nos e responsabilizam-se por eles.

As mulheres asseguram a permanência do nosso povo, as mulheres asseguram o futuro da humanidade; as mulheres asseguram a continuação do nosso trabalho; as mulheres asseguram o orgulho de todo homem.

Mães, irmãs, companheiras.

Não há homem orgulhoso enquanto não houver uma mulher ao lado dele. Todo homem orgulhoso, todo homem forte, extrai suas energias de uma mulher. A fonte inesgotável da virilidade é a feminilidade. A fonte inesgotável, a chave para as vitórias, está sempre nas mãos da mulher. É com a mulher, irmã ou companheira, que cada um de nós encontra a explosão de honra e dignidade.

É sempre em uma mulher que cada um de nós volta a procurar e encontrar consolo, coragem, inspiração para ousar voltar a lutar, para receber o conselho que tempera a temeridade, uma irresponsabilidade presunçosa. É sempre com uma mulher que nos tornamos homens novamente, e todo homem é uma criança para cada mulher. Aquele que não ama a mulher, aquele que não respeita a mulher, aquele que não honra a mulher, manifesta desprezo por sua própria mãe. Portanto, aquele que despreza a mulher despreza e destrói o ponto focal de onde veio, isto é, comete suicídio, porque sente que não tem razão para existir, para ter saído do ventre generoso de uma mulher.

Camaradas mulheres, ai daqueles que desprezam as mulheres! Portanto, para todos os homens aqui e alhures, para todos os homens sob todas as condições, não importa onde estejam, que desprezem as mulheres, que ignorem e esqueçam o que é a mulher, eu digo: "Você atingiu uma rocha, você será esmagado".

Camaradas mulheres, nenhuma revolução, e começando pela nossa revolução, será vitoriosa até que as mulheres sejam antes libertadas. Nossa luta, nossa revolução, estará inacabada enquanto entendamos a libertação como essencialmente a libertação dos homens. Após a libertação do proletário, resta a libertação da mulher. Camaradas, toda mulher é a mãe de um homem. Eu seria negligente como homem, como filho, em aconselhar e apontar o caminho para uma mulher. A pretensão seria como querer aconselhar sua mãe. Mas também sabemos que a indulgência e a afeição da mãe é ouvir seu filho, mesmo nos caprichos de criança, em seus sonhos, em suas vaidades. E é isso que me consola e me permite falar a vocês.

É por isso, camaradas mulheres, que precisamos de vocês para uma verdadeira libertação de todos nós. Eu sei que vocês sempre

encontrarão força e tempo para nos ajudar a salvar nossa sociedade.

Camaradas mulheres, não há revolução social verdadeira até que a mulher seja libertada. Que meus olhos nunca vejam uma sociedade, que nunca meus passos me transportem para uma sociedade onde metade das pessoas são mantidas em silêncio. Eu ouço o barulho do silêncio das mulheres, sinto o rugido de suas rajadas, sinto a fúria de sua revolta. Aguardo e espero a irrupção fecunda da revolução, da qual elas traduzirão a força e a rigorosa precisão, de suas entranhas de oprimidas.

Camaradas mulheres, avante para a conquista do futuro. O futuro é revolucionário. O futuro pertence a quem luta.

A pátria ou a morte, venceremos!

⁵³ N.E.: Simone de Beauvoir, no início do capítulo três da primeira parte de sua *magna opus*, intitulado *O ponto de vista do materialismo histórico*, afirma: "A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma antiphisis: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em suas mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na práxis." (BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 87.)

⁵⁴ N.E.: Desde 1797, na África do Sul, os homens negros eram obrigados a portar passaportes internos (passes), nos quais constava anotados por quais locais lhes era permitido transitar. Era uma das principais peças do sistema de *apartheid*, restringindo duramente a circulação dos negros.

Podemos contar com Cuba

Esta entrevista foi realizada em Ouagadougou (Burkina Faso) por Claude Hackin, correspondente da Radio Havana. Foi publicado em 4 de agosto de 1987 pelo Granma, o jornal diário do Partido Comunista Cubano.

Claude Hackin: Camarada Thomas Sankara, o senhor se encontrou em diversas ocasiões com o Presidente Fidel Castro. Pode nos falar sobre sua primeira reunião em Nova Delhi, em março de 1983, por ocasião da Sétima Cúpula dos Países Não-Alinhados, quando você era o Primeiro-Ministro de Burkina Faso?

Thomas Sankara: Para mim, foi uma reunião muito importante, da qual ainda me lembro. Lembro-me que ele estava muito ocupado, cercado por muitas pessoas e, como ele não me conhecia, pensei que não teria a oportunidade de falar com ele. Mas, finalmente, pude conhecê-lo.

Durante esta primeira conversa, percebi que Fidel tem uma grande humanidade, uma intuição muito aguda, e que ele estava ciente da importância de nossa luta, dos problemas do meu país. Eu me lembro de tudo isso como se fosse ontem. Eu lembro disso a ele sempre que o vejo novamente. E nos tornamos grandes amigos, graças em especial aos processos revolucionários que estão se desenvolvendo em nossos dois países.

Hackin: Depois de 4 de agosto de 1983, seu país forjou novas relações com Cuba. Qual é a sua avaliação dessa colaboração?

Sankara: A cooperação entre Cuba e Burkina Faso atingiu um nível muito elevado e damos grande importância a isso porque podemos, dessa maneira, estar em contato com uma revolução irmã. Isso nos dá confiança; ninguém gosta de se sentir isolado. E para nós, poder contar com Cuba é um recurso importante. Quanto à cooperação econômica, temos muitos programas em áreas como a cana-de-açúcar, que é uma especialidade de Cuba, cerâmica e assim por diante. Por outro lado, especialistas cubanos realizaram estudos em diferentes setores: transporte ferroviário; a produção de

dormentes para linhas ferroviárias e elementos pré-fabricados para a construção de casas.

Há também o setor social: saúde e educação. Muitos colaboradores cubanos realizam tarefas relacionadas à formação de quadros aqui. Nós também temos muitos estudantes em Cuba. Cuba está muito perto de nós hoje.

Hackin: Você considera necessário criar um partido de vanguarda em Burkina Faso?

Sankara: Precisamos construir um partido de vanguarda. De fato, é necessário criar uma organização estruturada, porque os sucessos registrados até agora permanecem frágeis se não tivermos meios de preservá-los e se não conseguirmos educar as massas para conquistar novas vitórias.

Nós não vemos mais a criação de um partido como algo inacessível ou distante. Estamos bastante perto de realizar este objetivo. É evidente que ainda existem diversas concepções grupistas, frente às quais devemos realizar uma séria ação de consulta, reagrupamento e unidade.

A natureza do partido, seu desenho e construção certamente não serão os mesmos como se o tivéssemos criado antes de chegarmos ao poder. Muitas precauções devem ser tomadas para não cair no oportunismo de esquerda; não podemos decepcionar as massas. Devemos, portanto, ser muito cautelosos, seletivos e exigentes.

Hackin: Em vários discursos, você se referiu à luta de classes em seu país. Quais são os componentes dessa luta hoje?

Sankara: O problema da luta de classes não se coloca no nosso país como na Europa. Temos uma classe trabalhadora fraca do ponto de vista dos números, insuficientemente organizada. Tampouco temos uma forte burguesia nacional que tenha dado origem ao surgimento de uma classe operária antagônica. Por estas razões, no Burkina Faso, a luta de classes é essencialmente a luta contra o imperialismo que depende de seus aliados internos.

Hackin: Quais são os grupos sociais que se opõem à revolução?

Sankara: Estas são forças de tipo feudal, que não podem se alegrar com a perda de seus privilégios. Além disso, a burguesia burocrática ainda está lá, escondida. Ela tem experiência de trabalho

administrativo no aparato estatal, ela está colocada em certos pontos da administração estatal de onde ela não deixa de agir contra nós e, com o apoio do imperialismo, nos criar dificuldades. Há também grandes proprietários de terras, que não são muito numerosos, e alguns setores do poder religioso que se opõem, mais ou menos abertamente, à revolução.

Hackin: O que é democracia para você?

Sankara: Democracia é o povo com todas as suas potencialidades e força. A cédula e um aparato eleitoral não significam, por si só, que haja uma democracia. Aqueles que realizam eleições de tempos em tempos e não se importam com o povo entre cada ato eleitoral não têm um sistema verdadeiramente democrático. Pelo contrário, onde o povo pode dizer a cada dia o que pensa, há uma verdadeira democracia, porque é necessário que todos os dias o povo constante que merecemos sua confiança. Não podemos conceber a democracia sem o poder, em todas as suas formas, sendo entregue ao povo: poder econômico, militar, político, social e cultural.

Hackin: Como você se tornou um marxista?

Sankara: De uma forma muito simples, através de discussões e amizade com alguns homens. Mas isso também foi o resultado da minha experiência social. Eu ouvi esses homens discutirem, propor soluções para os problemas da sociedade de uma maneira lógica e clara. Assim, gradualmente, graças também a leituras muito diversificadas e a discussões com os marxistas sobre a realidade de nosso país, cheguei ao marxismo.

Hackin: Uma rua de Ouagadougou carrega o nome de Ernesto Che Guevara. O que esse eminente patriota latino-americano representa para você?

Sankara: Ele era um homem que se rendeu totalmente à revolução; sua eterna juventude é um exemplo. O mais importante para mim é recuperar esse sentido de vitória que cada um carrega dentro de si mesmo. Eu admiro Che Guevara porque ele fez isso de uma maneira exemplar.

Hackin: E no nível africano, o que Patrice Lumumba representa para você?

Sankara: Patrice Lumumba é um símbolo. Quando vejo os contemporâneos reacionários africanos deste herói, que não conseguiram evoluir, de qualquer forma, em contato com ele, considero-os infelizes, como pessoas que estiveram diante de uma obra de arte e nem sabia como apreciá-la.

Lumumba estava em uma situação muito ruim. Ele se formou em um contexto difícil, onde os africanos praticamente não tinham direitos. Em grande parte autodidata, Patrice Lumumba foi um dos poucos cidadãos de seu país que liam, e ele conseguiu estar ciente da situação do seu povo e da África.

Quando se lê a última carta que Lumumba escreveu a sua esposa, alguém se pergunta: como esse homem poderia encontrar uma explicação tão repleta de verdades se não fosse porque as vivia interiormente e sinceramente?

Eu me sinto muito triste quando vejo como alguns usam sua imagem e seu nome; deveria haver um tribunal para julgar aqueles que ousam pronunciar o nome de Patrice Lumumba para servir às causas mais baixas e mais sujas.

Hackin: Camarada Presidente, se você pudesse voltar quatro anos, você faria as mesmas coisas, você seguiria o mesmo caminho?

Sankara: Tomaria um caminho diferente, a fim de fazer muito mais do que aquilo que fiz, porque eu acredito que o que foi feito foi insuficiente e que muitos erros têm atrasado o processo de um progresso, que poderia ter sido mais maior e mais rápido. Se pudéssemos refazer este caminho, com a experiência que temos hoje, corrigiríamos muitas coisas, mas não abandonaríamos a revolução; nós a faríamos mais profunda, mais forte e mais bonita.

O rascunho do discurso final sufocado

Um discurso de Sankara estava marcado para ocorrer em uma reunião do CNR, em 15 de outubro de 1987. Seu assassinato impediu a realização desse importante discurso de denúncia, recuperado pelo jornalista Denis de Montgolfier. O estado do rascunho impediu a precisa identificação de algumas passagens, aqui registradas.

Caros camaradas,

O prestígio da Revolução e a confiança que as massas depositam nela sofreram um grande choque. As consequências são uma notável perda de entusiasmo revolucionário entre os militantes, uma séria diminuição no engajamento, na determinação e na mobilização da base, enfim, a descrença, desconfiança e, em toda parte, o fracionismo no mais alto nível.

Quais são as causas?

Por um lado, há aquilo que poderia nos dividir e que levantaria profundas questões sobre o funcionamento das estruturas, da organização da vida interna do CNR, das posições ideológicas e também das questões de relações humanas entre os agentes, animadores que somos todos. Mas, por mais importantes que sejam as questões organizacionais e ideológicas, elas revelam-se, em nosso caso, menos determinantes da situação atual. Com efeito, qualquer organização contém dentro de si um confronto dos contrários, portanto, uma unidade desses mesmos contrários. A unidade dos contrários é sempre educativa; nunca é dada de uma vez por todas, ela é relativa e temporária. "A unidade dos contrários é, portanto, absoluta, exatamente como o desenvolvimento e o movimento são absolutos". É por isso que o equilíbrio, por si próprio, é temporário. Pode ser, a qualquer momento, posto em questão. Cabe a nós trabalhar para garantir que seja preservado pelo maior tempo possível, para reabilitá-lo sempre que estiver ameaçado ou até mesmo quebrado.

No caso das questões organizacionais e ideológicas fundamentais, nos beneficiamos do fato de que, sempre que achamos necessário expressar um ponto de vista diferente do meu, defender uma

posição contrária à minha, vocês o fizeram livremente e com toda a confiança. Adotei e apliquei, além dos conselhos, as sugestões e recomendações. Além disso, e como regra, a resolução de questões entre os homens é sempre fácil quando reina a confiança. De fato, a objetividade se impõe assim que a confiança existe. Isso significa que, enquanto a revolução for governada por princípios, o debate franco, a crítica e a autocrítica serão suficientes para afastar qualquer mal-entendido, qualquer desacordo, desde que a confiança se imponha.

Então, trabalhem para construir a confiança e mantê-la segura de críticas e ameaças. Contrariamente às questões de princípio, cuja resolução é facilitada à base da confiança, os problemas das relações humanas e subjetivas não conhecem outra forma de solução que não a confiança total. Neste caso, as intrigas de certos elementos de nossas fileiras têm feito muito mal, mais mal em poucos meses do que os anos dos mais ferozes confrontos políticos e ideológicos entre o CNR e as organizações adversárias de esquerda.

Partindo do pertencimento ao CNR como a garantia incontestável de seu rótulo revolucionária, esses elementos acreditam ter o caminho aberto para a realização de sua visão da sociedade, para atingir os postos que pretendem, para desempenhar o papel que se atribuem. De um lado, a rivalidade verbal de esquerda e, de outro, uma prática de bandidos. Tudo isso na tranquila garantia de que o CNR os protege contra qualquer ataque e que o parlamentarismo deste mesmo CNR lhes confere os direitos de minoria de veto e bloqueio.

Esses direitos, eles vão utilizá-los abusivamente para cobrir todos esses comportamentos licenciosos, indignos de um militante revolucionário, mas confiantes de que ninguém vai se opor a eles sob a pena de ser suspeito de querer se opôr ao CNR. Eis o oportunismo!

No interior do país, o desejo de não perder nenhum militante, especialmente os recém-chegados, prejudicou um bocado a firmeza e aniquilou todo o rigor contra o que cada um considerava como

sendo indisciplina e descrédito, prejudiciais ao futuro da autoridade do CNR.

Todo o mundo é testemunha do diletantismo, da imprudência que caracteriza os comportamentos de elementos desse gênero, e que cristaliza sua prática social e militante. O título de membro do CNR foi usado por eles para influenciar as massas para fins pessoais contrários aos interesses da revolução. Mas o plano criminoso por trás de suas atitudes é a paralisia da Direção, que eles provocaram ao trabalhar incansavelmente para criar a impressão de que se identificavam com certos dirigentes iminentes incontestes, porque seriam respeitáveis e respeitados.

A partir de então, e sob essa cobertura, eles poderiam impor os seus caprichos e as suas indisciplinas sem medo de medida alguma. Permitiram-se todos os tipos de práticas sociais, cobertos que se consideravam da imunidade de "amigos íntimos" de tais ou tais dirigentes. Suas posições elevadas nas estruturas do CNR ajudaram; posições tiradas não de um mérito estabelecido, mas de uma repartição aritmética entre grupos no CNR, o que maquiava de verossimilhança suas intrigas.

A revolução sofreu muito com esses elementos. Incapazes de elevar o nível do debate, eles o puxaram para trás. Eles o rebaixaram. Reputando a unidade como sendo o fim de seus "direitos principescos de nascimento", eles lograram a desmobilização em toda a parte ou onde quer que houvesse uma certa adesão, e em outros lugares eles jogaram lenha na fogueira divisionista.

Progressivamente desmascarados em suas práticas, e objetivamente e inexoravelmente engajados no caminho que conduz à perdição, então eles recorreram a cada vez mais e mais grosseiras, mais e mais assassinatos, à divisão de nossas fileiras, à oposição artificial dos dirigentes. Assim, eles desviaram a atenção para dissensões hipotéticas no topo, enquanto se esquivavam de seu dever de reavaliação e autocrítica.

Não olhemos para longe. O desconforto atual é a consequência de comportamentos criminosos não denunciados por vezes, não levados a diante permanentemente. Se há oposição, não é entre estes que

intitulamos: "os dirigentes históricos". Se há oposição, é de fato entre esses elementos intoleráveis, incompatíveis com o rigor e a firmeza revolucionários ditados pela obrigação de sempre aprofundar o processo iniciado desde 4 de agosto de 1983.

O resultado desse trabalho egoísta, de lutar apenas por si mesmo até o ponto de comprometer o interesse geral, é que estamos enfraquecidos, em todo caso seriamente abalados. Os rumores mais loucos logram pôr em chamas as massas. A opinião se amotina e se inquieta. O pânico generalizado predispõe a ações das mais insanas... o que não se faz quando se está ao ponto do desespero!

Desgastada pela inquietude generalizada, a direção política encontra-se desamparada, porque a origem do mal é difusa; e a tese de alguns dirigentes de primeiro plano da oposição não convence, embora sejam cômodas, aos olhos da tradição de luta no topo entre os antigos guardas políticos daqui. Além disso, as próprias pessoas dadas como responsáveis pela querela se interrogam em vão sobre qual poderia ser o motivo de sua oposição. O perigo é que alguém seja obrigado a inventar uma explicação e uma justificativa plausível, de tanto que é repetido em todos os lugares que "não há entendimento entre os dirigentes".

Jamais um ponto de antagonismo nos opôs. Que houve divergências em determinados pontos, isso é corriqueiro. Mesmo a liberdade, a confiança dos debates entre nós, que exclui restrições desnecessárias e falsos tabus, não identificou nenhum antagonismo que justificasse ou explicasse um assim súbito e hipotético, mas persistente, rumor de oposição.

Esses rumores, ajudados pelo desarranjo generalizado, despertaram a possibilidade de qualquer tipo de oposição à Revolução: as Escoltas da RDP [revolução democrática e popular], hoje degeneradas; os tribalistas; os reacionários do direito brutal que recuperam as esperanças...

Mesmo os nossos inimigos no exterior recobram sua agressividade há muito tempo embotada por nossas brilhantes vitórias, e empurram com audácia os escombros dos adversários acordados para a ocasião.

Camaradas, não podemos permitir que alguns indivíduos brinquem com todo o povo, condenem o CNR em nossa pátria e entre os povos que respeitam a nossa luta. Nós não podemos e não devemos deixar que alguns elementos irresponsáveis façam pairar sobre nossa Revolução o espectro do dilaceramento, tal qual no Iêmen. Não podemos e não devemos permitir que pervertam esta revolução, com consequências como as do impasse em Granada⁵⁵. Não podemos fechar os olhos nem nos envergonharmos das falhas de alguns intrigantes quando todo o país está ameaçado pela guerra civil à maneira do Líbano e do Chade.

Somos responsáveis perante o nosso povo, mas também responsáveis perante o movimento internacional progressista, pelo destino desta esperança que a Revolução de 4 de agosto de 1983 suscitou.

[...] Cessemos de nos lamentar de joelhos ou diante de uma situação nacional tão triste. Nossa sinceridade não justifica nosso culpado sentimento de desamparo, que traduz melhor o derrotismo. Eu compreendo que nós estamos chocados por sermos chamados daquilo que não somos, por sermos acusados daquilo que não fizemos.

Eu proponho:

1º) Que nos lancemos às massas para lhes demonstrar a nossa coesão através de reuniões de denúncia e condenação das correntes divisionistas, ridicularizando-as como elas merecem, dado que já pregaram com mais ou menos sucesso nas águas da Revolução, turvada por elas. É urgente que nós saíamos, que nós falemos, que nós tranquilizemos nosso povo. Esta é a urgência.

2º) Eliminar das nossas fileiras os encrenqueiros. Todas as lutas sociais têm conhecido aventureiros fraudulentamente introduzidos. A história imediata ou a história distante tem se encarregado de eliminá-los. Nossa revolução avançará purificando-se. Não perderemos nada ao assumir a carnificina revolucionária sentimentalmente experimentada; no caso de eventuais separações, nunca será algo comparável ao que suportamos naqueles dias, nem ao que nosso povo sofreu nessas circunstâncias.

Eu proporei as sanções.

3º) O mais cedo possível, teremos que implementar:

- Os estatutos do CNR; ajustados à luz daquilo que nos ensinaram nossas dificuldades presentes e previsíveis, a aceitação e a assimilação da plataforma e das recentes [?] do CNR; será um critério eloquente da adesão a esta linha.

- O programa econômico, político, social e militar do CNR, em torno do qual reuniremos os revolucionários com base em seus méritos para contribuir para a verdadeira felicidade de nosso povo.

- O Código de Ética Revolucionário, que descreverá a conduta social mais exemplar que cada um de nós deverá se esforçar para alcançar.

Com a ajuda destes elementos e graças a uma vida organizacional que deverá romper com o compadrio, por um funcionamento mais eficaz da Comissão de Verificação, por balanços periódicos sobre o que nossa ação aportou ou não ao povo, nós conseguiremos fazer do atual CNR e de qualquer outra forma que a Direção Política Nacional pretenda, um verdadeiro Estado-Maior onde não entrarão senão os melhores dos melhores, os revolucionários mais seguros.

A pátria ou a morte, venceremos.

⁵⁵ N.E.: Em 1983, em Granada, o então Primeiro-Ministro Maurice Bishop (levado ao poder pela revolução de 1979) foi fuzilado em um golpe de Estado liderado pelo Vice-Primeiro-Ministro Bernard Coard. Na sucessão dos eventos, Granada foi invadida pelas forças militares dos Estados Unidos.

SAMIR AMIN

Uma revolução inacabada

“Colônia da colônia”, essa era a realidade do Alto Volta. Este país proporcionou, pela emigração, a maioria dos trabalhadores que construíram a economia colonial da Costa do Marfim, enquanto as aldeias de origem destes construtores de prosperidade sobreviveram à base das migalhas da festa. Em geral, a emigração empobrece as regiões de origem, que suportam o custo de formação dos trabalhadores, desde o nascimento até a partida, e frequentemente a aposentadoria dos idosos quando eles retornam ao país. Ela enriquece as classes dominantes dos países anfitriões, que se beneficiam do trabalho dos imigrantes, que geralmente é barato. O Alto Volta não foi exceção. A Costa do Marfim tinha todo interesse neste país ser, nestas condições, “independente”, isto é, livrando-se das despesas de manutenção (a maior parte do território do Alto Volta fez parte da colônia da Costa do Marfim até 1947).

Se considerarmos os dois países juntos, o que corresponde estritamente à realidade de sua associação econômica desigual, as cifras do “milagre” marfinense devem ser reduzidas pela metade.

Essa situação sempre foi conhecida pelo povo e pelos intelectuais burkinabés. Ela os revoltou espontaneamente. Durante uma palestra na Universidade de Ouagadougou, discutindo esse problema, fui convidado a responder uma pergunta maliciosa de um aluno. Eu disse sem rodeios: pegue a sua bicicleta (os burkinabés são os únicos do continente a fazer amplo uso deste instrumento, e Ouagadougou parecia, nisso, com Pequim!) e vá a Abidjan proclamar a unidade dos dois países. Dois problemas serão resolvidos ao mesmo tempo: o problema econômico do Alto Volta e o problema político da Costa do Marfim! Eu fui aplaudido como nunca. Essa revolta é talvez uma das razões pelas quais a intelectualidade burkinabé era, e continua sendo, dominada pela esquerda. Todos, ou quase todos os políticos aqui pertencem ou pertenceram a uma das correntes do comunismo, do Partido Africano da Independência

(PAI) original ou dos movimentos maoistas (que são do Partido Comunista Revolucionário do Alto Volta ou de outras organizações).

Não é de surpreender que essa influência se estendesse ao exército e que um grupo de oficiais ousasse assumir o nome do Assembleia dos Oficiais Comunistas (ROC).

Altermundista

A camuflagem da administração neocolonial da RDA (Assembleia Democrática Africana) de Maurice Yaméogo, o primeiro Presidente do Alto Volta, não poderia durar. Mas a radicalização da resposta não pôde vencer de pronto.

A agitação urbana, impulsionada por fortes sindicatos, que se recusam a ser domesticados pelo poder de um partido único, mas, no entanto, confinados dentro dos limites de clientela pequeno-burguesa (professores, funcionários públicos), pela falta de base industrial e operária, haveria de, no início, abrir as portas para um regime militar débil e pusilânime, o de Lamizana. Até o dia em que a ROV, dirigida por Thomas Sankara, se destacou.

Os problemas clássicos dessas situações se impuseram imediatamente: o que fazer? Será que vamos além do populismo e encorajamos as massas de camponeses e pobres urbanos a se organizarem livremente, ou tentaremos “enquadrá-los” a ponto de aniquilar seu vigor potencial?

Que relações o poder estabelecer-se-á com as organizações marxistas revolucionárias? Tentaremos absorvê-las em um novo partido único, ou aceitaremos uma fórmula mais democrática e realista, que tolere diferenças de visão e a abertura do debate?

Este foi o objeto de repetidas discussões com Thomas Sankara, que me convidou para dar o meu ponto de vista. Sankara, devo admitir, é uma personalidade que me pareceu imediatamente muito simpática.

Realmente simples, direto, aberto, responsável e disposto a escutar o que se lhe diz, sem abusar de sua posição de chefe. Além disso, verdadeiramente feminista, insistindo na importância da reviravolta da moral em favor da igualdade dos sexos – o que é muito raro entre os “grandes homens”. Culto também, tendo lido os “clássicos”

do marxismo com tanta atenção quanto um bom intelectual civil. Então me senti muito à vontade com ele e, se ele não fosse chefe de Estado, ele teria se tornado um amigo sem nenhum problema. Seu assassinato me estremeceu.

Sankara estava, na minha opinião, certo – pelo menos teoricamente – no que diz respeito à “estratégia de desenvolvimento econômico e social”. Altermundista antes da época, Sankara promoveu o consumo de produtos locais em detrimento das importações, simbolicamente lançando o Faso Dan Fani, uma marca de vestimenta que valorizava o algodão produzido localmente, em vez de exportá-lo cru. Em resumo, ele pensou em um desenvolvimento mais aut centrado, endógeno.

Numa primeira etapa, foi necessário pensar “pequenos projetos”, isto é, ações de rápida melhoria das condições de produção das comunidades rurais, tão baratas quanto possível, os benefícios dessa melhoria retornando inteiramente às comunidades em questão. Escolha não motivada pela filosofia duvidosa de que “o pequeno é belo”, mas sim por realismo (o que é possível imediatamente?) e pelo sentido político (é através deste tipo de operações que uma organização e uma democratização da vida rural podem ser iniciadas). Além disso, Sankara havia decidido – talvez inspirado pelo modelo chinês – enviar os funcionários e os técnicos para fazer estágios na base, nas aldeias. Esperando que “eles aprendam com as massas” (conheçam seus problemas reais) e “ensinem às massas” (colocando a serviço delas seus conhecimentos de agrônomos, veterinários, médicos, professores, contadores).

Eu certamente não tinha nada a reclamar ou a adicionar a um plano como este. Então eu disse a Sankara que eu só queria ver – pelo menos um pouquinho – como isso funcionava no chão. Tive a impressão de que ele estava esperando por essa pergunta. Mas, ainda mais, respondeu: você não será capaz de ver tudo (ele passou rapidamente a falar como a um camarada), exigiria que você ficasse um ano para isso; mas depois: faça você mesmo sua seleção, vá ver seus amigos (todo o mundo sabia que eu frequentava toda esquerda burkinabé) e decida em função do que eles disseram (muitos deles duvidaram e propuseram exemplos de fracasso). Foi o que eu fiz.

Não tenho a audácia de dizer que poderia ter feito um relatório sério das minhas observações, que foram apenas rápidas e impressionistas. Só vou dizer que minhas impressões foram bastante favoráveis. Talvez por ignorância das reais dificuldades e realidades, que me fizeram aceitar muito rapidamente o que as duas ou três pessoas de cada um dos lugares visitados estavam em condições de dizer e analisar. Mas o fato de que cerca de um terço dos oficiais e técnicos reunidos no local estavam felizes com o destino de suas vidas (“a vida material é mais difícil do que em Ouagadougou, mas o que aprendemos! Nos sentimos tão úteis!”) me pareceu um sucesso. Talvez dois terços desses “deportados” – silenciosamente – não fossem dessa mesma opinião. Mas a proporção de um terço era muito maior do que eu imaginava. Isso me lembrou da frase de Amílcar Cabral sobre o suicídio da pequena burguesia como classe. Em todos os casos, os resultados materiais da operação – aumento real da produção, do autoconsumo e das vendas – mostram pelo menos um sucesso parcial, que poderia ter sido melhorado ao longo do tempo.

No aspecto das relações com as organizações revolucionárias, as coisas eram mais difíceis. Sankara sabia que eu veria “meus amigos”. Ele até o desejava, e acho que ele esperava que eu fizesse o papel de algum tipo de intermediário não oficial. Eu queria ficar no meu lugar: o de um estranho ignorante demais sobre as realidades subjacentes para se tornar um doador de lições. Eu certamente reencontrei a todos, ou quase todos, e ouvi diversas de suas análises – diversas e muitas vezes divergentes: Basil Guissou e Josephine Ouedraogo, Talata Kafando Arba Diallo, Philippe Ouédraogo, Taladie Thiombiano e muitos outros, sem contar os políticos moderados como Joseph Ki-Zerbo, Charles Kaboré, os economistas como Pierre Damiba e outros.

Porvir aberto

O governo criou suas próprias organizações, incluindo os Comitês de Defesa da Revolução. Seu comportamento, o grau de sua organização e possível controle, suas relações com os militantes das organizações revolucionárias, nada disso foi suficientemente nítido

para pudéssemos deduzir (pelo menos eu) as conclusões relativas à estratégia política, tanto do poder e quanto das organizações revolucionárias. As direções destas, que eu normalmente conheci separadamente umas das outras, tinham pontos de vista que eu estava contente em ouvir. Minha única intervenção foi dizer a todos – incluindo Sankara – para manterem suas diferenças e respeitarem uns aos outros, se possível, mas também tentar trabalhar juntos em pontos de convergência. Afinal, existiam alguns. Era o que eu realmente pensava.

A experiência de Burkina Faso se atolou e deu errado. Sankara foi assassinado por pessoas próximas, como sabemos. E o país não começou, depois, uma saída das trilhas batidas do neocolonialismo banal. Mas o futuro permanece aberto, e uma recuperação à esquerda não é inimaginável, se as condições internas e externas permitirem esse desenvolvimento. O Burkina Faso está, como o Mali e Gana, em estado de espera.

Posfácio

Por Douglas Rodrigues Barros

Nenhuma teoria fora tão vilipendiada e distorcida, à direita e à esquerda, quanto à crítica marxiana ao capitalismo. Nenhuma força crítica, porém, teve maior capacidade de transformação social. Quando mulheres e homens de algum país incrustado no continente africano se encontraram com esse arsenal teórico, que tem como princípio a transformação da realidade, se comprovou a ameaça ao *status quo* colonialista advinda dessa teoria.

É graças, justamente, a essa potencialidade de contrapoder concreto que se voltam radicalmente à propaganda diuturna e a tentativa de domesticação – mais uma vez –, jesuítica, dos corpos negros pelas pautas identitário-liberais.

A tentativa de essencialização do lugar da raça, o apego acrítico ao significante negro e a busca por uma africanidade não contraditória são os exemplos de uma miríade de construções metanarrativas – em caráter limitante e limitado – que visam por fim ao legado marxista da luta anticolonial e anticapitalista.

Hoje, as duras críticas são abafadas por uma espécie de espiritualidade “ancestral” ao passo que a análise concreta das relações concretas é silenciada pelo sentimentalismo farsesco das vivências imediatas. Mas, ainda estamos aqui. Vivos e de pé. Afirmamos de novo: a crítica ao capital é o pressuposto de toda crítica!

É justamente isso o que fez a antologia: *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*.

Um posfácio perderia sua razão de ser se, ao invés de submeter o fio de Ariadne das teses desenvolvidas à análise crítica, visasse apenas rerepresentá-las. Por isso, não trataremos aqui de suscitá-las uma a uma, mas de demonstrar como o aspecto central, comum a todas as críticas, é justamente a não naturalização da racialidade e da sua consubstancial expressão: o racismo.

Saber que a crítica ao capital é o pressuposto de toda crítica não significa elevar o marxismo a verdade incomensurável tampouco

pensar a crítica da economia política de Marx como uma espécie de livro sagrado. Ser fiel ao pensamento crítico é colocá-lo sempre à prova, de acordo com o ceticismo que lhe é inerente, isto é, jamais abandonar o procedimento de suspensão da verdade pactuada socialmente. A crítica-filosófica é um campo de batalha. Jamais devemos esquecer isso.

O projeto pós-moderno que desloca, e tenta inviabilizar, a teoria da prática, sustenta por outro lado verdades irruptivas que são condensadas em nichos cada vez menores e precários, por meio de experiências fugazes e insípidas próprias naturalmente a dinâmica metabólica do capitalismo tardio. “Uma posição eminentemente crítica”, como alerta Luís Machado, “deve entender a prática e a teoria como elementos epistemologicamente simultâneos, isto é, a corroboração teórica de uma teoria se fundamenta em procedimentos práticos, por outro lado, as condições reais da prática exigem a adoção de teorias corroboradas.”⁵⁶

De Fanon a Samir Amin, passando ainda por Sankara, assistimos pontos contrapostos, discussões vivas elevadas pela concretude das lutas, contraposições radicais, olhares diferentes sobre um mesmo objeto e temos que afirmar, nada disso impede a investigação crítica.

Assim como a crise da matemática euclidiana é a possibilidade de investigação da verdade matemática, também as diferentes abordagens de críticos e revolucionários da questão racial não elide o fato de que o racismo é uma construção social passível, portanto, de acabar. Esse solo comum da crítica revolucionária africana é aquilo que permite pôr em suspensão a própria ideia de raça.

O que nos diferencia é que a dúvida é um método, não a finalidade objetiva de nossa prática crítica. Como pensar a partir disso a dialética racialista? Ou melhor, como fazer justiça a todo esse debate colocado pela melhor produção crítica num tempo de profundas transformações do século XX? Ou melhor ainda, como recolocar o problema da racialidade à luz do presente para projetarmos nossas lutas e campos de ação?

Digamos então que, doravante, nosso esforço será o de criticar a crítica para renovarmos suas armas contra o diletante e perfumado identitarismo. Não nos enganemos: a luta diária e propagandística

das “novas epistemologias” para salvaguardar o particular como o universal é também a luta para não perceber como o *Universal* domina. Chamamos de universal aí a própria posição do colonizador, e iremos colocá-la em xeque ao longo desse pequeno texto.

Em primeiro lugar, a compreensão sobre os procedimentos e sentidos dos processos sofridos no desdobramento da racialização social ganha sentido na experiência de transformação empreendida pelas mudanças históricas. O racismo é algo histórico e essa antologia deixou isso evidente.

Disso podemos inferir que as transformações sociais, por meio das lutas, em seu amplo sentido, é também a possibilidade de transformação dos limites impostos pelo movimento histórico; por ela, o cerceamento histórico é unido à implosão constitutiva que dá movimento à história. A projeção do novo, e aqui somos extremamente hegelianos, é a implosão dos limites impostos pela lógica do possível.

Olhemos hoje pela janela da sociabilidade capitalista: notaremos que a única possibilidade de existência, vendida e amplamente divulgada, se dá pelos limites impostos pelo mercado, e nesses limites a racialização torna-se um nicho no qual a identidade é elevada à possibilidade de algo estanque, imóvel e imutável.

A produção do negro, como diria Achille Mbembe, é também a produção de um corpo de opressão⁵⁷; retirar da identidade a sua determinação simbólica é também produzir novas formas de despotismo. Quer dizer, é saltar da necessidade da identidade como campo peculiar de formação egóica para ir para o identitarismo como lugar da eliminação das diferenças que, sabemos, constituem a própria identidade.

Desafiar a limitação do lugar imposto é uma das tarefas de quebra da lógica miserável do possível. O *não-lugar* é próprio como espaço da crítica. Lançar-se ao desafio de desmistificar a racialização como um lugar, que não é lugar algum, é necessário para o combate e quebra da lógica racializada.

As diversas formas de consignação racial – aliás, como obrigatoriedade no registro civil – buscam essencializar essa diferença politicamente criada, no entanto, naturalizada por diversos

subterfúgios fetichistas próprios ao mundo da sociabilidade capitalista.

Assim, o devir que devemos buscar produz-se para além dos limites pré-determinados por esse matiz colonialista. O irromper do novo surge do seu polo negativo, negando a negatividade racializada, e engendrando, pela capacidade cumulativa das lutas, a afirmação da cisão social. O surgimento de um fenômeno novo, aquele não contemplado pela cadeia inscrita nas relações precedentes, torna-se a manifestação de uma falta de coesão social e do recorrente reposicionamento da própria luta.

Quando uma negra como Rosa Parks, num período de violência racista extrema, decide implodir as limitações da lei ao sentar-se num banco de ônibus reservado a brancos – diga-se de passagem, um gesto fundamental que questiona o lugar – logo ela repõe outra falta que é a própria necessidade de deslegitimar a lei racializada fazendo com que os movimentos de luta sejam recolocados em marcha e avancem criando um contrapoder efetivo. Ela faz com que a situação de emergência seja posta em devir.

O devir enquanto necessidade é o terreno aberto no qual o processo cumulativo das lutas no campo político se perpetua. A questão ultrapassa a querela entre uma noção “progressiva” de história, que se fecha num todo positivo, e uma noção plenamente “negativa”, em que a multiplicidade não pode ser abarcada, para adentrar numa esfera em que, não havendo garantias sobre a própria experiência, o que há é a necessidade de um pôr-se da consciência na luta, isto é, um tornar-se sujeito, que enxerga as necessidades para além de seu lugar de identidade e implode os limites impostos pelo presente.

De modo que, para pensarmos juntos com Rancière, se coloca novamente em movimento a política⁵⁸. Não como aquele campo de negociação, mas como a luta pela tomada de consciência dos que não tendo parte alguma na álgebra do poder constituído tomam seu próprio partido.

O negro, dessa forma, reduzido à sua aparência, não apenas é confrontado como esse objeto histórico-político que se torna diante do olhar do Outro, esse lugar *fora-de-lugar*, como também se

identifica com esse objeto que ele é para o Outro. Naturalmente, esse processo é um processo de extrema violência já que reduz a subjetividade do indivíduo e lhe dá uma camisa de força por meio de uma identidade hipostasiada no corpo; um *lugar* que *não-é*.

Se a própria condição de sujeito se dá a partir da ruptura da identidade, a manutenção da identidade impede o indivíduo de ver-se como sujeito estabelecendo uma pseudo-comunidade guiada por laços de sangue e por identificação supostamente comuns. Esta é a regra geral dos movimentos liberais no interior da luta antirracista atualmente.

Ora, foi exatamente contra essa posição, que clama por lugar, que o gesto inaugural de Rosa Parks se colocou na abertura das lutas contra o racismo norte-americano naquele 1 de dezembro de 1955.

Com efeito, a apreensão do processo de devir instaurado como algo contingente, como um gesto cuja particularidade põe em causa o universal, é justamente o procedimento aberto pelas lutas dos *condenados da terra*⁵⁹, algo como uma "simples" desobediência de uma mulher negra que coloca em xeque a estruturação do todo social.

Processo que acaba por desnudar a necessidade existente e aponta à realização de uma condição futura que, a despeito da contingência, pode se tornar efetiva. Sendo assim, olhado pelo reverso da mesma moeda, é também a realidade efetiva no interior dos processos do tempo histórico que, ao ruir, será determinada pela ação individual e fomentará uma individualidade possante como a de Rosa Parks.

Por isso, a negação da negação não repousa, como se convencionou no marxismo vulgar, na afirmação de uma suposta realidade superior e afirmativa, mas numa condição que guia à possibilidade aquilo que era até então impossível. Em outros termos, possibilita a abertura naquilo que aparecia como uma sucessão infinda e fechada.

A questão é que não existe uma finalidade mecânica do processo histórico senão um campo de ação que precisa do indivíduo para exercê-lo. Quando Rosa Parks desobedece, ela inaugura o novo: o questionamento da ordem e a desestruturação do espaço algébrico

do poder. De igual maneira, a particularidade racializada não está subsumida imediatamente à classe, mas é um elemento constitutivo e dinâmico dessa universalidade.

A classe não é nem pode ser uma identidade porque ela é a negação da própria especificidade do indivíduo. A ideia de classe não pode ser confundida com a ideia de uma categoria X,Y ou Z, mas com a possibilidade de abandono da própria categoria em nome do conjunto das categorias. A classe é a forma política que assumem as diferentes demandas dos *condenados da terra*, é o movimento que tem como finalidade desaparecer enquanto classe para reafirmar um novo espaço de sociabilidade.

Há uma mudança nessa afirmação que se distancia da interpretação padrão; as especificidades de demandas ao chegarem no meio-termo para encampar a luta permanecem produzindo a diferença e o avanço obtido na classe é efetivamente entender e se debruçar no interior dessa lacuna produzida pelas diferenças, quer dizer; compreender que essa particularidade criada socialmente é uma abstração (metafísica) que dinamiza a realidade do conjunto da classe.

Entender a luta dos Panteras Negras e a posição intercomunalista de Huey Newton⁶⁰, a despeito dos equívocos, é apreender o sentido aberto da classe como componente de transformação radical e genérica. Não à toa, Newton se volta para a questão do racismo para além da epiderme e prevê com argúcia incomum a possibilidade da manutenção racializada da sociedade capitalista.

Assim, o verdadeiro significado do pensamento especulativo está no vazio de seu conteúdo, cujo sentido é gerado na medida em que o movimento contraditório entre o particular e o universal se revela. Por isso a *identidade de opostos* nada tem em comum com a ideia de uma resolução imposta por uma *Aufhebung* (suprassunção) que eleva a figura da consciência para um estágio superior. Pelo contrário, a luta se firma no evanescer da experiência particular que formula uma nova negatividade encarnada na classe e, portanto, numa nova experiência que reorienta a finalidade da luta.

O reconhecimento das limitações impostas pela cisão existente entre as oposições finitas é, desse modo, aquilo que poderíamos

entender como o “*belo meio-termo*” hegeliano⁶¹ que efetiva a ideia de classe. A posição de classe é o abandono da particularidade constitutiva do lugar instituído pela determinação social. O *conflito* é sempre o problema real.

Essa interpretação nos ajuda a sair da polaridade, muitas vezes rebaixada, entre *universal* e *particular*, e, ademais, nos leva a uma nova orientação na qual a presença da particularidade torna-se necessidade intransigente do movimento universal. Ora, Angela Davis usou a ideia de interseccionalidade para de maneira didática intuir esse processo.⁶²

Fanon, não obstante, provavelmente seja um dos primeiros a chegar nessa compreensão e entender a noção de raça como ponto de clivagem na formação da consciência moderna. A força degradante da noção de raça reside, portanto, no conflito entre subjetividade e objetividade, entre universal e particular que institui e projeta um desabrigo histórico.

Mais que isso, entretanto, o crítico martinicano aponta a força que a subjetividade tem para fomentar a objetividade mesmo sendo por ela enclausurada, ou ainda, como a particularidade é fundamental para a universalidade e pode implodir os limites dessa universalidade. Para isso, contudo, precisa-se abandonar a determinação identificatória imposto pela colonização, colocá-la em xeque e superar sua condição.

Dizíamos acima que o universal é branco, e assim será enquanto não superarmos a realidade racializada pela desigualdade social do capitalismo. Isso não implica na ideia de que devemos abandonar o *universal*, mas suspender sua significação abstrata, isto é, ideológica. A necessidade aí é de indicar, por meio dos processos de luta, sua insuficiência, e impor, na luta, a posição radicalmente igualitária no plano social.

Para tanto, há uma espécie de luta dos opostos – luta de classes que não pode ser confundida com contradição de classes⁶³ – convergindo numa cisão irreconciliável e abalando o solo onde as diferenças socialmente constituídas foram erguidas. Esta é a responsável por instituir uma crise na crise permanente do capital, abrindo precedentes para uma nova forma de experiência social.

Quando Rosa Parks decide se sentar no lugar de branco do ônibus não é exatamente isso que ela está fazendo?

Toda essa abstração se provou concreta nas diversas experiências revolucionárias. Rosa Luxemburgo com muito acerto dizia que a formação da consciência de classe se dá na luta de classes e é nela que as particularidades da raça, do gênero e da sexualidade desaparecem para dar lugar à forma-classe⁶⁴. Não precisamos ir longe para saber que já em 1871 as mulheres empunhavam carabinas nas trincheiras da Comuna.

Não estamos dizendo com isso que se faz necessário abandonar a especificidade da luta, pelo contrário: afirmá-la, tal como fez Rosa Parks, é dinamizar o processo do todo para reconfigurar uma nova totalidade. Em outros termos, é justamente a luta do específico que faz mover a roda da totalidade e repensar o universal como algo não mais abstrato.

A luta na esfera singular esta implicada em cada determinação da totalidade. Por isso, a luta dos condenados da terra é a luta de toda classe, e ao terminar a leitura dessa antologia essa conclusão vai muito além do palavrório vazio porque demonstra radicalmente que a racialização da vida é um instrumento de domínio que precisa acabar juntamente com o sistema econômico que lhe é próprio. Abandonar os apelos identificatórios é pressuposto básico para a transformação numa luta que implica a Humanidade. Deixemos os liberalóides para trás e sigamos na luta.

Douglas Rodrigues Barros é escritor e doutorando em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. É autor do recém-publicado "Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial".

⁵⁶ Aqui se trata de uma nota da tese de doutorado, no prelo, de Luís Ben Hassanal Machado.

⁵⁷ MBEMBE, A. *A crítica da razão negra*. São Paulo: Editora N-1, 2018.

⁵⁸ RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2017.

⁵⁹ FANON, F. *Os condenados da terra*. Minas Gerais: UFJF, 2006.

⁶⁰ NEWTON, H. *Intercomunalismo: as últimas teorizações de Huey P. Newton, Teórico Chefe do Partido dos Panteras Negras* (in: lavrapalavra.com.br)

⁶¹ HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

⁶² DAVIS, A. *Mulheres. Raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016

⁶³ BADIOU, A. *Théorie du sujet*. Paris: Le seuil, 2008.

⁶⁴ LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão popular, 2009.



Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes

30 anos depois



Organização:
Patrícia Tuma Martins Bertolin
Dilma Almeida de Andrade
Monica Sapucata Machado



CAPES



AUTONOMIA
LITERÁRIA

Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes

Pitanguy, Jacqueline

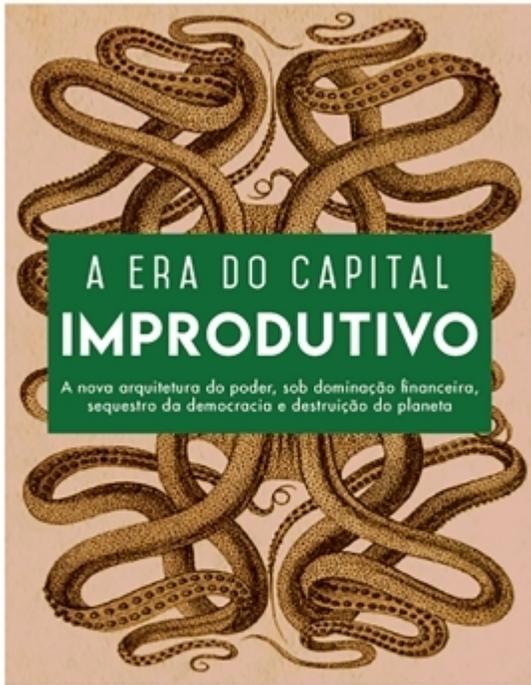
9788569536321

260 páginas

[Compre agora e leia](#)

A Obra organizada por Patrícia Tuma Bertolin, Denise Andrade e Monica Sapucaia traz um conjunto de artigos de pesquisadoras, militantes e testemunhas históricas sobre o processo de construção dos direitos das mulheres na atual Constituição, avanços conquistados, impasses e até mesmo derrotas. Trinta anos depois, contar essa passagem pouco lembrada da Constituinte de 1987-1988, nos confronta com nosso presente, no qual as ameaças à democracia estão, não por acaso, intimamente ligadas com a oposição aos direitos das mulheres.

[Compre agora e leia](#)



A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO

A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira,
sequestro da democracia e destruição do planeta

LADISLAU DOWBOR

OUTRASPALAVRAS

 AUTONOMIA
LITERÁRIA

A era do capital improdutivo

Dowbor, Ladislau

9788569536376

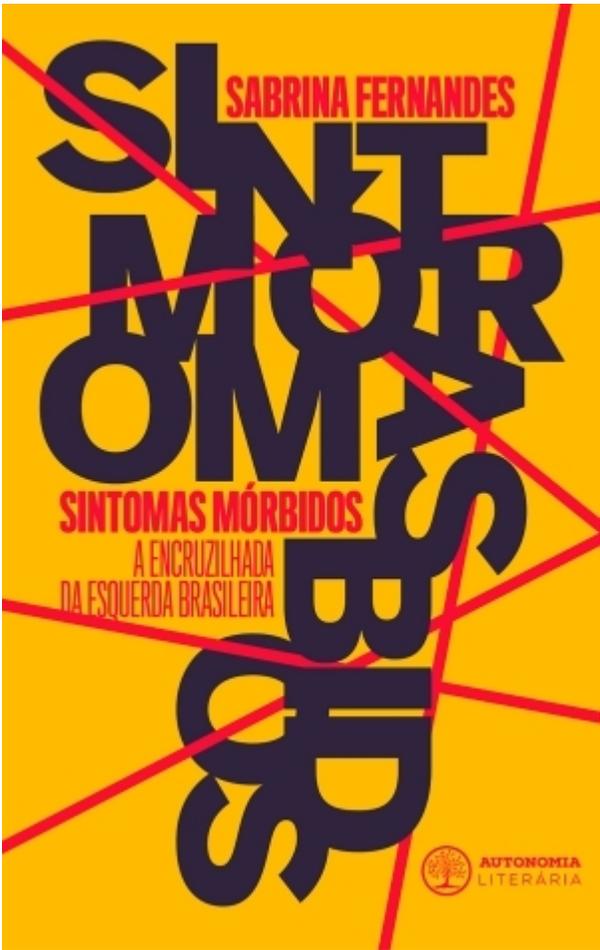
350 páginas

[Compre agora e leia](#)

Como os bancos registram lucros bilionários em plena recessão e desemprego? Neste livro, Ladislau Dowbor investiga como a riqueza do mundo – minérios, petróleo, trabalho, alimentos –, produzida pelo trabalho, é capturada pelos bancos e seus intermediários financeiros. Com uma vasta pesquisa, Ladislau revela os mecanismos usados pelas corporações financeiras, com estruturas que muito se assemelham a governos, para exercer o poder político diretamente e influenciar as principais decisões dos poderes públicos. O resultado não poderia ser diferente: esterilizam a riqueza produzida pela sociedade para multiplicá-la somente em seu próprio benefício, por meio de investimentos financeiros que não criam novas tecnologias nem geram novos empregos. Ladislau demonstra por que o mercado considera positiva qualquer atividade que gere lucro – ainda que trave a economia e produza prejuízos sociais e ambientais – para enviar seus recursos, a salvo de impostos, a paraísos fiscais. O livro destrincha como a financeirização dilacera as economias no Brasil e mundo afora ao forçar os governos eleitos a cumprir agendas refutadas pelas urnas. Sobretudo quando desviam grande parte do orçamento público para o pagamento de juros da dívida,

engordando ainda mais as forças do capital financeiro em detrimento de políticas públicas de saúde, educação, previdência.

[Compre agora e leia](#)



Sintomas Mórpidos

Fernandes, Sabrina

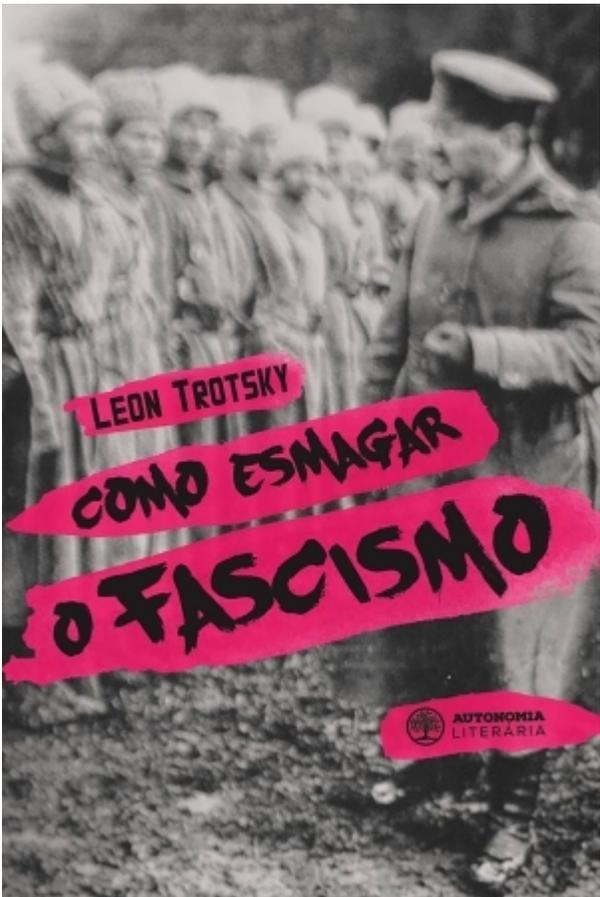
9788569536529

400 páginas

[Compre agora e leia](#)

O título do livro *Sintomas Mórpidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*, escrito pela socióloga, feminista e uma das youtubers mais radicais à esquerda nas redes, Sabrina Fernandes, remete ao interregno pensado pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci na famosa passagem do seu *Cadernos do Cárcere*: "o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórpidos aparece". Isso se encaixa como uma luva no Brasil contemporâneo depois do verdadeiro terremoto político causado pelas manifestações de Junho de 2013 e seus ecos. O equilíbrio desequilibrado que sustentava a frágil democracia liberal brasileira, aparentemente, se desfez. Como consequência, temos um perturbador entretempo: de fragmentação das esquerdas e ascensão da extrema-direita — sobre o qual Sabrina Fernandes disserta, por uma perspectiva marxista, apresentando a noção crise de práxis como uma chave para o entendimento do que se passa, ao passo que possibilita (e mira!) na superação da pós-política e da ultrapolítica e na construção de uma utopia concreta e realizável, fator crucial na revolução necessária do nosso porvir.

[Compre agora e leia](#)



LEON TROTSKY

COMO ESMAGAR

O FASCISMO

 AUTONOMIA
LITERARIA

Como esmagar o fascismo

Trotsky, Leon

9788569536352

300 páginas

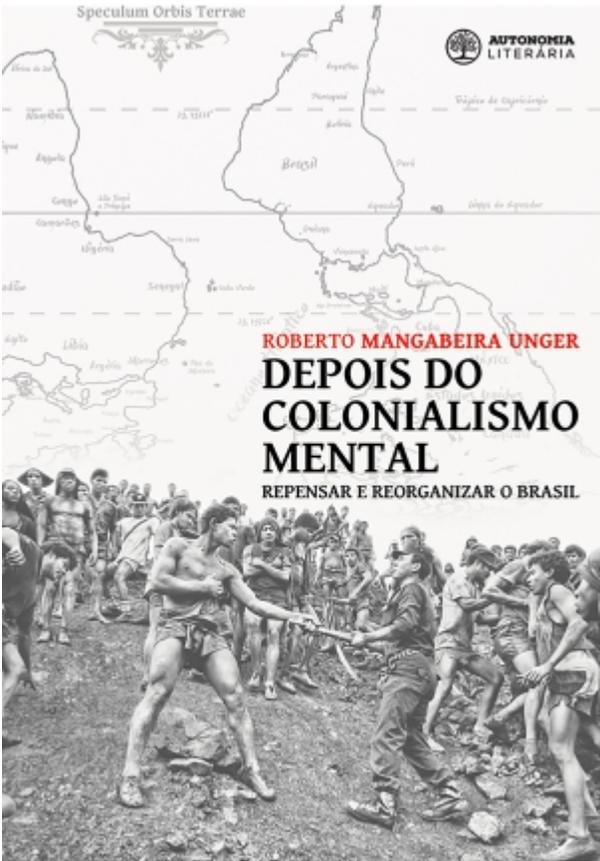
[Compre agora e leia](#)

É possível que nenhuma outra compilação de textos de Leon Trotsky esteja tão atual e pertinente à conjuntura brasileira quanto o que é apresentado em Como esmagar o fascismo. O Brasil vive um momento delicado que provoca e desafia aqueles que lutaram contra a ditadura militar e que vivem sob uma democracia, imperfeita como a democracia liberal sempre é, há meros 30 anos. Poucos imaginavam que voltaríamos a exclamar "fascistas!" em tão pouco tempo e com tanta intensidade. Todavia, o próprio conceito de fascismo entra em disputa na era da pós-verdade e diante da despolitização da ultra-política brasileira em que, tanto a baixa quanto a alta intelectualidade da nova direita, abusam de distorções e fake news. Quando é necessário explicar que o nazismo não era de esquerda e que, por mais que a imagem aqueça corações de militantes de esquerda todas as noites, não há ameaça comunista iminente no Brasil, também é necessário explicar o que é o fascismo. Mais que isso, é necessário desenvolver as táticas apropriadas para derrotá-lo de vez, não apenas permiti-lo hibernar. Os textos compilados neste livro apresentam várias lições e balanços que são úteis para compreender o passado, mobilizar o presente e modificar

o futuro. Trotsky trata desde a definição de fascismo até a compreensão de que não há luta antifascista sem um esforço nítido de aproximação da pequena burguesia do proletariado. Este, por si só, é um enorme desafio quando o fascismo se edifica na construção de um inimigo interno, por via da moralidade conservadora, como é o caso hoje. Com uma crise econômica e política que desloca a classe média para cada vez mais longe dos anseios da classe trabalhadora e que captura trabalhadores para um projeto contraditório ao seu interesse de classe, o que fazer? Ao examinar a Alemanha sob o olhar de Trotsky vemos que a situação brasileira diante do flerte fascista não é uma jabuticaba, mas parte das táticas de dominação implementadas há décadas no intuito de desarmar e desanimar qualquer articulação de esquerda, seja reformista ou revolucionária, ou somente progressista. O contexto do crescimento do fascismo europeu não era tão diferente do nosso momento atual. Havia a relação da desconfiança da classe trabalhadora com o KPD que mobilizou milhões de operários a favor da social-democracia alemã. Essa fragilização, sob profunda crise econômica, enfraqueceu o governo Mueller e sua governabilidade. Ao mesmo tempo em que alguns se rebelaram em torno de um projeto comunista, o nazismo cresceu como a maior força política da época. O resto da história conhecemos bem, mas a perspectiva de Trotsky ainda se faz útil por apontar as falhas de organização e politização que permitiram tamanho levante fascista. As traduções aqui apresentadas, algumas delas inéditas em língua portuguesa, nos oferecem um material valioso para analisar a nossa própria conjuntura e traçar um plano estratégico contra o fascismo e de retomada da luta da classe trabalhadora. Luta que, por ser da maioria da sociedade, contempla uma variedade de sujeitos políticos que precisam se unir e se

articular. É dever evitar essa repetição da história recente do Brasil e do mundo como farsa e é dever ter ousadia. Nas palavras de Trotsky, para esmagar o fascismo é necessário que a oposição compreenda que mesmo sob condições desfavoráveis, "toda corrente cresce com o aumento de suas tarefas. Compreendê-las claramente é preencher uma das mais importantes condições de vitória". — Sabrina Fernandes, marxista, doutora em Sociologia e professora da UnB

[Compre agora e leia](#)



Depois do colonialismo mental

Unger, Roberto Mangabeira

9788569536260

300 páginas

[Compre agora e leia](#)

O pensamento de Roberto Mangabeira me fascinou, isso já nos anos 1980, porque vi nele um modo insólito de expressar-se o Brasil e a esquerda. A partir de um artigo seu que li na imprensa, em que ele, então brizolista como eu, analisava a diferença entre a política ligada ao trabalho organizado, nascida do sindicalismo desenvolvido nas regiões mais ricas do país, e a mirada mais ampla, desafiadora, na direção das maiorias desorganizadas do povo brasileiro, procurei primeiro acompanhar seus textos, onde os encontrasse, e logo tentar chamar a atenção de outros leitores para eles. Eu o mencionava nas entrevistas que dava. Por mais de ano vi tais menções serem cortadas de suas transcrições impressas. A originalidade do conteúdo do que Mangabeira dizia mostrou ter mais força sobre mim do que as razões esboçadas pelos que o rejeitavam. Neste livro... pessoas interessadas em questões políticas, nas possibilidades do Brasil – ou mesmo nos problemas básicos da humanidade – encontrarão desafios mentais fecundos.

[Compre agora e leia](#)